

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

GUILHERME DOTTI GRANDO

MODOS DE VIVER E MODOS DE LUTAR DE IMIGRANTES HAITIANOS NA
CIDADE DE CASCAVEL, PARANÁ (2010-2024)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

GUILHERME DOTTI GRANDO

MODOS DE VIVER E MODOS DE LUTAR DE IMIGRANTES HAITIANOS NA
CIDADE DE CASCAVEL, PARANÁ (2010-2024)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Doutorado, como exigência para a obtenção do título de Doutor em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi.

Marechal Cândido Rondon

2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Grando, Guilherme Dotti

Modos de viver e modos de lutar de imigrantes haitianos na cidade de Cascavel, Paraná (2010-2024) / Guilherme Dotti Grando; orientador Antônio de Pádua Bosi. -- Marechal Cândido Rondon, 2025.

186 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. história e imigração. 2. imigração haitiana. 3. trabalhadores haitianos. 4. Oeste do Paraná. I. Bosi, Antônio de Pádua, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

GUILHERME DOTTI GRANDO

MODOS DE VIVER E MODOS DE LUTAR DE IMIGRANTES HAITIANOS NA
CIDADE DE CASCAVEL, PARANÁ (2010-2024)

Tese apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, _____ de _____ 2025

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Aparecida Darc de Souza

Prof. Dr. Vagner José Moreira

Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes

Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GUILHERME DOTTI GRANDO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 1 dia(s) do mês de agosto de 2025 às 14h00min, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Guilherme Dotti Grando, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Antonio de Padua Bosi, Sergio Paulo Moraes, Aparecida Darc de Souza, Vagner José Moreira, Fernando Mendonça Heck. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Antonio de Padua Bosi. Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "Modos de viver e modos de lutar de imigrantes haitianos na cidade de Cascavel – PR (2010-2024)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Sergio Paulo Moraes, Aparecida Darc de Souza, Vagner José Moreira, Fernando Mendonça Heck. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. De acordo com o que está previsto nos § 7º e § 8º do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Tese foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de Webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Tese e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados. É, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Antônio de Pádua Bosi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GUILHERME DOTTI GRANDO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Aparecida Darc de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Vagner José Moreira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Sergio Paulo Moraes

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Fernando Mendonça Heck

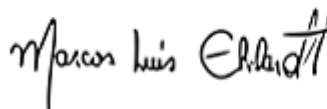
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Guilherme Dotti Grando

Aluno(a)

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE GUILHERME DOTTI GRANDO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.



Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Portaria 0546/2025-GRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA DE DOUTORADO PARA
BANCA EXAMINADORA REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA,
POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente Guilherme Dotti Grando, declaro que realizei a minha DEFESA DE DOUTORADO à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho intitulado: “Modos de viver e modos de lutar de imigrantes haitianos na cidade de Cascavel – PR (2010-2024)”, para banca examinadora realizada na data de 1º de agosto de 2025.

Atenciosamente,

 Documento assinado digitalmente
GUILHERME DOTTI GRANDO
Data: 01/08/2025 17:08:21-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

GUILHERME DOTTI GRANDO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Doutorado do candidato Guilherme Dotti Grando deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o candidato foi considerado: **APROVADO** na banca realizada na data de 1º de agosto de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO DE PADUA BOSI**
Data: 01/08/2025 14:33:06-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Antonio de Pádua Bosi
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE
DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Profa. Dra. Aparecida Darc de Souza, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de DEFESA de doutorado em História do candidato Guilherme Dotti Grando, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 1º de agosto de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Sugere-se uma revisão geral do texto.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **APARECIDA DARC DE SOUZA**
Data: 06/08/2025 13:18:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

PROFA. DRA. APARECIDA DARC DE SOUZA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Vagner José Moreira, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de DEFESA de doutorado em História do candidato Guilherme Dotti Grando, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 01 de agosto de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **VAGNER JOSÉ MOREIRA**
Data: 01/08/2025 17:11:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PROF. DR. VAGNER JOSÉ MOREIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Sérgio Paulo Moraes, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de DEFESA de doutorado em História do candidato Guilherme Dotti Grando, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 1º de agosto de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

 Documento assinado digitalmente
SERGIO PAULO MORAIS
Data: 01/08/2025 16:54:58-0300
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

PROF. DR. SÉRGIO PAULO MORAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Fernando Mendonça Heck, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de DEFESA de doutorado em História do candidato Guilherme Dotti Grando, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato pode ser considerado APROVADO, na banca realizada na data de 1º de agosto de 2025.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDO MENDONÇA HECK**
Data: 01/08/2025 21:40:10-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

PROF. DR. FERNANDO MENDONÇA HECK
INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS DE TUPÃ

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma trajetória de cinco anos. Nesta caminhada, muitas pessoas contribuíram para que o texto final pudesse ser concluído. Gostaria de registrar aqui minha gratidão e carinho a todas elas.

Aos meus pais, Marcos Antônio Grando e Leonilde de Fátima Dotti Grando, que, junto com meu irmão, Gustavo Dotti Grando, são fortaleza e refúgio para todos os momentos.

À Josiane Paula da Silva, companheira amada em quem pude encontrar apoio e inspiração ao longo desse caminho árduo.

Aos mestres, Antônio de Pádua Bosi e Aparecida Darc de Souza, pelos ensinamentos e trocas de uma trajetória que já conta mais de quinze anos.

Aos amigos, por simplesmente o serem. Arthur Kalschne Monteiro, Christiano Tortato, Fagner Guglielmi Pereira, Gabriel Miranda Brito, Joselene Ieda Lopes de Carvalho, Leonardo Catafesta, Lúcio Fellini Tazinaffo, Raíssa Galego, Suzane Pantolfi Tostes, Paula Resende Santos. Meu mais profundo agradecimento a todos vocês.

Aos professores Rinaldo Varussa, Vagner Moreira, Sérgio Paulo, Fernando Heck.

E, não menos importante, a todos os haitianos e haitianas que compartilharam um pouco de suas trajetórias e lutas comigo ao longo dessa pesquisa.

RESUMO

Esta tese se propôs a discutir as trajetórias e a experiência histórica dos trabalhadores haitianos na cidade de Cascavel – PR ao longo das duas últimas décadas. Nesse intervalo de tempo, a presença de imigrantes haitianos se intensificou na região Oeste do Paraná e, em particular, no município de Cascavel. Parte importante desses sujeitos históricos encontra-se empregada em ocupações que têm sido caracterizadas pelo trabalho exaustivo, repetitivo, com pouca exigência de escolaridade formal, mal remunerado, marcado pelos altos índices de adoecimento físico e mental dos trabalhadores envolvidos, além de uma elevada rotatividade em larga medida resultante das próprias condições de trabalho degradadas. Nesse contexto, esta pesquisa investigou a presença dos haitianos em Cascavel – PR, reconhecendo, por um lado, que os interesses do capital estabelecem pressões sobre o deslocamento de trabalhadores em escala global, mas, por outro lado, questionando e interrogando acerca das formas como esse processo histórico foi e é experimentado pelos sujeitos que se movimentam, como se enxergam e dão sentido às suas trajetórias nessa dinâmica conflituosa de interesses de classe. Partindo deste ponto, interrogou-se acerca das trajetórias dos haitianos em seu país de origem, pensando como o horizonte de emigrar/imigrar atravessa historicamente seus modos de viverem e trabalharem; mapeou-se e discutiu-se como esses sujeitos vivenciam a condição de trabalhadores imigrantes em trajetórias que, antes de chegarem ao Brasil e, em particular, ao Oeste paranaense, podem passar por diferentes países como, por exemplo, a República Dominicana e o Chile; por fim, abordaram-se e problematizaram-se a experiência dos trabalhadores haitianos em Cascavel – PR, as relações de trabalho nas quais se inserem, os modos de viver que constroem e as diferentes formas como elaboram e articulam percepções acerca de suas trajetórias e expectativas de futuro. Nessa direção, estas foram as fontes que sustentaram o exercício de reflexão histórica e de análise neste trabalho: (i) as entrevistas realizadas com imigrantes haitianos; (ii) o trabalho de campo envolvendo visitas aos espaços frequentados por esses sujeitos; e (iii) os materiais produzidos ao longo de um projeto de extensão para imigrantes que conduzido entre 2021 e 2022.

Palavras-chave: história e imigração; imigração haitiana; trabalhadores haitianos; Oeste do Paraná.

ABSTRACT

WAYS OF LIFE AND FORMS OF STRUGGLE AMONG HAITIAN IMMIGRANTS IN CASCAVEL, PARANÁ (2010–2024)”

This thesis discusses the historical experiences and trajectories of Haitian workers in the city of Cascavel in the Brazilian state of Paraná over the last two decades. During this period, the number of Haitian immigrants in western Paraná, particularly in the municipality of Cascavel, has increased significantly. Many of these workers are employed in occupations characterised by exhausting, repetitive work with little formal education required. These jobs are poorly paid and marked by high rates of physical and mental illness, as well as high staff turnover, largely resulting from the poor working conditions. In this context, the research examined the presence of Haitians in Cascavel, Paraná. It recognises that capital interests pressure the displacement of workers globally, while also questioning how this historical process is experienced by those who move, and how they perceive and interpret their trajectories within this conflictual dynamic of class interests. The research mapped and discussed how Haitians experience the condition of immigrant workers, considering how the prospect of emigration/immigration has historically affected their ways of living and working, and how this may impact their journeys through different countries such as the Dominican Republic and Chile before arriving in Brazil, particularly in western Paraná. Finally, the experience of Haitian workers in Cascavel, Paraná was addressed, including labour relations, ways of life and perceptions of their trajectories and expectations for the future. In this regard, the following sources supported the historical reflection and analysis in this study: (i) interviews with Haitian immigrants; (ii) fieldwork involving visits to places frequented by these individuals; and (iii) materials produced during an extension project for immigrants conducted between 2021 and 2022.

Keywords: history and immigration; haitian immigration; haitian workers; western Paraná.

RESUMEN

Esta tesis se propuso discutir las trayectorias y la experiencia histórica de los trabajadores haitianos en la ciudad de Cascavel – PR a lo largo de las dos últimas décadas. En ese intervalo de tiempo, la presencia de inmigrantes haitianos se intensificó en la región Oeste de Paraná y, en particular, en el municipio de Cascavel. Una parte importante de estos sujetos históricos se encuentra empleada en ocupaciones caracterizadas por el trabajo extenuante, repetitivo, con escasa exigencia de escolaridad formal, mal remunerado, marcado por altos índices de enfermedades físicas y mentales entre los trabajadores involucrados, además de una elevada rotación, en gran medida resultante de las propias condiciones laborales degradadas. En este contexto, esta investigación analizó la presencia de los haitianos en Cascavel – PR, reconociendo, por un lado, que los intereses del capital ejercen presiones sobre el desplazamiento de trabajadores a escala global, pero, por otro lado, cuestionando y reflexionando sobre las formas en que ese proceso histórico fue y es experimentado por los sujetos que se desplazan, cómo se perciben a sí mismos y otorgan sentido a sus trayectorias en esa dinámica conflictiva de intereses de clase. A partir de este punto, se investigaron las trayectorias de los haitianos en su país de origen, pensando en cómo el horizonte de emigrar/inmigrar atraviesa históricamente sus modos de vivir y trabajar; se mapeó y se discutió cómo estos sujetos viven la condición de trabajadores inmigrantes en trayectorias que, antes de llegar a Brasil y, en particular, al Oeste paranaense, pueden pasar por diferentes países, como la República Dominicana y Chile; por último, se abordó y problematizó la experiencia de los trabajadores haitianos en Cascavel – PR, las relaciones laborales en las que se insertan, los modos de vida que construyen y las diferentes formas en que elaboran y articulan percepciones sobre sus trayectorias y expectativas de futuro. En esta dirección, las fuentes que sustentaron el ejercicio de reflexión histórica y de análisis en este trabajo fueron: (i) las entrevistas realizadas con inmigrantes haitianos; (ii) el trabajo de campo que incluyó visitas a los espacios frecuentados por estos sujetos; y (iii) los materiales producidos a lo largo de un proyecto de extensión dirigido a inmigrantes, llevado a cabo entre 2021 y 2022.

Palabras clave: historia e inmigración; inmigración haitiana; trabajadores haitianos; Oeste de Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Haiti e seus Departamentos	33
Figura 2 - Espera para entrevista de emprego no frigorífico	134
Figura 3 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: apresentar-se em língua portuguesa.....	138
Figura 4 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: verbos.....	138
Figura 5 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: exercícios	138
Figura 6 - Mapa Base da Cidade de Cascavel – PR	141
Figura 7 - Percurso entre os bairros Alto Alegre e Parque Verde na cidade de Cascavel – PR.....	142
Figura 8 - Registro de encontro do projeto ocorrido em julho de 2021	143
Figura 9 - Registro de encontro do projeto ocorrido em setembro de 2021	143
Figura 10 - Registro de encontro do projeto ocorrido em novembro de 2021	144
Figura 11 - Rota do ônibus fretado que buscava e levava os haitianos e haitianas até a Unioeste	153
Figura 12 - Registro do dia 5 de fevereiro de 2022, primeiro encontro do projeto na Unioeste	154
Figura 13 - Haitianos reunidos na Unioeste para o primeiro encontro de 2022.....	154
Figura 14 - Registro do encontro realizado no dia 6 de agosto de 2022	161
Figura 15 - Registro do encontro realizado no dia 6 de agosto de 2022	161

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BINUH	<i>Biwo Entegre Nasyonzini nan Haiti</i>
Coopavel	Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRSHC	<i>Commission for a Solution to the Haitian Crisis</i>
CSC/CA	Corte Suprema de Contas e Contencioso Administrativo
DGI	<i>Direction Générale des Impôts</i>
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FMI	Fundo Monetário Internacional
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LTMS	Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais
Minustah	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	MODOS DE VIVER E TRABALHAR NO HAITI: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS HAITIANOS.....	30
1.1	Introdução	30
1.2	Modos de viver e trabalhar: as feiras e mercados populares	32
1.3	Trabalho e educação na experiência de trabalhadores haitianos	45
1.4	Exploração, desigualdade e violência na experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos.....	62
2	TRABALHADORES HAITIANOS EM MOVIMENTO: IMIGRAÇÃO, EXPERIÊNCIA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO	78
2.1	Introdução	78
2.2	Trabalhadores haitianos em movimento: República Dominicana e Chile	78
2.3	Trabalhadores haitianos no Oeste paranaense: imigração e experiência	96
2.3.1	Do Haiti ao Brasil	96
2.3.2	Expectativas e realidade: desemprego e experiências de trabalho precário	107
3	EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVAS DOS TRABALHADORES HAITIANOS EM CASCAVEL - PR	128
3.1	Introdução	128
3.2	“Eu preciso trabalhar”: procurar trabalho sem dominar o idioma	128
3.3	Educação e sociabilidade: o projeto de alfabetização para imigrantes	136
3.4	Expectativas em conflito: solidariedade e individualismo	150
3.5	Expectativas em movimento	165
	CONCLUSÃO	176
	REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado é o resultado parcial de um esforço de pesquisa histórica que teve por objetivo investigar historicamente as experiências de trabalhadores haitianos em Cascavel – PR nas últimas duas décadas (2000-2024). Nosso esforço direcionou-se a identificar e analisar as relações que ligam trabalho, cultura e os modos de viver entre os imigrantes haitianos na referida cidade.

Juntamente com outros municípios localizados no Oeste do Paraná, Cascavel tem se constituído como um importante destino de trabalhadores imigrantes vindos de diferentes países. Principalmente a partir do início da década de 2010, chegaram às cidades dessa região homens e mulheres venezuelanos, senegaleses, sírios, bengaleses, nigerianos, congoleses, ganeses, libaneses, mas, principalmente, haitianos. Apenas a título de exemplo, segundo Baeninger e Peres (2016, p. 128), cerca de 85 mil haitianos entraram no Brasil entre 2010 e 2015, seja por meio dos aeroportos internacionais ou pelas regiões de fronteira terrestre. Nesse intervalo temporal, o estado do Paraná foi um dos principais destinos entre os imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil com visto permanente, com 4.318 registros (15,24%), atrás apenas dos estados de São Paulo e de Santa Catarina, que registraram 8.775 (30,97%) e 4.395 (15,51%), respectivamente (Baeninger; Peres, 2016, p. 132).

O número de trabalhadores haitianos ocupados no mercado formal no estado do Paraná, por exemplo, saltou de 778, em 2012, para 6.647, em 2014. Depois da capital do estado, Curitiba, o principal destino dessa força de trabalho tem sido Cascavel – PR, que, entre 2011 e 2014, empregou 1.515 haitianos (Tonhati *et al.*, 2019, p. 47-48). Estima-se que algo em torno de seis mil haitianos vivam na região Oeste paranaense (Bosi, 2019). Parte significativa desses sujeitos que atualmente residem no Oeste paranaense e, em particular, no município de Cascavel – PR, encontra-se empregado em frigoríficos de abate e DE desossa de carne. Há também aqueles e aquelas que estão ocupados em outros serviços, por exemplo, na construção civil, em supermercados e padarias pequenas e médias. A maioria, porém, já trabalhou ou ainda trabalha nos frigoríficos instalados na região.

Em nossa trajetória como docentes da rede pública estadual de Cascavel – PR, pudemos observar muitos desses imigrantes e seus filhos e dialogar com eles, os quais, conforme nos indicam as estatísticas, têm se deslocado para a região Oeste do Paraná. Entre os anos 2015 e 2023, tivemos a oportunidade de lecionar para turmas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas quais a presença de imigrantes venezuelanos, dominicanos, bissau-guineenses, mas especialmente de haitianos, se constituía

como um elemento importante. Em grande medida, essa experiência de diálogo, de ensino e de aprendizagem vivida a partir do trabalho docente foi-nos central na definição de nosso interesse em pensar a experiência desses sujeitos como objeto de reflexão histórica.

Por outro lado, pesquisar sobre os imigrantes haitianos no Oeste do Paraná também partiu de um interesse coletivo. Desde 2019, historiadoras e historiadores ligados à Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais (LTMS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) têm se debruçado em torno da construção de uma História Social dos trabalhadores imigrantes na região. Como parte de um esforço coletivo, esses pesquisadores vêm discutindo historicamente a relação entre trabalho e imigração, procurando investigar as expectativas que os sujeitos que deixaram seus países e que atualmente residem no Oeste do Paraná têm ao se deslocarem, os enfrentamentos vivenciados por eles em suas sociedades de origem e nas sociedades de destino, assim como as diferentes estratégias individuais e coletivas que têm construído historicamente para lidar com a experiência de migrar (Bosi, 2020; Carvalho, 2020; Pereira, 2022). Essa produção historiográfica tem contribuído significativamente para que possamos, por exemplo, pensar questões relacionadas às trajetórias e expectativas envolvidas no processo de emigração/imigração, ou, então, como são compreendidas por esses sujeitos as relações de trabalho por eles vivenciadas no Oeste paranaense, as suas condições de moradia, a construção de espaços de sociabilidade e lazer, enfim, elementos que têm forjado a construção de uma identidade coletiva.

Dialogando com essa produção, nosso esforço de pesquisa nesta tese procurou apreender os imigrantes haitianos em Cascavel – PR dentro de uma dinâmica histórica que, reconhecendo a relação entre trabalho e imigração nas formas de desenvolvimento e de reprodução históricas do capitalismo, não deixe de interrogar também as diferentes formas pelas quais a vivência desse deslocamento é interpretada e significada pelos sujeitos que migram. Portanto, a compreensão do fenômeno da imigração implica considerar que aqueles homens e mulheres que se apresentam como imigrantes para a sociedade de imigração que os recebe são os mesmos homens e mulheres que emigraram de uma sociedade de emigração (Sayad, 1998). Essa condição contraditória pode ser pensada também como expressão de um conflito de classe. Nesse sentido, é mister notar que, para as classes dominantes, seria a condição “ideal” que o imigrante fosse entendido exclusivamente apenas como mais um elemento da produção que, pelo menos como intenção, pudesse ser deslocado de um setor para outro, sempre temporariamente e conforme seus próprios interesses de classe dominante. Contudo, uma vez que homens e mulheres que emigram/imigram não são apenas variáveis em

um cálculo, e na medida em que a experiência da emigração/imigração se estende no tempo e em gerações, os sujeitos que migram articulam essa experiência social em modos de viver e em modos de lutar que se conflitam com os interesses das classes dominantes.

Entendemos que discutir as trajetórias e a experiência histórica de imigrantes haitianos na cidade de Cascavel – PR ao longo das duas últimas décadas requer certamente o reconhecimento de que os interesses do capital estabelecem pressões sobre o deslocamento de trabalhadores em escala global. Entretanto, nem de longe isso resolve as questões colocadas à produção do conhecimento histórico, mas, ao contrário, permanece todo o desafio de questionar e de interrogar acerca das formas como esse processo histórico foi e é experimentado pelos sujeitos que se movimentam, como se enxergam e dão sentido às suas trajetórias nessa dinâmica conflituosa de interesses de classe.

Assim, tendo como base essas interrogações, do ponto de vista das fontes históricas que sustentam esta pesquisa, nosso material foi constituído principalmente do trabalho de campo que realizamos visitando os bairros e as casas dos trabalhadores haitianos em Cascavel – PR, das entrevistas que gravamos com esses sujeitos e, por fim, de um projeto de alfabetização em língua portuguesa para trabalhadores imigrantes residentes nesse município.

Quando iniciamos esta pesquisa de doutorado, em 2020, atravessávamos uma pandemia global da covid-19 que impunha medidas de contenção, perfeitamente justificáveis do ponto de vista da saúde pública. Nesse contexto, as atividades da rede pública estadual de educação na qual lecionávamos foram reorganizadas para formatos remotos, e como os demais trabalhadores brasileiros que conseguiram ter esse suporte de trabalho remoto durante a pandemia, saíamos de casa apenas para ir à farmácia ou para comprar mantimentos no supermercado do bairro onde morávamos, localizado na região Oeste de Cascavel – PR.

Nesse primeiro momento, aproveitamos para observar e mapear lugares e regiões da cidade nos quais observávamos a presença de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes. Dialogando com algumas impressões que já tínhamos construído a partir de nossa experiência como docentes na educação pública nos anos anteriores à pandemia de covid-19 e ao próprio início da pesquisa, sabíamos que a região Oeste da cidade concentrava uma quantidade muito significativa da população haitiana que residia na cidade. Quando percorríamos as ruas dessa região, nos deslocamentos mais cotidianos como o de ir e de voltar de nossa casa até as escolas em que trabalhávamos, antes, durante a pandemia, e mesmo depois, era comum avistarmos haitianos e haitianas andando nas ruas em seus mais diversos afazeres. Em grupos, sentados nas calçadas em frente às casas que moravam, conversando e ouvindo músicas, a

caminho do mercado ou voltando dele, indo ou retornando da casa de algum amigo ou amiga que morava próximo, acompanhando as crianças pequenas até as escolas, aguardando no ponto de ônibus o transporte público ou o que transportava os trabalhadores dos frigoríficos locais.

Durante a pandemia e no momento no qual a população ainda não havia sido vacinada, em respeito às medidas restritivas, não nos propusemos a visitar pessoalmente ou a entrevistar os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que eram nossos vizinhos, que moravam no mesmo bairro que o nosso ou em bairros próximos. Em compensação, já inseridos no contexto da pesquisa, passamos a observar com mais atenção esses espaços nos quais, conforme mencionamos, víamos cotidianamente a presença dos haitianos e haitianas. Foi um momento importante para a pesquisa porque, nesses espaços em que víamos os trabalhadores haitianos já há algum tempo, começamos a mapear igrejas que eram frequentadas majoritariamente por eles, uma ou duas lojas de conveniências que pertenciam a haitianos, brechós de roupas pertencentes a mulheres haitianas, entre outros espaços.

Em 2021, conseguimos realizar algumas visitas a uma dessas lojas de conveniência frequentada por vários haitianos residentes na região Oeste de Cascavel – PR. O local pertencia a um haitiano chamado Nicolas¹ e ficava no bairro Alto Alegre. Quando passávamos em frente ao estabelecimento, com frequência encontrávamos vários jovens haitianos reunidos, conversando, bebendo e ouvindo músicas. No primeiro dia em que visitamos a loja de conveniência, havia cerca de 20 a 25 rapazes haitianos. Em nenhuma das outras visitas que fizemos a esse estabelecimento encontramos moças, mas, em diversas vezes em que passamos em frente à loja de conveniência, havia também mulheres conversando, ouvindo música e dançando. Como já havíamos notado ser essa uma prática comum, no dia de nossa primeira visita, a maioria dos rapazes ocupava a calçada do estabelecimento, alguns em pé, outros sentados em cadeiras de plástico. Cerca de seis ou sete rapazes compunham um segundo grupo reunido em torno de um carro popular do outro lado da rua.

Um elemento a ser ressaltado a respeito das nossas visitas foi a dificuldade com a língua. Não dominávamos o francês nem o *kreyòl*. Com alguma dificuldade conseguíamos nos comunicar em inglês. Ainda assim, as visitas não foram um fracasso graças ao acolhimento de alguns dos rapazes haitianos que compreendiam razoavelmente bem o

¹ Todos os nomes próprios utilizados ao longo deste trabalho, para nos referirmos aos haitianos e haitianas que conhecemos, foram pseudônimos.

português e que foram muito atenciosos conosco. Contaram-nos que poucos brasileiros frequentavam o lugar. Eventualmente, um ou outro brasileiro passava para comprar bebidas e logo ia embora, porém, nenhum costumava ficar por ali conversando com eles.

Foi nesse contexto que conhecemos Emmanuel, um dos jovens que conversaram conosco na loja de conveniência de Nicolas e que, como explicitamos ao longo deste trabalho, foi um interlocutor importante no decorrer da pesquisa. Nesse momento, Emmanuel tinha 24 anos, morava no Brasil há pouco mais de um ano e meio e há alguns meses estava trabalhando no frigorífico da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel). Na época, Emmanuel estava dividindo uma kitnet no bairro Alto Alegre com o irmão, sua cunhada e sua sobrinha. Apesar do relativo curto período que vivia no Brasil, Emmanuel se comunicava bem em português. Conversamos bastante na noite em que nos conhecemos na conveniência de Nicolas, e, como Emmanuel e outros colegas haitianos também gostavam de basquete, combinamos de nos encontrar outras vezes para jogar e conversar mais.

Assim, na medida em que, no decorrer do ano de 2021, começávamos a ter acesso às vacinas contra a covid-19, com a ajuda de Emmanuel, fomos conhecendo outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos que residiam em Cascavel – PR. Quando andávamos pelos bairros em que morávamos na região Oeste da cidade e nos encontrávamos com haitianas e haitianos, Emmanuel nos apresentava seus amigos e amigas. Em meio a essas conversas, íamos tomando contato com algumas das questões vivenciadas pelos haitianos e haitianas que conhecíamos. Em algumas dessas conversas, feitas na sombra de uma árvore ou enquanto descansávamos depois de algumas partidas de basquete, os sujeitos com os quais conversávamos nos contavam um pouco sobre suas famílias e os lugares do Haiti onde nasceram e viveram antes de virem ao Brasil, as dificuldades que passaram e passavam para regularizar a sua documentação no país, as tentativas de conseguir emprego em um dos frigoríficos locais, às vezes bem sucedidas, às vezes frustradas, principalmente para aqueles e aquelas que, recém-chegados ao Brasil, tinham muita dificuldade com a língua portuguesa.

Quando os frigoríficos locais realizavam entrevistas para a seleção de trabalhadores estrangeiros a serem empregados nas linhas de produção, um dos critérios exigidos para a contratação era que o trabalhador estrangeiro conseguisse compreender e responder às perguntas básicas que lhe eram feitas na entrevista, por exemplo, qual o seu nome, quantos anos você tem, solteiro ou casado, qual a sua escolaridade, qual o seu endereço, qual o número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) etc. Conhecemos alguns trabalhadores venezuelanos que disseram não tiveram dificuldades nessas entrevistas, porém, para os

trabalhadores haitianos recém-chegados e sem nenhuma familiaridade com o português, as perguntas simples se tornavam complexas. Jerome, um trabalhador haitiano que morava a poucas quadras de nossa casa e que tivemos contato nesses primeiros momentos do trabalho de campo, por meio da ajuda de tradução de Emmanuel, contou-nos que já tinha sido reprovado na entrevista de emprego por duas vezes.

No primeiro semestre de 2021, como parte dos créditos obrigatórios para a conclusão do doutorado, estávamos cursando, em formato *on-line*, a disciplina *Seminários de tese – trabalho e movimentos sociais*, ministrada pelo Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi. Na dinâmica da disciplina, essas situações que vivenciávamos no decorrer da investigação de campo junto às trabalhadoras e aos trabalhadores haitianos eram relatadas nos encontros. Em um deles, compartilhamos com os pesquisadores que participavam da disciplina a dificuldade encontrada pelos imigrantes haitianos em Cascavel – PR para conseguir emprego quando não tinham um domínio mínimo da língua portuguesa. Nesse encontro, o Prof. Antônio Bosi sugeriu que conversássemos com as professoras Aparecida Darc de Sousa e Joselene Ieda Lopes de Carvalho, historiadoras, docentes da Unioeste e que também estavam inseridas no grupo de pesquisa sobre trabalhadores e imigração da *Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais*.

Desse diálogo, construímos a proposta de realizar alguns encontros com os haitianos com o objetivo de discutirmos com eles noções básicas do português que lhes permitissem compreender as perguntas que lhes eram feitas nas entrevistas de emprego. A ideia era a de que, como historiadores e educadores, pensássemos em formas de contribuirmos especificamente com Jerome e um pequeno grupo de trabalhadores haitianos que havíamos conhecido e que nos relataram ter vivido situações semelhantes. Nessa dinâmica, poderíamos também os ouvir e entender melhor elementos que eles julgassem relevantes em sua experiência de trabalhadores.

Aqui não é nossa intenção explorar todo o significado que a formação e o desenvolvimento desse curso de português para os imigrantes haitianos têm, de modo específico, para esta pesquisa de doutorado, e, de modo mais amplo, para a produção de conhecimento histórico acerca da experiência desses trabalhadores haitianos. Exploramos essas questões em um capítulo específico da tese. Importa-nos apenas destacar nesta introdução que, no segundo semestre de 2021, os encontros começaram com um grupo de seis trabalhadores haitianos reunidos na garagem de nossa casa, mas, em poucos meses, tomaram uma proporção muito maior. A partir do primeiro semestre de 2022, o curso de português

passou a contar com mais de uma centena imigrantes participantes. Nosso público, que inicialmente formava uma pequena turma, rapidamente se expandiu, de modo que logo precisamos nos organizar para atender a três turmas. O que se iniciou como uma ação pontual organizada por historiadores e educadores que investigavam a imigração haitiana em Cascavel – PR foi então repensado como um projeto de extensão universitária. Obviamente, a garagem de nossa casa não tinha a mínima condição de acomodar tantas pessoas, por isso, passamos a realizar os encontros em salas de aulas no *campus* da Unioeste de Cascavel – PR, localizado no bairro universitário, na região Sul da cidade.

A trajetória desse curso de português, que amarra em si dimensões de ensino, de pesquisa e de extensão, constitui para nós também uma experiência de pesquisa histórica riquíssima. Como mencionamos, exploramos alguns desses sentidos em um capítulo específico da tese, mas enfatizamos que, de muitas formas, o material de pesquisa que mobilizamos para a escrita deste trabalho foi forjado ao longo da trajetória desse curso e dos encontros que realizávamos. Primeiro, porque foi principalmente a partir desses momentos que conhecemos a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos com os quais realizamos as entrevistas. Junto a isso, foram nas visitas ao grupo de haitianos e haitianas que, de muitas formas, se vincularam a este projeto que pudemos avançar em nosso trabalho de campo. Além disso, e não menos importante, o espaço da sala de aula, da relação de ensino-aprendizagem e do diálogo entre nós (educadores/historiadores/pesquisadores) e aqueles e aquelas que participaram do curso (educandos/trabalhadores imigrantes) se constituiu como um espaço de troca e de compartilhamento de saberes riquíssimo.

Nesse sentido, os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que tivemos a oportunidade de dialogar ao longo da trajetória desta pesquisa nos evidenciaram um processo histórico atravessado pelo conflito de classe e pela exploração, no qual esses homens e mulheres se constituíram como sujeitos históricos. Ao lidarmos com relatos orais e, de modo mais amplo, com as informações que produzimos em nosso trabalho de campo com os trabalhadores haitianos e haitianas na cidade de Cascavel – PR, entendemos que esses sujeitos construíam, significavam e ressignificavam memórias acerca de suas trajetórias. O ato de narrar é um ato de organização de assuntos da vida segundo o presente. É, portanto, um ato de organização e de produção de memórias, a partir do qual, longe de “reconstruir” o passado, os trabalhadores recortam, selecionam e trazem à tona lacunas em suas narrativas e leituras que estão perpassadas pela subjetividade (Portelli, 1997).

Nessa direção, procuramos problematizar e dialogar com as entrevistas e o conjunto mais amplo de fontes que produzimos com os trabalhadores haitianos e haitianas como “linguagens do social” (Khoury, 2009). Refletir acerca da produção de múltiplas memórias pelos trabalhadores a partir desse conjunto de fontes, entendidas como linguagens do social, implica reconhecer, por exemplo, que, ao entrevistar um trabalhador ou uma trabalhadora, os historiadores não estão produzindo apenas uma linguagem para si próprios e para as suas pesquisas, mas estão produzindo memórias e linguagens organizadas e pensadas a partir da interação e da relação com o outro, profundamente marcada de sentidos sociais e políticos.

Ao defender a lógica histórica entendida como “discurso histórico disciplinado” conduzido pelos historiadores e historiadoras, que colocam em constante diálogo os conceitos e as evidências que lhe chegam do processo histórico sobre os quais se debruçam, Edward Thompson (1981) destacou que os historiadores não produzem conhecimento histórico lidando com “fatos” isolados, e sim com “[...] evidências do comportamento (inclusive comportamento mental, cultural) acontecendo no tempo” (Thompson, 1981, p. 48). Desse ponto de vista, ao lidar com fontes históricas, os historiadores se deparam com evidências de um processo histórico em movimento e não com a sua totalidade. Como pesquisadores, trabalhamos com fontes que são evidências limitadas, que têm a sua própria intencionalidade intimamente amarrada ao momento em que foram forjadas e que, portanto, não foram necessariamente produzidas pelos diferentes sujeitos envolvidos em um processo histórico para que, depois, os historiadores as acessassem.

Em seu ofício, os historiadores não se propõem a “reconstruir” a totalidade de um processo histórico, mas, antes, como indicou Thompson (1981) dialogando com a ideia das “musas” da antiguidade grega, a investigar um processo histórico como inspiração e motivação para tratarmos das questões que nos mobilizam. Quando exploramos determinado período e tema, esse processo histórico nos instiga a lançar questões, a estabelecer relações, a entender quem são os sujeitos que tomaram e tomam para si falar sobre esse processo e, nessa dinâmica histórica, produzem diferentes e múltiplas linguagens que serão e são interrogadas pelas questões construídas pelos historiadores em seu tempo histórico.

Como mencionamos, ao longo desta pesquisa, tivemos a oportunidade de dialogar com os trabalhadores haitianos e haitianas em diferentes contextos, como nas escolas em que lecionávamos, pois alguns deles têm se matriculado nos cursos de EJA, ou então nos encontros do curso de alfabetização de português para trabalhadores imigrantes que ajudamos a organizar. Da mesma forma, pudemos conversar com eles e visitá-los em suas casas.

Quando nos narraram sobre os locais de onde saíram e onde parte dos familiares e amigos ainda permanece, quando falaram sobre os locais por onde já passaram até chegarem a Cascavel – PR e se estabelecerem com outra parte das famílias e dos amigos ou quando comentaram sobre outros tantos lugares onde têm também conhecidos e que podem se apresentar como possibilidades de novos deslocamentos, nesse diálogo conosco na condição de pesquisadores (e que, em alguns casos, somos também professores/vizinhos...), não produziram apenas narrativas recortadas sobre “o que é ser imigrante”. Muito mais do que isso, elaboraram narrativas que estavam e estão profundamente marcadas pela intencionalidade e pelas suas próprias questões para falarem sobre si próprios. Foi e é para falarem de si e de como se veem no processo histórico em que estão inseridos em um determinado momento que tais sujeitos organizaram narrativas que evidenciam as dimensões dos deslocamentos geográficos que fizeram, das dificuldades que enfrentam com a língua, das situações vividas no espaço de trabalho, dos locais de sociabilidade que frequentam, entre tantas outras situações.

Entender que essas narrativas organizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras são linguagens do social produzidas e carregadas com elementos do movimento histórico dinâmico e dialético estabelece também a possibilidade e a necessidade de, no constante diálogo com essas linguagens, evidenciar como essas relações, intencionalidades, tensões, afetos e elementos de conduta moral se expressam. Como indicou Thompson (1981), os valores morais construídos no processo histórico não podem ser tomados como elementos menores ou menos importantes nas avaliações que os sujeitos fazem em suas análises da própria dinâmica histórica.

Desse ponto de vista, reconhecemos que há um desafio árduo, mas possível e necessário, no sentido de lidar e de interrogar a diversidade de experiências produzidas pelos sujeitos históricos que investigamos de modo a não os homogeneizar e, ao mesmo tempo, preocupar-se em fazer com que todas essas ambiguidades e contradições componham o todo da cena histórica. Contudo, é nesse exercício constante e desafiador no qual os historiadores lançam questões e testam hipóteses no diálogo com as evidências que podemos localizar a validade do conhecimento histórico (Thompson, 1981). Não no sentido de reconstruir algum processo exatamente como aconteceu, mas sim na direção de lançar e dar visibilidade a questões que nos intrigam sobre esse processo histórico e, nessa dinâmica, instigando à reflexão e ao diálogo com os nossos leitores e interlocutores de modo a poder contribuir para outras questões, lutas e desafios que se abrem no presente. Nessa perspectiva, ao lidarmos

com essa complexidade de relações e experiências expressas em linguagens do social, entendemos que não está em jogo dar conta de todas as respostas, mas sim lançar questões e instigar nossos leitores a pensar sobre elas, contribuindo com um debate e uma reflexão de viés histórico e político com nossos interlocutores, em uma relação presente-passado, inclusive com os sujeitos que são também objetos de nossos estudos.

Assim sendo, a exposição deste trabalho de pesquisa histórica foi organizada em três capítulos. De forma concisa, no primeiro capítulo abordamos os modos de viver e de trabalhar dos trabalhadores haitianos e haitianas que conhecemos e entrevistamos em Cascavel – PR antes de sua migração para o Brasil, destacando aspectos como a educação e as percepções sobre o desemprego e a violência enfrentados por esses sujeitos no Haiti. Nesse capítulo, partindo da análise das entrevistas, evidenciamos como, ao falarem de sua sociedade de origem, o Haiti, esses trabalhadores e trabalhadoras constroem sentidos que articulam presente e passado. Desse ponto de vista, embora já não morem mais no Haiti, esses sujeitos permanecem tecendo relações constante com a sociedade haitiana, o que inclusive podem nos ajudar a compreender o modo como outros trabalhadores, em outros países, como o Brasil, vivenciam e significam sua experiência laboral.

Ao longo do segundo capítulo, exploramos historicamente as experiências destes trabalhadores haitianos e haitianas em suas trajetórias de imigração, notadamente no Brasil, mas não apenas aqui. Nas entrevistas que realizamos com os haitianos e as haitianas em Cascavel – PR, pudemos observar que muitos deles têm trajetórias de deslocamento bastante diversas e que incluem experiências de viver, de trabalhar e de morar em outros países, como a República Dominicana, Cuba e Chile além das diferentes experiências que construíram em outras regiões do Brasil até chegarem ao Oeste paranaense. A partir de suas falas, discutimos as suas percepções e as comparações que esses sujeitos constroem entre os espaços que já percorreram e o espaço onde se encontravam quando os entrevistamos. Nesse sentido, analisamos as entrevistas que realizamos com esses sujeitos com vistas a problematizar tais experiências, enfatizando as suas percepções acerca de dimensões como o trabalho, as condições de moradia, as redes de apoio e solidariedade que conseguiram acessar ou mesmo construir, entre outros elementos. De muitas formas, é a partir dessa discussão que podemos dimensionar as avaliações e as percepções que as trabalhadoras e os trabalhadores haitianos que vivem em cidades como Cascavel fazem e que, em grande medida, os mobilizam a permanecer no Oeste do Paraná ou mesmo planejar outros deslocamentos.

Por fim, ao longo do terceiro capítulo, exploramos as expectativas de futuro que atravessam a experiência dos trabalhadores haitianos e haitianas em Cascavel – PR a partir da trajetória de formação e de desenvolvimento do curso de alfabetização de português para trabalhadores imigrantes, que desenvolvemos desde 2021. As atividades do curso envolveram a participação ativa dos imigrantes que se vincularam ao projeto, organizando-se para viabilizar o funcionamento do projeto, ajudando na divulgação, viabilizando formas de transporte para que aqueles e aquelas que moravam em bairros mais distante pudessem participar dos encontros ou mesmo debatendo os temas que eram propostos nas dinâmicas das salas de aula. Assim, os trabalhadores haitianos e haitianas construíram uma interessante experiência de organização. Por outro lado, essa experiência de organização também enfrentou limites, diferenças de percepções e expectativas com relação ao curso que precisaram ser dimensionadas coletivamente e impactaram o próprio funcionamento do projeto.

Explorando as entrevistas e os materiais que produzimos ao longo deste estudo, discutimos as diferentes expectativas e interesses que mobilizaram os haitianos e haitianas a participarem do projeto. Essas distintas expectativas, que em muitos momentos se complementavam, mas que também podiam se conflitar, permitiram-nos abordar e problematizar dimensões importantes da experiência desses sujeitos, por exemplo, as suas aspirações profissionais, o desejo de sociabilidade e de horizontes melhores de condições de trabalho e de vida para os trabalhadores haitianos no Brasil e, em especial, na cidade de Cascavel – PR.

CAPÍTULO 1: MODOS DE VIVER E TRABALHAR NO HAITI: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS HAITIANOS

1.1 Introdução

De acordo com o *Relatório Anual de 2020*, do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), entre 2011 e 2019, foram registrados no Brasil 1.085.673 imigrantes, abrangendo todas as nacionalidades e os diferentes amparos legais disponíveis (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020). Com relação aos imigrantes haitianos que solicitaram vistos de residência no Brasil, os números passaram de 5.528, em 2017, para 16.943, em 2018, atingindo 15.679 no ano seguinte. Paralelamente, no caso dos imigrantes venezuelanos, os registros mostram um salto de 15.326 solicitações de residência em 2017 para 49.267 em 2018, culminando em 70.653 em 2019. Ainda segundo o Relatório, em 2019, entre os solicitantes de refúgio, refugiados e imigrantes com visto temporário humanitário empregados no mercado formal brasileiro, 47% encontravam-se ocupados na indústria (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020, p. 14).

Embora apresentados de maneira resumida, esses dados permitem dimensionar o papel dos trabalhadores imigrantes no recente desenvolvimento capitalista brasileiro. A relação entre trabalho e imigração, no contexto das formas históricas de reprodução do capitalismo, tem sido objeto de análises desde o final do século XIX. Nesse contexto, destaca-se a compreensão de que os interesses do capital frequentemente orientam os fluxos migratórios de trabalhadores.

Historicamente, o desenvolvimento do capitalismo envolveu a expropriação de trabalhadores de seus meios de produção, colocando-os na condição de classe que necessita vender a sua força de trabalho para garantir a subsistência. Esse processo resultou na formação de um contingente de trabalhadores, um “exército industrial de reserva” que, além de rebaixar o valor da força de trabalho, podia ser deslocado para setores específicos da produção conforme exigências do capital (Marx, 1985). Lenin, ao abordar o imperialismo como fase histórica do capitalismo, salientou que o capital, ancorado na busca por mais-valia e lucros, tende a deslocar-se para regiões periféricas, reorganizando as formações econômicas e sociais locais, pressionando os trabalhadores a migrarem (Lenin, 1979; Bosi, 2019).

Essas reflexões oferecem um ponto de partida crucial para compreendermos historicamente a imigração haitiana para o Brasil, permitindo questionarmos leituras baseadas exclusivamente em “fluxos migratórios” (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2018). Embora úteis

na produção de estatísticas, tais abordagens pouco revelam sobre os sujeitos migrantes e o significado social da experiência de imigração.

Nesse contexto, as contribuições de Abdelmalek Sayad (1998) tornam-se especialmente relevantes. Para Sayad (1998), a imigração deve ser vista como um “fato social total”, abrangendo dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Assim, o deslocamento migratório ocorre em um “espaço qualificado”, no qual essas dimensões se entrelaçam. Compreender a imigração implica reconhecer que o imigrante, na sociedade receptora, é o mesmo indivíduo que emigrou de sua sociedade de origem; o imigrante carrega consigo o seu duplo, ou seja, o emigrante (Sayad, 1998).

A nosso ver, tal consideração de Sayad (1998) sobre o emigrante/imigrante levanta questões fundamentais para a pesquisa social. O autor aponta que a sociedade receptora frequentemente ignora os aspectos anteriores à chegada do imigrante, centrando-se exclusivamente no “problema social” que ele representa, em um ato de etnocentrismo (Sayad, 1998).

Nessa direção, o esforço de discutir historicamente a imigração haitiana no Oeste do Paraná, em especial para o município de Cascavel – PR, não pode se furtar a reconhecer que esses homens e mulheres haitianos trabalhadores não desembarcaram e continuam desembarcando no Brasil como “páginas em branco”, como sujeitos que trazem consigo apenas malas com algumas poucas roupas. Em suas bagagens, encontram-se sonhos e expectativas de uma vida melhor, compromissos estabelecidos com familiares e amigos que ficaram em seu país de origem; da mesma forma, carregam suas lutas, suas incertezas e seus medos, enfim, tudo o que compõe a experiência desses homens e mulheres como trabalhadores haitianos. Tais reflexões destacam a importância de articular a história da emigração com a da imigração, considerando tanto os interesses do capital quanto as trajetórias e as experiências dos trabalhadores migrantes. De modo sucinto, este capítulo discutiu os modos de viver e de trabalhar, as condições de vida desses sujeitos antes de migrarem para o Brasil a partir de temáticas como a educação e as percepções acerca do desemprego e da violência vivenciados pelos haitianos e haitianas que entrevistamos em Cascavel – PR.

1.2 Modos de viver e trabalhar: as feiras e mercados populares

Emmanuel é um jovem haitiano de 29 anos que reside em Cascavel desde 2019. Foi nesse ano que a sua mãe faleceu. Segundo ele, foi após essa despedida que ele resolveu deixar o Haiti. Nesta seção, dialogamos com a entrevista que gravamos com ele porque, de muitas formas e em muitos momentos, Emmanuel foi um interlocutor atencioso conosco. Foi o primeiro imigrante haitiano que conhecemos quando iniciamos a pesquisa. Posteriormente, quando principiou o projeto das aulas de português, Emmanuel também foi figura de destaque nessa organização. Retomamos o diálogo com Emmanuel em diversos momentos, mas, por ora, importa-nos registrar que, nas inúmeras situações em que tínhamos dúvidas ou até curiosidade sobre algum tema, ele era uma das primeiras pessoas as quais recorríamos para conversar.

Para iniciar, compartilhamos, na Figura 1, o mapa do Haiti e de seus Departamentos², posteriormente utilizado para indicar os aspectos de origem de Emmanuel.

² O mapa administrativo do Haiti foi organizado em uma estrutura baseada em níveis de coletividades territoriais: os departamentos, os *arrondissements*, as comunas e as seções comunais. Os departamentos servem como divisões administrativas primárias. Os *arrondissements* são distritos administrativos que dividem os departamentos do Haiti. Dentro de cada departamento e *arrondissement*, existem várias comunas que funcionam como municípios. Por fim, as menores unidades administrativas são as seções comunais, que são subdivisões das comunas. Atualmente, o Haiti tem 10 departamentos (em 2003, o departamento de Grand'Anse foi dividido em dois, dando origem ao departamento de Nippes), 42 *arrondissements*, 145 comunas, 571 seções comunais.

Figura 1 - Mapa do Haiti e seus Departamentos



Fonte: adaptada pelo autor de DepositPhotos ([20--])³.

Emmanuel nasceu em uma localidade chamada Founds Bayard, próxima a Founds Parisien, uma seção da comuna de Ganthier no departamento Oeste. Certa vez, em uma conversa informal enquanto almoçávamos, Emmanuel nos contou que tinha muitos irmãos. Achava que eram pelo menos 17: “Mas meu pai tem muitos, eu não consegui contar [risos], ele já morrer, mas eu conheço muitos, muitos, todos lá no Haiti, em Found Parisien, eu ajuda eles também às vezes”. A sua mãe, Dieula, tivera sete filhos, dos quais dois, Emmanuel e Jean, foram com seu pai. Os outros cinco filhos de sua mãe foram resultados de outros dois relacionamentos. De qualquer forma, os irmãos e irmãs maternos foram aqueles com os quais Emmanuel esteve mais próximo e passou mais tempo na infância e na juventude.

Foi com a mãe e os irmãos maternos que ele cresceu em Found Bayard. Emmanuel nos disse não se recordar muito da primeira casa que morou, apenas que sabia que era alugada. No início da década de 2000, a sua mãe, Dieula, conseguiu uma casa por meio da ajuda de um programa governamental.

³ Disponível em: <https://depositphotos.com/pt/photos/mapa-das-comunas-do-haiti.html?filter=all>. Acesso em: 20 ago. 2024.

Emmanuel: Ah, então, quando eu nascia, uma história bem, bem complicada. Eu vou explicar a você. Eu nasci outro, outro cidade, outro bairro, mais longe que Found Parisien. Se chama Found Bayard, se chama Found Bayard. Mas quando eu, tem um governo fazer casa pra minha mãe, fazia casa dois quarto, dois quartos normal, só não tem banheiro, não tem as coisas, porque muitas casas no Haiti não têm banheiro junto, sabe?, a gente fazer uma casinha lá e tomar banho.

Guilherme: No Brasil a gente chama de patente, quando tem o banheiro fora.

Emmanuel: É, assim. Mas minha mãe ganhou uma casa assim mesmo, mas ela não tinha casa normal, mas agora tinha porque casa tá lá no Haiti agora.

Guilherme: E quando que ela ganhou essa casa? Você lembra?

Emmanuel: Ah, não.

Guilherme: Claro, não precisa ser exato. Mas você já era nascido?

Emmanuel: Sim. Dois mil e, dois mil e quatro. Esse ano eu tinha mais ou menos doze anos, não, dez anos ou nove anos eu achei.

O relato de Emmanuel evidencia as precárias condições de moradia que parte importante da classe trabalhadora daquele país vivencia. Em fins da década de 1980, estimava-se que aproximadamente 8% dos trabalhadores vivessem nas ruas, enquanto 20% morassem em casas de barro com telhados de palha (Fass, 1987). Cerca de 40% da população vivia em habitações feitas de materiais de sucata, como caixotes quebrados e papelão. As famílias da classe trabalhadoras com melhores condições moravam em casas com paredes de tábuas de madeira ou blocos de concreto e telhados de metal (Fass, 1987). O terremoto de 2010 agravou as já precárias condições, e os esforços de reconstrução pós-terremoto não garantiram condições de trabalho e de moradias adequadas, muitas vezes resultando em conflitos sociais e no deslocamento de comunidades agrícolas (Seguy, 2014; Joos, 2022).

Emmanuel e os outros cinco irmãos se improvisavam como era possível no espaço bastante limitado dos dois quartos da casa nova. A lógica era que os filhos e filhas mais novos dormissem em um dos quartos com a mãe enquanto os mais velhos dividiam o segundo quarto. Com o tempo, conforme os filhos se tornavam adultos e almejavam outras possibilidades, como se casar, conseguir um emprego ou algo que permitisse se estabelecer em outra residência, a casa de dona Dieula em Found Bayard ia se esvaziando aos poucos. Os três irmãos mais velhos de Emmanuel se mudaram para Found Parisien, a comuna mais próxima.

Emmanuel nunca perdeu o contato com nenhum de seus irmãos maternos. De alguma forma, essa relação com os irmãos maternos se constitui uma considerável rede de apoio para Emmanuel, na qual ele consegue e fornece ajuda, financeira ou não. Alguns anos depois, ele próprio fora morar em Found Parisien a convite de um deles, e, mais tarde, foram também os

seus irmãos maternos, que já haviam emigrado para o Brasil, que o ajudaram a articular a própria vinda a Cascavel – PR. Retomamos esse elemento em outra oportunidade. De qualquer forma, Emmanuel nos ressaltou várias vezes que a casa própria que a senhora Dieula conseguiu significou uma melhora.

Na primeira entrevista que gravamos com Emmanuel, perguntamos-lhe o que a sua mãe fazia para garantir o sustento da família. Era uma das indagações que, em certo sentido, constituíam nosso “roteiro”. Mesmo que não tivéssemos uma lista de perguntas fechadas e fixas, nosso interesse pela trajetória de trabalho dos pais dos entrevistados e entrevistadas sempre aparecia. Em síntese, entendíamos que esse interesse nos ajudaria a abordar e dar sentido à trajetória dos sujeitos com os quais conversamos, trazendo-nos elementos da experiência de classe, vividos e compartilhados coletivamente, inclusive pela família. Em resposta à nossa pergunta, Emmanuel nos relatou que a sua mãe vendia comida em Found Bayard.

Guilherme: E, Emmanuel, o que sua mãe fazia lá no Haiti?

Emmanuel: Minha mãe fazia comida pra vender na rua.

Guilherme: Em Found Bayard mesmo?

Emmanuel: Em Found Bayard.

Guilherme: Que tipo de comida ela fazia?

Emmanuel: Comida arroz, feijão, carne.

Guilherme: Aquele frango que a gente comeu aqui em casa, na festa?

Emmanuel: Sim. Cada dia fazer uma comida diferente, sabe? Pra pessoa compra.

Guilherme: Mas ela fazia marmita e vendia? Ou ela levava as panelas?

Emmanuel: Ela fazer na panela mesmo e deixar lá, e pessoal vem, comprar e levar. Assim, tem pessoa comer no mesmo lugar também.

Guilherme: Entendi. Mas era um restaurante ou era uma venda na rua?

Emmanuel: Não era restaurante. Venda na rua. Tem feira lá, gente vai lá e fazer comércio.

Guilherme: E ela trabalhou quase toda a vida dela com isso?

Emmanuel: É, isso mesmo.

O trecho dessa nossa primeira entrevista com Emmanuel nos parece significativo por várias questões. Primeiro, pelo estranhamento inicial do entrevistador ao tentar entender o cotidiano da ocupação da senhora Dieula, a mãe de Emmanuel. Nossas tentativas de traçarmos comparações com as formas mais comuns de comércio de refeições em Cascavel – PR (ou, ao menos, as que estávamos mais acostumados) foram um fracasso. Emmanuel precisou insistir na especificidade da ocupação de sua mãe diante de nossas comparações forçadas.

Na medida em que nosso contato com outros haitianos e que nossas leituras sobre a formação e a História do Haiti puderam se ampliar, pudemos olhar mais atentamente a descrição de Emmanuel sobre o trabalho de sua mãe. Dessa vez, mais atentos para dimensionarmos a importância da dinâmica de ocupações ligadas ao comércio informal como a da senhora Dieula. Felipe Evangelista (2019) destaca que “[...] em um país em que a grande maioria da população não recebe salários e a escassez de dinheiro é generalizada, há um vasto universo social estruturado em torno do comércio” (Evangelista, 2019, p. 101). Esse autor ressalta também que, nos inúmeros mercados públicos ou feiras que existem em todo o Haiti, as mulheres costumam ser a maioria das comerciantes, sendo usual na língua kreyòl vários termos para se referir a elas (Evangelista, 2019). *Machann* é talvez um dos mais comuns e significa “comerciante”, em um sentido bastante amplo. Outro termo bastante empregado é *madan sara*, uma referência a uma espécie de ave migratória que, além de se deslocar constantemente, é bastante barulhenta (Evangelista, 2019). Inicialmente, o termo *madan sara* designava as mulheres que faziam comércio informal entre as províncias e a capital, Porto Príncipe. Por extensão, o vocábulo também passou a ser empregado para as comerciantes que atuavam em rotas transnacionais, notadamente entre o Haiti e a República Dominicana. Nesse último caso, trata-se de um circuito comercial de maior distância e que demanda maiores investimentos (Evangelista, 2019). Em meio a uma intrincada rede de feiras e de mercados populares, as *madann sara* estão intimamente ligadas às *machann* locais, seja vendendo algum produto trazido de outro lugar, seja comprando para revender em outra região (Evangelista, 2019).

As mulheres que se ocupam preparando e vendendo alimentos nas feiras e mercados públicos no Haiti também podem ser chamadas de *madanm machanm manje*. A sua presença no cotidiano do Haiti é amplamente comum. Em algumas regiões, como as zonas francas de Caracol e Ouanaminthe, as *madanm machanm manje* se estabelecem em feiras próximas às entradas das indústrias e assumem um papel importante não só na alimentação dos operários com refeições servidas a preços populares. Calegari (2014) relata que essas comerciantes foram essenciais no início de uma greve em uma indústria têxtil na região de Ouanaminthe. Quando a indústria têxtil passou a não pagar aos operários e às operárias o valor combinado pela produção, os trabalhadores tiveram dificuldades para saldar as suas dívidas com as *madanm machanm manje*, que muitas vezes lhes vendiam refeições fiado, pois sabiam de suas precárias condições financeiras. Foram elas quem começaram o movimento paredista pelo

pagamento aos operários do valor acordado, somente depois os próprios trabalhadores e trabalhadoras cerraram fileiras na greve (Calegari, 2014).

Joselene Carvalho (2020) também apontou esse elemento de solidariedade e de consciência de classe na fala das mulheres que entrevistou em sua pesquisa de doutorado e que se ocupavam como *madanm machanm manje* quando moravam no Haiti. Muitas dessas mulheres se solidarizavam com as péssimas condições de trabalho dos operários têxteis e expressavam uma compreensão bastante crítica ao estabelecimento das indústrias a partir do projeto das zonas francas, que, ao fim, resultaram na expropriação das famílias das terras que ocupavam para que as fábricas fossem construídas (Carvalho, 2020).

Madan sara, machan e *madanm machanm manje*, com suas especificidades, indicam-nos a importância das mulheres nesse comércio informal. Um papel de relevância que não se expressa somente na troca de mercadorias, mas em uma influência que se espalha em diversas dimensões dos modos de viver da população trabalhadora haitiana. Em uma segunda entrevista, retomamos esse ponto com Emmanuel. Dessa vez, com um repertório um pouco maior para poder indagá-lo novamente acerca de sua mãe, a senhora Dieula.

Guilherme: Emmanuel, tem uma dúvida da primeira conversa que nós tivemos e que eu queria te perguntar. Você falou que a sua mãe ela trabalhava como vendedora na rua, fazendo comida e levava na rua para vender para as pessoas. E que têm mulheres que vendem muitas coisas, várias. Eu vi que no Haiti é muito comum esse tipo de comércio, e as mulheres trabalham muito neles. E eu vi que têm vários termos, um termo para isso, que é *madan sara*. Você conhece o que é isso e poderia me explicar?

Emmanuel: Ah, *madan sara* é mulher que foi comprar as coisas em outro cidade. É uma mulher que foi comprar as coisas em outro cidade pra vender também. É assim, entendeu? Ela sai no cidade dela e foi comprar as coisas na outro cidade pra vender pra outro pessoa.

Guilherme: Emmanuel, por exemplo, a feira que sua mãe levava a comida para vender era em Found Bayard mesmo? Tinha algum mercado ou feira lá? E em Founds Parisien, existia esse tipo de mercado ou de feira?

Emmanuel: Oh, Gui, essa feira vende tudo os tipos de coisas, tudo, sabe? Vende roupa, chinelo, tudo, tudo as coisas, arroz, muitas coisas, muitas coisas. Pessoa vende pra outra pessoa comprar, sabe? Lá em Founds Parisien tem um feira, ah, na segunda-feira e quinta-feira. Entre Haiti e República Dominicana. Minha mãe não vai lá, em Founds Parisien. Ela fica em Found Bayard, ela mora lá. Mas tem pessoa que vai lá comprar em Found Parsien, depois vai vender pra outro pessoa em Found Bayard, e vai vender lá também, é assim.

Nos dias específicos em que os mercados populares ou feiras se organizam, multidões são atraídas para eles. Ali são comercializados produtos agrícolas e outras mercadorias

essenciais do dia a dia, calçados, tecidos para diversos usos, como a costura de roupas, panos e cortinas, toalhas de mesa etc. Neles também é possível encontrar produtos de beleza, como cremes e perfumes (Evangelista, 2019). E, é claro, há nas feiras a presença constante das mulheres que vendem comida, as *madanm machanm manje*. Nesse sentido, a fala de Emmanuel pode ser interpretada como uma evidência das complexas dinâmicas das feiras e dos mercados populares no Haiti.

Notadamente, é interessante observar como se relacionam as feiras ou mercados populares maiores, como o de Founds Parisien, e as feiras de localidades menores, como a de Found Bayard. No mercado de Found Parisien, próximo à fronteira com a República Dominicana, há a presença dessas comerciantes de maiores escalas e distâncias, as *madan sara*, que trazem a Found Parisien produtos da capital Porto Príncipe ou até mesmo da República Dominicana (Evangelista, 2019). No mercado popular de Found Parisien, porém, também são vendidos produtos levados pelas mulheres de comunidades menores. Ali, tanto as *madann sara* revendem às *madan machan* produtos trazidos de distâncias maiores, assim como ocorre o contrário, as primeiras se abastecem de produtos vendidos pelas segundas para posteriormente revendê-los em outras feiras e mercados populares, inclusive naqueles do outro lado da fronteira com a República Dominicana (Evangelista, 2019).

O ponto que nos parece relevante aqui é como essas feiras são importantes para as trabalhadoras e os trabalhadores haitianos, tanto como forma de ter acesso a alguns produtos quanto como meio para comercializar pequenos excedentes. Nessa direção, a trajetória de Tony, trabalhador haitiano que conhecemos por meio dos encontros do curso de português, também é significativa de todo um modo de viver e trabalhar que se relaciona e que se complementa nas feiras e mercados populares haitianos.

Tony deixou o Haiti em 2017, com cerca de 27 anos, e, depois de morar e trabalhar no Chile por dois anos, chegou ao Brasil em 2019. Quando o entrevistamos, no final de dezembro de 2024, o sentimento que dava o tom de sua fala ao nos contar sobre a sua trajetória era a alegria. Naquele momento, completavam-se quatro meses que Tony havia conseguido trazer a sua família do Haiti para o Brasil, esposa e três filhos. Apesar de o filho mais novo já estar prestes a completar sete anos, Tony ainda não tinha tido a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, pois, quando deixara o Haiti, a esposa ainda estava grávida. A alegria desse reencontro permeou toda a conversa que tivemos com Tony. Foi tingida pela alegria do reencontro familiar que a narrativa de Tony organizou a memória de pontos relevantes que delimitam a experiência de trabalhadores haitianos.

Contou-nos Tony que viveu a sua infância em uma pequena comunidade rural chamada Balan, situada a Leste da cidade de Porto Príncipe, na comuna de Croix-des-Bouquets. Os seus pais tinham uma propriedade pequena a partir da qual tiravam o sustento de uma família que, além do casal, contava ainda com cinco filhos. Assim como os demais haitianos e haitianos que vinham de famílias que moravam em áreas rurais com os quais tivemos a oportunidade de conversar, a dinâmica da propriedade onde viviam os pais de Tony era a subsistência. Plantavam-se feijão, inhame, mandioca, banana da terra, criavam-se porcos, vacas, além de alguns burros que ajudavam nas tarefas cotidianas. Ainda assim, era apenas com muitas dificuldades que os pais de Tony conseguiam manter o núcleo familiar. Essa dinâmica de subsistência envolta em uma série de dificuldades é um elemento que permeia as trajetórias dos haitianos.

Podemos dimensionar algumas dessas dificuldades a partir do estudo de Jacques Fils Pierre. Em sua dissertação de mestrado em Educação Agrícola, Pierre (2018) investigou cinco comunidades agrícolas na região de Petite Rivière de Bayonnais, no *arrondissement* de Gonaives, no departamento de Artibonite, Haiti. O pesquisador observou que a maioria dos agricultores daquelas comunidades geralmente herda pequenas propriedades, não tem acesso à eletricidade e todas as famílias moram em casas construídas a partir de madeiras e pedras (Pierre, 2018). O autor também constatou que as propriedades por ele pesquisadas eram organizadas fundamentalmente a partir da mão de obra familiar e da ajuda dos vizinhos em formato de mutirões, sendo que os principais instrumentos de trabalho utilizados eram o terçado e a enxada (Pierre, 2018, p. 27). Pierre (2018) que

O salário-mínimo do Haiti é de 350 Gourdes, o equivalente aproximadamente a \$5 dólares americanos. Entre os agricultores entrevistados, 79% possuíam renda familiar menor (59%) ou igual (20%) a um salário-mínimo, enquanto que somente 20% tinham renda superior a um salário mínimo. Essa baixa renda dos agricultores familiares entrevistados influencia, em parte, no grau de pobreza no qual vivem mais de 79% deles (Pierre, 2018, p. 28).

A partir dos questionários utilizados em sua dissertação, Pierre (2018) apurou que, nas comunidades investigadas, dois terços dos moradores tinham mais de 48 anos, o que, segundo o autor, indicaria que “[...] os jovens apresentam pouco envolvimento e interesse em praticar a agricultura como principal atividade” (Pierre, 2018, p. 22). A degradação ambiental, particularmente o desmatamento, exacerba a precariedade das comunidades ao reduzir os

recursos hídricos, levando a conflitos sobre o acesso à água para irrigação de suas plantações, principalmente no inverno (Pierre, 2018, p. 39). Nesse contexto, o pesquisador ainda indicou que a renda das famílias tendia a ser complementadas por outras fontes, como as remessas do exterior, algo em torno de 8,3% da renda das famílias por ele analisadas.

No caso da família de Tony, somavam-se às atividades agrícolas a produção e a venda de carvão. Quando conversamos, ele nos disse sobre esse processo da seguinte maneira:

Guilherme: E o que sua mãe fazia no Haiti, Tony?

Tony: Minha mãe fazer comércio. Fazer, saber fazer, vendia o carvão.

Guilherme: Carvão?

Tony: É.

Guilherme: Como que era isso?

Tony: Carvão, pra fazer comida. Igual aqui carvão churrasqueira.

Guilherme: Mas, assim, ela trabalhava, onde é que ela, como que produz? Ou ela só vendia o carvão?

Tony: Vendia. Só que meu pai fazer carvão também.

Guilherme: E como que faz carvão?

Tony: Ele corta todos os madeira, tem um madeira lá que faz picar, picar assim você [gestos para indicar uma árvore com espinhos], é perigoso lá, corta ela, depois junta ela bem junta, coloca um grama pra cima dele [gestos de formar um monte], joga terra pra cima dele, depois na cabeça [gestos indicando o topo de um monte], na boca dele, abrir a boca dele, colocar um fogo no seco, coloca ele e depois coloca fogo ali, pra baixo dele. Fica uns cinco ou quatro dia. Já tá bom.

Guilherme: Faz como se fosse um forno?

Tony: Forno, é. Joga terra assim pra cima dele, pra cima do grama, segura terra, fica cinco dia assim. Pai fazia o carvão e mãe vendia

Guilherme: E onde ela ia vender esse carvão?

Tony: Vender você quer, como ser o nome disso aqui?, como eu disse? Não sei, aqui tem um cavalo pra levar, e tem um outro.

Guilherme: Burro?

Tony: Burro. É assim mesmo. Vende com burro. Só que é longe pra vender.

Guilherme: Ela ia longe vender?

Tony: Pra minha mãe sair vender carvão ficar dois dias, saiu hoje, entra até amanhã na casa dele.

Guilherme: E ela ia levando o burrinho na casa das pessoas?

Tony: Não. Sim. Vender na rua não. Vende na feira.

Guilherme: Ah, na feira. E em que lugar que era essa feira?

Tony: Ah, é longe. Lá na mesma cidade de Porto Príncipe. É lá que vai vender.

A fala de Tony nos descreve uma forma específica de produção de uma mercadoria, o carvão vegetal. No caso da família de Tony, produzir carvão era uma atividade realizada na própria propriedade dos pais e feita de modo integrado com uma série de outras práticas camponesas, como a agricultura e a criação de animais. Ainda assim, Tony nos revelou que o carvão que a sua mãe levava para uma das feiras em Porto Príncipe era uma maneira

importante de eles conseguirem outros produtos básicos, por exemplo, tecidos, ferramentas e até remédios.

Quando procuramos informações acerca da produção de carvão vegetal no Haiti, alguns dados interessantes puderam ser levantados. Um primeiro ponto é que a forma tida como a mais tradicional de produzir carvão vegetal, que envolve a combustão incompleta de madeira, como aquela descrita por Tony, é uma prática bastante generalizada no Haiti. Estudos produzidos a pedido do Banco Mundial procuram elencar alternativas a essa prática, considerada como ineficiente e que resultaria em uma perda significativa de recursos (Michel; Kendall, 2013). Na década de 1980, estimava-se que degradação ambiental consequente do desmatamento associado a essa dinâmica de produção do carvão vegetal levaria ao esgotamento dos recursos ambientais até a década de 2000. Apesar dessas previsões, o carvão vegetal permaneceu como uma fonte central de energia, com a sua produção profundamente enraizada na economia e na cultura locais (Tarter *et al.*, 2018). Nesse sentido, os estudos financiados pelo Banco Mundial indicaram que utilização de outras fontes de energia, como o propano, é dificultada pelas condições de pauperização de parte significativa da população haitiana, mantendo-se o carvão vegetal como a opção mais viável aos trabalhadores haitianos empobrecidos (Michel; Kendall, 2013).

Por outro lado, a narrativa organizada por Tony também nos coloca diante de outros elementos relevantes. É relevante observar a divisão do trabalho que Tony descreve. Enquanto ao pai caberia o papel de “fazer carvão”, a mãe incumbia-se da venda do produto em uma das feiras na capital, Porto Príncipe. A pé, ou melhor, guiando os animais que carregavam o carvão, o trajeto de Balan até a região metropolitana de Porto Príncipe podia levar mais de sete horas. Entre a ida e a volta, a sua mãe demorava dois ou até três dias fora do sítio em Balan. A mãe de Tony é um elo importante para pensarmos como o universo de relações de produção de pequenos agricultores no campo se conectam com as feiras e mercados populares. E não é a única evidência dessas conexões que pudemos encontrar durante a pesquisa. A mãe de Raphael é outro exemplo.

Conhecemos Raphael durante o curso de português. Tinha 42 anos quando começou a participar dos encontros na Unioeste, em 2022. Nascera em 1979, na comuna de Dessalines, localizada no *arrondissement* de Dessalines, departamento de Artibonite. Fora o terceiro dos quatro filhos de seus pais tiveram. Alguns anos depois de seu nascimento, o pai faleceu. Ainda menino, com pouco menos do que cinco anos, mudara-se com a mãe para a comuna de Sain-Marc, localizada no mesmo departamento, porém, em outro *arrondissement*.

Durante a sua infância e juventude, Raphael acompanhou a dinâmica de sua mãe em Saint-Marc até que ela falecesse, quando tinha 19 anos. Moravam na área urbana da comuna, mas a sua mãe tinha uma rotina marcada pelo movimento entre Saint- Marc e a área rural.

Guilherme: E os seus pais, a sua mãe, a sua família, eles faziam o que em Saint-Marc?

Raphael: Minha mãe fazer plantação.

Guilherme: E você lembra o que é que eles plantavam?

Raphael: Tem estação eles fazer arroz, tem estação ela fazer cebola, feijão, tomate e outros também.

Guilherme: E lá em Saint-Marc, a terra da sua mãe era terra própria dela ou era alugado o lugar onde ela plantava?

Raphael: Não, ela não aluga, ela tem sua terra própria. Você pode morar em um cidade e você não trabalha em este cidade. São, às vezes, ela, ela fica em São Marcos, ou Saint Marc, e em outras vezes ela vai em campanha, em campanha.

Guilherme: O que é “em campanha”?

Raphael: Em campo, como você fala? Tem cidade e tem *camp*.

Guilherme: Ah, entendi. Campo.

Raphael: Você pode morar em esta cidade e morar campo, assim pra trabalhar e fazer comércio. Quando ela vai trabalhar ela fica na campo. Ela tem menina em cidade Sant Marc, ela vai em Sant Marc fazer comércio e depois ela vai em campo.

É oportuno observar que há uma afinidade entre esse comércio praticado pelas mulheres haitianas e a mobilidade (Evangelista, 2019). É no deslocamento entre os sítios onde moram e/ou trabalham e as feiras urbanas, ou mesmo na locomoção entre duas ou mais cidades onde acontecem tais mercados populares, que mulheres como as mães de Tony, Emmanuel e Raphael encontram meios de subsistência para si e para os seus. A esse respeito, Felipe Evangelista destacou que “[...] as comerciantes (*machann*) estão sempre em movimento, tanto entre as cidades e províncias haitianas quanto através de fronteiras internacionais” (Evangelista, 2019, p. 101). Tanto Raphael quanto Tony enfatizaram que a venda das mercadorias (o carvão ou gêneros alimentícios populares no Haiti) era praticada por suas mães em dinâmicas muitas vezes complexas de deslocamento. Nesse sentido, parece-nos relevante enfatizar a importância desses deslocamentos em uma sociedade na qual, como destacou Handerson Joseph, a mobilidade não está circunscrita apenas aos movimentos migratórios para fora do Haiti (Joseph, 2015, 2019).

Patrick é outro trabalhador haitiano que tivemos contato por intermédio do curso de português. Em 2021, quando tivemos contato pela primeira vez, Patrick tinha 51 anos de idade, embora em sua certidão de nascimento constasse que ele teria 61 anos. De qualquer

forma, ele passou a frequentar os encontros do curso com assiduidade. Tornou-se uma personagem importante na trajetória de nosso curso de português, ouvido e respeitado pelos colegas haitianos. Participativo e atencioso, foi um dos primeiros estudantes e contribuiu com a própria organização de diversas demandas do curso, por exemplo, convidar novos estudantes e tirar as dúvidas dos amigos e amigas haitianos que o procuravam pedindo por mais informações.

Gravamos uma primeira entrevista com Patrick em janeiro de 2023. Nessa época, ele dividia uma *kitnet* próxima à rodoviária com um amigo haitiano, Rony, e a prima de Rony. Conversamos por mais de duas horas nessa oportunidade, porém, assim como aconteceu com Emmanuel, nosso diálogo com Patrick foi constante durante toda a pesquisa. Inclusive, antes e depois de morar com Rony e sua prima, Patrick viveu em outra *kitnet* no mesmo bairro que o nosso. Assim, não foram poucas as vezes em que nos encontramos caminhando pelas ruas do bairro, no mercado próximo ou mesmo a caminho do curso de português quando os encontros passaram a serem ministrados na Unioeste. Seja nessas conversas pessoalmente ou por mensagens de celular, estivemos sempre dialogando com Patrick, algo muito valioso de incontáveis maneiras.

Patrick nos contou que nascera em uma localidade rural próxima à comuna de Les Cayes, no *arrondissement* de mesmo nome (Les Cayes), no departamento Sul. Foi lá onde vivera com o avô paterno, os pais e seus sete irmãos. Quando o questionamos acerca desse período, Patrick nos descreveu um pouco da experiência de uma família camponesa haitiana:

Guilherme: E, Patrick, o que os seus pais faziam no Haiti? Com o que eles trabalhavam?

Patrick: Eles trabalhavam com cultivar terra [pergunta a Rony] agricultor, na terra.

Guilherme: E o que eles plantavam?

Patrick: Milho, coco, feijão diferente, *petit* milho, feijão diferente, branco e preto, e carvão, coisa que você vai comprar na supermercado pra fazer churrasco aqui.

Guilherme: Carvão?

Patrick: Carvão [risos]. Eu nasci, eu já nasci acho minha família já fazem, a meu pai.

Guilherme. Eles faziam carvão?

Patrick: Ele é um deles que meu pai fazia. Fazia carvão e outras coisas mais. Cana suco [cana-de-açúcar], tem várias coisas, meu pai. Minha mãe é vendedora de milho, feijão preto ou branco, e *petit* milho também, tudo as coisas, batata doce. Eu vi tudo as coisas estão no supermercado aqui. Só que lá é diferente. Minha mãe leva tudo os coisas, feijão, milho, batata doce, tudo as coisas, ela vai na feira em Les Cayes pra vender. Vende [gestos], vende [gestos], vende [gestos] tudo o que precisa. E compra também.

Guilherme: Entendi. Vocês plantavam essas coisas? [Patrick concorda] E daí ela ia vender numa feira na cidade? Como funcionava?

Patrick: Tudo pessoa fez a mesma coisa nessa cidade, porque é só isso que tem pra tudo as famílias, tudo os parentes fazem. Porque eles vão descer, porque eles têm a mão pra cuidar família, filha, filho deles, parente deles. Tá bom? Então não acho minha família rico, ele não está rico, não está rico. Tá bom? Porque eles não são rico, eles trabalham duro, trabalhador pra cuidar filho e família deles.

Em grande medida, a organização econômica da família de Patrick, enquanto ele morou com os pais, se pautava no cultivo de diversos gêneros alimentícios e na produção de carvão vegetal em pequena escala. Parece ser uma realidade compartilhada por várias famílias de trabalhadores haitianos, como a de Tony, que já mencionamos. Em outra oportunidade posterior a nossa primeira entrevista, em uma das conversas que tivemos em frente à casa de Patrick enquanto fomos vizinhos de bairro, ele nos mencionou que, no caso de sua família, o carvão que produziam não costumava ser levado até a feira de Les Cayes, pois era utilizado por eles mesmo para cozinhar. Eventualmente, o carvão podia ser trocado com algum vizinho por algo que a família estivesse precisando, geralmente algum alimento, mas não era uma regra.

Por fim, é relevante destacar a percepção de Patrick acerca dessa dinâmica que, para ele, é compartilhada por outras famílias da classe trabalhadora. O comércio que sua mãe fazia ao levar os alimentos que produziam no sítio da família não era uma forma de acumular capital e enriquecer. Antes disso, Patrick parece entender que essas práticas constituem uma possibilidade de subsistência, uma forma de garantir o “cuidar da família”, inclusive socialmente compartilhado. Desse ponto de vista, é relevante que Patrick estabeleça uma comparação com os supermercados que conheceu no Brasil. Muitos dos alimentos produzidos e comercializados por famílias como a dele no Haiti podem ser encontrados nos supermercados brasileiros. Todavia, se os alimentos vendidos e comprados na feira de Les Cayes no Haiti eram associados às diversas famílias como as dele, que plantam, colhem e levam tais alimentos até a feira, nos supermercados brasileiros, Patrick os percebe sob o prisma da diferença. Eles estão ali, Patrick até os vê, mas a sua relação com eles é outra, e, na maioria das vezes, não pode os comprar. Expostos nos supermercados brasileiros, esses alimentos aparecem para ele como mercadorias abstratas, das quais ele tende a pouco saber sobre quem são os sujeitos que a produziram, ao passo que supermercados e redes de supermercados (e seus proprietários) enriquecem. Nos parece que é a partir desse prisma que é possível entender a insistência de Patrick em enfatizar que, na região onde sua família vivia

no Haiti, vender os excedentes das produções agrícolas nas feiras era uma prática comum aos trabalhadores e que eles não eram ricos, mas sim trabalhadores.

As dinâmicas das feiras e mercados populares no Haiti que nos foram narradas pelos trabalhadores e trabalhadoras que entrevistamos ao longo da pesquisa enfatizam experiências da classe trabalhadora haitiana. Seja nas formas de organização e divisão do trabalho para a produção de alimentos ou outros itens importantes no cotidiano das famílias como o carvão, seja no trabalho no comércio realizado principalmente pelas mulheres comerciantes, as *madan machan*, podemos encontrar evidências interessantes da importância desses espaços na experiência dos trabalhadores haitianos. Uma relevância que não se expressa apenas em termos econômicos, no sentido dessas feiras serem meios de subsistência onde se compram e se vendem determinadas mercadorias essenciais, mas também por uma importância moral (Thompson, 1998). Nesse espaço se manifestam noções de solidariedade, como a venda a preços tidos como justos para aqueles que estão em dificuldades financeiras, aos operários em greve que não estão recebendo seus salários da forma como deveriam ou mesmo às crianças com fome (Evangelista, 2019; Carvalho, 2020).

1.3 Trabalho e educação na experiência de trabalhadores haitianos

Guy é um dos imigrantes que participaram do projeto de alfabetização desenvolvido durante esta pesquisa. Atencioso e interessado, Guy já tinha um bom domínio do português, o que permitiu que, em diversos encontros, ele fosse um dos estudantes mais participativos de sua turma. Nesses momentos, mais de uma vez, Guy nos narrou que gostaria de cursar Psicologia. No Haiti, não houvera oportunidade de iniciar os estudos na área, mas era uma carreira profissional que o atraía desde jovem. Quando começou a participar do curso de português, a sua expectativa era de que, no Brasil, esse sonho pudesse avançar.

Quando o entrevistamos, no início de 2023, Guy havia completado 32 anos de vida, dos quais os últimos dois haviam se passado no Brasil. Assim como vários dos haitianos e haitianas com quem tivemos a oportunidade de conversar, Guy crescera na área rural, em uma localidade chamada Mare Rouseaux, vinculada à comuna de Ganthier. Em sua juventude, durante a década de 1990 e 2000, os pais de Guy mantinham a duras custas uma pequena propriedade a partir da agricultura familiar.

Guilherme: E os seus pais, eles plantavam e o que eles plantavam eles vendiam na cidade ou como funcionava?

Guy: Pra te responder sua pergunta da agricultura lá no Ganthier, a agricultura faz quando tem chuva, só na chuva. Minha casa, a casa dos meus pais faz com tijolo, lá na verdade é *block*. Mas lá não tem energia elétrica, eu falei, lá eu moro, eu morei lá, não tem energia elétrica. Tem água, mas a gente vai buscar água, tem que caminhar uma hora pra buscar água, tá?

Plantavam principalmente milho, batata e feijão. O excedente dessas colheitas sazonais e às vezes inconstante era comercializado nas feiras próximas a Ganthier ou até trocado com os vizinhos mais próximos por outros gêneros que pudessem compor a alimentação da família. De qualquer forma, a lógica dessas trocas não era acumular, mas sim garantir a subsistência. “Às vezes vende, mas só às vezes mesmo; mais vezes era só pra comer mesmo”. Na mesma direção, a precariedade das condições da família de Guy também é expressa na falta de luz elétrica e na longa distância a ser percorrida para se conseguir água.

Permanecer no campo com os pais não era visto por Guy como atrativo, seja pelas condições árduas do trabalho na agricultura, seja pelo interesse do jovem de continuar os estudos e talvez cursar uma graduação. Com 23 anos, já tendo concluído o equivalente ao Ensino Médio, Guy foi morar com uma de suas tias em Ganthier. Ali, conseguiu um trabalho como professor da educação fundamental. Foram cinco anos lecionando para crianças e jovens, de 2013 a 2017.

Guilherme: E, Guy, você falou que era professor lá no Haiti. Você chegou a cursar, a fazer a faculdade lá ou como que foi que você se tornou professor lá?

Guy: Às vezes, não, às vezes sim, a gente, depende da nível você está ensinando. Se você não ensinar, exemplo, ensino médio, você não precisa fazer faculdade para ensinar lá. Depende da nível você tá ensinando. Eu ensina Letras e Matemática também, porque a gente, a gente faz tudo. Porque eu ensinava o nível, como se fala, quinta e sexta, é juntos, misturado, é juntos, e eu ensinava a fazer tudo, tudo assunto lá na escola, a fazer tudo, Letras, Ciência Social, Ciência Experimental, tudo.

Quando começamos a mapear as experiências educacionais dos imigrantes haitianos que conhecemos, percebemos que muitos deles haviam trabalhado como educadores em algum momento. Alguns, como evidenciado adiante, tinham uma formação acadêmica que os qualificava à docência em moldes mais próximos ao que estamos acostumados no Brasil, ou seja, com uma licenciatura. A maioria dos homens e mulheres haitianos com os quais conversamos, porém, nos contou que não tinha esse tipo de formação e que isso não era

necessariamente um impeditivo para que trabalhassem como professores no Haiti, dependendo do nível para o qual lecionariam. Quando entrevistamos Guy, esse foi um elemento que nos enfatizou pacientemente várias vezes, talvez porque percebesse nosso estranhamento diante dessa possibilidade da docência sem uma formação específica.

De qualquer modo, ao nos contar sobre a sua trajetória de trabalho como docente, Guy nos revela elementos importantes do sistema educacional haitiano. A esse respeito, Constant (2007) destacou que mais de três quartos dos educadores no Haiti não dispunham de nenhuma formação profissional específica, em muitos casos lecionando com uma qualificação inferior ao Ensino Fundamental. Joselene Carvalho (2020) também observou em sua pesquisa que muitos dos imigrantes entrevistados por ela, ao se referirem às suas trajetórias educacionais no Haiti, mencionavam que tiveram aulas com professores e professoras que não tinham uma graduação em licenciatura. No entanto, essa autora também sublinhou que, apesar da precariedade do sistema educacional público haitiano, muitos dos homens e mulheres por ela entrevistados organizavam experiências de alfabetização informais, como professores ou como alunos, e, em muitos desses casos, priorizavam o ensino do kreyòl, idioma popular no Haiti, em oposição ao francês, língua que remete à herança colonial haitiana (Carvalho, 2020).

Ao nos contar sobre esse período, Guy avalia o saldo dessa experiência profissional destacando a instabilidade que o trabalho docente lhe garantia:

Guy: É, pra mim não foi bom, porque por isso eu saí. Porque eu gosto muito de ensinar, porque meus estudantes me gostam muito, quando porque eu gosto muito ensinar. Mas tudo pagar pouco, tudo pagar pouco. E tem mais escola privado, porque tem um pouquinho escola pública. Eu ensinava lá no escola privado, eu achei o salário é muito pouco pra mim, por isso eu saí. Eu passei tudo, eu comecei 8h da manhã até 5h da tarde.

Guilherme: Todo dia?

Guy: Todo dia sim. Mas é muito difícil, não posso cuidar da minha vida, da minha família, por isso eu saí. E depois eu vou vender camisetas. Mas e tem algumas escolas pagar o salário é muito bom, porque quando a gente trabalha por hora, por, pela hora, por exemplo, um hora igual a, você sabe a moeda lá no Haiti é o Gourde, um hora igual a cento Gourde, ou oitenta, também é assim. Mas às vezes quando a gente trabalha lá na escola ganha um pouco dinheiro. Mas se você não tem outro emprego você aceita o salário, mas se você tem outra maneira de cuidar sua vida você não vai ensinar.

Quando pesquisamos artigos e reportagens na internet acerca das condições da Educação Básica no Haiti, em linhas gerais, o que se destaca é a percepção de que muitas das escolas operam com recursos limitados, as salas de aula estão superlotadas, com até 50 alunos

por turma, e há falta de materiais didáticos (Constant, 2007; Richardson, 2014). De acordo com estudo organizado pelo Banco Mundial (Adelman *et al.*, 2015), mais de 80% das escolas primárias não são públicas no Haiti. Segundo os autores desse estudo, para os professores, a segurança no emprego seria maior nas escolas públicas, mas as garantias de pagamento não. Mesmo nas escolas públicas, os professores geralmente trabalham em ambientes em que o governo fornece financiamento mínimo, resultando em mensalidades que as famílias têm dificuldade em pagar (Richardson, 2014). Soma-se a isso a realidade de que muitas escolas têm as suas atividades interrompidas devido ao que o estudo financiado pelo Banco Mundial define como “distúrbios políticos, greves e atrasos nos pagamentos” (Adelman *et al.*, 2015).

Quando analisamos a fala de Guy, podemos encontrar esses elementos gerais: os baixos salários como regra, as jornadas de trabalho longas e cansativas e a presença significativa das escolas privadas em relação às escolas públicas. Mas nos parece interessante ressaltar como esses aspectos gerais são vividos e articulados na experiência de Guy. A docência podia lhe trazer alguma satisfação e realização. Gostava de ensinar, e, segundo ele, seus estudantes gostavam dele como professor, porém a satisfação não resolvia os problemas práticos de Guy como jovem da classe trabalhadora.

Enquanto era solteiro e morava com sua tia, o trabalho como professor nas condições descritas por ele podia ser entendido como aceitável, o que estava longe de significar que era um bom emprego. Antes disso, era o “possível” em um cenário marcado por pressões e limites de um contexto no qual a escassez de empregos tendia a ser a regra. As expectativas e os horizontes de Guy, no entanto, também estavam em movimento. Conheceu uma moça que se tornou sua namorada. Não demorou muito para que o jovem casal construísse a expectativa de morar juntos. Ainda mais quando foram chegando os três filhos do casal. Ter um espaço para a nova família se tornava uma necessidade, mas atender a essa demanda implicava o comprometimento de uma quantia significativa dos salários de Guy e de sua companheira com o aluguel de uma casa.

Guilherme: E quando você saiu, saiu da casa da sua tia para alugar, você não trabalhava mais como professor?

Guy: Já, já começava a trabalhar de professor [risos]. Porque às vezes a gente precisa e tem um lugar mais, você tem, você precisa, você tem, como se fala?, muito bem tem um casa, porque se você precise deitar sem problema, fazer qualquer coisa sem problema, tem sua vida. Sim, porque quando você tem muitas pessoas, você não tá livre [risos].

Como alternativa ao emprego de professor, Guy começou a buscar camisas em Porto Príncipe para vendê-las em Ganthier. A cada duas semanas, ia até a capital do Haiti junto com outros amigos. Como tinham pouso na casa do parente de um deles, lá passavam um ou dois dias escolhendo as camisas que levariam para Ganthier. Quando retornavam, levavam o vestuário para a feira local, o mesmo espaço onde também eram comercializados alimentos e toda uma diversidade de produtos. Quando nos disse acerca dessa dinâmica, Guy o fez comparando-a à rotina de professor.

Guilherme: E conseguia ganhar mais do que como professor?

Guy: Sim, ganhava mais [risos]. Ganhava mais. Eu, eu falei, eu gastei lá no ensinar, se eu passei cinco anos lá na como vendedor eu ganhar mais. Pra mim, cinco anos eu gastei lá no quando eu estava como professor, eu pensei.

Guilherme: E depois que você trabalhou como vendedor, você ficou quanto tempo trabalhando como vendedor?

Guy: Depois que sair lá no ensinar, eu passei três anos, porque eu, depois eu só vim aqui no Brasil depois eu sair lá como vendedor. Eu passei três anos lá. Depois eu vim aqui Brasil. Meu motivo de vir eu queria, eu quer ter um emprego, para cuidar minha vida e minha família também. Eu falei, eu queria fazer um curso, porque eu gosto estudar Psicologia, mas... [silêncio]. É caro.

“Cuidar da minha vida e da minha família”. Enquanto conversávamos sobre o Haiti, diversas vezes essa referência foi utilizada. Ao avaliarmos a narrativa de Guy sobre a sua trajetória no Haiti, parece-nos que ela vai se delimitando a partir de uma constante tensão entre as aspirações do jovem e uma série de condições que dificultam ou até impedem a realização dessas aspirações. Quando morava em Mare Rouseaux com os pais, aspirava ir a Ganthier, estruturar uma vida por lá, estudar e trabalhar, se possível em um emprego estável. Uma vez em Ganthier, constituiria uma família, mas as condições para garantir uma casa alugada e um lar que lhes proporcionasse alguma privacidade não eram satisfeitas pelos rendimentos do ofício docente. Com o trabalho como vendedor de camisetas, podia conseguir uma remuneração melhor, porém, nem de longe lhe permitia vislumbrar a possibilidade de estudar Psicologia. Para Guy, a perspectiva de migrar foi colocada no horizonte como resposta a essa preocupação de cuidar de si, da sua vida e da sua família. Da mesma forma, quando conversamos em 2023, Guy avaliou o saldo de sua vinda ao Brasil também a partir dessa tensão entre a sua expectativa e a realidade, continuava sem poder cursar o ensino superior e ainda não tinha conseguido trazer a sua companheira e os filhos.

Guy compartilhou conosco elementos comuns da experiência de muitos trabalhadores e trabalhadoras haitianas com um sistema educacional atravessado por desigualdades. A trajetória de Tony pode ser lida sob esse mesmo prisma. Concluiu o Ensino Fundamental e Médio nas escolas da comunidade rural de Balan, na comuna de Croix-des-Bouquets, porém, morando ali, ir à universidade não era visto por ele como uma possibilidade no horizonte. Primeiro, pela distância, já que a comuna mais próxima era Croix-des-Bouquets; depois, pelo próprio acesso e permanência no ensino superior. As universidades públicas eram poucas e com vagas muito concorridas. As faculdades particulares, por sua vez, eram caras para os recursos de que dispunha Tony. No entanto, mesmo sem uma formação superior, Tony lecionou por seis anos no Ensino Fundamental.

Guilherme: E você logo já começou a trabalhar como professor daí?

Tony: Trabalha lá, mesma lugar, só que trabalha no Fundamental.

Guilherme: No Fundamental. Então quando você se formou no Ensino Médio você já começou a trabalhar?

Tony: Sim, já comecei ao Fundamental. É trabalhou quase seis anos, ficar trabalhando lá na escola. Nós tinha que fazer tudo as aulas que tem aqui, igual lá, mas nós fazer tudo. Lá, aqui, nós tem História, tem Matemática, fazer aula de tudo lá.

Guilherme: Você ensinava todas essas disciplinas?

Tony: Sim. Lá escola ser mais complicada aqui Brasil.

Guilherme: Por quê?

Tony: Mais complicado. A escola de lá, paga, paga, tem um, tem um, no Fundamental, pagar um ano, lá na, quando eu cheguei no Médio, pagar cada mês. Tem uma escola de governo, até que não paga a de governo, a de governo não paga. Lá é complicado de entrar na escola de governo. É difícil, é difícil.

É interessante observar que a forma como Tony buscou organizar a sua narrativa para falar dos problemas enfrentados por seus estudantes, e por ele mesmo quando fora estudante do ensino básico em Balan, espelha também as dificuldades que ele encontrou para acessar o ensino superior.

Joint (2008) investigou como as desigualdades socioeducacionais no Haiti se manifestavam nos diferentes tipos de escolas públicas e privadas do país. Esse autor destacou que as escolas públicas, chamadas no Haiti de liceus, costumam ter bons professores e atendem a um público que vem majoritariamente de bairros populares, mas são poucas instituições (Joint, 2008). No caso das escolas privada, Joint (2008) destacou quatro categorias de estabelecimentos. Uma primeira categoria seriam as “escolas borlette” (de loteria), que recebem tal nome por serem escolas de funcionamento precário, nas quais as

mensalidades são mais baratas e os professores não recebem salários fixos. Nessas escolas, os docentes não costumam receber mais do que meio dólar americano por hora (Joint, 2008). Uma segunda categoria de escolas privadas são as independentes, nas quais os professores costumam ter qualificação adequada, recebendo salários que ficam entre um dólar e um dólar americano e meio por hora (Joint, 2008). A terceira categoria seriam as escolas congregacionais, que incluem tanto as católicas quanto as protestantes. Com mensalidades mais caras, essas oferecem aos seus estudantes estrutura pedagógica de melhor qualidade e mantêm um quadro docente regular, com boa formação e salários pagos em dia na ordem de dois dólares americanos por hora (Joint, 2008). Por fim, no topo da hierarquia estão as escolas internacionais, uma minoria de instituições educacionais organizadas para formar a classe dominante haitiana. Entre matrícula, taxas anuais e mensalidades de um ano letivo inteiro, chega-se a pagar algo em torno de 5.400 dólares americanos (Joint, 2008). Os docentes recebem algo em torno de três a quatro dólares americanos por hora (Joint, 2008).

Aqui, recorreremos à distinção feita por Joint (2008) porque Tony trabalhou em uma dessas escolas internacionais como jardineiro.

Guilherme: Sete meses trabalhando nesse curso. E depois, você foi fazer o que?

Tony: Depois é que, sair do lá e ficar na escola, trabalhar na outra escola. Eu responsável por o quintal da escola agora. Sair da escola que era professor, ficar eu responsável pelo quintal da outra escola, no outro. Professor e depois responsável. É, do quintal da escola não é escola do haitiano, é de outro, é, como diz o nome desse aqui?, o outro país, Estados Unidos.

Guilherme: O quintal da escola? Como assim?

Tony: É grande, grande escola. Não é como esse escola que trabalho de professor, não é como esse aqui. Esse outra escola aí é grande, tem o escola, tem igreja, tem um refeitório.

Guilherme: Ah, nessa escola que você trabalhava, ela era uma escola dos Estados Unidos?

Tony: Sim, o dono dele é de lá, fica lá ele, nos Estados Unidos.

Guilherme: E era uma escola particular então.

Tony: Particular, é. Muito cara, muito cara. Pessoa rica estudar lá. Eu quando deixar essa escola e vim aqui, aqui não, quando sair lá do Haiti eu ir pra Chile, mas eu deixar trabalho no quintal pra meu irmão.

Guilherme: Ele continuou trabalhando no seu lugar?

Tony: Sim, é. E agora ele tá aqui.

Empregado como jardineiro nessa escola internacional na comuna de Croix-des-Bouquets, Tony pode perceber a desigualdade entre as condições oferecidas ali, em uma escola direcionada à formação da classe dominante local e aquelas que ele mesmo vivenciara,

seja como estudante, seja como docente nas escolas em Balan. O tamanho da escola, a infraestrutura, o valor das mensalidades, todos esses elementos contrastavam-se com as escolas que ele frequentou ou trabalhou como docente.

Financeiramente, o salário de jardineiro na escola internacional era superior aos vencimentos de um docente em uma escola local, e, sem dúvidas, Tony precisava mensurar isso como um elemento importante em um contexto no qual muitos trabalhadores tinham dificuldade de conseguir empregos com salários regulares. Entretanto, isso não impedia que ele percebesse a escola internacional como um espaço de contrastes e de desigualdades. Quando nos narrou esse episódio, Tony destacava como todos esses contrastes evidenciavam um espaço escolar que não era pensado para um trabalhador ou uma trabalhadora frequentar. Para Tony, o que essa escola internacional lhe garantiu foi, no limite, um emprego com uma remuneração estável. O que certamente não era percebido por ele como algo sem importância, tanto que, em 2017, quando tomou a decisão de deixar o Haiti para viver no Chile, Tony procurou garantir junto à administração da escola internacional que seu irmão pudesse assumir seu posto como jardineiro.

Ao nos narrem as suas trajetórias de vida, muitos dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que conversamos destacaram as dificuldades de se acessar a universidade ou até a Educação Básica. Nessa experiência compartilhada, em muitos casos, a necessidade de procurar trabalho e a expectativa de melhores condições de vida se chocavam com os estudos. A esse respeito, a trajetória de Clifford é bastante representativa dos dilemas entre estudo e trabalho que um jovem trabalhador haitiano poderia vivenciar.

Clifford nascera em 1976 em uma localidade rural muito próxima à comuna de Ganthier. Os seus pais eram agricultores na região, plantavam feijão, mandioca e batata, além de criar alguns animais, segundo nos contou Clifford. Assim como nas famílias de Patrick, de Raphael e de Tony, a mãe de Clifford levava o que conseguiam produzir de excedente para as feiras populares em Ganthier e região. A dinâmica só a muito custo garantia a subsistência do núcleo familiar.

Segundo de sete filhos de um casal de agricultores, quando o entrevistamos, Clifford vivia no Brasil desde maio de 2016. No Brasil, há outro irmão seu, que lhe antecedeu e chegou aqui em 2013. Outros três irmãos moram na República Dominicana há tanto tempo que Clifford teve dificuldade em nos apontar uma data de referência. A trajetória de Clifford e de sua família é atravessada pela migração em diversas dimensões, inclusive na educação.

Guilherme: E, Clifford, você, no Haiti você estou? Completou a escola?

Clifford: Eu estava estudando em Haiti, antes, depois eu não chegar longe no Haiti na escola. Eu chegar, chegar, deixa eu ver, eu chegar no curso três, quatro, terceiro, e depois eu não continuou. Eu começar caminhar em República Dominicana. Eu começar caminhar República Dominicana com dezesseis anos. Quase eu não fico lá em Haiti quando eu estava lá, eu não fica em Haiti.

Guilherme: Muito cedo você foi pra República Dominicana. Por quê?

Clifford: Sim, eu só vai passear quando meu pai mandar escola. Ah, eu vi, quando eu estava na escola, não pode estudar, ah, eu falei pro meu pai “vou sair, vou sair caminhar”. Eu saí caminhar escondido, meu pai não sabe, não sabe que eu sair, quando ele dar conta eu estar lá já, em República Dominicana [risos], com outro amigo.

Guilherme: Você foi para a República Dominicana sem o seu pai saber?

Clifford: Sim. Quando meu pai saber, ele ficar chorando pra mim [risos], chorando, depois, quatro meses já, aí eu volto de novo. Quando eu chegar meu pai e minha mãe ficar alegria. Depois, demorar um mês depois, colocar eu na escola de novo. Eu falar pro pai “eu não vou ficar na escola mais, eu voltou de novo pra República Dominicana” [risos]. Aí República Dominicana faz vinte, vinte e oito anos, caminhando vai e vem, vai e volta. Aí sai, assim que eu, assim que nós faz.

Guilherme: E Clifford, por que é que quando você tinha dezesseis anos você quis ir para a República Dominicana?

Clifford: A palavra de amigo, amigo que é mais velho que eu, ele falar “ah, não, vamos caminhar, aí você vai conseguir dinheiro. Você não pode ficar aqui, aqui você não, você não vai trabalhar aqui, você só vai trabalhar com o pai. Vamos trabalhar pra você ter dinheiro”. As vezes eu fui lá na República Dominicana, faz quatro meses e quando eu voltar nenhum centavo eu não trouxe [risos].

A narrativa de Clifford evidencia uma experiência da classe trabalhadora haitiana marcada por uma condição de pauperização. Com pouco mais de 15 anos, no início da década de 1990, Clifford fugira de casa, abandonando a escola para ir trabalhar no país vizinho, a República Dominicana. Por 28 anos, ficou em um deslocamento constante entre os dois países. Trabalhou no corte da cana-de-açúcar e na colheita do café dominicanos, mas também esteve empregado na construção civil nos períodos de entressafras.

A necessidade de conseguir trabalho e dinheiro para o sustento interrompeu a formação escolar de Clifford. Em sua juventude, a conclusão dos estudos era percebida por ele como algo que não lhe garantiria condições melhores do que as que seus pais se encontravam. “Caminhar e conseguir dinheiro”. A expectativa de outros horizontes aparecia para Clifford relacionada a migrar. Essa promessa de melhora lhe chegava como uma possibilidade por meio dos amigos que já haviam migrado e lhe incentivavam na mesma direção.

Uma leitura possível da reação do pai de Clifford é pensá-la como um estranhamento de uma geração de trabalhadores haitianos que construíram vínculos afetivos com a terra diante da decisão de migrar que mobilizava Clifford na juventude. Joselene Carvalho destacou esse sentimento nas narrativas dos haitianos e haitianas que entrevistou em sua tese de doutorado (Carvalho, 2020). Junto a isso, quando nos relatou sobre esse processo, em muitos sentidos, Clifford nos fazia um balanço do saldo que migrar para trabalhar lhe proporcionara. Com um riso um pouco desajeitado, relatou sobre as suas primeiras idas à República Dominicana escondido dos pais. A relação com o pai, que chorava com as partidas do filho e com a interrupção de seus estudos, e, quando de seus retornos, alegrava-se, foi uma forma encontrada por Clifford para expressar o saldo afetivo de sua condição de trabalhador emigrante/imigrante entre o Haiti e a República Dominicana.

A fala de Clifford nos descortina elementos interessantes acerca de como migração, o trabalho e a educação podem compor um mosaico complexo na experiência da classe trabalhadora haitiana. Abdulmalek Sayad insistia em destacar que o imigrante tem seu duplo no emigrante, ambos constituindo um mesmo sujeito em suas relações com a sociedade de origem e a sociedade para a qual esse trabalhador se torna um estrangeiro (Sayad, 1998). As relações entre os trabalhadores que partem e aqueles que ficam vão se constituindo no tempo, portanto, historicamente. Entre tantas coisas, podem construir expectativas mais ou menos possíveis de serem concretizadas, da mesma forma como podem informar saberes e redes de proteção para aqueles que se organizam para migrar. Nessa direção, Handerson Joseph destaca que “[...] a mobilidade é constitutiva do mundo social haitiano” (Joseph, 2019, p. 233).

Na trajetória de Clifford, a expectativa de emigrar para a República Dominicana, conseguir trabalho e dinheiro interrompeu a sua formação escolar. Em certo sentido, a trajetória de Raphael também pode nos indicar outras possibilidades de como a relação entre migração, trabalho e educação podem atravessar a experiência dos trabalhadores haitianos. Além disso, a sua trajetória também é relevante porque articula a presença da mobilidade na sociedade haitiana em diferentes escalas.

Conforme já mencionamos, o comércio de alimentos no qual a mãe de Raphael se inseria garantia a ela e aos filhos a subsistência, mas essas condições estavam longe de poderem ser idealizadas. As dificuldades financeiras eram constantes. Além disso, o risco de assaltos e de roubos às *madan machan* é um perigo bastante palpável na experiência dessas mulheres comerciantes (Evangelista, 2019). Segundo Raphael, ele e a família só não se viam

em apuros maiores porque, na época, dois de seus irmãos já haviam emigrado para outros países e lhes enviavam remessas de dinheiro.

Transferido pela irmã, que morava e trabalhava na Martinica, e pelo irmão, que havia entrado ilegalmente nos Estados Unidos da América (EUA), o dinheiro foi um elemento importante na experiência de Raphael. Depois que sua mãe faleceu, esses recursos permaneceram essenciais e reforçando um vínculo que unia ele aos irmãos, e vice-versa. Quando concluiu o Ensino Médio e começou a trabalhar em uma empresa de transporte em Dessalines, controlando e registrando o embarque e o desembarque de mercadorias nos caminhões, o salário de Raphael era complementado pelas remessas enviadas por eles.

Na fala de Raphael, a relevância das remessas enviadas pelos irmãos se manifesta, entre outros aspectos, em sua própria trajetória de estudos. Queria cursar o ensino superior no Haiti e formar-se em Ciências da Informática. Por um período, isso foi possível graças ao dinheiro que sua irmã, Oslie Pierre, lhe enviava da Martinica.

Guilherme: E no Haiti, você estudou, Raphael?

Raphael: Sim, quando estou, quando estava no Haiti eu estudo. Eu fui em colégio, depois eu entrar em universitário pra estudar ciências informática. E eu não posso continuar e eu deixar esta universitário, eu deixar esta universitário.

Guilherme: E por que você deixou e não conseguiu terminar o curso, Raphael?

Raphael: Eu tenho uma irmã que ajudar me, e ela não continua ajudar me. Ela, vida em Haiti é muito complicado, tem problema, ela prefere, ela prefere que eu viaje, que deixe Haiti, ela já deixa Haiti tem muito tempo e ela quer que eu deixa Haiti, ela pensa eu não vou faz, fazer sucesso em Haiti. Eu, por essa razão eu deixa Haiti pra ir pra viagem. Se ela quer pagar essa universidade, universitário para mim, eu continuar. Se ela não quer pagar, eu deixar.

É pertinente observar que a fala de Raphael parece enfatizar uma relação de compromisso e de dependência que vincula a parte dos membros da família que ficou no Haiti com aqueles que emigraram. No caso de Raphael, o apoio e a ajuda financeira da irmã eram essenciais para cursar a universidade. Enquanto pôde contar com a irmã, ele esteve matriculado na graduação em Ciências da Informática, mas não o concluiu. Como evidenciado em sua fala, a decisão de não o integralizar também passava pela avaliação da irmã; logo, não foi uma deliberação tomada à revelia da relação de compromisso colocada pela imigração/emigração.

Se retomarmos a trajetória de Patrick, podemos mensurar outros elementos importantes que atravessam a experiência dos trabalhadores e das trabalhadoras haitianos com os quais conversamos. Como mencionamos anteriormente, quando o conhecemos nos primeiros encontros do curso de português, quando eles ainda eram realizados na edícula de nossa casa, Patrick se apresentou a nós como professor. Na época, em 2021, ele estava prestes a completar três anos no Brasil. Em Cascavel – PR, no entanto, residia há apenas seis meses. Deixara o Haiti em 2018 e, antes de chegar à nossa cidade, passou os primeiros dois anos que esteve no Brasil ocupado em diversos empregos em municípios dos estados de Santa Catarina e de Minas Gerais. Trabalhou na colheita de maçãs e em um frigorífico de peixes, em Santa Catarina, e, posteriormente, na construção civil, em Belo Horizonte. Regressou à Santa Catarina para procurar trabalho, porém, não encontrou nenhum emprego com carteira assinada. No início de 2021, um amigo lhe chamou e ajudou a organizar a sua vinda a Cascavel – PR para trabalhar na linha de corte do frigorífico da Coopavel.

Patrick esteve ocupado em várias outras atividades para garantir seu sustento. No Haiti, depois em Cuba e posteriormente no Brasil, ele construiu uma longa e diversa trajetória de trabalho. Ainda assim, apesar dessa diversidade de empregos e ocupações, Patrick se apresentou a nós como professor. É possível que assim o tenha feito como uma forma de criar proximidade e empatia conosco, como professores que éramos naquele contexto do projeto de alfabetização. De qualquer forma, julgamos interessante destacar esse elemento porque ele nos ajuda a entender o envolvimento que Patrick tem com o próprio projeto de alfabetização, como já mencionamos.

Quando entrevistamos Patrick em 2023, seu domínio da língua portuguesa havia melhorado bastante. Embora ele dissesse que sentia dificuldades com o vocabulário em alguns momentos, Patrick sempre foi muito aberto a dialogar conosco, seja nas conversas que tivemos ou nos encontros do curso de alfabetização. Nos momentos em que seu vocabulário da língua portuguesa se mostrava mais limitado, utilizava gestos e outras estratégias para se fazer entender. E foi mobilizando essas diferentes estratégias de comunicação que Patrick nos contou sobre a sua trajetória de trabalho e de educação no Haiti. Quando o questionamos acerca de seu percurso educacional no Haiti, Patrick nos disse que iria nos responder, mas que antes precisava explicar a sua idade, isto é, o equívoco no registro da sua data de nascimento.

Como já pontuado, Patrick foi o sétimo de oito filhos de sua mãe teve. Segundo nos descreveu, a diferença de idade entre ele e o irmão que nascera antes dele é de 10 anos.

Quando a sua irmã caçula nasceu, Patrick já tinha quatro anos, porém, nos documentos dos três irmãos foi registrada a mesma data de nascimento.

Patrick: Então... [risos]. Tenho longa história pra te contar antes [risos]. Tem dois irmãos, minha família não nasci... Como é mulher fazer dois filhos juntos?

Guilherme: Gêmeos.

Patrick: Sim [risos].

Guilherme: Você tem irmãos gêmeos?

Patrick: Então, minha mãe não tem gêmeos, não fazer gêmeos. Eu tem um problema na data de nascimento em... na data de nascimento no papel [pergunta ao Rony], na meu certidão e na certidão de meu irmão também, e na certidão de irmã que vem depois de mim, tem um problema. É minha irmão que tem sessenta anos, não sou eu, não tenho [risos].

Guilherme: Não é você? Mas qual é a sua idade?

Patrick: Cinquenta e um anos. Porque minha família não tem, não tem cabeça [risos]. Meu pai não está casado com minha mãe. Ele confia, meu pai ele confia no pai dele, vai registrar pra ele três irmão. Minha irmão, eu, e outro. [risos]. Não ser mui gênio. Pai [risos], pai de meu pai, chegar na casa de homem, ele falou: “esse é três irmã, tá [gestos], fazer junto, tá [gestos], nascer junto”.

Guilherme: E aí colocou a data do irmão mais velho?

Patrick: Sim [risos]. Esse problema já com filho mais anos, a partir de sete anos, eu ver que não sou, não tenho esses anos. Eu vou perto de mãe, eu vou falar com minha mãe e ela falar tudo: não ela que faz, ser pai de meu pai, ele não é... [risos] não sei como [risos].

Guilherme: Ele se confundiu. Todos vocês têm a mesma idade na certidão de nascimento?

Patrick: Sim [risos]. Mãe de nós depois falar com nós porque esse errado está na data de nascimento de nós. Eu deixo, deixo [gestos]. Primeiro irmão deixo, deixo [gestos]. Ele também deixo, deixo [gestos]. O que, cada um anos, não tem dinheiro para resolver esse problema, deixo. Cada um anos que vem, tem dinheiro pra pegar aulas escola, comprar comida ou roupa pra casa, não tem dinheiro para ir lá na casa de pessoa que faz certidão pra resolver esse problema, deixa, deixa, deixa [gestos], deixa definitivo [risos].

No processo da pesquisa, quando nos debruçamos para analisar a entrevista que gravamos com Patrick, questionamo-nos sobre o porquê ele julgou relevante mencionar essa situação no início de nossa conversa. Na época em que o entrevistamos, Patrick estava buscando organizar seus documentos para dar entrada a um pedido de naturalização no Brasil. Em várias de nossas conversas, antes e depois da entrevista, e mesmo nos encontros do curso de português, ele nos disse sobre a sua intenção e pediu auxílio ou orientações gerais. Talvez a escolha de narrar o episódio que acabou por provocar um erro em seus documentos fosse uma forma de nos explicar algumas das incertezas que estava passando para poder juntar os documentos para o pedido de naturalização.

De qualquer forma, o trecho da narrativa de Patrick é significativo, pois nos permite dimensionar o que parece ter sido vivido por ele e os irmãos como um dilema. A situação do registro equivocado das datas fora percebida por ele e até pela mãe, mas demandar um processo de confecção de um novo registro de nascimento para corrigi-la era uma ação que tinha algum custo financeiro. Embora Patrick não mencione os valores que de tal ação poderia ter, é significativo que ele registre que, qualquer que fosse o montante, a família não dispunha de tal recurso. Por anos, a situação foi adiada devido à falta de dinheiro, seja porque a prioridade poderia ser a própria subsistência material ou então porque o valor da alteração dos documentos poderia consumir os recursos que a família tinha para pagar as mensalidades da escola. Em certo sentido, ao enfatizar esse dilema, Patrick procurava também nos indicar a importância que a escola e a educação tinham para ele.

Ao nos narrar sobre a sua trajetória como estudante na década de 1980, Patrick evidenciou um contexto de diferentes dificuldades. Uma primeira mencionada foi a falta de espaço físico na escola rural que frequentou na infância. Na época em que cursou o Ensino Fundamental no Haiti, a escola não tinha mais do que duas ou três salas. O número de crianças e adolescentes que frequentavam a escola, contudo, era grande, o que fazia com que as turmas fossem sempre cheias, com mais de 50 alunos segundo nos relatou Patrick. Essa realidade de superlotação das classes, destacada por Patrick e outros haitianos e haitianas com quem conversamos, também foi mencionada por Joselene Carvalho (2020) em sua pesquisa de doutorado. Nesse contexto, Patrick nos disse que uma das estratégias para que as escolas pudessem acolher um número maior de estudantes era organizá-las de modo que estudantes de idades diferentes convivessem nas mesmas turmas.

As dificuldades no acesso à educação, entretanto, não se limitavam às salas lotadas.

Guilherme: E me diz uma coisa, você concluiu, você terminou todos os níveis, o que aqui seria o nosso Ensino Médio?

Patrick: Sim, sim. Eu passei, *je dispensé* aula básica primeira, *je* passei todas anos, e começou *elementaire*. Só que eu tive que deixar escola, escola perto de minha casa. Deixo lá, porque professor lá morrer, não tem outro professor, esse momento já estudo também, eu estudo... ah, como diz [conversa em kreyòl com Rony]... Eu acho uma prova pra terminar a escola elementar, vou lá fazer uma inscrição para fazer pra estudar em universidade. Lá, eu passei um ano e meia ano. Mas não terminar universidade. Passei um ano e meia, deixo uma outra meia anos, porque preciso trabalhar, trabalhar.

A fala de Patrick nos evidencia um contexto de acesso à educação profundamente desigual. A falta de professores, especialmente nas escolas rurais, era a realidade. Aliás, em muitos casos, a carência de escolas é a realidade. “A República do Haiti é administrativamente dividida em nove departamentos, 135 comunas e 565 seções comunais. ‘Aproximadamente 125 das 565 seções comunais do país ainda não têm escolas públicas; vinte delas não têm escola nenhuma’” (Aristide, 2003 *apud* Joint, 2008, p. 191).

No início da década de 1980, para concluir o ensino elementar, Patrick precisou se deslocar até uma escola que ficava a mais de duas horas de distância de sua casa. É interessante destacar que, nessa segunda escola, ele realizou apenas uma série de provas para validar a formação, mas não teve acesso às aulas efetivamente. Era uma solução encontrada para obter o grau de formação do ensino elementar, haja vista que, devido à falta de professores, a escola mais próxima de sua casa parou de funcionar.

Após conseguir o diploma do ensino elementar em 1982, Patrick se mudou para a comuna de Les Cayes para iniciar um curso superior na área de Engenharia, em uma universidade privada. Foi nesse momento que começou a trabalhar como docente na Educação Básica pública. Por quatro anos, entre 1983 e 1986, lecionou aulas de diversas disciplinas, que iam desde o francês e o kreyòl, até matemática, história e geografia. Assim como Guy, Patrick não tinha uma formação específica para lecionar essas matérias. O salário não era bom e, segundo Patrick, havia meses em que o salário atrasava. A sua expectativa era de conseguir concluir o curso superior enquanto trabalhava como docente na Educação Básica. As dificuldades financeiras, no entanto, faziam com que o pagamento da matrícula, das taxas e das mensalidades cobradas pela universidade privada na qual estudava frequentemente atrasassem ou não pudessem ser pagas. Ao fim, concluir o curso na área de Engenharia foi uma expectativa que não pode ser alcançada.

Nesse sentido, ao nos narrar tais dificuldades para concluir o ensino elementar e iniciar um curso superior que não pode ser concluído por falta de recursos, Patrick não organizava a sua narrativa apenas para descrever essas adversidades no acesso à educação no Haiti. Contava-nos essas questões como uma forma de enfatizar a importância que via na educação. Parece-nos que essa é uma dimensão relevante que precisamos considerar para que possamos compreender a própria relação de participação ativa de Patrick com o curso de português.

Depois que trabalhou como professor na Educação Básica, entre 1987 e o começo da década de 1990, Patrick conseguiu um emprego em um órgão estatal chamado Direction Générale des Impôts (DGI), permanecendo nele três anos.

Guilherme: O que é a DGI?

Patrick: DGI é *Direction Générale des Impôts*. Lá receber *taxación* de carro, casa, comércio, fazer data nascimento, certidão. Aqui tem, aqui tem, quando a gente vem aqui Brasil, ele vai na Federal fazer CPF. Haiti é diferente. Quando tem dezoito anos, vou lá na “DGI” pegar, Haiti fala *Card d’identité*. Aqui falar residente. Pra essa *Card d’identité* a gente faz, ele deve pegar carro, comércio, comércio, mais coisas, lei Haiti pegar porcentagem de tudo você tem Haiti. Haiti caminha só pra “eu pago, ele paga, ele paga”, tudo entra na lei, na DGI, tudo mundo, posso trabalha, você trabalha, Haiti fala DGI. Lá receber *taxación* de tudo as pessoas. Cada um outubro que vem, cada um outubro que vem, pessoa que tem essa *taxación* pra pagar, vai na DGI pagar. *Je* passei dois anos, quase três anos trabalha na DGI.

Guilherme: Você trabalhava na DGI cobrando e recebendo impostos?

Patrick: Sim, dinheiro pra lei. Trabalhar, trabalhei lá para a lei Haiti. Aqui se diz trabalha pra lei Haiti, Haiti se diz trabalha pra *l’Etat*. Mas dinheiro não era meu [risos], eu só trabalhar lá [risos]. Depois eu fazer meu casamento, deixo tudo... [risos]. Em 1991. E depois nasceu quatro filho meus e eu deixei lá. Dinheiro de, na essa, na essas anos passada, momento trabalhei na DGI não tem mais dinheiro pra pagar funcionário como eu, é mais baixo, baixo. Não posso ficar lá, porque eu estou casado, eu tenho uma mulher pra cuidar, amanhã, amanhã vou ter mais filhos, não posso ficar lá trabalhar na DGI, porque lei Haiti não pega gente mais dinheiro, todo mundo sai.

Da fala de Patrick, salientamos que ela nos indica um elemento de instabilidade de trabalho até mesmo em empregos ligados a atividades do Estado. Quando procuramos interrogar mais sobre qual era a função que ele desempenhava na DGI, Patrick nos explicou que ele era contratado por uma empresa terceirizada. As funções que desempenhava eram as mais diversas: poderiam ir desde motorista, passando por segurança até uma espécie de recepcionista na agência de recolhimento de impostos. É relevante a percepção de Patrick ao enfatizar que, embora trabalhasse em um lugar onde possivelmente circulassem grandes quantidades de dinheiro oriundos do pagamento dos tributos recolhidos pelo DGI, esse mesmo trabalho não lhe garantia condições de remuneração que permitissem estabilidade financeira para ele e para a sua família recém-formada.

Junto a isso, a preocupação expressa por Patrick ao se referir ao sustento dos seus familiares como o motivo para deixar o emprego na DGI é um elemento que recorrentemente mobilizou para nos narrar as suas outras ocupações no Haiti. Aliás, nesse ponto, a preocupação em “cuidar dos seus” é um elemento que atravessa a experiência de todos os trabalhadores haitianos e haitianas que conversamos. Nessa perspectiva, a própria ideia de quem é essa família pode ser bastante ampla, podendo incluir, além de esposas, maridos, filhos e filhas, tios e tias, primos e primas mais ou menos distantes e até amigos (Dalmaso,

2019). É à expectativa de garantir melhores condições a essa família ampla, “para cuidar dos seus”, que se vinculam uma série de deslocamentos na experiência das trabalhadoras e trabalhadores haitianos, seja a procura por outros trabalhos e ocupações no Haiti, seja os deslocamentos realizados pelas mulheres comerciantes, seja migrar para outro país (Joseph, 2015, 2019).

De 1992 até 2015, Patrick passou por diversos empregos. Ocupou-se como vendedor de materiais de construção, depois foi contratado como segurança de um banco, voltou novamente ao comércio, mas como vendedor de camisas, e fez diversos bicos como pedreiro na construção civil. Entre todas essas ocupações, não era incomum que ficasse alguns dias ou até mais de meses sem trabalho e, portanto, sem dinheiro. Nesses momentos, recorria aos familiares e amigos que moravam em Les Cayes. Patrick nos narrou esse período destacando o risco constante da falta de trabalho.

Patrick: Porque Haiti... [pausa demorada, um breve riso], porque pra mim Haiti, nesse momento Haiti é baixo, baixo. Mais anos passada desde agora, não tem emprego. Gente que acha emprego, ele é amigo de presidente, amigo de senador, amigo de [em kreyòl, conversa com Rony] e tudo, tudo, tudo. Eu não tem esses amigos lá Haiti. Todo mundo, todo mundo. Por isso, posso ir na outra país procurar trabalhar, porque eu sou jovem, não posso ficar de braços cruzados, não posso. Tudo jovem, posso ir a Canadá, Cuba, Santo Domingo. *Je* tem mais, tem várias pessoas que ficam em Haiti, ele tá morrer, tem duas amigos, ele tá morrer, se eu fiquei posso morrer também.

A dificuldade em conseguir trabalho é um elemento compartilhado pela experiência de muitos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. A narrativa de Patrick, ao falar de tal situação, é muito emblemática na forma como ele vivencia essa situação compartilhada socialmente. Patrick enxerga a si e aos seus como trabalhadores, sob o prisma de uma condição de classe na qual a sua subsistência e o atendimento de suas necessidades só podem ser garantidos a partir da remuneração de sua força de trabalho. Nessa direção, conforme destacou Thompson (1987), as relações de trabalho também são vividas como relações morais. A narrativa de Patrick é atravessada por uma preocupação com sua família e amigos, anseio ao qual se entrelaçam tanto dimensões econômicas quanto dimensões morais. Em certo sentido, é nesse contexto que emigrar se torna uma possibilidade no horizonte de trabalhadores como Patrick e muitos outros. Por fim, a sua fala também demonstra outra dimensão muito enfatizada pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos com os quais conversamos: a percepção de uma

sociedade desigual e atravessada pela violência em suas diferentes formas, o que discutimos a seguir.

1.4 Exploração, desigualdade e violência na experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos

Quando entrevistamos os trabalhadores e trabalhadoras haitianos em Cascavel – PR, a percepção de uma sociedade desigual foi um elemento que permeou as narrativas desses sujeitos ao falarem de suas trajetórias no Haiti. Essa compreensão se manifestava de diferentes formas, na pauperização das condições de vida em geral, na precarização, na falta de trabalho ou ainda nas diversas formas de violência produzidas em uma sociedade marcada pela desigualdade.

Gregory é um trabalhador haitiano que reside no Brasil desde outubro de 2016. Deixou o Haiti com destino certo ao Oeste paranaense. O seu irmão já morava em Cascavel – PR desde 2014 e lhe garantiu que conseguiria um emprego na indústria frigorífica local. Em 2021, Gregory conseguiu trazer para cidade a sua esposa, Angeline; em fins de 2022, os dois tiveram uma filha. Quando conhecemos o casal, nos primeiros encontros do curso de português ainda na garagem de nossa casa, Angeline estava grávida, porém, ambos não faltavam a nenhuma das aulas. Como exploramos em outro capítulo, em toda a trajetória do curso de português, Gregory e Angeline foram, junto com Emmanuel e Patrick, sujeitos centrais na organização dessa iniciativa.

Desde o nascimento da filha, Gregory e Angeline se desdobram como podem, construindo estratégias para cuidarem da criança, para trabalharem e para se envolverem em outras atividades importantes para suas vidas, como a participação na igreja que frequentam. Nesse esforço, deixaram Cascavel – PR, no início de 2023, para viverem e trabalharem em Toledo – PR. Avaliaram que lá conseguiriam emprego certo em um frigorífico e acesso à creche pública com mais facilidade, algo que estavam tentando em Cascavel – PR desde que a filha nascera, mas que não tinham conseguido resposta positiva. Passaram um ano em Toledo – PR e retornaram a Cascavel – PR empregados em uma rede de supermercados cascavelense. Dessa vez, conseguiram uma vaga na creche em Cascavel – PR, mas, para conseguirem cuidar da filha, alternavam-se nos turnos de trabalho. Gregory começava a trabalhar às 22h e voltava para casa às 5h, Angeline fazia o horário comercial, geralmente entre as 8h e às 18h, com um intervalo de almoço no meio, mas não estavam contentes porque, no mercado, não tinham

finais de semana e percebiam a sua convivência prejudicada. Conseguimos entrevistá-los em uma terça-feira de dezembro de 2024, em uma das poucas ocasiões em que estavam os dois em casa, conforme nos contou Angeline. Na ocasião da entrevista, foi Gregory quem pôde conversar conosco mais demoradamente, embora Angeline estivesse acompanhando nossa conversa e participasse complementando algumas respostas.

Gregory e Angeline nasceram e cresceram na comuna de Ganthier, no Haiti. Gregory nascera em 1995 e Angeline no ano seguinte, 1996. Tinham 29 e 28 anos, respectivamente, quando os entrevistamos. Gregory é o filho mais velho dos cinco filhos que seus pais tiveram. Moravam no campo, plantando milho, feijão, batata, mandioca e vendendo o que produziam nos mercados públicos de Ganthier. A família de Angeline era mais extensa. Os seus pais tiveram sete filhos, sendo ela a quinta. O pai de Angeline falecera quando ela era jovem. Com a ajuda dos filhos, a sua mãe cuidava da terra e fazia comércio nas feiras locais, vendendo o que produziam na terra e como *madanm machanm manje*, ou seja, cozinhando comida para consumo na hora.

Guilherme: E o que os pais de vocês faziam lá, Gregory?

Gregory: A minha mãe era comerciante e o meu pai também, comerciante, e a gente que faz a plantação.

Guilherme: Mas o que eles plantavam?

Gregory: É no jardim planta toda coisa, feijão, milho e muitas coisas, batata, mandioca, é muitas coisas. Meu pai plantou tudo o que isso, é igual aqui no Brasil.

Angeline: Meus parentes lá no Haiti, minha mãe ela é comerciante. Ela vende arroz, feijão, caldo, e macarrão, óleo, açúcar, farinha de trigo, é, só esses.

Gregory: Tem vários lugares que a gente vende lá na feira. Onde que eu morava, lá, não era um mercado mesmo, mas tem lugar pra gente vender. E é assim, quando a gente vende o que tem, você compra o que você não tem. Se você plantou arroz, milho, feijão, e outras coisas, e se você não tem carne, depois que você vender você vai comprar. Quase tudo parece lá. Porque não vi muito diferente de lá e aqui em Brasil, não tem muito diferente não. É isso que eu posso dizer. Porque a maioria os problemas lá no Haiti é duas coisas. É que não tem trabalho, muito difícil trabalhar. E é os bandidos, viu, só isso, lá na capital, na Porto Príncipe.

Em certo sentido, a fala de Gregory e de Angeline corrobora muitos dos elementos que procuramos destacar na direção de reconhecer a importância das feiras locais e outros espaços de comércio de rua como parte dos modos de viver e de trabalhar da classe trabalhadora haitiana. Ao narrar um pouco da relação de seus familiares (e deles próprios) com esses espaços, Gregory estabelece um comparativo interessante entre essa experiência da classe

trabalhadora haitiana no próprio Haiti e a sua percepção de aspectos da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos no Brasil e, em específico, no Oeste paranaense.

Como dissemos anteriormente, no período que os entrevistamos, tanto Gregory quanto Angeline estavam empregados em uma rede de supermercados cascavelense, ele como repositor no setor da frutaria, ela como atendente no setor da panificadora. Parece-nos que a comparação proposta por Gregory não é para afirmar que as feiras e os mercados populares no Haiti funcionem de modo igual as redes de supermercado no Brasil. Já destacamos como as feiras e os mercados populares haitianos estão profundamente arraigados nos modos de viver e trabalhar da classe trabalhadora haitiana, com uma grande importância para o papel das mulheres nesses espaços (Evangelista, 2019). Neles, as trabalhadoras e trabalhadores não apenas compram gêneros alimentícios diversos e outros itens considerados importantes, mas também muitas vezes constituem e articulam nesse espaço práticas de solidariedade e de resistência às formas de exploração cotidiana (Calegari, 2014; Carvalho, 2020). Dificilmente poderíamos imaginar que Gregory enxergasse esses elementos nas redes de supermercados cascavelense. Gregory e Angeline sabem e sentem a exploração que os trabalhadores de supermercados estão expostos em nome do lucro crescente das famílias proprietárias.

Na experiência de trabalhador haitiano vivendo em Ganthier, Gregory e Angeline acessavam, por meio das dinâmicas das feiras e mercados populares haitianos, a muitas dos alimentos e outros itens que, atualmente como imigrantes empregados em uma rede de supermercados cascavelense, encontram nas prateleiras, nas gondolas e em outras vitrines do Brasil. Na experiência de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes vivendo no Brasil, para poder comprar muitos desses produtos, há uma intensa jornada de trabalho que lhes remunera com baixos salários e lhes possibilita pouco descanso. “Quase tudo parece lá” não é, desse modo, uma comparação literal entre as feiras populares no Haiti e os supermercados no Brasil. Antes, ao propor o que poderíamos chamar de uma aproximação entre a sua experiência de classe no Brasil e no Haiti, temos a impressão de que o que Gregory procura ressaltar são os elementos que, de alguma forma, o pressionaram a deixar o Haiti: a falta de empregos e a violência.

Nesse sentido, o desemprego e a violência foram elementos que balizaram a narrativa de Gregory e Angeline em vários momentos, pressionando-os a migrar tanto quanto os pressionaram e pressionam a avaliar com cuidado a possibilidade de retornar ao Haiti. No primeiro semestre de 2023, a mãe de Gregory adoeceu. Distante de Ganthier, Gregory fez tudo o que pode para ajudar os irmãos a cuidarem da mãe. Enviou-lhes o dinheiro que tinha e

o que não tinha para tentar garantir à mãe um pouco de conforto no final da vida. Depois de uns poucos meses, a sua mãe faleceu. Na época, Gregory compartilhou conosco um pouco da saudade da mãe e da família, sentimento vivido também como aflição por não poder estar em Ganthier com eles. O seu desejo de estar ao lado da família nesse momento delicado não podia ser realizado porque, além dos gastos com as passagens e o fato de não poder deixar Angeline e a filha bebê sozinhas no Brasil, as remessas de dinheiro que enviava à família trabalhando no frigorífico eram importantes e seus familiares contavam com elas, ainda mais nesse período.

Mencionamos esses elementos porque eles nos permitem dimensionar a fala de Gregory quando, em outro momento da entrevista gravada em dezembro de 2024, ele nos narrou a reação de sua mãe diante da possibilidade de os filhos ficarem desempregados. No início da década de 2010, Gregory estava prestes a concluir o Ensino Médio no Haiti.

Gregory: E a minha mãe, porque, lá no Haiti os parentes quer os filhos depois terminar, como eu pode dizer?, que trabalhar né. Depois de terminar escola, escolhe uma profissão, se ser professor ou qualquer um, e para trabalhar. Mas a minha mãe me falou que ela viu meus primos, eles terminou escola e não quase faz nada, não acha trabalho. E ela falou pra nós “ela não vai aceitar assim”. Depois nós terminamos lá a escola, vai, como é?, faz o processo pra nós deixar nosso país para viajar em qualquer lugar. Aquele meu irmão que eu te falei, dezembro 2010 ou 2011, a ideia é pra ele foi pra França, mas como o trajeto não tem mais o acesso mais lá, eu não sei se agora tá funcionando, mas no momento em 2010 ou 2011 tudo tava parado, e em 2014 ele decidiu pra vir pra cá no Brasil. E depois eu venho em 2016.

Guilherme: E você falou dessa história da sua mãe. Me explica melhor isso. Os seus primos, por que os seus primos não trabalhavam?

Gregory: Ah, a maioridade é a escola, viu, mas o emprego não é, como eu vou dizer?, emprego é lá na capital que tem, que depois disso é *business*, é *business* [gestos estalando os dedos da mão a procura da palavra que traduziria corretamente], é loja.

Guilherme: Comércio.

Gregory: É comércio, fazer comércio. É loja. É assim.

Ao narrar a percepção de sua mãe, Gregory nos evidencia como o desemprego foi vivenciado pela sua família como uma questão coletiva. A sua mãe vira os primos de Gregory concluírem os estudos básicos e não conseguirem empregos estáveis. Essa percepção não se encontrava de modo algum distante da realidade do Haiti. Estima-se que mais de 35% da população haitiana esteja desempregada (Aspilaire, 2017). Entretanto, a narrativa organizada por Gregory nos é interessante não simplesmente por indicar que sua mãe, como trabalhadora,

tinha uma percepção apurada do desemprego, mas também por revelar um elemento importante da experiência da classe trabalhadora no Haiti.

Ao nos relatar tal episódio, Gregory organizou a sua memória a partir de seu presente, como trabalhador haitiano vivendo como imigrante em Cascavel – PR. Assim, a sua fala expressa um balanço de sua experiência como classe trabalhadora no Haiti e no Brasil. Essa análise é feita a partir de elementos econômicos que pesam para que ele e Angeline permaneçam no Oeste paranaense, como a possibilidade de ter acesso no Brasil a empregos formais, que, embora não paguem bons salários, lhes permitam colaborar com seus familiares que permaneceram no Haiti. Por outro lado, também é um balanço construído e atravessado por sentimentos subjetivos, como a saudade e a vontade de estar com os familiares novamente no Haiti.

Em certo sentido, Gregory nos expressou essa sua conclusão logo na primeira resposta que nos deu quando o entrevistamos em dezembro de 2024. Quando iniciamos a entrevista, apresentamo-nos e dissemos que estávamos entrevistando trabalhadores e trabalhadoras haitianos como parte de nossa pesquisa de doutorado em História. Apresentamos, de modo muito breve, algumas das questões que gostaríamos de conversar com ele e Angeline e comentamos que nossa proposta era escrever uma História Social dos trabalhadores haitianos que emigraram/imigraram, em particular daqueles que estavam ou que já tinham passado por Cascavel – PR ou pelo Oeste paranaense. A sua resposta foi longa e emblemática de como ele se enxergava em meio a esse processo histórico.

Gregory: Haiti, antigamente, haitianos não pensava para viajar como é do jeito de hoje, como agora a gente sempre viajar para outro país. Porque antigamente Haiti era como país pra gente viver. Mas como agora os bandidos sempre cometam crise lá no país, lá na cidade, lá na região, não dá pra viver, é por isso. A pessoa que tem a possibilidade de sair, tem pessoa que foi pra República Dominicana, tem pessoa que foi pra Estados Unidos também, à França, e tem pessoa que foi pra Chile ou México também, e tem mais quem vem aqui no Brasil. E depois, pra viver aqui no Brasil, mas pra mim eu vivo como que eu morava no meu país, porque sem dificuldade, sem violência, nunca aconteceu aqui no Brasil. Ir pra o posto de saúde e tá tudo normal, e a segurança também. Mas às vezes tem a gente que fala “aconteceu uma coisa”, mas não é muito, mas, sabe, às vezes acontece, mas não é muito igual meu país, que tá passando essas dificuldade agora. Porque nem a policial não pode, e calma é, não pode fazer nada para os bandidos, agora é o bandido que comanda lá. Eu e, é por isso, quase todo mundo tá viajando, não quer ficar mais lá, por esse crise.

A fala de Gregory nos parece bastante significativa, mas, a fim de avaliá-la de modo mais adequado, é importante que possamos minimamente contextualizar alguns dos pontos e eventos mencionados por ele. A situação de crise a qual Gregory se refere é o assassinato do então presidente haitiano, Jovenel Moïse, que foi brutalmente assassinado em sua residência particular, em Porto Príncipe, na madrugada do dia 7 de julho de 2021. O ataque teria sido realizado por um grupo armado composto, em sua maioria, por ex-militares colombianos, além de cidadãos haitianos e norte-americanos (Haiti [...], 2021a). Jovenel Moïse era filiado ao partido Tèt Kale, de orientação centro-direita fundado pelo ex-presidente Michel Martelly, que o antecederia. A plataforma política de Jovenel Moïse e do partido Tèt Kale defendia uma política econômica neoliberal e fortemente ancorada nos setores empresariais haitianos.

Em 2015, o então presidente haitiano Michel Martelly fora constitucionalmente impedido de se candidatar à reeleição nas eleições presidenciais daquele ano e, por isso, Moïse foi alçado à candidatura pelo partido Tèt Kale. No pleito eleitoral, Moïse teve como principal adversário Jude Célestin, candidato pelo Lepswa, coalizão que reunia diferentes setores progressistas, incluindo grupos ligados ao ex-presidente Jean-Bertrand Aristide e seu partido, Fanmi Lavalas, além de setores moderados da política haitiana (Presidente [...], 2021).

De acordo com os resultados oficiais, Moïse recebeu 33% dos votos no primeiro turno das eleições nacionais haitianas em 2015. Foi o candidato mais votado, porém, como não obtivera a maioria dos votos, seria necessário um segundo turno eleitoral. Os resultados desse primeiro turno foram contestados pelo segundo colocado, Jude Célestin, e por outros candidatos. Houve vários protestos nas ruas, que cresceram em intensidade uma vez que o segundo turno obrigatório foi repetidamente adiado. Por fim, os resultados do primeiro turno das eleições foram anulados. Com o mandato de Michel Martelly expirado, o poder legislativo haitiano nomeou Jocelerme Privert como presidente interino até que fossem realizadas de novas eleições em novembro de 2015. Nesse novo pleito eleitoral, Moïse recebeu 56% da contagem oficial, evitando um segundo turno. Cabe destacar que Moïse foi eleito com cerca de 600 mil votos em um país de 11 milhões de habitantes (Presidente [...], 2021).

Entre fevereiro de 2017 e julho de 2021, quando Moïse foi assassinado, grandes ondas de protestos populares contra o governo tomaram as ruas do país. Até março de 2018, o governo da Venezuela enviava petróleo a preços subsidiados ao Haiti por meio de um programa chamado PetroCaribe. Tal programa do governo venezuelano se propunha a distribuir petróleo em condições especiais para países pobres do Caribe e recursos que

deveriam ser destinados à promoção de políticas sociais. A partir de março de 2018, o acesso do Haiti ao petróleo subsidiado e ao fundo da PetroCaribe foi interrompido, devido às sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos à Venezuela (Prashad, 2022). No início de julho de 2018, o governo Moïse anunciou o aumento do preço do combustível no Haiti como parte de um acordo entre o governo haitiano e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Haiti [...], 2021b). Em resposta, os haitianos e as haitianas foram às ruas reivindicando não apenas a manutenção dos preços da gasolina, mas também denunciando esquemas de corrupção e desvio de dinheiro do governo Moïse na gestão do fundo da Petrocaribe.

Ainda em meados de julho de 2018, o governo Moïse foi forçado a recuar do aumento do combustível, chegando até a substituir o primeiro-ministro. Os protestos, contudo, continuaram exigindo do governo políticas públicas capazes de garantir à população haitiana o acesso a serviços públicos básicos com qualidade, como saúde, educação e segurança. Como resposta, o governo de Moïse reprimiu as manifestações com violência e, em um bairro pobre da capital Porto Príncipe, mais de 70 pessoas foram mortas a facões, com registros de estupros e de crianças assassinadas (Haiti [...], 2021b). Uma investigação sobre violações de direitos humanos conduzida pela própria Organização das Nações Unidas (ONU) acerca desse massacre concluiu que pelo menos dois membros do governo Moïse, incluindo o então Ministro do Interior, Fednel Monchery, tiveram envolvimento direto no planejamento e execução dos crimes (Haiti [...], 2021b). Em novembro desse mesmo ano, as ondas de manifestações populares continuavam intensas e uma greve era convocada. No dia 18 de novembro de 2018, enquanto pelo menos seis pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas na repressão ao protesto que ocorria na capital Porto Príncipe, em outro ponto da cidade, em discurso televisionado, o presidente Jovenel Moïse afirmava que “é com união, paz e diálogo que poderemos avançar” (Protestos [...], 2018).

Um relatório produzido pelo Senado da República do Haiti, publicado ainda em 2017, indicou que os recursos do fundo PetroCaribe que deveriam ter sido investidos em projetos de desenvolvimento do Haiti, como nas áreas de infraestrutura, de saúde, de educação, de agricultura e de habitação social, foram desviados e atingiriam o valor de US\$ 3,8 bilhões (Desrosiers, 2020). O inquérito produzido pelo Senado haitiano fora encaminhado à Corte Suprema de Contas e Contencioso Administrativo (CSC/CA) para mais investigações e para a produção de relatório detalhado sobre o uso dos fundos da PetroCaribe. No final de maio de 2019, esse tribunal haitiano publicou seu relatório final. Nele, entre outros elementos, indicou-se que, em 2014, duas empresas das quais, na época, antes de ser presidente do Haiti,

Jovenel Moïse fora presidente, haviam assinado contratos idênticos com o governo haitiano para a reabilitação rodoviária de Borgne-Petit Bourg de Borgne, no Norte do país. Juntos, os dois contratos somavam mais de US\$7 milhões (Desrosiers, 2020). Concluiu-se, desse modo, que “A mais alta jurisdição financeira e administrativa do Haiti aponta a responsabilidade do Presidente Jovenel Moïse no esquema de corrupção” (Desrosiers, 2020, p. 142).

Ainda assim, “Em 2 de janeiro (de 2019), os líderes do G9 (grupo de 9 gangues, uma “federação” de gangues criminosas criada por Jimmy Cherisier, um ex-policia haitiano), marcharam em favor do presidente [...]” (Haiti [...], 2021b) Jovenel Moïse, que, depois de trocas de secretários e outros altos funcionários, tentava se manter no cargo. Em junho de 2019, a população haitiana ocupou novamente as ruas em protesto, exigindo a renúncia de Moïse, “[...] a prisão e o julgamento de todos os envolvidos no desvio de dinheiro do fundo da Petrocaribe” (Há dez [...], 2019). Em outubro, novamente, grandes manifestações populares foram realizadas na capital haitiana. Em 30 dias, a repressão do governo Moïse aos movimentos já contabilizava mais de 20 mortos e 200 feridos (Haiti [...], 2019). Em janeiro de 2020, Jovenel Moïse dissolveu o Parlamento haitiano e passou a comandar o país por decreto (Presidente [...], 2021).

Por fim, no início de 2021, Moïse contestou o entendimento de que a sua gestão deveria terminar em 7 de fevereiro daquele ano, afirmando que seu mandato presidencial só se encerraria em 7 de fevereiro de 2022 (Presidente [...], 2021). As ruas foram mais uma vez tomadas pela população descontente e, em resposta, a repressão de Moïse prendeu mais de 20 pessoas (Presidente [...], 2021). Para legitimar a sua continuidade na presidência, Jovenel Moïse vinha tentando, desde abril de 2021, encaminhar um referendo popular que aprovasse uma série de mudanças na Constituição do Haiti, entre elas, uma que permitiria a reeleição presidencial por dois mandatos consecutivos, porém, não teve sucesso (Presidente [...], 2021).

Foi nesse contexto que Jovenel Moïse foi assassinado em 7 de julho de 2021. Investigações apontaram um suposto complô envolvendo setores da elite haitiana e empresários, com possíveis conexões internacionais. As autoridades haitianas e norte-americanas realizaram diversas prisões, incluindo suspeitos na Colômbia e nos Estados Unidos (Presidente [...], 2021).

Depois da morte de Jovenel Moïse, Ariel Henry, então primeiro-ministro durante o governo Moïse, assumiu interinamente a presidência do Haiti. Igualmente vinculado ao partido de direita, Tèt Kale, a designação de Ariel Henry para a ocupar a presidência foi feita com apoio dos países que compõem o *Core Group* (Grupo Central), composto pelas

embaixadas da Alemanha, do Brasil, da Espanha, dos EUA, da França, do Canadá e da União Europeia, além de um representante especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) e um representante especial do secretário-geral da ONU. O Core Group mantém em Porto Príncipe, desde junho de 2019, o Escritório das Nações Unidas Integrado no Haiti (*Biwo Entegre Nasyonzini nan Haiti* – BINUH), que, como mencionado, foi o principal pivô na designação de Ariel Henry para assumir a presidência haitiana interinamente em 17 de julho de 2021 (Haiti [...], 2023).

Os setores populares haitianos também procuraram se organizar para construir uma solução. Articularam-se em torno da Comissão por uma Solução para a Crise Haitiana (*Commission for a Solution to the Haitian Crisis* – CRSHC) organizações que tiveram papel importante nas mobilizações populares contra o governo de Jovenel Moïse desde 2018. Criada em março de 2021, essa comissão se propunha a estabelecer o diálogo com instituições políticas, privadas e religiosas do Haiti, assim como com a comunidade internacional. Depois de cinco meses de trabalhos, coletando informações e analisando propostas das organizações e movimentos populares para tentar construir um consenso nacional, a comissão formulara uma proposta de solução para a crise, que, posteriormente, foi debatida em uma conferência nacional e assinada em 31 de agosto de 2021. Inicialmente chamado de Acordo de Montana e depois renomeado de Acordo de Agosto, tal proposição buscava construir uma saída haitiana para a crise “com vista a um retorno à normalidade constitucional e a restauração da ordem democrática no país”. Buscando referência na Constituição Haitiana de 1987, entre outros pontos, o Acordo de Agosto propunha a organização de um Conselho Nacional de Transição, responsável por mediar a escolha do novo presidente e do primeiro-ministro. Em síntese, o Acordo de Agosto procurava garantir uma alternativa política para o Haiti que não fosse resultado de uma intervenção política e militar estrangeira, como acontecera em outros momentos a exemplo da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), para citar apenas o caso mais recente (Entenda [...], 2024).

O que nos interessa ressaltar é que, com o assassinato de Jovenel Moïse e a chegada de Ariel Henry à presidência interina do Haiti, agravaram-se ainda mais as condições da classe trabalhadora haitiana em geral. Grupos milicianos avançaram sobre territórios de diversas regiões do país, em especial na capital, Porto Príncipe, provocam ondas de violência nesses territórios, incendiando casas, cometendo assassinatos e sequestros de trabalhadores e trabalhadoras reféns da situação. Assim como já acontecia durante o governo de Jovenel Moïse, o governo de Ariel Henry não garantiu nenhum apoio do Estado às famílias dos

trabalhadores, assim como não propôs nenhuma ação estatal para impedir o avanço das gangues (Haiti [...], 2023a). Pelo contrário, a estratégia do governo de Ariel Henry se pautava em intensificar a percepção da violência no país como forma de pleitear “ajuda militar internacional” junto ao Conselho de Segurança da ONU (Situação [...], 2023).

Em uma dessas tentativas, em fevereiro de 2024, Henry chegou a viajar ao Quênia com o objetivo de negociar o envio de uma força internacional liderada pelo governo queniano e apoiada pelas Nações Unidas. A tentativa foi frustrada e Ariel Henry não conseguiu sequer retornar ao Haiti, pois as milícias haviam tomado mais de 80% da capital (Haiti [...], 2024). Em 11 de março de 2024, exilado em Porto Rico sob a proteção do governo dos EUA, Ariel Henry anunciou que renunciaria ao cargo de presidente interino “assim que um conselho de transição for instaurado” (Primeiro-ministro [...], 2024). Poucos dias depois, Irfaan Ali, presidente da Guiana e que também ocupava a presidência da Comunidade do Caribe (Caricom) condicionaria “[...] a nomeação dos membros do conselho à colaboração com a comunidade internacional para acelerar o envio da Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti, missão liderada pelo Quênia que prevê o envio de tropas ao país” (Entenda [...], 2024).

Novamente, aqui, nos interessa destacar que todo esse processo recente agravou ainda mais a instabilidade política do Haiti, intensificando disputas pelo poder e contribuindo para o aumento da violência e da crise humanitária no país. Em entrevistas ao site *Brasil de Fato* publicadas em outubro de 2023, o dirigente do partido Rasin Kan Pèp la (Reagrupamento Socialista por uma Nova Iniciativa Nacional), o economista Camille Chalmers, realizou um balanço da situação política e social no Haiti. Segundo Chalmers, o desemprego atingiria 70% dos haitianos em 2023. Somado a isso, o cenário de violência produzido pelos grupos milicianos que se fortalecem no Haiti acentuaria ainda mais a exploração da classe trabalhadora haitiana. No entanto, para Camille Chalmers, esse cenário caótico seria consequência de um “[...] caos orquestrado por organizações imperialistas” (Haiti [...], 2023b).

Na visão de Chalmers, o problema da violência produzida pelas gangues e milícias no Haiti precisa ser entendido como uma questão política. Segundo o economista, “[...] é preciso romper a aliança que existe entre os responsáveis pelo governo haitiano e as gangues. É o elemento básico que mantém a insegurança e o porquê de essas gangues se beneficiarem do apoio do Estado: impunidade total e oferta de armas e munições” (Governo [...], 2023). O dirigente político da esquerda haitiana se posicionava radicalmente contra a possibilidade de

uma nova intervenção militar internacional orquestrada pelo Conselho de Segurança das ONU: “Já sofremos várias intervenções. Cada vez que se faz isso, a situação piora” (Haiti [...], 2023b).

Para Camile Chalmers, uma nova ocupação militar teria dois objetivos: primeiro, seria uma questão de dinheiro, disputando-se para acessar os recursos que poderiam ser disponibilizados para essa nova ocupação; o segundo seria ideológico, “Mostrar que a solução sempre vem de fora. ‘Vocês não podem se governar, porque são negros. Vocês pensaram que poderiam ter um Estado, mas não podem’” (Governo [...], 2023). Assim, ao analisar criticamente a possibilidade de uma nova intervenção militar externa no Haiti, Camille Chalmers articula uma interessante leitura do sentido histórico de tal processo como uma faceta do capitalismo imperialista:

A partir do início do século 20, o imperialismo investiu para estruturar a indústria açucareira em Cuba e na República Dominicana, e definiu para o Haiti a incumbência de fornecer mão de obra barata para essas indústrias. Para manter isso, é importante que as condições de emprego, os níveis sociais sejam péssimos (Governo [...], 2023).

Nesse ponto, partindo dessa síntese de Camille Chalmers, gostaríamos de retomar o diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que entrevistamos em Cascavel – PR. O tema da violência como um elemento presente na experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos perpassou todas essas entrevistas. Alguns deles que entrevistamos nos narraram situações de bastante tensão, vividas inclusive em momentos anteriores ao episódio do assassinado de Jovenel Moïse.

Em 2014, com 18 anos recém-completados, Emmanuel não conseguia encontrar trabalho na região de Found Bayard. Ele nos contou que, mais ou menos nessa época, a sua mãe adoecera e não conseguia mais trabalhar vendendo alimentos na feira local. Os irmãos que moravam em Found Parisien, a comuna mais próxima, enviavam a ele e a mãe algum dinheiro, porém, Emmanuel sentia que também precisava ajudar a mãe. Um dos irmãos lhe chamou para ir morar e trabalhar com ele em Found Parisien. Lá, Emmanuel conseguiu um emprego como frentista em um posto de combustível. Nas suas folgas, ajudava seu irmão que lhe chamara para Found Parisien e que trabalhava como motorista. Ajudar o irmão lhe garantia algum dinheiro; embora fosse pouco, permitia que ajudasse a mãe e outro irmão que ficaram em Found Bayard. No entanto, quando nos disse sobre essa dinâmica, Emmanuel relatou que não gostava de trabalhar com o irmão no transporte de caminhões.

Guilherme: Entendi. E como é que foi quando você chegou em Found Parisien? Você foi morar com esse seu irmão?

Emmanuel: Sim, com meu irmão em Found Parisien. Porque ele trabalhar de carro, fazer, como eu falo isso?, fazer *transboard*, sabe? Pegar as coisas e deixar lá no Porto Príncipe, pegar na fronteira e levar pra Porto Príncipe pra outra pessoa. Quando ele tem tempo, eu ajudava ele também assim

Guilherme: Você trabalhou com ele fazendo essas entregas?

Emmanuel: É, assim mesmo, às vezes, mas não é tudo, porque eu não gosta isso.

Guilherme: Não gostou? Por quê?

Emmanuel: [risos] Porque às vezes tem bandido, sabe? [risos]

Guilherme: Ah, é? Como assim?

Emmanuel: Na rua [risos]. Muito bandido. É perigoso, Gui. Eu não gostar.

Guilherme: Nas estradas? Você passou por alguma situação?

Emmanuel: Não. Uma vez eu vi, mas eu não. Porque tem *feir* na Found, sabe *feir*? Feira?

Guilherme: Feira? Sim.

Emmanuel: Na feira mesmo, tem dois parte tava peleando, sabe?, pra pegar dinheiro do outro. Quem chegar primeiro pegar dinheiro, e outro vem e pegar, sabe? É assim. Os bandido com arma na rua. É muito perigoso. Eu não gostei. Por isso quando podia ficava lá no posto de gasolina, vende, vende gasolina mesmo. Eu trabalhei lá quase, quase cinco anos acho, cinco anos.

Durante nossa entrevista, tentamos pedir a Emmanuel mais detalhes sobre esse e outros episódios nos quais presenciou situações de conflito e de violência entre as gangues e milícias no Haiti, mas sempre nos respondia de forma evasiva. Em outro momento, esse recurso ao silêncio também foi mobilizado por Emmanuel e outros haitianos e haitianas quando discutimos as suas trajetórias para chegarem ao Brasil e até mesmo a outros destinos, como os EUA. No caso dos trabalhadores e das trabalhadoras haitianos e de outros emigrantes/imigrantes de modo geral, as rotas e os corredores de deslocamento costumam envolver a travessia por lugares tidos como muito perigosos, seja pelas condições naturais (desertos e florestas, por exemplo), seja pela presença de criminosos e atravessadores que frequentemente expõem os migrantes a extorsões, violações e outras formas de violência (Carvalho, 2020). Desse ponto de vista, a violência é experimentada como um trauma e, como pesquisadores, é preciso entendermos que rememorar esses episódios traumáticos costuma ser bastante difícil para os sujeitos que os vivenciaram ou que de alguma forma se relacionam com eles.

Nesse sentido, nossa proposta aqui é pensar como essa violência das gangues, das milícias e até do Estado é vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos como uma dimensão política, para, a partir disso, refletir como isso pode contribuir para a decisão de

emigrar/imigrar. Essa relação permeou em diversos momentos a fala dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que entrevistamos. Quando nos contavam sobre as suas trajetórias no Haiti e quando conversávamos acerca de questões que eles vivenciavam no Brasil ou até mesmo em outros países pelos quais já passaram. A todo momento, as suas avaliações e os sentidos construídos para falar de suas vidas dialogavam com a experiência histórica do Haiti e do povo haitiano.

A esse respeito, falas como a de Patrick são bastante significativas. O trecho que transcrevemos a seguir foi a primeira resposta que Patrick nos deu na entrevista. Como fazíamos em todas as conversas com trabalhadores e trabalhadoras haitianos, no início da gravação, comentávamos sobre a nossa pesquisa, as questões que vinham nos motivando e mencionávamos rapidamente algumas das perguntas que pretendíamos fazer aos entrevistados, inclusive explicando que esse roteiro de perguntas era aberto, que tanto o pesquisador quanto os entrevistados poderiam alterar ou até mesmo propor questões diferentes. O que gostaríamos de destacar é que, assim como aconteceu com Gregory e outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos quando os entrevistamos, ao solicitarmos que os entrevistados comessem se apresentando, eles fizeram questão de organizarem a sua apresentação inicial com falas bastante amplas e complexas.

Patrick: Eu sou Patrick. Sou haitiano. Tenho idade dezenove sessenta e um (1961). Sessenta e um anos. Eu não sou brasileiro, sou haitiano. Deixou Haiti, meu país, porque falta trabalhar, falta presidente. Nosso país tem um problema, ele falta de presidente. Já tem um presidente e ele morrer. Nome dele é Jovenel Moïse. Ele morrer no combinado de duas nacionalidades, Colômbia [colombianos] e haitianos que moravam na Colômbia. Tá bom? Já desde esse problema o nosso país tem um problema, não tem trabalhar. Qual o problema? Já encontrei, tem um problema tudo os país, presidente também. E não é a primeira vez que tem um problema presidente no meu país, tem muitos os anos, muitas vezes já acontecer, mas aqui, agora é pior de novo, porque presidente tá morreu, outra pessoa chega, outro país, pra matar presidente, mas não, não é a primeira vez, mas é diferente. Se tem um problema no presidente em um país, esse problema vai sair em tudo, tudo, tudo outras cidades, outras empresas, todo mundo está fechado, empresa dele, porque depois deste matar de presidente. Tá bom? Desde este problema todo mundo vai em outro país, Santo Domingo, aqui em Brasil, Chile, Canadá, Estados Unidos e outro país. Porque pessoa tem uma pessoa que primeiro estar lá e ele vai ajudar vir morar com ele. Tá bom? Então porque esse problema já tem nesse país, todo mundo deixa.

Patrick organizou a sua apresentação inicial de modo a já incluir na reflexão o episódio do assassinato de Jovenel Moïse. Dentre as perguntas iniciais que constituíam o

nosso roteiro, não havia uma questão sobre esse episódio e seus significados. O que não quer dizer, obviamente, que o tema não pudesse ser abordado, já que era um roteiro aberto. Patrick escolheu se apresentar e inserir o assassinato de Moïse em 2021 na conversa. Por um lado, é razoável imaginar que Patrick mencionasse o assunto por ser um tema “quente”, no sentido de recentíssimo, haja vista que, em janeiro de 2023, quando o entrevistamos, a situação política do Haiti estava em aberto. No entanto, ao organizar a sua narrativa dessa forma, o episódio do assassinato de Moïse é mobilizado por Patrick para falar tanto de sua própria trajetória como para ancorá-la às experiências da classe trabalhadora haitiana.

Morando e trabalhando no Brasil desde 2017, Patrick não deixava de dialogar com dilemas vividos pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos no Haiti, particularmente com aqueles elementos que avaliava como desdobramentos do assassinato de Moïse para as pessoas comuns. Para Patrick, falar sobre essa questão era uma forma de tratar da experiência da classe trabalhadora haitiana e, desse ponto de vista, era uma forma de falar de si. Dessa forma, a falta de empregos para os trabalhadores haitianos – ou pelo menos de empregos tidos como estáveis – e a possibilidade de emigrar do Haiti para outro país se constituem como fenômenos históricos. “E não é a primeira vez que tem um problema presidente no meu país, tem muitos os anos, muitas vezes já acontecer, mas aqui, agora é pior de novo”.

Se retomarmos a entrevista de Gregory e Angeline, também encontraremos esse esforço de conectar o presente e o passado para abordar temas como o desemprego, a violência e a emigração/imigração. A questão da violência e, particularmente, a intensificação da violência das milícias, das gangues e até mesmo do Estado vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos após o assassinato de Jovenel Moïse fora um tema que surgiu em várias entrevistas nesta pesquisa. Quando tivemos a oportunidade de conversar com Gregory e Angeline, perguntamos-lhes sobre tal questão.

Guilherme: E, Gregory, você estava falando sobre essa questão da violência no Haiti, que é algo que vários amigos e amigas também comentaram. Como que é esse cenário de violência?

Gregory: Pra mim eu penso assim, porque Haiti não fabrica as armas, viu? Tudo vem pra os Estados Unidos. Sabe, porque eu estudava na escola, e nós haitianos tem pra viver lá sem precisar viajar, mas parece que, sabe, os governos de lá Estados Unidos, pra mim eu penso isso, que não quer deixar nós reunir para viver, e mandar as armas para os bandidos só todos dias fazer violência, os povos, morreu bastante, não conseguiu viver na casa própria, tem que ficar na rua, é difícil viver ao país no momento atual.

Enquanto conversávamos, Gregory organizava a sua experiência como classe trabalhadora construindo sentidos que conectavam Haiti e Brasil. É interessante observar que a sua narrativa não tinha um sentido único, linear e cronológico. Falava-nos de sua trajetória do Haiti até chegar ao Brasil, mas também ressaltava a todo momento um vínculo que, de seu tempo presente no Brasil, não apenas o conectava ao Haiti, aos seus familiares e amigos, mas também à luta dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Gregory aproximava presente e passado a todo instante em sua fala. Ao fazer isso, mobilizava uma leitura sobre a experiência da classe trabalhadora haitiana que apontava a presença de elementos como a violência e o desemprego em sua historicidade. A violência e o desemprego são produzidos historicamente como consequência de projetos imperialistas para o Haiti e para os trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Desse ponto de vista, as narrativas como as de Gregory e Patrick se aproximam no sentido de considerarem que a construção e a acentuação das desigualdades que permeiam a sociedade haitiana em muitos sentidos têm raízes históricas profundas na trajetória desde país desde o período colonial (James, 2010).

Entendemos, desse modo, que esse debate construído a partir das entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que entrevistamos nos permite aproximar e dimensionar relações possíveis entre o imperialismo e a experiência de homens e mulheres para os quais emigrar/imigrar se desenhou como uma resposta possível em um cenário de exploração e de desigualdade. Quando trabalhadores e trabalhadoras haitianos como Patrick, Felix, Emmanuel, Raphael, Tony, Clifford, Gregory e Angeline nos narraram suas trajetórias, de diversas formas, nos trouxeram elementos que evidenciavam modos de viver e de trabalhar e que expunham e refletiam temáticas como a educação, o desemprego e a violência. As suas falas não deixavam de conectar as suas vivências com temas como a exploração do trabalho e a desigualdade produzida pela presença do capitalismo imperialista na sociedade haitiana. A partir de suas condições no tempo presente, construíram leituras sobre as suas trajetórias no Haiti como uma experiência compartilhada historicamente pela classe trabalhadora haitiana.

Nesse viés, reconhecer as leituras produzidas por esses trabalhadores e trabalhadoras nos permite pensá-los como sujeitos históricos. As noções, os valores e as referências construídos por eles em sua experiência de classe certamente são parte da bagagem que carregam consigo quando decidem emigrar/imigrar. Assim, compreender historicamente a experiência desses sujeitos é fundamental para que possamos interrogar e discutir tanto as trajetórias de migração por eles percorridas até chegarem no Brasil quanto as suas percepções

sobre as relações de trabalho em Cascavel – PR e até mesmo seus modos de viver, de trabalhar e de lutar no Oeste paranaense, temas que compuseram os próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: TRABALHADORES HAITIANOS EM MOVIMENTO: IMIGRAÇÃO, EXPERIÊNCIA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

2.1 Introdução

Neste capítulo, discutimos os modos de trabalhar e de viver dos haitianos e haitianas com os quais nos relacionamos em Cascavel – PR depois que deixaram o Haiti, problematizando as suas trajetórias de trabalho e a sua condição de trabalhadores imigrantes. Se, anteriormente, debruçamo-nos nas experiências desses sujeitos como trabalhadores no Haiti, podendo nos referir ao seu “passado”, neste capítulo, objetivamos é mapear e analisar as experiências e a condição dos haitianos como trabalhadores imigrantes, isto é, o seu “presente”. Para isso, examinamos e problematizamos tanto as entrevistas com os haitianos quanto expomos e refletimos acerca das informações que coletamos em nosso trabalho de campo durante a pesquisa em Cascavel – PR.

De modo específico, destacamos como, para muitos desses trabalhadores e trabalhadoras, o Oeste paranaense é um destino (muitas vezes provisório) que foi antecedido por outras vivências da condição de imigrante tanto em outras cidades e regiões do Brasil como em outros países.

2.2 Trabalhadores haitianos em movimento: República Dominicana e Chile

Joseph Handerson (2019) observou que podemos encontrar ao longo de grande parte do século XX a circulação de trabalhadores e trabalhadoras haitianos por diferentes espaços. Dentro da própria região do Caribe, países como Cuba, República Dominicana, assim como as chamadas Pequenas Antilhas, são espaços nos quais a movimentação da população haitiana foi e é bastante presente antes mesmo das primeiras décadas desse século. O mesmo autor menciona que, já na segunda metade do século XX, além do próprio Caribe, intensificaram-se as migrações da população haitiana para destinos como os Estados Unidos, Canadá e França. Por fim, no século XXI, notadamente a partir de 2010, conforme destacou Handerson (2019), tomou forma e volume um outro importante fluxo migratório para países como Equador, Chile, Argentina e Brasil.

Nessa direção, um elemento que nos chamou atenção durante a pesquisa foi o fato de que muitos dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que conversamos em Cascavel – PR

têm em suas trajetórias experiências como imigrantes em outro país. Em alguns casos, inclusive, acumulam-se experiências de imigração em dois ou até mais países, além, é claro, da condição de imigrante no Brasil.

Um desses casos é Felix, jovem haitiano de 30 anos que conhecemos em Cascavel – PR em 2021. À época, Felix morava em uma quitinete a 200 metros de nossa casa, em um bairro na região Oeste cascavelense, junto com mais cinco imigrantes haitianos, incluindo um casal com uma criança de cerca de seis ou sete anos. Além disso, Felix foi um dos participantes mais longevos de nosso curso de alfabetização para imigrantes. Em síntese, pudemos conversar várias vezes, em geral, em situações descontraídas, como diálogo de vizinhos na calçada em frente às nossas casas ou nos encontros do curso de alfabetização.

Felix chegou ao Brasil em maio de 2017 vindo de Ganthier, sua cidade natal no Haiti. Contudo, antes de vir ao Brasil, trabalhou por cinco anos na indústria da cana-de-açúcar na República Dominicana. Quando o entrevistamos, em 2024, Felix nos contou que imigrar era um horizonte comum entre seus familiares. Filho de agricultores cuja principal atividade era criar porcos para serem vendidos nas feiras na região de Ganthier, ele e sua família vivenciaram dificuldades que se acentuaram com o terremoto que atingiu o Haiti em 2010. Para Felix, uma das facetas da pauperização que o terremoto terminou por acentuar foi expressa na necessidade de interromper seus estudos básicos e ir trabalhar como imigrante em outro país. Foram suas três primas que já estavam vivendo e trabalhando na República Dominicana que serviram de referência para que ele também emigrasse do Haiti com destino a Santa Cruz de Baraona, na República Dominicana.

Guilherme: E você, Felix, você se formou no Haiti? Você estudou, completou a escola?

Felix: Não, eu não completo. Por que eu não termino escola lá Haiti? Dia, não, ano 2011, que ano o terremoto?

Guilherme: Em 2010, o terremoto.

Felix: Sim. 2010, quando terremoto já passou lá no Haiti, depois eu saí lá no Haiti e eu vou lá República Dominicana. E por que eu não continua estudar? Pai meu, ele chegar em casa e ele vai morar na outra cidade. E mãe meu ficar em casa sozinha com seis filhos. E quando eu vejo irmão e irmã, mãe meu tem muita dificuldade pra fazer tudo as coisas pra criança. E eu fui à República Dominicana pra buscar trabalho, eu ajudar mãe ou ajudar irmão também. E depois eu faço como cinco anos na República Dominicana, eu vai lá no Haiti e depois eu vou na embaixada buscar visa e depois eu entrar aqui em Brasil. Em 2010, 2011 muita dificuldade pra, muita dificuldade para mãe ajudar tudo as crianças. Quando eu vejo as coisas tá ruim pra ela, eu sair.

Em sua fala, Felix procurou ressaltar como em sua trajetória a imigração se constituiu como uma possibilidade de contribuir com o sustento de sua família, particularmente, sua mãe e seus irmãos mais novos. Nas diversas conversas que tivemos, não foram poucas as vezes em que ele destacou a importância do dinheiro que, trabalhando como imigrante no Brasil ou na República Dominicana, guardava e enviava à sua família. Em grande medida, essa é uma questão muito mencionada por quase todos os haitianos e haitianas que conversamos. Nesse sentido, ao analisarmos a fala de Felix, podemos pensá-la como significativa desse vínculo compartilhado na experiência desses trabalhadores e trabalhadoras. Significativa não apenas porque nos relata um ponto repetido várias vezes nas entrevistas e com os trabalhadores e trabalhadoras haitianos, mas principalmente porque nos permite discutir como esse elemento comum e, portanto, compartilhado pode ser vivido e significado de modos diversos pelos sujeitos que imigram.

Felix sente-se responsável pela família no Haiti. Um vínculo a partir do qual, ao nos narrar seu percurso, confere a si próprio respeito por sua trajetória e experiência de trabalhador que, mesmo distante geograficamente de sua família, mantém-se comprometido com o bem-estar dos seus. Em certo sentido, esse sentimento de responsabilidade também se expressa no desejo de Felix de futuramente reunir a sua família em condições que, ele espera, sejam melhores. Assim, importa-nos destacar como essa conexão entre aqueles e aquelas que emigram/imigram e suas famílias – e que, como indicamos, no caso de Felix, é vivido por ele enquanto senso de responsabilidade e compromisso – constitui-se em um elemento importante da condição de imigrante. Ao falar desse vínculo, ou melhor, da forma como vivenciou e vivencia tal relação, Felix estabelece uma conexão direta entre a decisão de imigrar e tal compromisso.

Quando nos contou sobre a sua decisão de ir para a República Dominicana viver e trabalhar, Felix destacou que a escolha pelo país vizinho se dava porque alguns de seus primos e primas já moravam em território dominicano. Contudo, é oportuno perceber que essa definição de Felix e de muitos outros trabalhadores haitianos pela República Dominicana tem raízes históricas bastante profundas. Historicamente, assim como no caso do Haiti, o cultivo da cana-de-açúcar exerceu um papel significativo na formação econômica e social do país vizinho. Para nos referenciarmos apenas pelo passado mais recente, durante o século XX, o açúcar dominicano foi um item de exportação central, influenciando significativamente as relações imperialistas entre os EUA e a República Dominicana. Estima-se que, na década de 1960, a indústria da cana-de-açúcar respondia por algo em torno de 59% das exportações

agrícolas dominicanas e que grande parte dessa produção era direcionada ao mercado estadunidense (Meyer, 2019). Mais recentemente, no início do século XXI, o percentual das exportações agrícolas dominicanas correspondente à cultura canavieira diminuiu para 12% (Meyer, 2019). Mesmo considerando essa redução percentual, a indústria açucareira permanece como uma engrenagem relevante na economia dominicana, especialmente quando consideramos o seu papel histórico na formação de padrões de migração de mão de obra, principalmente no recrutamento de trabalhadores haitianos (Cortén *et al.*, 1976; Martínez, 1999; Ramirez, 2015).

A fala e a trajetória de Felix, desse modo, nos apresentam uma relação de imigração que permeia em muitos aspectos a experiência da classe trabalhadora haitiana. Em meados de 2011, Felix deixou a sua cidade natal, Ganthier, para ir morar e trabalhar na cidade dominicana de Santa Cruz de Baraona. A sua ida, como já mencionamos, foi intermediada pelos primos que já haviam imigrado para lá. Com essa mediação, Felix conseguiu um emprego em uma indústria de beneficiamento de açúcar. Quando o questionamos qual era exatamente a atividade que desempenhava no trabalho, Felix não nos deu muitos detalhes. Disse-nos apenas que seu trabalho era colocar caixas e mais caixas de açúcar já refinado em uma esteira, direcionando o produto para o setor de transporte. Por outro lado, ao nos relatar essa experiência na indústria açucareira dominicana, deu destaque à incerteza de seu vínculo de trabalho.

Guilherme: Você foi para a República Dominicana, e como que foi lá, Felix?

Felix: Nome de lugar é Baraona. É perto do Haiti, Baraona é perto do Haiti. Um lugar perto ele, o nome dele é Santa Cruz na verdade. Eu tenho mais três prima morando lá. Eu e elas trabalha na emprego fazer açúcar.

Guilherme: E como é que era? Você chegou lá e morava na cidade de Santa Cruz de Baraona? Ou morava no campo, na área rural?

Felix: Não, na Baraona, cidade. Na casa eu moro na Baraona é a casa da emprego. Da empresa. Todos os seis dias de mês, empresa paga meu dinheiro.

Guilherme: E quanto que era o salário?

Felix: Salário às vezes dois mil pesos, e tem vezes quatro mil pesos.

Guilherme: Por que mudava tanto assim?

Felix: Dependente de trabalho. Quando tinha mais trabalho, daí cobrar mais.

Guilherme: E tinham vezes que recebia menos do que dois mil pesos?

Felix: [risos] Sim, bem menos.

Guilherme: E como que era viver assim, às vezes ganhava mais e às vezes ganhava bem menos?

Felix: É, aqui Brasil, é, eu vejo aqui Brasil tá diferente, porque aqui Brasil quando carteira um gente assina no sistema, se a gente trabalhou quinze dias, emprego não faço trabalho, emprego tem obrigatoria pra pagar todo

dinheiro. Na República Dominicana é diferente. Se um gente trabalhou quinze dias, não um mês, quinze dias ele vai cobrar. Se ele trabalhou sete dias e não trinta, recebe sete.

Guilherme: E tinha vezes que trabalhava só sete dias?

Felix: Uhum.

Guilherme: Por que trabalhava menos assim?

Felix: [risos] Eu não sei. Cada país é diferente, cada país é diferente. Aqui Brasil é outra coisa.

Uma primeira possibilidade de interpretar a fala de Felix pode ser reconhecendo nela elementos historicamente compartilhados pela classe trabalhadora haitiana que migra para a República Dominicana e ali é ocupada na indústria açucareira. De modo amplo, a produção acadêmica que tem investigado as condições de trabalho dos trabalhadores imigrantes nessa indústria em particular, caracterizando-a pela intensa exploração. A indústria açucareira dominicana, profundamente enraizada em práticas que remetem ao passado escravista colonial do Caribe, segue explorando os seus trabalhadores, com especial ênfase aos migrantes haitianos, por meio de uma lógica capitalista ancorada na apropriação de mais valor e com altíssimos custos à saúde dos trabalhadores (Plant, 1986; Wilson, 2023). Nesse sentido, podemos recuperar a consideração de Camille Chalmers citada no capítulo anterior. Em entrevista, o economista e líder político da esquerda haitiana destacava como a política imperialista estadunidense para o Caribe, gestada ao longo do século XX e com desdobramentos até a atualidade, propunha uma divisão do trabalho na qual caberia à classe trabalhadora haitiana o papel de mão de obra barata para as indústrias açucareiras de Cuba e da República Dominicana (Governo [...], 2023).

Além das longas jornadas laborais em uma atividade fisicamente exaustiva e realizada em condições intensas de calor, essa historiografia também tem destacado que os trabalhadores e as trabalhadoras migrantes ocupados na indústria açucareira da República Dominicana como um todo não conseguem dispor de proteção legal mínima em seus trabalhos e não têm praticamente nenhuma oportunidade de sindicalização, um cenário que produz condições de vida e de trabalho bastante precárias (Latour, 1984; LeGrand, 1995). Salientamos ainda que a continuidade histórica dessas péssimas condições de trabalho vivenciadas na indústria açucareira dominicana, em grande medida, está vinculada à arraigada superioridade racial e cultural sentida pelos dominicanos sobre os haitianos, o que exacerba a discriminação e a marginalização enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes haitianos (Latour, 1984; Sheller, 2004).

Em certo sentido, todos esses elementos atravessam a fala de Felix. Expressam-se, por exemplo, na dependência que trabalhadores e trabalhadoras haitianos como ele tendem a ter das indústrias dominicanas açucareiras, na relação de moradia em um imóvel que pertence aos patrões, assim como na instabilidade de seu salário em um contexto de produção intermitente. Todos esses aspectos são importantes para pensarmos a condição de imigrante e a experiência de uma parcela significativa dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Junto a isso, a narrativa de Felix também é interessante porque nos permite pensar como esse jovem trabalhador atribui sentido à sua própria trajetória.

Organizando a sua narrativa a partir de seu presente, na condição de trabalhador imigrante vivendo no Brasil, Felix nos relatou a sua passagem pela República Dominicana estabelecendo uma série de comparações. Em grande medida, a estratégia de Felix para expressar a sua percepção negativa da precariedade de sua condição de trabalho e de sua remuneração na indústria de açúcar dominicana é contrastar tal situação com o vínculo de trabalho formal que ele conhece no Brasil, empregado em um dos frigoríficos da cidade de Cascavel – PR. Podemos pensar que esse recurso também se justifica uma vez que Felix sabe que está conversando com um pesquisador/professor brasileiro e, por isso, estabelecer uma comparação com os vínculos de trabalho no Brasil pode ser lido como uma forma de possibilitar ao seu interlocutor brasileiro um entendimento sobre a relação de trabalho que experimentou na República Dominicana.

Assim sendo, não podemos acolher a sua comparação acriticamente. Assumir essa postura assim implicaria supormos que Felix, de alguma forma, tomasse como ideais as condições de trabalho que vivenciava no Brasil quando conversamos. Como destacamos adiante, Felix e os demais haitianos e haitianas que conhecemos têm uma leitura apurada sobre a exploração de seu trabalho nos frigoríficos cascavelenses e da precariedade de sua condição de imigrante no Oeste do Paraná. Ao analisarmos a sua entrevista, entendemos que o valor das comparações que Felix nos propõe está em destacar dimensões acerca de sua experiência de imigrante que são particularmente significativas para ele. Como já salientamos, esse vínculo com seus familiares, principalmente com sua mãe e seus irmãos mais novos, é vivenciado por Felix como um compromisso econômico e moral. Ao nos falar sobre a grande incerteza que seu salário poderia ter nesse período em que viveu na República Dominicana, ele procura nos destacar como essa instabilidade o impedia de qualquer planejamento, não apenas para si e para a sua subsistência, mas também para com seus compromissos assumidos junto àqueles familiares que ficaram no Haiti.

Nas conversas que tivemos com Felix, esse elo parece se construir com a própria experiência de imigração, sendo mobilizado tanto como justificativa para o início de sua trajetória de imigração quanto como um elemento ao qual procura se agarrar para atravessar situações adversas que vivenciou em sua condição de trabalhador imigrante. Quando conversamos sobre a sua trajetória na República Dominicana, ele compartilhou conosco situações emblemáticas da violência e dos riscos que um trabalhador haitiano ocupado na indústria açucareira dominicana pode estar exposto. Embora depois do terceiro ano vivendo no país vizinho tenha conseguido a documentação necessária para legalizar a sua condição de imigrante, nos dois primeiros anos em que morou e trabalhou em Santa Cruz de Baraona, Felix esteve na condição de imigrante ilegal em território dominicano.

Guilherme: E, Felix, como que era viver na República Dominicana?

Felix: É, na mesmo ano eu chego na República Dominicana eu não tenho passaporte, eu não tenho passaporte pra ir, e tem um dia, às 16h da tarde, eu fico na cidade e eu vejo o caminhão da imigração, ele vai vem. Tem um menino dominicano, ele falou, “oi, haitiano. Tem imigração”. Eu falo com ele, “aonde você vê?”, ele, “mira”, e quando eu vejo eles [gesto de palmas e risos], eu fui embora.

Guilherme: Você saiu correndo?

Felix: Muito [risos]. Muito, correu muito [risos].

Guilherme: E conseguiu escapar deles?

Felix: Uhum.

Guilherme: E eles foram na casa onde você morava?

Felix: Não, eu saí, eu não entro em casa não. E por que? Porque quando um gente vê o caminhão imigração, se ele ou ela foi entrar em casa, imigração bateu porta, e ele tem obrigatória entrar, pegou gente [palmas], foi lá no Haiti. É obrigatória. Se eles vai na casa, batem... Depois, se você não quer sair, ele entrar e pega você.

Guilherme: E você, quando aconteceu isso, que você viu o caminhão da imigração, você não estava em casa?

Felix: Tava na rua em casa.

Guilherme: Ah, tá. Na rua em frente da casa. E as outras pessoas que moravam com você nessa casa?

Felix: É, é, ele tem passaporte. É, depois, 2013, março 2013, eu fazer passaporte, eu te visa República Dominicana.

Como destacamos, ao longo do século XX, articulados em torno de um projeto imperialista estadunidense, os grupos dominantes dominicanos ligados ao setor açucareiro mobilizaram esforços para levar jovens haitianos até a República Dominicana. Ademais, esse projeto também ensejou uma relação de preconceito, de discriminação e de violência dentro da sociedade dominicana para com os trabalhadores e as trabalhadoras haitianos que se

expressa, por exemplo, na forma como as legislações e os serviços de imigração dominicanos lidam com os haitianos e haitianas (Latour, 1984; Sheller, 2004).

Situado nessas referências, ao narrar um episódio atravessado pela presença da violência e da repressão aos trabalhadores e às trabalhadoras haitianos, verificamos como, para falar desses elementos históricos mais amplos, Felix nos evidencia um esforço em nos comunicar a tensão e o medo com que essa violência foi vivenciada por ele. Durante a entrevista, Felix mobilizava não apenas seu repertório da língua portuguesa, mas também seus gestos e expressões para tentar nos comunicar a sua experiência. Em plena luz do dia, viu-se em apuros ao perceber que uma das patrulhas do controle de imigração dominicano estava por perto. A tensão da situação narrada contrasta-se com um riso que parece fora de lugar. As palmas foram utilizadas por Felix para enfatizar o perigo, o medo e a incerteza que sentia naquela situação. O local que naquele contexto era sua casa não era seguro, além de poder colocar em risco seus familiares e amigos haitianos que lá também moravam. Correr era o recurso que lhe restava naquela situação e o medo de ser apanhado se tornava um estímulo para correr ainda mais.

Enquanto nos relatava esse episódio, os gestos de Felix indicavam tanto o cenário de uma perseguição da polícia imigratória dominicana a um jovem haitiano que não tinha documentos quanto ressaltavam o esforço de fuga empreendido por ele, que, naquele contexto, percebia-se como o alvo de uma caçada. O riso de Felix, nessa conjuntura, pode ser interpretado como uma forma de comunicar seu estranhamento ao nos falar de um episódio que emblemiza as situações de perigo e precariedade.

Nas conversas que tivemos com os haitianos e haitianas, não foram poucas as vezes em que procuraram nos comunicar as suas experiências como imigrantes utilizando recursos como gestos e risos. Em certo sentido, essa prática era uma forma de complementar a comunicação quando seu repertório da língua portuguesa se mostrava limitado diante da complexidade do que narravam. Se retomarmos a trajetória de Clifford, mencionado no primeiro capítulo, também constatamos esse recurso.

Assim como Felix, Clifford deixou Ganthier para trabalhar na República Dominicana. No início da década de 1990, com 16s anos de idade, Clifford fora trabalhar nas plantações dominicanas de cana-de-açúcar escondido de seu pai, abandonando inclusive seus estudos secundários. “Quando meu pai saber, ele ficar chorando pra mim [risos], chorando, depois, quatro meses já, aí eu volto de novo. Quando eu chegar meu pai e minha mãe ficar alegria”.

Como descrevemos no primeiro capítulo desta tese, Clifford passou quase três décadas vivendo e trabalhando em fazendas dominicanas. A sua dinâmica envolvia períodos em que morava e trabalhava na República Dominicana durante o plantio e a colheita e alguns intervalos em que retornava ao Haiti, geralmente nas entressafras. Em sua fala, Clifford compartilhou os sentimentos que permeavam essa dinâmica de chegadas e de saídas, como o choro de seu pai nos momentos de partida em contraste com a alegria de seus familiares nos momentos de retorno. O riso de Clifford ao nos contar sobre tal dinâmica por óbvio não era reação a uma situação que chamaríamos de engraçada ou algo do tipo. Ele nos parece muito mais revelador de um sentimento de dor e da estranheza que era para Clifford a experiência dos encontros e desencontros que a condição de imigrante lhe impunha.

Nessa perspectiva, ao nos contar sobre as suas primeiras idas à República Dominicana, quando fora trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, as palavras de Clifford têm um valor significativo para pensarmos como a precariedade das condições de trabalho dos imigrantes haitianos na República Dominicana foi vivenciada e sentida por ele.

Guilherme: Deixa eu te perguntar, você foi com dezesseis anos pra República Dominicana, depois voltou para o Haiti e ficava indo e voltando? Mas foi sempre trabalhando no mesmo lugar lá?

Clifford: Isso. Sim, não. Eu começar trabalhar com patrão eu começar, ano 1997, 1997 eu começar trabalhar com um patrão. Depois eu deixar ele em 2016. Mas antes desse patrão, primeiro, eu começar fazer outras coisas. Antes eu trabalhar junto com as pessoas cortar cana, cortar cana. Aí eu passar muita luta aí. Muita luta com as pessoas cortar cana, com facão [risos], muito ruim cortar cana. Quando eu cheguei, faz um mês, um mês eu voltar do Haiti, eu não ter dinheiro e eu voltar de novo.

Guilherme: Quando você foi com dezesseis anos você foi para cortar cana?

Clifford: Porque lá tem um padre e padre não quer eu trabalhar. Quando eu cheguei, o padre, padre fale pra mim “se você vai trabalhar e vou colocar você é prisão, você vai ficar preso”.

Guilherme: O seu pai?

Clifford: Não, padre, um padre. O padre falou pra mim “você não tem idade pra trabalhar. Se você quer trabalhar você vai esperar quando você tem dezoito anos aí você vai vim trabalhar”. Aí ninguém quer ir trabalhar, eu vou a passear e depois na minha casa do Haiti. Que ele não deixar eu trabalhar. Quando eu voltar já dezoito anos, eu sou homem para trabalhar, eu trabalho normal.

Guilherme: E era muito puxado esse trabalho no corte da cana?

Clifford: Muito puxado, muita luta, pesado. Sofrer muito cortando cana.

Guilherme: E ganhava bem, Clifford? Você falou que voltou pro Haiti.

Clifford: Não, cortando cana não [risos]. Cortar cana eu não gosto, depois eu deixo.

Clifford nos narrou a sua lida com a cana-de-açúcar em termos de luta e de sofrimento. Das quase três décadas em que trabalhou na República Dominicana, passou os primeiros cinco anos no corte da cana-de-açúcar, entre 1991 e 1997. Essa imagem construída por Clifford para nos comunicar a sua experiência pode ser lida de muitas formas. Uma primeira possibilidade seria pensar a imagem de luta mobilizada por Clifford como um combate político e coletivo por direitos. Em sua fala, ao nos relatar o episódio em que um padre dominicano o impediu de trabalhar no corte da cana-de-açúcar quando ainda tinha pouco mais de 16 anos de idade, em certo sentido, Clifford nos indica a presença de sujeitos que parecem atuar na luta pela garantia de condições mínimas, como a não utilização de trabalho infantil. Por outro lado, é importante mencionar que, em outras oportunidades que tivemos de conversar tanto com Clifford quanto com Felix, os questionamos sobre a presença de sindicatos ou de associações de trabalhadores e de trabalhadoras haitianos que se propusessem a defendê-los, porém, nenhum deles disse ter tido contato com tais entidades.

Uma segunda possibilidade de lermos a imagem construída por Clifford pode ser pensá-la como uma maneira de expressar o desgaste físico de sua lida no corte da cana-de-açúcar: manusear um instrumento de trabalho cortante, desferindo golpes incontáveis por horas a fio, exposto ao calor do sol e às intempéries do tempo. Por fim, outra possibilidade de leitura de tal imagem seria pensar a luta de Clifford como referência à busca de condições de subsistência. Nesse caso, o embate a que se refere é também por dinheiro, para que pudesse garantir o atendimento de suas necessidades e as de seus familiares.

De qualquer forma, a fala de Clifford nos evidencia elementos significativos da precariedade das condições de trabalho experimentadas pelos imigrantes haitianos na República Dominicana. Essa debilidade não deixava de ser percebida pelos imigrantes haitianos. Aliás, desse ponto de vista, podemos até dimensionar o choro do pai de Clifford quando soube que o filho de 16 anos fora escondido trabalhar nas plantações dominicanas como um indício de que as péssimas condições mencionadas por Clifford eram conhecidas e compartilhadas pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos.

Nesse sentido, o estranhamento de Clifford não se expressava somente no sofrimento do esforço e do desgaste, físico e emocional, que vivenciou em sua trajetória nas plantações dominicanas de cana-de-açúcar e de café, mas também no reconhecimento da diferença e do preconceito com que ele, como um trabalhador imigrante haitiano, estava exposto. Depois dos cinco primeiros anos em que trabalhara no corte da cana-de-açúcar, entre 1997 e 2015, Clifford foi empregado em fazendas dominicanas de café. Quando o questionamos sobre as

condições de trabalho nos cafezais, Clifford nos contou que ali a sua remuneração era melhor. Com o que ganhou nesse período, pôde ajudar a sua mãe a reformar a casa e ainda guardar algum recurso. Além disso, comparadas às suas condições de trabalho anteriores, a vida nos cafezais era bem mais tranquila. Entretanto, a sua condição de imigrante na República Dominicana não foi percebida como tranquila.

Guilherme: Isso depois de ter trabalhado na fazenda de café.

Clifford: Aí eu vou colher café. Aí eu ganho bem ali. Porque depois eu falei “Ah, eu não vou ficar mais em República Dominicana. Vou buscar outro lugar”. Nós entrar no Brasil.

Guilherme: E por que você não quis mais ficar na República Dominicana?

Clifford: Ah, dominicano já, dominicano começar a maltratar pessoa e fazer tipo de tratamento. Eu não vou aceitar.

Guilherme: Como assim maltratar?

Clifford: A *je*, República Dominicana mandar imigração, imigração só pegar as pessoas, mandar ao Haiti. Porque nós não entramos, porque República Dominicana somos meu vizinhos. Haiti e República Dominicana são vizinhos. Mesma ilha, meu vizinho. Aí nós entramos sem documento. Aí imigração começar a buscar haitiano que não tem documento pra mandar ao Haiti, assinar você por trabalhar depois deixar todo dinheiro e imigração já mandar ao Haiti. Aí falei “ah, não. Eu não vou ficar mais. Vou outro país”. Aí aqui Brasil, tô Brasil, graças a Deus. Eu caminhar, ninguém, não pedir documento.

Guilherme: E foi a imigração da República Dominicana que foi te buscar e te mandou pro Haiti de volta?

Clifford: Sim, mandaram de volta. Aí pra nós entrar aqui Brasil tem que ir fazer um passaporte e colocar um visto, pra entrar no Brasil, pra entrar legal.

Guilherme: E por que é que você decidiu vir pro Brasil, Clifford? Quando você voltou para o Haiti depois da República Dominicana.

Clifford: Porque eu via a vida em República Dominicana é mais duro. É mais duro. É mais perto porque nós somos vizinhos. Aí eu vi eu não gosto, eu não gosto de viver mais em República Dominicana. E vim cá no Brasil. E graças a Deus pra mim Brasil é bom, Brasil é bom.

Ao nos narrar os elementos que balizaram a sua decisão de deixar a República Dominicana, retornar ao Haiti e, posteriormente, vir para o Brasil, Clifford mobiliza a sua memória a partir do tempo presente. Em fins de 2024, quando nos recebeu em sua casa para gravarmos a entrevista, uma das primeiras coisas que fez foi nos apresentar a sua esposa e seus três filhos que, depois de oito anos separados, voltavam a morar com ele. Foi à luz da emoção desse reencontro, planejado por tantos anos, que Clifford nos relatou a sua trajetória como trabalhador imigrante. Esse é um ponto relevante para podermos dimensionar a comparação que Clifford opera entre a sua condição de imigrante na República Dominicana e no Brasil.

Quando colocada em perspectiva, a comparação feita por Clifford entre a sua condição de imigrante no Brasil e na República Dominicana expressa a sua percepção sobre um tema específico, qual seja, a importância dada por ele à facilidade relativa com que ele e sua família tiveram para acessar os documentos que lhes permitissem legalizar a sua situação de imigrantes. É preciso enfatizar que se trata de uma facilidade relativa. Por um lado, as políticas migratórias do Estado Brasileiro têm possibilitado aos imigrantes haitianos acessarem o visto humanitário para permanência no território nacional; por outro lado, para muitos haitianos e haitianas, a dinâmica da organização da viagem ao Brasil é marcada pela dependência de “facilitadores”, que cobram valores considerados altos para viabilizar questões práticas do processo migratório, desde agendar e viabilizar a emissão dos passaportes, orientações para solicitar formalmente o visto humanitário até garantir o suporte de alimentação e de descanso na viagem até que o imigrante chegue ao seu destino final (Cotiguiba; Cotiguiba, 2016; Carvalho, 2020). Nesse processo, os riscos e a violência aos quais os imigrantes ficam expostos não são poucos e nem pequenos. Esses elementos são retomados mais adiante, por ora, cabe mencionar que, assim como Clifford, outros haitianos e haitianas com quem conversamos também destacaram essa facilidade relativa como um elemento importante em suas trajetórias.

Dito isso, dentro de tal comparação, ao reconhecer o Brasil como um lugar bom, Clifford procura acentuar elementos que eram percebidos como negativos em sua trajetória na República Dominicana. Em especial, um dos aspectos que mais o incomodava dizia respeito à violência e à truculência com que ele e outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos eram tratados na República Dominicana, em especial aqueles que não tinham documentos para legalizar a sua condição. Expressa principalmente na ação repressiva da polícia e de órgãos de controle migratório dominicanos, tal violência não condizia com o que, do ponto de vista de Clifford, deveria ser o tratamento de vizinhos.

Nessa perspectiva, é interessante notar como, em sua fala, Clifford procurava sublinhar a sua presença no território dominicano como legítima a partir de seu trabalho, de seu esforço, de sua “luta” e de seu “sofrimento” em condições árduas nas plantações dominicanas em troca de um salário que lhe permitisse atender não só à sua necessidade imediata de sobrevivência, mas também cumprir compromissos que eram vividos como questões morais, como ajudar a sua família, por exemplo. No entanto, ao nos narrar a vivência da truculência, da violência e do preconceito com que fora tratado em sua trajetória de imigrante na República Dominicana, Clifford também nos evidencia os limites a que estava

disposto a suportar. Para ele, tal tratamento era não só inadequado, mas era um comportamento que passava a ser percebido como inaceitável.

Como indicamos ao discutir a trajetória de Felix, a historiografia tem sublinhado o contexto de preconceito e de desigualdade que contorna a presença de trabalhadores e trabalhadoras imigrantes haitianos na sociedade dominicana. Assim, se, por um lado, as trajetórias de Clifford e de Felix nos indicam certa continuidade dessas percepções pejorativas acerca dos haitianos, por outro lado, elas também nos evidenciam como esses sujeitos as percebem e vivenciam criticamente. Nas conversas que tivemos com os haitianos e haitianas que conhecemos em Cascavel - PR, em alguns casos, o estranhamento desse tratamento dado a eles na condição de trabalhadores imigrantes foi expresso por meio de uma risada desajeitada ao nos narrarem situações de tensão, de preconceito e de violência, como o fez, por exemplo, Felix. No caso de Clifford, esse desconforto é denunciado ao mobilizar a imagem dos vizinhos, na qual uma das partes não trata a outra com o respeito esperado.

Embora com um roteiro de imigração distinto do de Felix e de Clifford, a trajetória de Tony é de grande valia para continuarmos explorando essa estranheza como um elemento relevante da condição de imigrante vivida pelos haitianos. Em 2017, Tony deixou o Haiti para trabalhar como imigrante no Chile. Até esse momento, como vimos no primeiro capítulo, Tony vivia em Croix-des-Bouquets e trabalhava como jardineiro em uma escola privada. Em grande medida, a sua decisão de emigrar/imigrar era motivada pela preocupação em garantir o bem-estar de seus parentes que ficavam. Os arranjos que Tony e sua família costuraram com vistas a essa preocupação foram diversos. Um deles foi deixar como seu sucessor no posto de jardineiro na escola de Croix-des-Bouquets seu irmão mais novo. Esse emprego era tido por Tony como estável. Em contrapartida, o irmão caçula seria uma possibilidade de suporte à sua esposa e aos três filhos, que ficariam no Haiti. Além disso, a própria partida de Tony para o Chile só foi possível por conta desta rede de solidariedade e troca de informações que ele e sua família mantinham. O seu irmão mais velho, que já morava no Chile há um ano e meio, foi quem comprou a passagem de Tony até Coquimbo, capital da província de Elqui, no Chile. Também foi ele quem lhe acolheu e o ajudou a conseguir moradia e emprego na construção civil chilena.

Guilherme: E deixa eu te perguntar, por que você resolveu sair do Haiti, Tony?

Tony: Sai do Haiti, vem na outro país, pra fora do Hiati. Lá Haiti, quando trabalhar, trabalhar no Haiti pagar menos, pagar menos. É que trabalhar ali,

vê quanto cinquenta reais, dólar, é mais, mais alto que meu dinheiro, mais alto. Que aqui quando que você quer fazer mandar um cem dólar lá, fazer mais ou menos um quinhentos, um quase seiscentos reais, mandar pra família de nós lá. Lá, quando chega lá no dinheiro de nós, é melhor, lá é melhor, quando troca ela de dólar americano lá é melhor.

Guilherme: E por que você escolheu o Chile para ir?

Tony: Sim. Fui primeiro pro Chile, porque meu irmão pagar passagem para mim. Ele já estava lá. Depois, ele sair do Chile vem aqui Brasil, fica dois anos, sair do Brasil e entrar lá no Estados Unidos agora. Ele fazer mais ou menos dois anos ou três anos lá. Quando eu entra eu falei “não vai ficar aqui no Chile”. Lá na Chile, problema com documento, problema com frio, eu sei que é complicado lá no Chile, mais frio que aqui Brasil.

Organizada também a partir desse compromisso com aqueles que ficaram, a fala de Tony nos evidencia a importância que as remessas assumem em tal contexto. Tony procurou nos ressaltar isso fazendo cálculos para exemplificar como as transferências a seus familiares podem chegar a eles com valores distintos depois de convertidas, primeiro em dólares e posteriormente em goudes. Obviamente, Tony e outros imigrantes não são alheios a esses cálculos. Para conseguirem economizar a parte que for possível de seus salários a fim de enviá-la a seus familiares, os imigrantes se desdobram como podem: dividem o aluguel com o maior número de pessoas que conseguem, muitas vezes habitando casas e quitinetes superlotadas, e economizam nas refeições cotidianas, alimentando-se de modo precário. A importância desse tipo de cálculo feito pelos imigrantes de diferentes nacionalidades pode influir diretamente na avaliação que esses sujeitos fazem sobre a sua permanência ou não na sociedade de imigração (Pereira, 2022).

No entanto, para além desse ponto, ao nos contar sobre sua ida ao Chile, a narrativa de Tony também é expressiva de seu estranhamento à condição de imigrante que vivenciou ali. Com temperaturas bem mais frias do que as que estava acostumado no Caribe, até o clima temperado que encontrou no Chile soava como um lembrete de que era um estranho ali. Da mesma forma, sem conseguir acessar os documentos que lhe permitissem regularizar formalmente a sua situação de imigrante no Chile, Tony logo percebeu que os horizontes possíveis a trabalhadores como ele não eram nada bons.

Tony passou quase três anos morando e trabalhando no Chile. Primeiro, quando chegou, em 2017, passou 10 meses em Cochimbo. Depois, em meados de 2018, mudou-se para Pucón, cidade localizada mais ao Sul, na região central do Chile. Trabalhou na construção civil em ambos os locais. Quando nos disse que a sua situação no Chile era muito

difícil porque não tinha os documentos necessários, questionamos Tony sobre quais seriam essas dificuldades.

Guilherme: E que problema com documento você teve no Chile?

Tony: Ah, sim, que documento, se não tem documento não trabalha não com contrato, no Chile.

Guilherme: E você conseguiu ter documento lá?

Tony: Não tem. Não, não consegui.

Guilherme: E aí o que é que era trabalhar sem contrato?

Tony: Sem contrato, você tem que fazer sempre o empresa. Trabalhar aqui Brasil é, é melhor a vida. Se você tem que ficar trabalhando construção civil lá no Chile, é difícil. Sem contrato. Igual com carteira, se você não tem carteira, trabalha de dia. Trabalha de dia. Quando trabalho em contrato, se você machuca, tem que o empresa vai responsável. Trabalha de dia, a empresa não é responsável. É que machucar, vai para casa e não é responsável. Trabalha um mês, recebe um mês, pagar cada mês.

Guilherme: E pagava bem?

Tony: Paga bem, paga bem, só que como você precisa pagar mais, a moeda do Brasil é mais alta que o Chile, é mais alto, só que lá paga muito, mais que Brasil.

Guilherme: Como assim?

Tony: Pagar mais, mais, mais alto que Brasil. Só que ganha mais, gasta mais. Sabe por quê? Esse dinheiro ganhar por mês, não deu cartão de ônibus, não deu cartão de alimentação, é dinheiro do pagar casa, fazer compra, e isso também tem que fazer comprar uma bicicleta para trabalhar, eu sei que lá na Chile comprar bicicleta para trabalhar. É assim mesmo. Lá, como que Brasil é melhor, trabalhar na empresa no Brasil e, vamos fazer um exemplo, igual Coopavel, Coopavel dá um cartão da farmácia pra comprar remédio, dá um cartão da alimentação, deu um cartão de ônibus fazer pra dá um passagem pra nós. Não é no dinheiro pagar por mês, viu? Dinheiro pagar por mês só pagar casa, se você guardando mais pra enviar família é melhor, não é? É! Como que ser aqui em Brasil. Tem mais pra guardar do que Chile. Chile se gasta mais que Brasil. Não pagar, não dá um cartão de alimentação. Mesmo dinheiro que ganha por mês é que fazer compra.

Em sua resposta, Tony tentou nos elucidar alguns dos elementos que expressavam a precariedade de sua situação recorrendo novamente à comparação com sua percepção do Brasil. Esses cotejos que trabalhadores como Tony, Felix, Clifford e outros fizeram enquanto conversávamos podem nos indicar elementos que consideram importantes para permanecer ou não nas sociedades de imigração em que se encontram. Contudo, conforme já mencionamos, ao operar esse tipo de recurso, os imigrantes nem de longe procuravam idealizar a sua situação no Brasil. Esse tipo de paralelo era mobilizado por Tony e outros haitianos, em primeiro lugar, como uma forma de dialogar com a experiência do pesquisador que os entrevistava e, em segundo lugar, como meio de ressaltar aspectos negativos que vivenciaram

em suas trajetórias em outros países. Partindo desse prisma, a fala de Tony é muito significativa de elementos compartilhados pelos imigrantes haitianos.

A historiografia que tem investigado a presença dos imigrantes haitianos no Chile tem indicado como a construção civil se constitui em um dos principais setores a empregar os trabalhadores internacionais. Uma vez vinculados a esse setor, os haitianos enfrentam condições de trabalho cuja dinâmica é amplamente caracterizada por horas de trabalho excessivas, discriminação racial e emprego precário (Madriaga-Parra; Gissi-Barbieri, 2025). Assim, o crescimento da indústria da construção no Chile tem acontecido ancorado na exploração da mão de obra migrante, incluindo-se os haitianos, em um modelo de subcontratação que acentua a insegurança e as más condições de trabalho (Stefoni; Leiva; Bonhomme, 2017).

Entre os elementos destacados pela historiografia que caracterizam as condições de trabalho precárias encontradas pelos imigrantes haitianos na construção civil chilena, encontram-se a predominância dos empregos informais, os salários variáveis dependentes do cumprimento de metas, as horas extras e a falta de proteções legais (Stefoni; Leiva; Bonhomme, 2017). Em comparação com os trabalhadores que conseguem garantir um emprego formal, com contrato definido e no qual se estabelecem o tempo de vínculo, a jornada de trabalho e a remuneração, a falta de contratos trabalhistas formais experimentada por muitos trabalhadores haitianos impacta frontalmente a segurança no emprego e na qualidade de vida desses imigrantes em território chileno (Ramírez *et al.*, 2020).

A percepção desses elementos de precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores imigrantes no Chile é expressa de diversas formas na fala de Tony. Em nossas conversas, Tony enfatizava o custo financeiro que viver e trabalhar na construção civil chilena lhe cobrava: o gasto com o transporte cotidiano entre a sua casa e o trabalho, as despesas com alimentação, o dinheiro para cuidar de sua saúde, somadas ao custo do aluguel foram elementos destacados por Tony a partir de uma perspectiva muito pessoal. Conforme conversávamos, ele salientava seu estranhamento com o lugar onde se encontrava. O clima frio o adoecia constantemente, causando-lhe diversos resfriados. Mesmo doente, descansar não era uma opção, pois, trabalhando por dia e sem um contrato formal, as faltas no trabalho significavam perder parte de seu salário. Além disso, segundo nos contou, as casas nas quais os haitianos tinham condições de pagar o aluguel costumavam ser imóveis ruins e que não protegiam devidamente os moradores das intempéries do tempo frio.

Realçamos como a precariedade da moradia foi mobilizada por Tony para nos falar de sua condição de imigrante. Em 2018, o irmão mais velho de Tony conseguiu um emprego em uma fazenda de gado em uma região próxima a Pucón. Alguns meses depois, influenciado por seu irmão, Tony se mudou de Cochimbo para Pucón. Logo se ocupou na construção civil local e passou a dividir o aluguel com um amigo haitiano. O seu irmão mais velho morava em uma casa disponibilizada pelo patrão da fazenda onde trabalhava, mas, nos finais de semana, ia até Pucón para passar o tempo juntos. Ao falar acerca dessa dinâmica, Tony nos evidenciou elementos importantes acerca das condições de vida em que se encontravam e da avaliação que faziam de tais condições.

Tony: É lá na Chile também, casa de Chile é, como se vou dizer? Quando eu em Pucón, eu não mora junto com meu irmão. Ele mora na outra lugar perto e eu na cidade Pucón. Tem um outro haitiano que mora junto comigo. Meu irmão mora na outra casa, ele responsável, responsável de que, tem um, como ser o nome desse aqui? Tem cabrito, e tem, eu não sei, animal gado. Ele responsável tudo manhã abrir o lugar dele, sair, vai comer o grama, de tarde todos vem aqui, abrir portão dele, entrar, fechar e sair só. É meu irmão que é responsável. Ele morar lá na outra cidade. Eu só trabalhar na construção quando chegar lá. Mas o lugar onde ele morar é perto de Pucón. Meu irmão tá, quando ficar lá, todo sábado saía com nós, ficar brincando com nós “é, lugar onde morar, eu moro”, ele ficava falando, “é cabrito, é cabrito que meu patrão quer que vá morar ali [risos]. Não é pessoa que vai morar ali [risos]”. Minha casa na Pucón também não era boa. Tem casa de madeira lá, e quando tem frio é difícil, é complicado [risos].

Os momentos de convivência aos finais de semana nos quais Tony e seu irmão podiam se reunir com outros amigos haitianos eram oportunidades para organizar uma refeição, tomar algumas cervejas, assistir a algum jogo de futebol que passava na televisão e conversar um pouco. Costurando toda essa sociabilidade, também eram nesses momentos que podiam compartilhar as avaliações que construíam acerca de sua experiência. Em grande medida, a fala de Tony nos indica que esses momentos valiosos de lazer igualmente podem ser lidos como espaços nos quais esses trabalhadores se refaziam da exploração cotidiana vivida em seus trabalhos e em sua condição de imigrantes.

Ao compartilhar conosco um dos comentários jocosos de seu irmão mais velho sobre as condições de moradia e de trabalho que enfrentava no Chile, Tony salienta aspectos compartilhados coletivamente. Em uma sociedade de imigração na qual o seu não pertencimento era expresso na cor de sua pele, nos seus modos de vestir e se alimentar e na sua dificuldade em se adaptar ao clima local, o comentário burlesco do irmão de Tony articula

uma denúncia da precariedade em que viviam. Essa situação, conforme já vimos, se expressava no vínculo de trabalho desprotegido, na vulnerabilidade de sua condição de saúde, nas suas dificuldades de mobilidade nas cidades chilenas em que morou e, claro, em especial, na situação de suas moradias.

Na avaliação compartilhada por Tony, por seu irmão e por outros amigos, os animais pastoreados estavam melhor abrigados do que eles. Essa não é uma constatação que chamaríamos de engraçada. Provavelmente estaria mais próxima do trágico. No entanto, cumprindo o papel de denúncia das péssimas condições em que podiam se encontrar morando, o humor parece ser mobilizado por Tony como forma de reafirmar dignidade a si próprio e aos seus. Habitar um espaço que parecia ser destinado aos animais estava além dos limites considerados aceitáveis por Tony e por seu irmão.

Nesse contexto, as condições vivenciadas no Chile por Tony e por seu irmão não lhes davam muita margem para atender às suas expectativas de imigração. As promessas de salários altos que pudessem lhes permitir viverem em território chileno e ainda guardarem dinheiro para enviarem às famílias no Haiti não se sustentavam diante da experiência de carestia, de exploração e de estranheza. Desse ponto de vista, as trajetórias de Tony e de seu irmão se aproximam das trajetórias de Felix, de Clifford e de tantos outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos.

Nas conversas que estabelecemos com os trabalhadores e as trabalhadoras haitianos que conhecemos em Cascavel – PR, esse conflito entre expectativa e realidade foi um elemento que frequentemente estava presente na experiência desses imigrantes. Já destacamos como, para muitos deles, a vivência de imigrar muitas vezes é justificada a partir do compromisso que assumem de colaborar financeiramente com as famílias que permaneceram no Haiti. Também já ressaltamos como as remessas financeiras podem ser pensadas do ponto de vista moral. Ao falarem dos recursos que enviam, esses trabalhadores e as trabalhadoras imigrantes haitianos não os avaliam apenas pelo seu valor financeiro; há em um conteúdo moral que, em certo sentido, tanto reafirma seu vínculo com suas famílias e a sociedade de emigração quanto pode ser mobilizado por eles para reafirmar a si próprios a sua legitimidade na sociedade de imigração em que se encontram. As falas desses haitianos e haitianas sobrelevam ainda uma tensão nas formas como esse processo é vivenciado por eles. Se as remessas para as famílias podem assumir um sentido de compromisso moral, que justifica em parte a imigração, a experiência da exploração e da precariedade da condição de imigrantes estabelece limites para o que julgam aceitável para dar conta desse vínculo.

As expectativas que os mobilizam a se colocar em movimento na periferia do capitalismo se chocam frequentemente com as condições concretas que vivenciam nas sociedades para as quais imigram, seja na República Dominicana, no Chile ou mesmo no Brasil. Na próxima seção, exploramos as trajetórias dos haitianos e das haitianas no Brasil e, em especial, no Oeste paranaense, destacando como essas tensões permeiam a experiência desses trabalhadores.

2.3 Trabalhadores haitianos no Oeste paranaense: imigração e experiência

Se a imigração para destinos como os EUA, Canadá e países da Europa tem raízes históricas mais antigas na trajetória da classe trabalhadora haitiana, como destacou Handerson (2019), a imigração para países como Chile e Brasil ganhou volume após o terremoto que atingiu o país caribenho em 2010. Para os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que conhecemos em Cascavel – PR, migrar para o Brasil se constituiu como uma possibilidade em seus horizontes a partir do início da década de 2010.

Nessa direção, procuramos abordar as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos com relação ao Brasil em dois momentos. O primeiro diz respeito a refletir, a partir de suas trajetórias, como o Brasil se estabeleceu como um destino possível e, principalmente, como a realização desse deslocamento pode nos descortinar elementos importantes de suas condições de imigrantes. No segundo momento, discutimos as experiências desses trabalhadores e trabalhadoras imigrantes haitianos em nosso país, em específico, no Oeste paranaense.

2.3.1 Do Haiti ao Brasil

Como enfatizamos no tópico anterior, Felix, Clifford e Tony e tantos outros imigrantes haitianos construíram um sentido para os movimentos de migração que fizeram com destino a países como a República Dominicana e o Chile a partir do vínculo com suas famílias. Olhando para o conjunto dos imigrantes haitianos que tivemos contato e entrevistamos em Cascavel – PR, o compromisso com seus familiares de muitas formas também foi mobilizado por eles como um elemento a partir do qual justificam, organizam e avaliam a sua vinda e a sua presença no Brasil.

Nessa perspectiva, as trajetórias de imigração dos haitianos estão ancoradas em redes e vínculos que estabelecem em suas experiências. Elas conectam e estabelecem possibilidades de suporte e de solidariedade nas mais diversas situações, tanto entre aqueles que imigram e aqueles que ficam na sociedade de origem quanto entre os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que se encontram na condição de imigrantes em outros países. Em certo sentido, mudar-se para outro lugar, seja a República Dominicana, o Chile ou o Brasil, é uma decisão que se baliza e se apoia nessas redes e nas possibilidades que elas oferecem. Definir um destino, organizar o itinerário da viagem, providenciar a documentação caso seja possível, comprar as passagens, estabelecer contatos de apoio para descanso e alimentação nas paradas e escalas que ocorrerem durante a viagem, e até mesmo a acomodação no destino definido, encontrar moradia e emprego, enfim, parte importante do suporte que precisam para emigrar/imigrar é buscado em tais redes.

Em 2021, depois de três anos trabalhando como vendedor de camisas no Haiti, buscando-as em Porto Príncipe para revendê-las na feira de Ganthier, Guy se desdobrava como podia para “cuidar da minha vida e da minha família”. Foi nesse contexto que decidiu viajar para o Brasil. Naquele momento, como já destacamos, vislumbrava em nosso país a possibilidade de um emprego estável e de cursar a graduação em Psicologia, a sua grande aspiração profissional. Quando perguntamos a ele sobre sua viagem e a chegada ao Brasil, respondeu-nos destacando justamente a importância da rede de apoio e das informações que conseguira dispor naquele momento, a partir de seu primo e de alguns amigos que aqui já estavam.

Guilherme: E quando você saiu da sua cidade lá no Haiti, você já saiu sabendo que viria pra Cascavel?

Guy: Sim, sim. Porque você precisa, você precisa já tem uma pessoa que vai, você precisa tem, quando sair lá, antes de viajar você precisa ter uma pessoa aqui e falar “eu estar esperando você, você vai viver com eu”. É assim. Você não tem pessoa, você não, precisa, não vai viajar também, porque é muito complicado pra você se você não tem uma pessoa que vai ajudar para fazer algumas coisas que são muito complicado.

A avaliação de Guy expressa dimensões significativas da experiência desses trabalhadores, em especial o conhecimento dos riscos e dos perigos que envolvem o processo de imigração, particularmente no que diz respeito à realização da viagem. A historiografia que tem se debruçado em investigar a imigração haitiana para o Brasil já destacou como, para conseguirem dar conta dos trâmites burocráticos com a documentação, dos gastos financeiros

e da própria dinâmica da viagem e de suas paradas, os imigrantes são frequentemente assediados por agentes que exploram tais necessidades, chamados de *raketès* (Continguiuba; Cotinguiba, 2016; Carvalho, 2020). Nas mais diversas situações, poder contar com uma rede de apoio pode evitar que os trabalhadores e trabalhadoras haitianos que desejam emigrar/imigrar não se tornem reféns dos *raketès*, pelo menos no que concerne ao financiamento da viagem. Ficar em dívida com os *raketès* pode significar colocar em risco a própria vida e a integridade da família no Haiti, como destacou Joselene Carvalho (2020).

Conforme nos relataram os haitianos e haitianas que participaram deste estudo, a ajuda de algum parente pode ser de grande valia para evitar que seja necessário emprestar dinheiro diretamente dos *raketès*. No entanto, principalmente no que se refere aos trâmites burocráticos, como a documentação para emitir o passaporte e, posteriormente, conseguir o visto, os serviços desses atravessadores continua a ser bastante recorrente. Em 2015, depois de 28 anos trabalhando na República Dominicana, Clifford precisou recorrer a esses intermediários para conseguir viabilizar seu visto quando se organizava para vir ao Brasil. “Ele não faz passaporte. Ele conhecer, ele me indicou outras pessoas, aí, se ele me indicou pra levar eu nesse lugar, eu pagar ele. Porque eu não conhecia esse lugar. Aí ele me indicou e eu foi, faz o passaporte e depositar pra visto”.

A fala de Felix é bastante representativa da situação mencionada por Clifford e muitos outros imigrantes haitianos. Depois de passar cinco anos trabalhando na indústria açucareira da República Dominicana, Felix retornou ao Haiti no início de 2016 com a intenção de organizar a sua vinda e a de sua esposa para o Brasil. A estratégia que definiram foi a de que, utilizando a poupança que conseguira fazer trabalhando em território dominicano e com o apoio de um de seus tios que já se encontrava em Cascavel – PR, Felix viria ao Brasil primeiro. Uma vez estabelecido e empregado, ele poderia refazer a poupança para arcar com as despesas da vinda da esposa. Quando entrevistamos Felix em dezembro de 2024, havia cerca de um ano e meio desde que a sua esposa chegara ao Brasil. Contudo, a situação se mostrou muito distinta daquela que planejaram inicialmente, como ele narra:

Felix: Eu deixei lá República Dominicana dia primeiro de fevereiro, eu faço mais um ano lá no Haiti, e porque eu deixei lá no Haiti pra entrar aqui Brasil dia dezesseis de maio de 2017. Eu chego aqui em 2017, eu manda tudo o dinheiro eu tenho pra tio que morou aqui primeiro, ele pagou passagem de avião pra mim R\$2.570,00. Agora é muito, e porque na hora ela [esposa] vai vir aqui eu pago R\$8.700,00, para chegar aqui na Cascavel. É de Haiti a Campinas, de Campinas até Cascavel. Aí quando eu cheguei aqui eu faço

mais dois anos com trabalho aqui, eu fazer todos os documentos dela [esposa], ela chegou aqui Brasil. Eu tenho um irmão também, ele ajudar ela entrar aqui. Irmão fazer todas as coisas pra ela. Irmão chegou aqui 2022. Ela chegar aqui Brasil em 2023.

Guilherme: E, Felix, quando você veio para cá foi difícil de conseguir o visto para vir pro Brasil?

Felix: É, na primeiro tempo eu vem tem visa pra haitiano pegar pra chegar aqui Brasil, não era difícil. Agora é muito difícil. Muito difícil.

Guilherme: Por que antes era fácil e agora é difícil?

Felix: É a gente trabalha na escritório pra fazer visto pra todo gente. Aqui Brasil, sabe, todas as coisas, fazer, fazer por sem dinheiro. Lá Haiti, a gente trabalha na escritório é muito dinheiro pra mandar.

Guilherme: Antes ou agora?

Felix: Agora. Agora muito caro.

Guilherme: Quanto que é agora?

Felix: É, Haiti não funciona com dólar, a gente trabalhou agora em dólar pra mandar. Tem a gente já pagar US\$900,00, US\$1.000,00, até US\$1.500,00. E porque aqui Brasil sabe gratuito, o governo aqui Brasil. Nós, sabe, ser gente pegou muito dinheiro lá no Haiti pra fazer visto pra gente. Gente trabalha dentro escritório, se a gente não paga nada, documento você vai fazer muito tempo dentro. Se você não paga nada teu documento fica lá na escritório. Muito difícil [risos]. É, dinheiro eu falo com você, governo não sabe que a gente dá dinheiro não. Só quando ele pego [gestos de contar dinheiro escondido] conta tudo e entrega. É, governo não saber de isso.

É mister observar que a fala de Felix nos permite relativizar algumas avaliações frequentemente compartilhadas pelos haitianos e haitianas com quem conversamos. Em diversas ocasiões, os imigrantes afirmavam que o Brasil se tornava um destino visado porque encontrariam aqui uma facilidade relativa para conseguirem os documentos necessários para viver legalmente como trabalhadores imigrantes. Raphael, apresentado ao leitor no primeiro capítulo, nos disse que o “Brasil abrir porta pra toda pessoa que quer vir. Quando uma pessoa pensa vir Brasil, ele manda um pessoa possibilidade pra descer em sua casa. Só isso. Depois ele ajuda-me pra fazer CPF, pra fazer carteira de trabalho, e depois ele ajuda-me pra mandar trabalhar”.

Augustin, outro trabalhador haitiano que nos fora apresentado em Cascavel – PR, também comentou conosco acerca de sua expectativa quando veio para o Brasil, em 2013. Emigrar/imigrar já era um recurso presente na trajetória familiar de Augustin há várias décadas. Entre os diversos destinos pelos quais passara até conseguir entrar nos EUA, o pai de Augustin já vivia há 55 anos fora do Haiti. Mais recentemente, no início dos anos 2000, dois de seus quatro irmãos também haviam deixado a sua terra para viver em solo estadunidense. Logo no início da década de 2010, seu sogro e um de seus cunhados vieram ao Brasil. Deixar o Haiti era uma possibilidade com a qual Augustin lidava há bastante tempo. O destino de sua

viagem, no entanto, era uma questão aberta, frequentemente avaliada e reavaliada. “Eu tava tentando tirar o visto americano lá, mas eu não consegui. Daí eu resolvi vim pro Brasil. Foi mais fácil. Eu cheguei no Brasil e eu tiro documento depois de três dias. É o único país do mundo que faz isso”.

Essa avaliação bastante compartilhada pelos haitianos e haitianas não é sem relação com a realidade, mas construída a partir da comparação com as dificuldades vivenciadas pelos imigrantes ao lidarem com as políticas migratórias de outros países, principalmente aqueles do chamado Norte Global, como os EUA, o Canadá e a Europa. Diante essa realidade, a política migratória brasileira no início do século XXI, ao institucionalizar a política de vistos humanitários, representa um avanço importante no tratamento dado aos imigrantes, principalmente ao não os considerar mais como riscos ao Estado e à soberania nacional. No entanto, mesmo com a formalização de uma legislação tida como progressista, principalmente quando comparada àquelas dos países do Norte Global, não deixa de carregar uma série de contradições na prática, notadamente no que diz respeito a garantir efetivamente uma acolhida humanitária e ao respeito aos direitos dos imigrantes (Cotinguiba; Cotinguba, 2016; Fernandes; Faria, 2017; Carvalho, 2020).

Entre os imigrantes haitianos que conhecemos, em linhas gerais, duas estratégias foram empregadas para acessar o visto humanitário brasileiro. Uma delas consistia em solicitar o visto na embaixada brasileira em Porto Príncipe, antes de iniciarem a viagem. Felix, sua esposa e maioria dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos com os quais convivemos em nosso trabalho de campo recorreram a tal recurso. Uma segunda estratégia consistia em deixar o Haiti sem o visto humanitário e solicitá-lo apenas depois que estivessem em solo brasileiro. Essa possibilidade foi menos mencionada pelos haitianos e haitianas que contatamos e foi empregada principalmente por aqueles que chegaram no Brasil cruzando a fronteira por terra, nos estados do Acre, Rondônia ou Roraima.

Nesse sentido, se a política migratória brasileira tem sido percebida pelos imigrantes haitianos como um elemento positivo em relação a outros destinos, em termos práticos, esses sujeitos não deixam de perceber como o acesso aos vistos humanitários pode ser marcado por diferentes dificuldades. Depender dos serviços de pessoas ou mesmo de supostas agências de viagem que assumem o papel de intermediárias para que os haitianos possam ter a documentação de que precisam para viajar legalmente custa caro, e ainda assim pode ser um processo demorado e com incertezas. Fernandes e Faria (2017), por exemplo, destacaram que a embaixada brasileira no Haiti emite um número limitado de vistos por mês aos haitianos que

a procuram em Porto Príncipe. Como se trata de um trâmite burocrático que exigia e exige dos candidatos ao visto o passaporte regularizado, um comprovante de residência no Haiti, um atestado de antecedentes e, por fim, o pagamento de uma taxa de US\$ 200,00, “em fevereiro de 2012 foram concedidos apenas 30% dos 100 vistos mensais permitidos pela resolução”. (Fernandes; Faria, 2017, p. 102). Quando acrescido do pagamento aos *raketès*, o valor final para providenciar a viagem de um parente ao Brasil se torna ainda mais expressivo.

Nesse contexto, contar com uma rede de solidariedade entre familiares e até amigos pode significar muito. As despesas envolvidas na decisão de emigrar/imigrar não são poucas, mas, para muitos haitianos e haitianas, é nessas conexões que encontram suporte financeiro para custear tais despesas. Há também em tais relações um certo senso de compromisso que se estabelece entre os imigrantes. Aqueles e aquelas que já se encontram morando e trabalhando em outros países costumam adiantar os recursos para os familiares e amigos que planejam deixar o Haiti. Em contrapartida, uma vez estabelecidos na sociedade de destino, os haitianos e haitianas que receberam a ajuda financeira se desdobram como podem para saldar as suas dívidas com aqueles e aquelas que lhes garantiram suporte financeiro; tão logo podem, assumem também o compromisso de ajudar outros membros da família a organizarem e custearem as suas viagens. Além disso, nessa conjuntura, é preciso considerar ainda que, para muitos haitianos e haitianas, o Brasil não é em um destino, mas sim um lugar de passagem a partir do qual almejam se organizar para migrar novamente em direção à Europa, aos Estados Unidos e ao Canadá.

Assim como Felix e muitos outros haitianos, a trajetória de imigração de Emmanuel e de sua família está marcada pela presença de *raketès*, atravessadores, coiotes, mas também de uma rede de apoio. Aqui, ao destacarmos as conexões de apoio mútuo, não pretendemos idealizá-las ou romantizá-las. Não se trata disso. Nas falas dos haitianos e haitianas imigrantes que conhecemos em Cascavel – PR, essas redes eram mencionadas como recursos possíveis, construídos por eles para lidar com a violência e com a precariedade que marcam as rotas migratórias percorridas.

Quando deixou o Haiti em 2019, Emmanuel pôde contar com o apoio financeiro de um de seus irmãos, Sonson, que já estava no Brasil há quatro anos. Em 2021, Sonson, a sua esposa e a filha de 10 anos deixaram o Brasil para entrar nos EUA ilegalmente. Foram de avião até o Equador e de lá seguiram viagem pela América Central, em alguns momentos se deslocando de ônibus, em outros, percorrendo longos trechos a pé. É uma rota perigosa, com riscos de assaltos, de violências das mais diversas e toda intermediada pela presença dos

chamados “coiotes”. Emmanuel nos contou que, depois de meses, Sonson e sua família conseguiram atravessar a fronteira entre o México e os Estados Unidos, chegando ao estado da Flórida. A viagem fora longa e, em muitos momentos, precisaram contar com a ajuda de Emmanuel. “Eu pagar, às vezes eu mandar dinheiro, porque esse caminho é muito complicado, aqui pra lá. Às vezes dinheiro acabar e eu mandei dinheiro pra ele, US\$ 200,00, US\$ 400,00, assim, porque eu guarda dinheiro. Eu não fazer muito dinheiro aqui, mas eu guardei esse”.

Da mesma forma, em 2024, Emmanuel e sua família se organizaram para que Jean Lucas, outro de seus 16 irmãos pudesse deixar o Haiti e vir morar e trabalhar no Brasil. A estratégia para a viagem foi diferente da utilizada por Felix, pois, segundo nos relatou Emmanuel, a companhia aérea que antes fazia o roteiro Porto Príncipe – São Paulo (Guarulhos) não estava mais operando tal voo. Assim, ao invés de pleitear o visto brasileiro na embaixada do Brasil em Porto Príncipe para depois viajar, Jean Lucas entraria na República Dominicana sem documentos, atravessaria a fronteira e viajaria até Santo Domingo, de onde pegaria um voo para o Brasil, pousando em São Paulo. Da capital paulista, viria de ônibus até o Oeste paranaense e, somente aqui, solicitaria o visto humanitário e os demais documentos para poder começar a trabalhar.

Emmanuel: É isso. Porque quando eu tenho visto, eu coloco visto da República Dominicana é normal. Agora muito ruim pra pegar também. Mas antes, 2019, meu irmão Sonson comprar pra mim, US\$ 250,00.

Guilherme: O visto da República Dominicana?

Emmanuel: É. Eu, normal, porque se você não tem visto ficar muito complicado pra você. Eu falei pra você, meu irmão Jean passar muito ruim, muito ruim. Pro meu irmão [Jean], eu consegui um outro pessoa. Um outro pessoa me deu número, um outro pessoa, não do Haiti, que fazer isso, pegar pessoa no fronteira [Haiti – República Dominicana] e colocar no carro e foi pra lá com ele.

Guilherme: Uma pessoa que pega ele no Haiti, na fronteira, e leva?

Emmanuel: Sim. Mas esse dia fica muito ruim, porque polícia [dominicana] pegou ele [Jean], mandar ele para o Haiti de novo. Daí eu não paguei, não paguei dinheiro pra ele mais. Eu paguei US\$200,00, não, US\$350,00 pra essa pessoa. Mas, no outro dia, ele pegou meu irmão [Jean] de novo e foi viajar com ele a noite, a noite melhor pra viajar. Ele chegou lá na capital [Santo Domingo], normal. Esse aqui muito ruim. Depois eu paguei um outro pessoa, porque eu não tenho pessoa lá República Dominicana pra deixar ele [Jean], porque eu não comprei a passagem antes, porque ele tem que chegar lá primeiro pra comprar passagem, porque se compra a passagem antes e ele não chega, você vai perder, sabe? E eu deixa ele [Jean] com outra pessoa, e eu dá pessoa US\$300,00 de novo. Esse outro pessoa pegou ele pra mim, eu paguei essa pessoa US\$300,00, pra comprar comida pra ele, compra as coisas, pra comprar passagem, pra chegar ele lá no ponto no dia, porque

ponto não é perto aonde ele mora. Porque eu não tenho pessoa pra deixar ele lá. É isso. Eu gastar muito dinheiro. E ser muito ruim pra meu irmão chegar até aqui no Brasil.

Em nosso trabalho de campo, observamos diferentes itinerários por meio dos quais os imigrantes realizaram a viagem entre o Haiti e o Brasil. A principal rota de entrada foi por São Paulo, pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos. Os aeroportos e, em especial, o de Guarulhos, têm sido o modo preferencial de entrada dos haitianos e haitianas imigrantes no Brasil (Baeninger; Peres, 2016). Os haitianos e haitianas com os quais conversamos e que utilizaram essa estratégia de entrada chegavam até São Paulo em voos que percorriam dois roteiros. Em um deles, o embarque era feito na capital haitiana, Porto Príncipe, de onde o avião partia para o Panamá, com uma breve escala antes de pousar em Guarulhos – SP. Em outro percurso, os haitianos e haitianas – como foi o caso de Emmanuel em 2019 e, em 2024, de seu irmão, Jean Lucas – precisavam cruzar de ônibus ou de carro a fronteira entre Haiti e República Dominicana para chegar até Santo Domingo, capital dominicana, de onde embarcariam em voos que também faziam escalas no Panamá antes de chegar ao Brasil por São Paulo. Alguns haitianos e haitianas com quem conversamos mencionaram que, mais recentemente, essa escala no Panamá não estava mais ocorrendo e, por isso, os voos que pegaram chegavam ao Brasil pelo aeroporto de Manaus, no estado brasileiro do Amazonas. Ali faziam escala de algumas horas para trocarem de aeronave e seguirem viagem até o aeroporto de Campinas, São Paulo.

Como já mencionamos, Emmanuel foi um de nossos principais interlocutores durante a pesquisa. Conversávamos com bastante frequência, pessoalmente ou por mensagens de celular. Pudemos acompanhar cotidianamente a angústia de Emmanuel para garantir que seu irmão, Jean Lucas, chegasse ao Brasil no final de 2024. O mesmo sentimento que o tomava em 2021, quando seu irmão Sonson, a cunhada e a sobrinha rumaram em direção aos Estados Unidos e, no percurso, passavam semanas sem conseguir mandar notícias aos familiares, incomunicáveis em algum ponto incerto de um roteiro altamente perigoso. Quando nos concedeu a entrevista, em dezembro de 2024, era esse sentimento de angústia e de preocupação que Emmanuel procurava nos remeter quando nos narrou as dificuldades que passara para conseguir ajudar seus irmãos.

Em cada momento, Emmanuel fazia questão de acentuar o quão adversa a situação ficava. Devemos notar também que tais dificuldades não advinham apenas de gastos financeiros. O que tornava a viagem de Jean Lucas ruim era principalmente a incerteza, os

riscos e os perigos que estavam implicados no deslocamento. A entrada ilegal na República Dominicana, a estadia improvisada em Santo Domingo, enfim, todos esses elementos acentuavam a fragilidade e a dependência que haitianos e haitianas imigrantes enfrentam para chegarem aos seus destinos.

As redes de apoio que os imigrantes mobilizam para emigrarem/imigrarem não são exatamente alternativas para que os trabalhadores e trabalhadoras haitianos não dependam dos serviços de coíotes e *raketès*. Pelo contrário, elas são utilizadas justamente para que os imigrantes possam pagar os serviços prestados por eles. Além disso, mesmo quando os imigrantes se organizam para custear os altos valores cobrados pelos *raketès*, não há garantias de que a viagem decorrerá de modo seguro e sem imprevistos maiores. Em certo sentido, o sentimento de angústia vivido por Emmanuel expressa justamente essa dependência.

A trajetória de Suzanne, que conhecemos no curso de alfabetização e que tivemos a oportunidade de entrevistar, é igualmente significativa por revelar os riscos e perigos vivenciados pelos imigrantes para chegarem ao Brasil. Suzanne tinha 32 anos quando a entrevistamos em uma tarde de domingo na quitinete onde mora com seu marido e sua filha. Nascera em Ganthier e viveu ali sua vida toda, ajudando seus pais e vendendo roupas, calcinhas, sutiãs, sandálias entre outros pequenos acessórios na feira popular da comuna. Em 2017, seu marido deixou o Haiti com destino ao Brasil.

Durante dois anos, os recursos que seu marido enviava a ela e a filha foram utilizados para organizar a vinda de Suzanne ao Brasil. Parte desses recursos foi gasto para pagar os intermediários que facilitavam ou ao menos agilizavam os tramites burocráticos. Houve problemas com sua documentação, que deveria ser apresentada à embaixada brasileira em Porto Príncipe e, por isso, não conseguira o visto para poder viajar diretamente ao Brasil, no itinerário que, como comentamos antes, foi o mais comum entre os haitianos e haitianas que convivemos. A estratégia de entrada que construiu para conseguir se juntar aos seu marido em Cascavel – PR foi então reajustada. O marido e ela recorreram aos serviços de *raketès* que deveriam dar condições para que Suzanne pudesse entrar em território brasileiro por terra.

Viajou de avião até a Guiana, onde poderia entrar apenas com o passaporte haitiano. De Georgetown, capital da Guiana, Suzanne aguardaria cerca de 20 horas auxiliada pela presença de pessoas indicadas pelos *raketès*, que a levariam do aeroporto até um local para se banhar, se alimentar e dali seguir para a rodoviária, rumo ao próximo trecho. De ônibus, seguiria pelas próximas 48 horas, atravessando a fronteira da Guiana com o Brasil no limite dos municípios de Lethem (Guiana) e Bonfim (Brasil, estado de Roraima), até finalmente

chegar a Boa Vista, Roraima. Lá encontraria contatos indicados pelos *raketès*, que a hospedariam e para que ali, na capital roraimense, fosse à Polícia Federal e à Receita Federal brasileira solicitar o visto humanitário, fazer seu CPF e somente então viajar para Cascavel, no Paraná.

Guilherme: E como que era essa viagem? Cansativa?

Suzanne: Vish [risos]. Morreu.

Guilherme: Muito haitiano faz essa viagem?

Suzanne: Muito, muito. Porque ano 2019 tem muito problema pra entrar no Brasil com visto.

Guilherme: E quando você estava na Guiana inglesa, tinha alguma pessoa que te recebeu e que te ajudou lá?

Suzanne: Tinha. Tem haitiano lá, que fica lá na aeroporto, fica lá, e tem foto tudo pessoa que ele vai receber. E ele vem, mostrar foto, eu viu, eu vai com ele. É assim. Eu acho que pago US\$350,00 pra pessoa que recebeu em Guiana. Não dormir lá, só tomar banho e comer e pegar ônibus.

Guilherme: E quando você chegou em Boa Vista, como que foi? Você falou que estava difícil de entrar no Brasil. Por quê?

Suzanne: Ah, depois eu cheguei lá na Boa Vista não tem dificuldade. Só cheguei lá na Boa Vista e tem um lugar pra colocar carimbo também. A carimbo que mostrar que você entrar no Brasil. Ah, lá na Boa Vista, depois eu cheguei lá, eu fazer um noite lá. Mas meu marido falar comigo, vai ficar lá pra fazer documentos. Depois eu chegar lá, oito horas da noite eu acho, tem muita gente, eu não gosto disso. Não gosto lugar que tem muita gente, que fazer as coisas errado, não gosto. Porque é um casa que tem duas, três quartos, que recebeu homem, mulher, criança. Cada pessoa, US\$50,00. Eu acho eu dar US\$50,00 cada pessoa. Vinte, trinta pessoa lá. Depois eu chegar, eu dormiu de noite, depois eu levanta de manhã, tomar banho e comprar as coisas pra comer. Tem homem que fala as coisas do mal. Que fala as coisas errado. Por exemplo, depois que eu tomar banho, colocar minha roupa, tem um homem que fala “ah, tem um mulher que tem um bundão grande”. Eu ficar com medo. Ele falar com outro. Por exemplo, três ou cinco eu acho, tem um que fala assim, “ai, ela tem um grandão bunda”. Ele fala de mim. Eu estar com medo por isso. Porque tem muita gente. Eu não sei o que ele vai fazer. Eu ficar com medo. Depois eu ouvi ele falar isso, eu estar com medo.

Guilherme: E quanto tempo você passou lá?

Suzanne: Só um dia. Eu liga meu marido, eu liga meu marido, “tem um duas homem que fala umas coisas errado de mim”. Eu explica meu marido e ele vai lá na rodoviária pegar, pagar uma passagem de Boa Vista pra Manaus. Eu não fica fazer documento. Eu ficar com medo, é. Meu marido mandou dinheiro pra homem que me recebeu, ele comprar um passagem e eu vem em Manaus.

Guilherme: E aí você chegou em Manaus e quem te recebeu lá?

Suzanne: Um amigo da pessoa que paga passagem pra mim, lá em Boa Vista.

Guilherme: E você não conhecia essa pessoa?

Suzanne: Não conhecia. Mas lá, tá boa. Depois eu cheguei lá na Manaus, tem mulher dele que vai me receber, vai me encontrar, e fazer comida, tomar banho. E depois marido dela vai comprar passagem pra mim, pra ônibus, não, avião, avião. É. Marido dela pagar, meu marido mandou dinheiro pra

ele comprar um passagem pra mim do avião. Saiu, pegar um avião do Manaus e vem cá em São Paulo. E depois de ônibus até aqui Cascavel.

Situações como as vivenciadas por Suzanne são bastante comuns nas trajetórias dos haitianos e haitianas imigrantes. Para muitos deles, falar sobre elas é algo doloroso e, por isso, o silêncio diante de perguntas que os interroguem sobre esse tema é uma resposta frequente e compreensível (Fernandes; Faria, 2017; Carvalho, 2020). Nesse contexto, os silêncios também evidenciam sentimentos compartilhados. A fala de Suzanne nos descreve detalhes de uma das rotas de entrada percorrida pelos haitianos e haitianas imigrantes até o Brasil, indicando-nos como esse trajeto muitas vezes só pode ser realizado com os serviços de um conjunto de atravessadores posicionados ao longo do caminho para dar um suposto suporte aos que migram. Todavia, mais importante do que isso, revela-nos como a experiência desse trajeto pode ser traumática. Quando narrou a sua viagem, o sentimento que Suzanne constantemente procurou nos comunicar foi o de medo, que ganhava força no fato de estar realizando uma viagem longa, sozinha, de não conhecer previamente os lugares por onde passava e mesmo o trajeto como um todo, e, não menos relevante, o medo da violência sexual a qual muitas mulheres imigrantes ficam expostas nessas rotas migratórias.

Quando entrevistamos Suzanne em dezembro de 2024, portanto, cinco anos depois de sua entrada no Brasil, esse sentimento permanecia bastante vívido em sua memória. Contou-nos de sua preocupação quando, no início de 2024, a sua filha, Marie veio se juntar ao pai e à mãe no Brasil. Mesmo que a filha tenha conseguido o visto na embaixada brasileira em Porto Príncipe e, por isso, tenha podido fazer uma viagem tida como mais segura, viajando de avião saindo de Porto Príncipe até São Paulo e, dali, seguindo de ônibus até o Oeste paranaense, Suzanne viveu dias de apreensão aguardando a chegada da filha. Quando muitos haitianos e haitianas que conhecemos responderam com o silêncio, repetidas vezes, Suzanne optou por enfatizar o medo.

O medo, a angústia e até certa aflição foram sentimentos por meio dos quais muitos dos imigrantes haitianos e das imigrantes haitianas que tivemos contato expressaram as suas trajetórias de entrada no Brasil. Como emoções compartilhadas, embora nem sempre verbalizadas, denotam uma tensão vivida por esses sujeitos entre a expectativa construída por muitos deles de serem relativamente bem acolhidos em território brasileiro e, por outro lado, a experiência da condição de imigrantes.

2.3.2 Expectativas e realidade: desemprego e experiências de trabalho precário

Já acenamos que um dos elementos que mobilizam os haitianos e haitianas a emigrarem/imigrarem é o vínculo de compromisso que assumem com a sociedade de emigração. De acordo com Sayad (1998), para aqueles e aquelas que migram, conseguir um trabalho tão logo estejam na sociedade que os recebe é um imperativo. Em certo sentido, todos os esforços empreendidos, recursos financeiros utilizados e perigos vivenciados para imigrar só encontram justificativa pela possibilidade de conseguirem um trabalho que lhes permita não apenas sobreviver, mas também poder contribuir com o bem-estar daqueles que lhes são próximos. Nessa condição, recém-chegados a um país no qual frequentemente ainda não dominam o idioma e muitas vezes desconhecem aspectos das legislações trabalhistas locais, os haitianos e haitianas imigrantes tendem a ser alvos de todo tipo de exploração, principalmente de sua força de trabalho. Obviamente que, como sujeitos históricos que são, os imigrantes trazem consigo não só as suas expectativas, mas também a experiência a partir da qual avaliam a realidade e as relações de exploração na qual estão inseridos.

As trajetórias de trabalho das haitianas e haitianos que conversamos ao longo desta pesquisa sublinham elementos importantes da experiência desses sujeitos como trabalhadores em movimento. Percorrendo caminhos diversos desde a sua entrada no território brasileiro, esses homens e mulheres chegaram ao Oeste do Paraná atraídos pela promessa de empregos formais e de salários altos o suficiente para satisfazer as suas expectativas, seja a de ajudar os familiares que ficaram no Haiti, seja a de também trazê-los ao Brasil, seja a de guardar dinheiro para organizarem novas viagens com destinos aos países do Norte Global.

Em 2013, depois de algum tempo tentando um visto para os Estados Unidos e não obtendo sucesso, Augustin decidiu emigrar/imigrar para o Brasil. Entrou pela fronteira entre Brasil e Venezuela, no limite das cidades de Santa Elena de Uairén (Venezuela) e Pacaraima (Roraima, Brasil). Dali seguiu para Boa Vista (Roraima) e depois Manaus (Amazonas), onde solicitou o visto humanitário ao Estado brasileiro. Em poucos dias, tinha os documentos de que precisava para viver e trabalhar legalmente no Brasil.

Rumou para Porto Velho, onde seu sogro e o cunhado moravam na época. No entanto, ao contrário do que imaginava inicialmente, Augustin não conseguiu encontrar um emprego com carteira assinada nessa cidade. Ficar sem dinheiro não era uma opção. Restavam-lhe as diárias na construção civil, que eram incertas, exaustivas e mau remuneradas (Cotinguiba, 2014). As péssimas condições de trabalho e de remuneração que encontrou em Porto Velho

dificultavam qualquer possibilidade de Augustin ajudar a sua família no Haiti, um dos motivos que o mobilizaram a migrar.

Nesse período, muitas empresas de outras regiões do Brasil enviavam recrutadores a Porto Velho com o objetivo de arregimentar haitianos e haitianas para postos de trabalho em outros estados (Cotiguiba, 2014). Inclusive, muitas construtoras e frigoríficos do Oeste paranaense lançavam mão de tal recurso (Carvalho, 2020). Nesse contexto, Augustin e outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos foram recrutados por um desses agentes que lhes prometia um emprego como ceramistas em Goiás. Contudo, não demorou muito para que ele e os demais percebessem que tinham sido enganados. “E assim, deu ruim. Por quê? O cara contratou a gente pra fazer cerâmica. Quando chegar lá, um tipo de fábrica de tijolo. Um lugar bem, bem, bem longe, no meio do mato mesmo. Todo mundo fica nervoso, ficar revoltado”.

Desamparados, Augustin e o restante do grupo conseguiram se deslocar até Goiânia. Passaram duas noites na rodoviária, até que um padre da Igreja Católica conseguiu acomodá-los em um abrigo improvisado. Uma empresa de jardinagem local, aproveitando-se da situação desesperadora, contratou o grupo de haitianos, obviamente sem registrá-los ou dar-lhes garantias de direitos trabalhistas. Augustin e os outros haitianos passaram então a trabalhar em condomínios de luxo da capital goiana por sete meses.

Augustin: Lá eu fazia manutenção, pra fazer irrigação das gramas. Daí eu via, tem gente rica lá [risos]. As pessoas gastam um monte de dinheiro pra plantar grama, um monte de dinheiro pra cortar grama e um monte de dinheiro pra irrigar a grama. Até que não é tão ruim fazer esse tipo de serviço. Ficar sete meses com esse patrão. Mas depois, ah, não consigo achar, ele não assinar carteira. Falou que ia assinar, e depois disse que desistiu. Porque lá a gente usa ferramenta perigosa, né, e se você se machucar e não tá assinado a carteira é difícil. Pra imigrante assim não é bom. Daí eu desistiu, deixar ele e vir pra cá [Cascavel].

Guilherme: Pro imigrante é melhor o emprego de carteira assinada?

Augustin: Sim, isso.

Guilherme: Por quê?

Augustin: Porque se você, ah, se você for demitido você vai receber, né. Depende, cinco meses, seis meses, depende. Mas se é por dia [trabalho informal], você não vai receber nada. Se você se machucar, você pode ir pro INSS, assinado. Mas se não assina, não vai dar. Porque se não você não contribui nada da INSS. Se você se machucar, você não vai ganhar nada. Pra imigrantes que trabalhar sem carteira assinada, você tem parentes lá, pode se machucar também, vai dar problema.

A narrativa de Augustin nos parece bastante significativa da experiência de muitos haitianos e haitianas imigrantes. Na condição de trabalhador imigrante, recém-chegado ao

Brasil e ainda com pouquíssimo domínio da língua, Augustin e tantos outros certamente podem se ver pressionados a aceitar as ocupações mais precárias e desprotegidas oferecidas pelos patrões. No entanto, se a fala de Augustin nos evidencia o interesse da burguesia em explorar a força de trabalho dos imigrantes, da mesma forma, ela também nos permite refletir como essa relação de exploração é percebida criticamente pelos haitianos e haitianas trabalhadores. Afirmar isso não significa romantizar as margens de ação dos trabalhadores estrangeiros, mas sim reconhecer que são sujeitos históricos.

Os meses trabalhando na empresa de jardinagem em Goiânia significaram para Augustin um descortinamento da desigualdade social na sociedade em que se encontrava. As mansões em condomínios fechados, com seus jardins exuberantes e bem cuidados, contrastavam-se com a desproteção e o descuido com os trabalhadores. Como salientado mais adiante, a trajetória de trabalho de Augustin em Cascavel – PR é atravessada por alguns dos empregos tidos como mais árduos e degradados. Assim, quando comparados a essas ocupações nas indústrias cascavelenses, os afazeres diários nos quais Augustin se envolvia como jardineiro até podiam ser percebidos como menos ruins, porém., isso não diminuía em nada os riscos e os perigos de manusear as ferramentas e máquinas de sua lida cotidiana. O cuidado da burguesia com a saúde dos trabalhadores é inversamente proporcional aos cuidados com a aparência de suas residências luxuosas. Somava-se a isso a desproteção do vínculo informal de trabalho, que fora prometido pelo patrão, mas nunca concretizado.

A fala de Augustin comprova a leitura crítica que ele e tantos outros haitianos e haitianas constroem acerca das ocupações precárias, perigosas e desprotegidas as quais são pressionados ao longo de suas trajetórias como trabalhadores imigrantes no Brasil. É nesse contexto de exploração intensa de suas forças de trabalho que as indústrias e supermercados do Oeste paranaense se apresentam aos imigrantes como uma possibilidade. Haitianos e haitianas imigrantes como Augustin sabem que as ocupações que encontrarão na região são tão precárias e degradantes quanto, e talvez até mais, porém, avaliam como importante o vínculo formal de trabalho que, caso consigam ser contratados, essas empresas oferecem.

Nessa perspectiva, a trajetória de Darlene, haitiana que tinha 38 anos em 2022 quando a conhecemos no curso de alfabetização, também pode nos ajudar a dimensionar as expectativas que têm mobilizado trabalhadoras e trabalhadores haitianos rumo ao Oeste paranaense. Nascida em Porto Príncipe, cresceu sob os cuidados dos tios, pois perdera os pais ainda menina. Na juventude, conciliou como pôde os estudos e o trabalho como vendedora nas feiras populares. Em 2009, conseguiu um emprego como segurança na Minustah,

auxiliando como guarda predial empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) vinculadas à missão internacional da ONU no país caribenho. Foi nas conversas que mantinha com alguns dos soldados brasileiros em serviço no Haiti que Darlene teve as suas primeiras informações sobre o Brasil. Quando a Minustah encerrou a ocupação em território haitiano em 2017, Darlene perdeu o emprego. Preocupada com o sustento de seu filho adolescente, passou a cogitar deixar seu país natal.

Chegou ao Brasil em 2019 em um voo entre Porto Príncipe e Manaus. Quando partiu da capital haitiana, em 2019, já estava de posse de todos os documentos que precisaria para viver no Brasil (passaporte haitiano e visto humanitário brasileiro), obtidos na embaixada do Brasil em Porto Príncipe antes mesmo de embarcar em um voo com destino a Manaus, onde algumas de suas amigas já viviam.

Viveu em Manaus por três anos, entre 2019 e 2021. A sua experiência nas feiras de Porto Príncipe lhe dava algum traquejo para o comércio de rua; valendo-se disso, organizou uma frutaria a partir da qual tirava o seu sustento e enviava o que conseguia para o filho que havia ficado no Haiti. Conseguiu manter seu comércio de rua a duras custas durante o período da pandemia de covid-19, mas, após isso, avaliou que seria importante um emprego estável.

Guilherme: Mas como que foi esse período com a frutaria [em Manaus]?

Darlene: É, foi, porque eu não tava querendo trabalhar mais para ninguém. Porque o meu sonho, quando acabou ONU, porque eu receber bem lá, naquela época, aí eu falar “eu não quero trabalhar pra ninguém, eu vou trabalhar pra mim mesmo”. Daí eu comecei a vender frutas, legumes. Eu alugar um espaço pra vender. Eu ficar quase três anos.

Guilherme: E você conseguia viver bem lá em Manaus?

Darlene: Consegue. Só que também eu tenho o processo do meu filho, pra trazer ele aqui também, daí eles falam que é pra eu conseguir um trabalho também de carteira assinada. E lá não tem trabalho de carteira assinada, tem, mas é bem pouco. Bem pouco. Lá, pra você consegue viver mesmo, é o próprio negócio. Abri o comércio mesmo, mesmo assim vender na rua, pra você ganhar um dinheirinho boa. Só que eu quero trazer meu filho pra morar aqui comigo. E daí eu escolhi pra vir aqui [Cascavel]. Porque o meu primo mora aqui também.

A fala de Darlene pode ser lida como uma evidência interessante das expectativas e das aspirações dos trabalhadores haitianos, ou, pelo menos, de uma dimensão daquilo que muitos deles vislumbraram ao virem para a região Oeste do Paraná. Para parte significativa deles, as suas vindas ao Brasil foram traçadas com a intenção de poderem reunir as suas famílias novamente. Conforme já destacamos, organizar a vinda de um filho ou de outro parente exige uma quantidade significativa de recursos financeiros, sem falar na energia

emocional para lidar com os perigos e percalços. Conseguir os meios para reunir a família, dar início a um pedido de naturalização ou, então, pleitear alguma linha de financiamento habitacional que lhes permitam adquirir uma casa própria e deixar o aluguel, em todas essas situações, um emprego formal pode significar uma garantia avaliada como importante pelos imigrantes. Até mesmo para aqueles e aquelas que procuram se organizar para seguir viagem com destino a outro país, um emprego formal é visto como uma vantagem para tal planejamento.

Nesse sentido, o que nos interessa ressaltar a partir das falas de Darlene e de Augustin é que elas nos indicam elementos valiosos acerca das aspirações compartilhadas por muitos haitianos e haitianas imigrantes que chegam ao Oeste do Paraná. Por outro lado, a ideia de suposta abundância de empregos nas indústrias da região Oeste paranaense, em especial nos frigoríficos, é fartamente alimentada pelo próprio capital que organiza as linhas de produção. No entanto, o que tal discurso termina por omitir são as péssimas condições de trabalho experimentadas pelos operários e operárias empregados na indústria local (Bosi, 2011; Pereira, 2014; Varussa, 2016; Grando, 2017). Dada a alta taxa de rotatividade em diversas ocupações da indústria na região, a burguesia local precisa constantemente atrair novos trabalhadores para as linhas de produção. Para os haitianos e haitianas, esse canto da sereia não demora muito a se revelar. Quando desembarcam no Oeste paranaense, o discurso da fartura de empregos é desmontado pela experiência da exploração do trabalho ou então pelo desemprego.

Depois das quase três décadas trabalhando na República Dominicana, Clifford chegou ao Brasil em fins de 2015. Deixara o Haiti já ciente de seu destino: Cascavel, no Oeste paranaense. O seu cunhado já morava na cidade e, portanto, poderia receber Clifford até que ele se estabilizasse e conseguisse uma ocupação em um dos frigoríficos locais. Entretanto, a sua expectativa de ser rapidamente empregado se mostrou uma ilusão.

Guilherme: E quando você chegou aqui em Cascavel, como que foi esse começo?

Clifford: Sim, sim, eu muito estranho [risos].

Guilherme: Por quê?

Clifford: Porque quando eu chegar aqui, frio, meu Deus. Depois, quando eu chegar aqui em dois mil e dezesseis, aqui na Cascavel era muito crise Cascavel.

Guilherme: Era muito o que?

Clifford: Crise, crise. Não tem nada pra fazer. Eu cheguei na empresa, não pegar as pessoas, Não tá pegando a gente pra trabalhar. E porque esse tempo, esse tempo muito haitiano deixar empresa e foi pra México, Estados Unidos.

Já a empresa não quer pegar a gente pra trabalhar. Eu demoro quatro meses. Ah, eu tenho meu pressão subir alto. Eu tenho dor de cabeça porque eu demoro quatro meses sem trabalhar. Minha família precisa e eu não tenho nada pra mandar. Ah, eu falei “ah, eu quero devolver, eu quero voltar pra Haiti”. E meu cunhado falar “ah, que Brasil é longe, pra você voltar do Haiti. Aí você vai ficar, quando você acostumar você vai ficar”. Assim que eu, assim que quando eu cheguei ele falou pra mim, quando eu chegar aqui no Brasil assim que tá as coisas. “Mas você vai acostumar. Mais pra frente você vai ficar bem”. E aí fazer quatro meses. Quatro meses sem nada. Só, eu não tenho dinheiro, só eu comer e senta. Porque meu cunhado me ajuda com comida. Eu só sentar e pensar, pensar, pensar. Aí também eu pressão começar a subir, porque eu não pode sentar sem trabalho. Quando eu falei meu cunhado, eu pedi pra ele se eu, se ele não tem dinheiro pra emprestar pra eu devolver, pra voltar do Haiti. Falou “não, não, você vai ficar aqui, você vai ficar”. E eu fico, já tô acostumando [risos].

Quando investigou os trabalhadores haitianos em Cascavel – PR, Joselene Lopes de Carvalho (2020) destacou como o esforço dos frigoríficos locais em angariar haitianos e haitianas imigrantes para suas linhas de produção visava a constituir um exército industrial de reserva, mantendo os salários baixados e garantindo a reposição da força de trabalho diante dos altos índices de rotatividade. A autora também observou em seu trabalho de campo como esse movimento contribuiu para produzir, em meados da mesma década, um contexto de desemprego para os haitianos e haitianas que chegavam à Cascavel – PR movidos pela promessa de trabalho (Carvalho, 2020). A narrativa de Clifford sobre a sua chegada se insere exatamente nessa conjuntura. A sua fala nos é relevante porque evidencia como esse processo foi sentido pelos trabalhadores haitianos e haitianas que chegavam na cidade como um período de crise e desemprego.

Como já pontuamos ao mencionar as reflexões de Abdelmalek Sayad (1998), em certo sentido, é o trabalho que justifica toda a ruptura e cisão que a imigração coloca nas vidas daqueles que emigram/imigram. Deixar a sua casa e seus familiares, colocar-se em perigos diversos para conseguir chegar a um país, suportar as privações e explorações que a sua condição de imigrante lhe impõe, tudo isso só pode ser suportável ao emigrante/imigrante a partir da ideia de que encontrará trabalho na sociedade que o recebe, mesmo que seja esse próprio trabalho a origem de grande parte de sua exploração e estranhamento. Para o imigrante, estar desempregado é tornar injustificável todo o seu sacrifício, é torná-lo sem sentido. Mais do que isso, é expô-lo como incapaz de honrar os compromissos assumidos com os seus familiares e, portanto, estigmatizá-lo como inútil.

Falando-nos a partir de seu presente, os quatro meses que passou desempregado quando chegou a Cascavel – PR, em 2016, foram narrados por Clifford sob o prisma do

estranhamento e de certa frustração. Desde o clima local até os momentos de ócio, em todos esses aspectos, o imigrante que se encontra desempregado é lembrado de que ele está deslocado, desencaixado e avulso. Nem a promessa de futuro feita pelo irmão que lhe deu suporte nesse momento difícil parecia crível a Clifford naquele contexto de desemprego.

A experiência do desemprego é uma situação de desamparo para todos os trabalhadores, sejam eles brasileiros ou haitianos como Clifford. Desamparo de trabalho e de salário, mas também de perspectivas e de horizontes. No caso dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, sequer a possibilidade de dar um passo atrás e retornar ao Haiti parece ser algo viável. A distância é grande, a viagem de volta é tão cara quanto a vinda e, para qualquer trabalhador migrante, retornar ao seu lugar de origem de mãos vazias é vivido como um atestado de fracasso. É difícil se acostumar a essas condições.

Quando o entrevistamos no final de 2024, Clifford estava completando sete anos empregado na linha de produção de carne de frangos da Coopavel. Contudo, passada a tormenta do desemprego quando de sua chegada à cidade, Clifford ainda se percebe estranhado na sociedade em que vive, seu riso ao final do trecho que transcrevemos parece enfatizar justamente esse esforço de alguém que procura se acostumar ao estranhamento, sem nunca se habituar totalmente.

A sua fala também demarca como a experiência da condição de imigrante vivida por Clifford e tantos outros haitianos e haitianas tem dimensões complexas. A estranheza da condição de imigrante pode se expressar tanto no trauma do desemprego quanto na experiência das relações de trabalho nas quais os trabalhadores e trabalhadoras haitianos são inseridos.

A esse respeito, a trajetória de Emmanuel nos é bastante elucidativa. Quando chegou ao Brasil no final de 2019, depois de conseguir os documentos de que precisava, cruzou legalmente a fronteira entre o Haiti e a República Dominicana para embarcar em um voo entre Santo Domingo e São Paulo. Na capital paulista, foi recebido por um de seus irmãos, que lhe garantiu pouso, alimentação e banho antes que partisse de ônibus para Cascavel, no Oeste paranaense, onde Sonson, outro de seus irmãos, aguardava-o. Como já tinha o visto brasileiro, a sua intenção era solicitar seu CPF e conseguir um emprego o mais rápido possível. Essa expectativa, porém, não se realizou. Mesmo depois de ter seu CPF em mãos, Emmanuel não conseguia emprego algum.

Guilherme: E onde você foi buscar trabalho?

Emmanuel: Eu fui na agência do trabalho mesmo, agência do trabalhador. Caminhar muito, caminhar muito, porque eu falei, fazia onze mês sem trabalho. Caminhar pra todo lugar aqui. Fui na Coopavel, na LAR também. Nada. Porque eu não falo muito português [risos]. Então fui lá a cada dia, a cada dia, de manhã, à tarde, na agência do trabalho mesmo, lá na rua Paraná. Sempre assim, sempre assim, sempre assim, e mês de novembro, novembro de 2020, eu fui lá de manhã, cedo, eu fiquei num fila, e eu entrar, essa mulher que fazer entrevista cada dia, ela me conhecia muito bem, porque sempre eu fui lá, sempre, sempre, sempre. Então eu fui lá e pegar papel e preencher tudo, e fazer entrevista e daí entrei, essa vaga pra Coopavel, primeiro turno, de madrugada [suspiro profundo]. É isso mesmo.

Guilherme: E aí você começou na Coopavel?

Emmanuel: É, primeiro trabalho no Brasil. Quando cheguei lá primeiro dia, essa pessoa, o monitor, me dá um faca [risos] e fala, porque eu não entendi nada, mas tem um haitiano que traduz pra nós, mas é muito, é pra cortar [risos], mas tem um, como eu falo isso? Essa assim [gestos], eu esqueci como é o nome dele agora, mas ele passar com frango e eu colocar frango dentro, uma esteira, pegar dois pés do frango assim [gestos], e asa do frango também, tem que pegar coxa pra cortar. Mas eu não conseguia [risos], cada dia aprender, aprender, aprender. Eu sabia tudo agora, mas, assim, uma experiência muito [suspiro], experiência muito, muito, muito complicada. Porque você, quando você, quando uma pessoa não sabe nada, um partes, mas tem que aprender, é complicado.

Recém-chegado ao Brasil, sem domínio da língua portuguesa, sequer o mínimo para poder se apresentar em uma entrevista de emprego na Agência do Trabalhador, foram 11 meses desempregado antes de finalmente conseguir ser contratado pelo frigorífico da Coopavel. A fala de Emmanuel demonstra tanto o estranhamento da experiência do desemprego quanto da exploração do trabalho vivida nos frigoríficos locais.

Quando chegam ao Oeste paranaense movidos pela promessa de empregos abundantes nas indústrias locais, os haitianos e haitianas imigrantes frequentemente se deparam com uma realidade muito distinta. Mesmo aquelas indústrias consideradas como os piores empregos devido às condições de trabalho tendem a exigir dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes algum tipo de domínio da língua portuguesa, o mínimo necessário para que sigam as ordens do capital que organiza essas cadeias produtivas. A fim de estabelecerem esse mínimo, as indústrias locais costumam fazer das entrevistas de emprego com os imigrantes uma espécie de teste de proficiência básica. Nesse contexto, para muitos dos haitianos e haitianas que conversamos e que, quando chegaram a Cascavel – PR, não tinham nenhum domínio da língua portuguesa, essas entrevistas são percebidas por eles como uma barreira para conseguirem ser empregados. Além do mais, na medida em que não conseguem ser contratados, cada uma dessas entrevistas “fracassadas” expõe a estranheza vivido pelos haitianos e haitianas na sociedade de imigração.

Quando o entrevistamos em dezembro de 2024, Emmanuel já vivia há cinco anos no Brasil. O seu domínio da língua portuguesa certamente era muito mais amplo do que quando chegou à cidade, em 2019. Ainda assim, a estranheza vivida cotidianamente por Emmanuel e outros trabalhadores haitianos em situações como essa nem sempre é comunicável apenas com as palavras. Nesse sentido, se, por detrás dos seus risos, podemos encontrar também uma forma de nos indicar o constrangimento e a preocupação vividos nos 11 longos meses que passara procurando emprego, o suspiro de Emmanuel, ao nos contar do momento em que conseguiu ser contratado pelo frigorífico da Coopavel, é muito significativo da experiência dos haitianos e haitianas imigrantes em Cascavel – PR. Trata-se de uma reação que nos comunica, ao mesmo tempo, o alívio de sair do desemprego e de tudo o que ele implica para esses sujeitos, expressando ainda a percepção das duras condições de trabalho por eles experimentadas, particularmente na indústria frigorífica local, embora não apenas nela.

No caso dos frigoríficos, as condições de trabalho vividas pelos trabalhadores empregados têm sido descritas pela historiografia que se debruçou sobre esse tema como precárias e degradantes (Heck, 2013; Bosi, 2014; Pereira, 2014; Grando, 2017). Ao passo que o capital por trás desse setor acumula recordes de lucros, o ritmo de trabalho acelerado e as árduas condições de temperatura a que estão expostos os operários têm frequentemente levado ao adoecimento físico e mental desses trabalhadores (Finkler, 2009; Varussa, 2016). Nesse contexto, a experiência da classe trabalhadora empregada tem sido marcada pela percepção do antagonismo entre os trabalhadores e o próprio ambiente de trabalho. As nórias e esteiras por onde circulam dependurados os frangos, os gachos, as serras e as facas extremamente afiadas, enfim, os instrumentos de trabalho cotidianos são riscos constantes aos próprios trabalhadores. Ambientar-se a essas condições não é tarefa fácil, pois o tempo todo os trabalhadores e trabalhadoras se encontram em um espaço hostil a si próprio e à sua saúde. O riso desajeitado de Emmanuel talvez tenha sido a forma encontrada por ele para nos comunicar a sua experiência em um ambiente no qual ele próprio se encontrava e se encontra desajeitado.

Assim como Emmanuel, muitos outros trabalhadores e trabalhadoras haitianos que tivemos contato ao longo da pesquisa expressaram esse estranhamento diante dos postos de trabalho precário que encontraram no Oeste paranaense e, principalmente, das consequências para a saúde que tais condições de trabalho acarretavam. Quando chegou a Cascavel – PR, em 2021, Guy ficou cerca de 30 dias desempregado. Conseguiu se manter graças ao apoio que seu primo, que já morava na cidade, lhe garantia. Embora tivesse onde morar e o que comer

no Brasil, Guy deixara o Haiti com o compromisso tácito de enviar recursos a sua esposa e aos filhos, para que pudessem viver confortavelmente e, em um futuro que imaginava próximo, pudessem vir se juntar a ele no Brasil. Na lista de suas expectativas com a imigração, estava ainda o desejo antigo, mas nem por isso esquecido, de estudar Psicologia. Depois de um mês que lhe pareceu especialmente longo e penoso, Guy conseguiu um emprego na sala de cortes do frigorífico da Coopavel, onde trabalhava até fevereiro de 2023, quando nos concedeu a entrevista.

Seis dias por semana, por volta das 14h, Guy deixava a quitinete onde morava com seu primo no bairro Alto Alegre, na região Oeste de Cascavel – PR, para pegar o ônibus da empresa que buscava os trabalhadores. Quando chegava ao frigorífico, por volta das 15h10, ele e os colegas tinham alguns poucos minutos para se trocar e assumir seus postos na linha de produção. A partir das 15h30, Guy manjava a sua faca em frenéticos e incontáveis movimentos na sala de cortes. Descontada a hora para a janta e os dois intervalos brevíssimos de cerca de 15 minutos cada, eram oito horas intermináveis de trabalho intenso, repetitivo e desgastante realizado em um ambiente frio e hostil. Por volta da 1h da madrugada, encerrava-se seu turno. Ele embarcava no ônibus que o levava novamente até a sua quitinete, porém, só conseguia dormir efetivamente quando chegava a sua casa, banhava-se e alimenta-se. Nisso, já passavam das 2h30 da madrugada. Eram poucas, mas valiosas horas de descanso até que se levantasse para repetir todo o ciclo. Quando conversamos, Guy avaliava que seu salário era pequeno, seu desgaste grande e, principalmente, as consequências para sua saúde e a de seus colegas não demoravam a aparecer.

Guilherme: E aí você começou a trabalhar na Coopavel. E o que é que você achou de trabalhar lá?

Guy: É, pra mim, o setor, o serviço eu fiz pra mim é muito difícil, porque eu estava com dor no peito. Mas depende do setor a gente trabalha, tem a gente que ganha mais, tem a gente que ganha um pouco. É assim. Todo mundo não ganha a mesmo valor.

Guilherme: E qual que você acha que é o setor mais difícil de trabalhar lá?

Guy: O setor mais difícil? Meu setor, tem bastante setor lá, mas eu trabalhava lá na sala de corte, na desosse, e pra mim é difícil. Mas a gente precisa trabalhar, eu trabalhava, mas pra mim é difícil. Não tem. Talvez tenha alguma setor mais difícil não sei, mas pra mim o serviço eu fiz lá é muito difícil. Muito rápido e muito frio. Eu trabalha dor, dor, dor de cabeça também, muito.

Guilherme: E você falava pro encarregado que você estava com dor? O que é que eles diziam?

Guy: Se você, eu não falava com ele, porque eu já, eu via assim, porque quando você vai falar com ele, ele não vai fazer nada com você. Eu, a gente

vai levar lá no, como se fala?, na enfermaria, depois, não tem, não tem médico lá na enfermaria, não tem médico, só um cama para deitar um pouco e depois ele fala “vá trabalhar”, é assim. Porque se você tem um dor não tem um remédio para dar depois do trabalho, não tem, só deitar e depois “vai trabalhar”, é assim. Não sei, não sei se é assim com brasileiro, mas o problema eu tem é porque lá não tem, se você está doente não tem o remédio para melhorar.

A fala de Guy pode ser lida como bastante significativa da tensão vivenciada pelos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes ocupados em trabalhos precários no Oeste do Paraná. Como um trabalhador imigrante, Guy se encontra vinculado a uma série de expectativas e compromissos que extrapolam a sua subsistência. A sua disposição em se submeter aos ditames do capital que organiza a indústria frigorífica local só pode ser compreendida quando dimensionamos esses elementos. Trabalhar em lugar como a sala de cortes de um frigorífico exige de Guy um preço altíssimo, cujo pagamento só pode ser suportado como condição para se alcançar as suas expectativas e aspirações futuras, como juntar dinheiro para poder reunir novamente a família.

Durante as oito horas em que sua força de trabalho é explorada na sala de cortes do frigorífico, o antagonismo entre os trabalhadores e aquele ambiente hostil animado pela lógica da produção capitalista é vivido por Guy como sofrimento e adoecimento. As dores no peito e na cabeça, o frio constante e os baixos salários são a retribuição que os frigoríficos oferecem aos trabalhadores em troca das milhares de toneladas de carne produzidas.

Guy e tantos outros trabalhadores não deixam de perceber criticamente a desigualdade e a exploração que estão imbricadas nessa relação. Assim como ele, Raphael construiu uma percepção apurada acerca da precariedade das condições de trabalho que encontrou na indústria frigorífica. Chegou ao Brasil em 2016, deixando o Haiti com destino certo ao Oeste paranaense, onde um de seus primos já morava. Em poucas semanas, Raphael conseguiu um emprego no frigorífico da Coopavel. Quando o entrevistamos, em março de 2024, já havia completado oito anos empregado na industrialização da carne de frango. Nesse período, passou por diferentes setores dentro do frigorífico. O primeiro deles foi na chamada paletização, no qual a carne de frango, depois de cortada, desossada, embalada, organizada em caixas e congelada, é colocada em cima de estrados ou paletes para ser transportada em grandes quantidades até os caminhões. É um setor do frigorífico no qual as temperaturas são baixíssimas, porque em todo esse processo de paletização a carne de frango já está

previamente congelada e deve permanecer assim como garantia de que não estrague. Para os trabalhadores desse setor, o frio é intenso e insalubre.

O segundo setor em que Raphael trabalhou foi a sala de embalagem, imediatamente anterior à paletização. Para muitos trabalhadores, esses departamentos são vistos como menos desgastantes do que a sala de desossa, por exemplo, pois não é preciso operar facas e realizar uma quantidade gigantesca de movimentos repetitivos para limpar, desossar e separar a carne de frango. Por outro lado, o frio é tão intenso quanto no setor da paletização. Quando conversamos com Raphael e o questionamos acerca do trabalho no frigorífico, foi avaliando o saldo desses oito anos, dos quais boa parte transcorreria trabalhando sob frio intenso, que ele procurou expressar seu estranhamento de seu trabalho.

Guilherme: O que é que você achou do trabalho no frigorífico da Coopavel?

Raphael: Na frigorífico da Coopavel tem muito frio. Pessoa que dirige esta empresa deixa muito, muito frio. Tem ar-condicionado. Antes, quando trabalhar na paletização, tem ar-condicionado que fica em cima de mim. É muito, muito frio, muito frio. Tem muito frio. Tem pessoa que coloca dois calça, dois moletom pra proteger e não aceitar, esta empresa não aceitar, precisa você trabalhar de bermuda, só bermuda. Tem pessoa que não quer tirar camiseta, calça, porque tem muito frio. Não aceitar. Quando tem frio é muito complicado. Vai tem problema saúde, vai ter complicado. Quando tem ar-condicionado é muito, muito frio, muito problema. Embalagem final pra poder conservar, pra proteger esta carne, precisa ter temperatura muito alto. E da pessoa, da pessoa que dirige Coopavel dá mais importante a carne que pessoa que trabalha, porque ele deixa um ar-condicionado muito alto, pessoa não pode, não pode adaptar com esta temperatura, porque toda pessoa que saiu do Haiti saiu em um país muito quente, e quase todo dia em Haiti tem um sol muito quente, e vem aqui e encontra em trabalho, em empresa que tem muito frio, é muito difícil, muito complicado.

Enquanto conversávamos, Raphael procurava mobilizar todo o seu repertório da língua portuguesa para nos comunicar a experiência de trabalhar em um ambiente hostil. Trabalhar com frio e por oito anos. Escutando-o falar, tínhamos a impressão de que o grande esforço de Raphael era nos demonstrar tanto as péssimas condições de trabalho na qual se encontravam os trabalhadores do frigorífico o quanto que essas condições eram vivenciadas por ele com um sentimento de raiva e até de frustração. Em certo sentido, Raphael procurou nos expressar esses sentimentos ao contrastar em sua fala, de um lado, o frio que experimentava todos os dias nas câmaras gélidas do frigorífico em Cascavel – PR e, de outro lado, o calor característico do clima tropical da região caribenha onde se encontra o Haiti. Trabalhar passando frio é uma lembrança constante de que ele não está em casa. É a

expressão de se encontrar exposto a uma brutal exploração do trabalho experimentada nos frigoríficos, onde a carne de frango vale mais do que a sua própria saúde.

Falas como as de Raphael e de Guy são emblemáticas da percepção dos imigrantes acerca do trabalho degradado que encontram nos frigoríficos do Oeste paranaense. Expressam-nos a estranheza diante de um espaço de trabalho no qual todas as atenções e prioridades se voltam para a mercadoria e não para os trabalhadores. Um ambiente no qual, em nome do lucro do capital, são às mercadorias que se direcionam as preocupações e as luzes da linha de produção. Aos trabalhadores, restam apenas um salário muitas vezes insuficiente e, principalmente, as doenças ocupacionais, que costumam não demorar mais do que alguns poucos anos para se manifestar (Finkler, 2007).

Aliás, é relevante mencionarmos que esse estranhamento das péssimas condições de trabalho não é sentido pelos haitianos e haitianas imigrantes apenas com relação aos empregos nos frigoríficos. Muitos deles chegam à região Oeste do Paraná na expectativa de encontrar aqui empregos com carteira assinada, mas a precariedade e a exploração desses trabalhos formais que lhes são acessíveis costumam ser a tônica das experiências laborais desses sujeitos, conforme constatamos em trajetórias de imigrantes como Augustin.

Quando deixou a cidade de Goiânia, no início de 2014, Augustin tinha como certo em seu horizonte que encontraria um trabalho com carteira assinada em Cascavel – PR. Como já mencionamos anteriormente, trabalhando como jardineiro, ele avaliava que as suas condições de trabalho não eram as piores, mas, sabendo dos riscos e das situações adversas em que o trabalho informal poderia lhe colocar, entendia como uma questão importante estar protegido caso viesse a adoecer ou mesmo se acidentar. Ficar sem trabalho devido a um acidente laboral significava deixar desamparada toda uma rede de pessoas que contava com ele, principalmente a sua esposa e os filhos, que, à época, estavam no Haiti.

Foi um de seus primos que já morava em Cascavel – PR quem lhe garantira: “vem pra cá, cara. Tem serviço aqui. Todo dia tem. Coopavel tá contratando gente todo dia. Chegar vinte pessoas, eles achar vaga. Chegar cinquenta, eles achar uma vaga”. Movido por essa expectativa, Augustin e mais dois outros amigos haitianos que também trabalhavam com ele em Goiânia chegaram ao Oeste paranaense em fevereiro de 2014. De fato, a sua expectativa de encontrar um trabalho com carteira assinada foi rapidamente atendida. Não encontrou emprego no frigorífico em sua chegada, mas foi contratado pela Comil, uma indústria de silos e secadores de grãos.

Augustin permaneceu dois anos e meio como operário dessa indústria. Foi empregado no chamado segundo turno, que se iniciava por volta das 17h e se encerrava já passado das 2h da madrugada. Ao fim da jornada, o trabalho na indústria de silos e secadores de grãos lhe sugava as energias físicas e mentais.

Augustin: Na Comil eu ganhava R\$950,00 por mês, mas é um serviço bem pesado. A gente mexia com ferro direto na Comil. Nós tinha vale-alimentação, eles dão um vale de R\$100,00, é um empréstimo, né, porque você compra R\$50,00 e eles descontam no pagamento. E o pior, esse cartão era só no [supermercado] Muffato. Não dava pra comprar em lugar nenhum, só no Muffato. É assim. Mas eu achar que eu ganhava pouco, trabalhava muito, é pesado, é um processo pesado.

Guilherme: E ganhava só R\$900,00?

Augustin: R\$950,00. R\$950,00.

Guilherme: Nossa, é pouquíssimo.

Augustin: Uhum. E o serviço é bem pesado. Mexer com ferro todo dia. Se você é auxiliar, tudo o que é pesado, mandar você fazer [risos]. É assim. Daí eu sempre lembrar, lá tem o “guilhotina 1”, tá cortando prensa, meu Deus, “guilhotina 1” é o mais pesado.

Guilherme: Guilhotina 1 é o que?

Augustin: Ele corta, corta as chapas de metal. Mas o guilhotina 1 é mais afiado, né, aí é lá que corta as peças mais grossas. Ih, o cara lá, ele manda você na guilhotina 1 quando você entra, eles já começam a dar risada. “Ah, você vai morrer” [risos]. Porque é pesado, é pesado. Daí você é auxiliar, o operador fica na frente, ele passa a chapa e corta, você tem que empilhar, é pesado.

O seu relato acerca do período em que trabalhou na Comil é uma combinação dramática de péssimas condições de trabalho, de baixos salários e de exploração. Em certo sentido, trabalhar em um ambiente hostil e perigoso como o descrito por Augustin ao se referir à oficina da Comil só pode ser suportável do ponto de vista dos trabalhadores quando os riscos e os perigosos vividos nesse ambiente são naturalizados. Em grande medida, isso também acontece com os que atuam nos frigoríficos. Ao narrarem seus cotidianos nas fábricas, os perigos constantes que representam as prensas, as guilhotinas, o metal incandescente, as facas, os ganchos e as nórias, enfim, tudo o que pode feri-los precisa ser de alguma forma tornado palatável. Muitas vezes, é por meio das piadas de chão de fábrica que a cultura fabril dos trabalhadores dessas indústrias tenta naturalizar esses elementos. Nesse sentido, o humor expressa o estranhamento e, ao mesmo tempo, é uma forma de aviso dos perigos que uma oficina fabril pode representar aos trabalhadores.

Quando nos narrou a sua trajetória de trabalho no Brasil e, particularmente no Oeste paranaense, Augustin nos enfatizou várias vezes que o período que passara empregado na

Comil fora um dos que mais o desgastaram. Além do trabalho exaustivo e perigoso, a remuneração que conseguia ali era completamente insuficiente. Na época, entre 2014 e o final de 2016, Augustin dividia uma quitinete com um colega haitiano no bairro Alto Alegre, região Oeste de Cascavel – PR. Mesmo dividindo despesas, precisava fazer malabarismos para conseguir fazer seu salário ser suficiente para pagar a sua metade do aluguel, as compras de alimentação e higiene e, com o que sobrava, enviar dinheiro à família para que pudessem organizar a vinda do Haiti. Sem alternativas no horizonte imediato, Augustin se virava como podia. Contou-nos que não saía de casa para não gastar os poucos reais que lhe sobravam no final do mês. Recusava até os convites para visitar amigos haitianos em suas casas porque se sentia envergonhado de ir até eles sem nenhuma bebida ou comida para compartilhar.

Depois de dois anos na Comil, Augustin foi chamado pela Coopavel. No frigorífico de aves, trabalhando no setor da pendura, recebia um salário maior. Não era muito, mas não deixava de ser percebido por Augustin como uma diferença significativa.

Guilherme: E o serviço na Comil é mais pesado do que na Coopavel?

Augustin: Ah, os dois são diferente. Na Coopavel trabalha num lugar mais ruim. Na pendura. Pendurando frango vivo. É o lugar mais sujo, mais ruim, mais cansativo. Porque é assim, tem que descarregar o frango, tem que pendurar frango, tem que bater as caixas lá fora, é assim. Descarrega o frango do caminhão, bota na esteira, daí passa dentro da pendura, e a gente pendura, a caixa vazia passa dentro da higienizador, e você tem que ir e bater as caixas, é bem rápido. É quase cinquenta caixa por caminhão, e tem que descarregar em vinte minutos. Tem que pendurar tudo em vinte minutos. É assim. Tem que descarregar o caminhão. Porque lá eles têm que abater às vezes cento e cinquenta mil, duzentos mil. Tem que abater. É bem rápido.

Guilherme: Quantos caminhões chegam a descarregar por dia?

Augustin: Às vezes dez ou doze caminhões. O pior, o supervisor, ele ganhava uma porcentagem, né, pra ficar atrás de nós “pendura! Pendura! Pendura!”. Não deixava o gancho vazio, tem que encher tudo.

Guilherme: E o supervisor atrás gritando “pendura”?

Augustin: Ele ficava, ficava. “Pendura! Pendura!”. Foi muito ruim, mas é um lugar onde mais ou menos eu ganhava R\$1.600,00.

A comparação feita por Augustin nos parece bastante interessante para pensarmos o campo de possibilidades que os trabalhadores haitianos e haitianas costumam dispor. Se as tarefas que executava na indústria de silos e secadores agrícolas foram descritas por Augustin como exaustivas pela força física que demandavam, as condições de trabalho que encontrou no frigorífico foram percebidas como igualmente desgastantes devido à intensidade, à repetitividade e à velocidade com que precisava realizar os movimentos na linha de produção. Nesse ambiente, o seu estranhamento se expressava também no incômodo com seu supervisor

da época, que, em nome do capital que lucra com a exploração do tempo de trabalho dos operários, gritava-lhe ao ouvido que trabalhasse mais rápido. Durante a sua jornada de trabalho, cada segundo de seu tempo pertencia ao capital e, como tal, precisava ser explorado.

Em 2020, depois de três anos e meio na linha de produção da Coopavel, Augustin ingressou com uma ação trabalhista contra a cooperativa cascavelense reivindicando na justiça as horas extras que o frigorífico não lhe pagava. Ganhou a ação, mas, em represália, a Coopavel lhe demitiu. A solução que encontrou foi um emprego em uma das maiores redes de supermercados da cidade, mas não permaneceu ali mais do que quatro meses. “Ixi, é pouco dinheiro, né? [risos] Pouco dinheiro”. No final de 2020, Augustin conseguiu um emprego em uma transportadora de alimentos que atende a Cascavel – PR e à região. Quando o entrevistamos, ainda estava empregado nessa empresa.

Em certo sentido, a trajetória de Augustin nos permite traçar uma escala das piores ocupações nas quais os trabalhadores e trabalhadoras haitianos estão inseridos no Oeste paranaense. Nessa escala, indústrias como a de produção de silos e secadores agrícolas parecem constituir um dos patamares tidos como os mais baixos. Ali se recebe muito mal por um trabalho exaustivo e perigoso. Os frigoríficos também se constituem em espaços de exploração intensa nos quais as condições são péssimas, embora sejam percebidos como empregos nos quais se possa receber um pouco a mais. Além dessas ocupações, a construção civil também foi frequentemente mencionada como um trabalho comum entre os imigrantes. Nela, as condições podem variar bastante, principalmente entre aqueles que são contratados com vínculos formais e aqueles são empregados por jornada. Em geral, a construção civil tende a pagar um pouco mais do que a Comil e os frigoríficos, porém, os empregos são vistos como mais instáveis; até aqueles com carteira de trabalho assinada correm o risco de ficar desempregados quando uma obra é concluída. Os supermercados, por sua vez, são vistos como locais nos quais o trabalho é relativamente menos desgastante, todavia, em compensação, é onde os trabalhadores costumam receber os menores salários.

Para os haitianos e haitianas imigrantes com os quais tivemos a oportunidade de conversar ao longo desta pesquisa, as precárias e degradantes condições de trabalho vivenciadas por eles nos frigoríficos e nas outras indústrias locais não passam despercebidas, muito menos as consequências de tais condições para a sua saúde. Para muitos deles, manter-se em empregos degradados como esses é um fardo que só se torna possível carregar porque estão comprometidos com seus familiares, seja em ajudá-los financeiramente no Haiti ou contribuindo com os recursos para que seus parentes possam também emigrar/imigrar.

Nessa conjuntura, a vivência das precárias e degradantes condições de trabalho nos frigoríficos e nas outras indústrias locais é vivida pelos haitianos e haitianas com os quais convivemos neste estudo como uma experiência de trabalho que se espera passageira e temporária. Em certo sentido, as péssimas condições de trabalho e de vida que são impostas aos trabalhadores imigrantes nas sociedades de imigração só são suportáveis porque são acompanhadas da percepção de que essa seria uma situação provisória (Sayad, 1998). A esse respeito, podemos retomar a trajetória de Clifford para pensarmos evidências de como os trabalhadores e trabalhadoras haitianos têm atribuído sentido à experiência de exploração do trabalho no Oeste paranaense.

Como já vimos, Clifford tem uma longa trajetória em trabalhos precários nas plantações de cana-de-açúcar e café da República Dominicana e que contribuíram significativamente para que ele imigrasse para o Brasil na expectativa de encontrar aqui condições melhores do que as que experimentara no Haiti e na República Dominicana. Já destacamos também como a sua chegada a Cascavel – PR e a experiência de quatro meses de desemprego foram vividas por ele como algo tenso e frustrante.

Em meados de 2016, depois de longos dias procurando emprego em Cascavel – PR, Clifford foi contratado pelo frigorífico da Coopavel. Nos sete anos entre a sua admissão e o período em que nos conhecemos, Clifford realizou diferentes atividades na linha de produção, muitas delas diferentes daquela que fora contratado para fazer. Quando o questionamos sobre o seu trabalho e as condições que vivenciava cotidianamente na indústria frigorífica, a sua fala nos remeteu a um ambiente de trabalho marcado pela intensa exploração e pelo adoecimento. Como já vimos, a percepção crítica desses elementos é amplamente compartilhada pelos trabalhadores dos frigoríficos, imigrantes ou brasileiros (Grando, 2017). O que nos chama atenção em sua fala, portanto, não é apenas a descrição dessas condições degradantes. Mais do que isso, ao nos descrever seu cotidiano de trabalho no frigorífico, Clifford relatou a forma como vivenciava tais relações, articulando, de modo aparentemente contraditório, tanto uma postura de obediência quanto uma percepção bastante crítica acerca de sua realidade de trabalho.

Guilherme: E o que é que você faz na Coopavel, Clifford?

Clifford: Recepcionista. Trabalhar em recepção. Dos frangos vivos. Aí eu manda pra outras pessoas, pra mandar, eu desembarque caminhão, eu faz tudo. Aí eu carrega caminhão, eu pendura frango vivo. Muitas coisas. Eu trabalhar quase tudo os setor.

Guilherme: Como assim “quase em todos os setores”?

Clifford: Porque eu hoje, se chefe me manda a outro lugar, eu obedecer e fui, fui, ajudar outra pessoa. Em meu setor mesmo, próprio, é recepcionista. Mas eu vou trabalhar em tudo. Porque meu chefe quando precisa pra outras pessoas precisa de ajuda, aí ele me manda e eu obedecer [risos]. Mas é porque quando chegar minha hora já tenho que sair [risos]. Uma hora e quarenta já tenho que sair, não quero ficar nem um minuto mais.

Guilherme: Entendi. Clifford, e como é que é o trabalho no frigorífico? Comparando com o que você falou, que cortava cana, plantava café.

Clifford: Meu lugar tô acostumado. Antes, quando eu entrei era difícil. Agora é fácil.

Guilherme: Por que era difícil antes?

Clifford: Porque eu, porque bato e quebrar a unha, quebrou. Quando pegar frango na caixa, na gaiola, aí quebrar toda minha unha. Sentir, é, quando eu chegar em casa, “meu Deus, eu não aguenta meu dedo”. Machucava. E agora eu tô acostumado e trabalhar tranquilo. Quando as pessoas entrar também, eu ajuda como vai trabalhar. Antes de começar eu ensino como vai trabalhar, porque agora eu tô ajudante também no meu setor, eu tô ajudando pra ajudar as pessoas.

Guilherme: E você acha que o trabalho na Coopavel paga bem, Clifford?

Clifford: Bom, a gente falou que Coopavel não paga bem. Pra mim é bem. Pra mim é bem. Porque aí eu conseguir dinheiro pra entrar minha família, eu conseguir dinheiro pra pagar aluguel, pra sustentar a família. Pra mim eu vi bem, porque eu não passar outra empresa, ainda. Porque nessa, nessa empresa que eu tô trabalhando não sei se tem outra empresa que bom. Que é a Coopavel, só trabalhar na Coopavel, não sei se outro lugar tá bom, mais que a Coopavel.

Apostando que parte expressiva dos imigrantes desconheceria a legislação trabalhista brasileira ou, pelo menos, teria dificuldade em acessá-la, não é nem um pouco incomum que as indústrias locais forcem os trabalhadores imigrantes a realizarem múltiplas tarefas, sem receber obviamente pelo acúmulo de funções que executam. Em nossa experiência como docentes da rede pública, tivemos a oportunidade de trabalhar durante vários semestres com turmas de EJA frequentadas por haitianos e haitianas. Nos encontros semanais, não foram poucas as vezes em que nossos estudantes haitianos mencionavam situações assim, em alguns casos relatando com um sentimento de raiva o que viviam. Portanto, essas situações de superexploração vividas cotidianamente são percebidas pelos trabalhadores imigrantes, que, dentro de suas possibilidades, buscaram e buscam construir estratégias para denunciá-las e reivindicar a garantia de seus direitos⁴. Para muitos trabalhadores, imigrantes e brasileiros, a

⁴ Debates sobre as situações de desrespeito a direitos trabalhistas, como narrado por Clifford, estiveram no centro das discussões entre os imigrantes que fundaram a Associação Haitiana de Cascavel em 2016, conforme destacou Joselene Lopes de Carvalho (2020). Embora a Associação Haitiana de Cascavel atualmente esteja desarticulada, trata-se de uma experiência que evidencia a disposição de organização coletiva desses sujeitos. Clifford nunca chegou a participar ou mesmo tomar conhecimento dessa entidade, mas nem por isso deixou de identificar a relação de exploração na qual se encontra.

reivindicação de seus direitos por meio da Justiça do Trabalho é um caminho possível, porém, quando colocada em uma perspectiva histórica, essa estratégia termina por sublinhar o papel do poder judiciário na legitimação da exploração do trabalho na sociedade capitalista, favorecendo amplamente os frigoríficos em suas decisões (Heck, 2010; Varussa, 2013).

Pressionado pela possibilidade do desemprego, inserido em uma relação entre capital e trabalho marcada pela desigualdade e sem possibilidade de articulação coletiva organizada, o que mobiliza Clifford e outros haitianos a se manterem em empregos como os frigoríficos não é qualquer tipo de realização ou satisfação profissional. Essas ocupações são vistas muitas vezes como meios para poderem se organizar com vistas a outros projetos e expectativas. Para muitos haitianos e haitianas com os quais conversamos, esse horizonte futuro pode significar conseguir recursos para deixarem o Brasil e seguirem em direção a países do Norte global. Para outros tantos haitianos e haitianas imigrantes que vivem em Cascavel – PR, essa perspectiva é encarnada no sonho de remontarem seus núcleos familiares no Brasil, trazendo para cá os parentes mais próximos que se encontram no Haiti. No entanto, para qualquer que seja a expectativa deles, o que se experimenta nas linhas de produção das agroindústrias do Oeste paranaense é a exploração intensa do trabalho, o adoecimento e os baixos salários.

Quando conversamos em fins de 2024, Clifford organizou em sua narrativa todos esses elementos de exploração e de precarização do trabalho. O fez, contudo, a partir das questões que o mobilizavam em seu presente. E, nesse sentido, o tom de sua fala estava muito tingido pela emoção de ter conseguido reunir a sua esposa e os três filhos em Cascavel – PR. Tivemos a oportunidade de conhecer a sua esposa, as suas duas filhas, moças de 21 e 17 anos à época, e seu filho caçula, uma criança de cerca de 8 anos. Não nos parece exagero supor que foi à luz da importância desse reencontro que Clifford avaliou a sua experiência no frigorífico da Coopavel. Em sua trajetória e na de sua família, o emprego formal e o salário que Clifford recebeu como operário na desossa da carne de frango aparentemente lhe deram amparo material e condições mínimas para organizar a vinda de sua esposa e os três filhos ao Brasil. Se esse é um elemento pelo qual Clifford tem profundo apreço, isso não o impede de reconhecer a degradação do trabalho, os ritmos intensos, a sobrecarga e o acúmulo de funções, os baixos salários e o adoecimento dos trabalhadores como elementos que constituem as linhas gerais da trajetória dos haitianos nos frigoríficos, inclusive de sua própria trajetória.

Descarregar caixas e mais caixas de frangos para depois dependurá-los aos milhares; longas, repetitivas e exaustivas jornadas de trabalho nas quais o tempo e a energia do

trabalhador são sugados para produzir mais valia para o capital; tudo, na fábrica capitalista, impera a ordem do capital (Gramsci, 1978; Marx, 1985). Nesse contexto em que cada segundo do tempo do trabalhador é disputado com o capital, o fim da jornada de trabalho tende a aparecer como um momento de libertação, mesmo que provisório.

A fala de Clifford emblemiza esse conflito entre o controle de seu tempo de trabalho pelo capital e a sensação provisória de liberdade que representa o fim de um dia de trabalho. Por detrás da aparente obediência aos abusos vividos por ele no espaço e no tempo do trabalho, a sua fala também nos descortina uma percepção muito complexa acerca de sua condição de trabalhador imigrante. Permanecer ocupado em um local de trabalho no qual cada movimento pode representar um risco à própria saúde é uma experiência de estranhamento constante. Desse ponto de vista, parece-nos significativo que Clifford narre tanto a sua experiência de desemprego quanto a de um emprego precário como dimensões de sua condição de imigrante vividas como um processo interminável de “tentar se acostumar”, “tentar se adaptar”. No caso do trabalho no frigorífico, acostumar-se a suportar os mandos e desmandos do capital e seus representantes até o alívio provisório do final da jornada. Olhando sob esse prisma, enquanto falávamos sobre suas condições de trabalho na indústria frigorífica, podemos ler e interpretar o seu riso como uma evidência de uma obediência cuidadosamente simulada.

Clifford parece suportar esse constante e contraditório processo de estranheza e de exploração do trabalho apostando que, ao menos, ele possa garantir à sua família condições distintas. Quando nos apresentou seus filhos, Clifford fez questão de nos dizer que todos eles já estavam frequentando a escola pública. As duas moças vão às aulas em turmas da EJA em um dos colégios estaduais localizados na região Norte de Cascavel – PR, enquanto o menino caçula está matriculado na Educação Básica da escola municipal mais próxima de sua casa.

Quando ouvimos Clifford nos contar acerca da vinda de sua família ao Brasil e do fato de seus filhos estarem estudando, em certo sentido, ele nos falava também das expectativas que ele e sua família compartilhavam com relação ao Brasil. Em certo sentido, trajetórias como a de Clifford, de Augustin, de Emmanuel e de tantos outros parecem nos indicar que é a partir desse conjunto de expectativas futuras que os haitianos e haitianas balizam as condições históricas que exercem pressão sobre eles, empurrando-os a experienciarem a precariedade das relações de trabalho que caracterizam a sua condição de imigrantes.

Como tentamos evidenciar ao longo deste capítulo, as suas trajetórias de trabalho no Brasil e, em particular, no Oeste paranaense podem ser tão atravessadas pela exploração e

pela precariedade de sua condição de imigrante quanto as experiências que viveram em países como a República Dominicana e o Chile. Assim, se não nos restam dúvidas de que os interesses do capital exercem pressão sobre as suas trajetórias, procurando explorá-los nos postos de trabalho em diferentes lugares do globo, por outro lado, parece-nos relevante para o conhecimento histórico explorarmos que expectativas são essas que os mobilizam a permanecerem no Oeste paranaense ou a se colocarem em trânsito novamente em direção a outros países. No terceiro e último capítulo, expondo e analisando o material de pesquisa que conseguimos arrolar a partir do projeto de alfabetização que desenvolvemos com os imigrantes haitianos desde 2021, discutimos essas expectativas de futuro historicamente construídas pelos haitianos que conhecemos em Cascavel – PR.

CAPÍTULO 3: EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVAS DOS TRABALHADORES HAITIANOS EM CASCAVEL - PR

3.1 Introdução

Neste terceiro capítulo, discutimos historicamente as expectativas de futuro dos haitianos e haitianas que conhecemos em Cascavel – PR. Nossa intenção foi a de problematizar os materiais que produzimos ao longo do projeto de alfabetização que desenvolvemos com os imigrantes a partir de meados de 2021 até o final de 2022, pensando-os como fontes históricas que, dialogando com as entrevistas, permitem-nos abordar os horizontes vislumbrados por esses sujeitos históricos, seus sonhos e aspirações na condição de trabalhadores haitianos que experimentam a condição de imigrantes em Cascavel – PR.

Nessa perspectiva, as entrevistas e os materiais gerados ao longo do projeto podem ser problematizados de modo que nos permitam dimensionar as aspirações desses haitianos e haitianas ao se interessarem e participarem de um curso de alfabetização em língua portuguesa para imigrantes. Partindo desse conjunto de fontes, podemos discutir elementos que dizem respeito aos sonhos, às projeções e às aspirações que permeiam e mobilizam a experiência dos haitianos e haitianas imigrantes na referida cidade, dimensionando, inclusive, como tais horizontes compõem um universo bastante diverso.

3.2 “Eu preciso trabalhar”: procurar trabalho sem dominar o idioma

Do ponto de vista dos haitianos e haitianas, aprender a língua portuguesa é uma demanda que certamente está atravessada pela questão de poderem se empregar. Entretanto, como evidenciado adiante, diversas outras expectativas também marcam essa necessidade. Para boa parte dos haitianos e haitianas que contatamos, conseguir se comunicar é uma forma de romper a solidão que sentem, a carência de interações e conversas, por exemplo, com os brasileiros falantes de português. Ao longo deste capítulo, retomamos essa questão. Contudo, mesmo para aqueles e aquelas que são mais reservados e que preferem conversar apenas entre os seus conterrâneos, dominar as noções básicas do idioma português pode se constituir como uma exigência para poderem trabalhar.

Como destacamos no capítulo anterior, seja como forma de garantir o próprio sustento ou como meio para reunir recursos financeiros a serem enviados aos familiares e amigos que compõem a sua rede de apoio, estar empregado e empregada é uma questão de primeira

necessidade assim que os haitianos e haitianas imigrantes chegam à Cascavel – PR. Os supermercados, a construção civil, as agroindústrias, de modo geral, e os frigoríficos, em particular, são, como também já destacamos, os postos de trabalho que tendem a se delinear no horizonte desses trabalhadores. Todavia, se a expectativa desses sujeitos ao emigrarem/imigrarem é conseguirem se empregar rapidamente nos destinos para os quais migram, em termos práticos, não é simples alcançar uma ocupação em um país no qual não se compreende bem o idioma local e onde a sua condição de imigrante é constantemente evidenciada no seu modo de vestir, nos seus hábitos culinários e até mesmo na própria pele.

As falas dos haitianos e haitianas com os quais tivemos contato em Cascavel – PR ao longo do trabalho de campo demonstram que as expectativas de futuro desses sujeitos podem ser muito diversas, porém, todas elas de alguma forma passam por conseguir um trabalho, evitando a pressão de se verem na posição de imigrantes desempregados ou, se possível, nem a conhecendo. Além do mais, nesse universo de expectativas que podem compor a experiência desses trabalhadores, no que diz respeito à dimensão do trabalho, as suas aspirações são muito mais amplas do que estarem em postos laborais degradados e mal remunerados. Muitos haitianos nos contaram sobre os seus sonhos de trabalhar no Brasil com as ocupações que já exerciam no Haiti. Outros compartilharam conosco o desejo de ingressarem em postos técnicos especializados. Não menos importante, houve também aqueles que almejavam formações nas mais diversas áreas do ensino superior e uma profissão compatível. Em grande medida, aprender a língua portuguesa é uma necessidade para a realização de cada uma dessas aspirações profissionais. No entanto, enquanto sonham e se organizam como podem para tentarem as concretizar, as agroindústrias continuam como uma constante em suas trajetórias, e mesmo os postos de trabalho mais precários, como os frigoríficos, tendem a exigir um mínimo de domínio do português para contratá-los.

Quando chegou a Cascavel – PR, em 2019, depois de um longo trajeto marcado pelo medo, Suzanne pôde se reencontrar com seu marido, que já vivia no Oeste paranaense há dois anos. Quando a entrevistamos, contou-nos que ,quando desembarcou na cidade, não teve muitas dificuldades para obter a sua documentação. Agendou um atendimento na agência local da Polícia Federal, abriu o protocolo de solicitação de visto humanitário e, após isso, foi atrás de emitir seu CPF e os demais documentos que precisaria para poder procurar trabalho no frigorífico. O seu marido foi-lhe de grande importância nesses trâmites, pois, como já tinha algum domínio da língua portuguesa e já havia ele próprio realizado esse processo, pode auxiliá-la. Sempre que possível, os haitianos e haitianas que são recém-chegados e tentam

emitir seus documentos costumam recorrer à ajuda dos amigos e amigas que já vivem no Brasil há mais tempo, até como uma forma de poderem compreender os trâmites burocráticos e as informações que lhes são solicitadas.

No entanto, se Suzanne resolveu a sua documentação de forma razoavelmente tranquila, ainda assim, conseguir um emprego foi uma experiência árdua na qual a sua dificuldade com uma língua nova rapidamente se impôs como uma barreira. Desde seus primeiros meses no Brasil, Suzanne se submeteu às entrevistas de emprego no frigorífico da Coopavel sem que conseguisse ser admitida. Disse-nos que, nesse primeiro período, não compreendia praticamente nada do que lhe perguntavam no momento da entrevista de emprego. Ao todo, foram longos 18 meses procurando emprego. Com a ajuda de seu marido, Suzanne se inscreveu em uma turma de EJA em um dos colégios estaduais localizados na região Sul de Cascavel – PR como forma de enfrentar a sua limitação com a língua portuguesa.

Suzanne: Depois que eu fiz os documentos eu não trabalhar. Porque lá em 2020, não, 2019, nenhuma empresa precisa pegar mulher. Eu ficar sem trabalhar. Procurando. Procurando na Lar, procurando na Coopavel, no supermercado. Procurando em tudo. Restaurante. Nesse momento, eu tem tudo os documento, [visto de] residente, CPF, tem tudo meus documento, eu foi lá na Coopavel, vai lá na agência do trabalho, vai procurar uma vaga e não conseguia vaga. E quando eu cheguei aqui, meu marido vai na escola, me inscreve lá na escola, no colégio, pra estudar, e eu vou lá na escola, de noite. Eu vou lá estudar. E depois eu tenho um, um livro de português-kreyòl e eu estudo, daí vai falar um pouquinho pra falar na entrevista. E depois fazer entrevista, graças a Deus eu faz entrevista. Fez a entrevista e comecei a trabalhar em Coopavel. Mas eu fiquei só um ano lá na escola. Porque não tem escola de manhã pra mulher, pra mim, por exemplo, eu tem 32 anos. Não tem de manhã pra pessoa que é assim, é só de noite. Mas agora eu trabalhar de noite.

Conforme evidenciou Joselene Carvalho (2020), a partir do início da década de 2010, os frigoríficos cascavelenses passaram a explorar sistematicamente a força de trabalho de imigrantes e, em especial, dos s haitianos e haitianas. Com as promessas de empregos formais, a região Oeste do Paraná se constituiu, e ainda o é, um destino para esses trabalhadores e trabalhadoras haitianos que emigram/imigram. Como uma dinâmica histórica atrelada à expansão do capitalismo, tal arranjo forja também um contingente de trabalhadores imigrantes que, embora não tenham a sua força de trabalho diretamente explorada pelos frigoríficos, são funcionais ao capital, que organiza a cadeia produtiva da carne, porque tendem a pressionar para baixo os salários e as condições de trabalho daquela parcela da

classe trabalhadora vinculada às agroindústrias. Em síntese, compõem aquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva (Marx, 1985)

A fala de Suzanne, em larga medida, nos remete a essa dinâmica histórica. Contudo, para além disso, ela nos é significativa porque revela o sentido como esse processo foi vivido por ela. Em sua trajetória de imigrante no Oeste paranaense, a sua experiência de desemprego aparecia-lhe também relacionada à sua dificuldade com o idioma português. Nesse ponto, a fala de Suzanne é muito expressiva de dimensões compartilhadas da experiência dos haitianos e haitianas imigrantes em Cascavel – PR que tivemos a oportunidade de conhecer. Inclusive, em algumas das turmas de EJA que trabalhamos como professores da rede pública de ensino, lecionamos para estudantes/trabalhadores e estudantes/trabalhadoras haitianos que se encontravam em situações muito parecidas com a de Suzanne. Pudemos perceber que, para esses sujeitos, a procura pelas escolas municipais e colégios estaduais pode estar relacionada a diferentes expectativas.

Para uma parte deles, principalmente aqueles recém-chegados e que ainda não conseguiram emprego, a escola pública pode se apresentar como uma forma de tentarem enfrentar a barreira de comunicação que encontram no Brasil. Para muitos estudantes/imigrantes haitianos, porém, frequentar as turmas regulares de EJA oferecidas pelos colégios estaduais em Cascavel – PR nem sempre é uma possibilidade de efetivamente aprender a língua portuguesa. Em nossa prática docente, constatamos que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos haitianos e haitianas era o fato de que, no geral, os cursos de EJA da rede pública de ensino foram pensados e organizados para trabalhadores e trabalhadoras brasileiros que não tinham concluído seus estudos básicos na idade escolar esperada. Assim, os haitianos e haitianas recém-chegados ao Brasil costumam ter grandes dificuldades de acompanhar as aulas das matérias e componentes curriculares oferecidas nessa modalidade de ensino, inclusive as aulas de português, haja vista que os conteúdos são demasiadamente avançados para a compreensão da língua portuguesa que os imigrantes têm, ou, às vezes, ainda não têm.

Nesse primeiro momento, quando são recém-chegados ao Brasil e estão procurando empregos, muitos imigrantes haitianos e haitianas procuram os cursos de EJA como uma forma de ter um vínculo formal, expresso, por exemplo, em uma declaração de matrícula que possa ser apresentada na hora de uma entrevista de emprego como comprovante de que têm algum domínio do idioma português ou que estão em vias de tê-lo. A nosso ver, isso não significa dizer que tais sujeitos não estejam interessados nos cursos formais como o EJA, mas

apenas que, nesse primeiro momento, a primeira questão que os mobiliza é se estabelecer do ponto de vista do trabalho.

Por sua vez, o aprendizado do português pelos haitianos e haitianas é uma dinâmica que também dialoga com as experiências que esses sujeitos vivenciam em seus cotidianos, na escola (EJA), no trabalho, em seus espaços de lazer e em outros momentos nos quais conseguem construir interações com os trabalhadores brasileiros. Dito isso, é interessante notar que, não raras vezes, quando finalmente os haitianos obtêm um emprego nas agroindústrias locais, frequentemente passam a ser as suas condições de trabalho que agora se impõem como barreiras para que possam se dedicar aos estudos formais no país.

Nesse contexto, o depoimento de Suzanne também nos indica a forma como os haitianos e haitianas vivenciam a experiência de passar por uma entrevista de emprego em um idioma no qual ainda estão muitas vezes apenas tateando. Em certo sentido, a sua fala nos remete justamente a essa tensão entre as demandas do universo do trabalho precário nos frigoríficos e as suas expectativas com relação à educação. Para trabalhadoras e trabalhadores imigrantes como ela, diante da dificuldade concreta de conseguir um emprego, mesmo que em trabalhos tidos como precários, poder comprovar um vínculo de estudo pode ser um ponto diferencial para obter ou não uma vaga. Quando a entrevistamos, Suzanne procurou nos comunicar dimensões dessa experiência de trabalhadora haitiana em Cascavel – PR.

Repetidas vezes ela nos enfatizou que a sua vivência das entrevistas de emprego foi marcada pelo sentimento de angústia. Se colocarmos em perspectiva que, para os trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, muitas das expectativas que os mobilizam a migrar envolvem ter um emprego, é possível compreender a intensidade da angústia que esse momento da entrevista pode assumir para sujeitos como Suzanne.

Durante a pesquisa de campo realizada em Cascavel – PR, tivemos a oportunidade de acompanhar alguns imigrantes haitianos e haitianas que, assim como Suzanne, estavam na dinâmica de obter um emprego no frigorífico. Como já mencionamos na introdução, quando conhecemos Jerome, em 2021, ele estava no Brasil há apenas três meses e, tentando uma vaga na linha de produção da Coopavel, já havia passado por duas entrevistas de emprego. Na época, Jerome morava em um espaço que, anos atrás, fora um pequeno comércio de roupas e que, recentemente, foi adaptado para se tornar uma espécie de quitinete.

Localizada a 200 metros de nossa residência, no Bairro Parque Verde, região Oeste da cidade, essa quitinete improvisada, até hoje, só foi alugada por trabalhadores haitianos. Junto com Jerome, moravam a sua tia, Rosemelie, o marido dela, Edson, os filhos do casal, Harry,

Romain e Rony. Ou seja, contando com Jerome, residiam em um espaço limitadíssimo cinco adultos e uma criança.

Quando os conhecemos em uma tarde de domingo no outono de 2021, andávamos com Emmanuel pelas ruas do bairro, e foi justamente a precariedade do local onde Jerome e os demais moravam que nos chamou atenção. Nessa ocasião, Emmanuel nos auxiliou na conversa para que pudéssemos nos apresentar ao grupo de imigrantes. Para nós, foi uma oportunidade de conhecer pessoas que nos interessavam como sujeitos acerca dos quais pesquisávamos, mas também de podermos dialogar com vizinhos.

A partir desse primeiro encontro, sempre que passávamos em frente à quitinete improvisada, parávamos para conversar um pouco. Recém-chegado ao Brasil, Jerome ainda não conseguia se comunicar em português, Edson por sua vez, embora já estivesse no Brasil há um ano e meio, também falava pouco o idioma. Foi Rony que, com alguma dificuldade, intermediava boa parte de nossas conversas. Quando havia alguma frase ou palavra que era particularmente difícil para ele traduzir, Rony pedia que tentássemos explicar o que queríamos dizer com outras palavras para facilitar a comunicação. Foi em uma dessas nossas conversas que Rony nos narrou um pouco mais acerca do que Jerome estava vivenciando para encontrar trabalho. Rony também nos disse que, dentro de alguns dias, acompanhariam Jerome até o frigorífico da Coopavel para que tentasse pela terceira vez ser aprovado na entrevista de emprego. Diante dessa situação, como já havíamos mencionado em outras conversas sobre a nossa pesquisa de doutorado acerca da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes no Oeste do Paraná, perguntamos a eles se eles se importariam que os acompanhássemos como parte de nosso trabalho de campo. Como Rony, Jerome e Edson não viram nisso problemas, combinamos o dia e o horário em que em passaríamos para buscá-los e irmos juntos ao frigorífico.

Em uma quarta-feira, 12 de maio de 2021, junto com Rony e Edson, acompanhamos Jerome, saindo de casa por volta das 6h30. As entrevistas de emprego na Coopavel aconteciam sempre nas quartas-feiras pela manhã. No caminho de carro entre o bairro em que morávamos e o frigorífico, que leva algo em torno de 25 minutos, Rony mencionou que ele e Edson, que já trabalhavam na desossa da carne de frango, ficariam com Jerome até às 11h30 da manhã, pois, depois disso, precisariam bater o ponto para começarem as suas jornadas de trabalho. Como não iriam poder retornar com Jerome após a entrevista de emprego, assumimos o compromisso de trazê-lo de volta.

Era uma manhã fria e chuvosa de outono. Chegamos ao frigorífico um pouco antes das 7h, com uma hora de antecedência para o início das entrevistas, mas já havia pelo menos uma dezena de outros trabalhadores haitianos e haitianas aguardando na fila. Até às 11h continuaram a chegar outros em busca de emprego, alguns brasileiros, porém, a grande maioria era de imigrantes haitianos. Alguns desses cumprimentavam Rony ou Edson e perguntavam algo em kreyòl antes de irem para o final da fila. Perguntamos a Rony se todos que os cumprimentavam eram seus amigos ou conhecidos, e ele nos disse que não, apenas um deles era seu amigo e que os demais queriam apenas confirmar se estavam no local correto para as entrevistas.

A fotografia a seguir é um registro desse dia em que acompanhamos Jerome. No primeiro plano, aparecem Edson, Rony, Jerome e o amigo de Rony, que também viera para entrevista de emprego. Quando fotografamos, por volta das 10h, já estávamos em pé a mais de três horas, e ainda passaríamos mais duas horas e meia aguardando até que Jerome fosse entrevistado. Atrás de nosso grupo, é possível ver alguns dos demais haitianos e haitianas que também aguardavam para serem entrevistados. Apesar do frio, da garoa intermitente e do vento gélido que fazia nessa manhã, é possível observar que nem todos os imigrantes estavam agasalhados de modo adequado.

Figura 2 - Espera para entrevista de emprego no frigorífico



Fonte: acervo do autor (2021).

De modo geral, todos os trabalhadores e trabalhadoras que observávamos ali, brasileiros ou haitianos, estavam tensos. Obviamente, essa nos parece ser uma reação compreensível dentro do contexto em que se encontravam. Nessa manhã, as conversas em kreyòl que os haitianos travavam entre si na fila da entrevista tinham um tom bem mais contido e pontual. Esse foi um elemento que nos chamou atenção porque se contrastava com as conversas em voz alta e com gestos expansivos que nos acostumamos a observar quando passávamos por eles em uma caminhada pelo bairro onde morávamos ou em algum outro momento de lazer e de descontração.

Edson estava ansioso porque queria muito poder acompanhar Jerome até a porta da sala de entrevistas. Perguntamos a Rony se outras pessoas podiam acompanhar os candidatos nas entrevistas. Respondeu-nos que não era possível, pois a gerência do frigorífico não permitia, mas ele e Edson achavam que, se pudessem o acompanhar até a porta da sala, poderiam se apresentar aos entrevistadores da Coopavel como amigos de Jerome que já trabalhavam no frigorífico. Essa relação de apadrinhamento não era algo que a própria gerência do frigorífico sugeria como forma de facilitar a contratação de haitianos recém-chegados. Contudo, Rony nos enfatizou que os haitianos sabem que, no contexto do trabalho nos frigoríficos, o que lhes é exigido é principalmente força e destreza na repetição de movimentos simples e, por isso, não saber falar bem o português não é algo que impeça os haitianos e haitianas recém-chegados de executarem os movimentos para desossar e cortar incontáveis quilos de carne de frango. Nesse sentido, segundo nos contou Rony, sempre que tinham oportunidade, os haitianos e haitianas que já se encontravam empregados no frigorífico costumavam acompanhar seus familiares e amigos recém-chegados nos dias em que ocorriam as entrevistas de emprego.

Por volta das 12h, ainda não havia chegado a vez de Jerome ser entrevistado e, como precisariam se trocar para iniciar seus turnos de trabalho na linha de produção, Edson e Rony se despediram de nós. Foi somente perto das 13h15 que Jerome foi chamado para apresentar seus documentos e adentrar na sala em que seria realizada a entrevista. Com um gesto, desejamos-lhe boa sorte e aguardamos algo em torno de 15 minutos até que a entrevista acabasse. Quando estávamos saindo do bloco administrativo, perguntamos a um dos funcionários da Coopavel se o resultado da entrevista seria divulgado de alguma forma. Em resposta, o funcionário nos disse apenas que eles entrariam em contato por telefone com os candidatos que fossem selecionados. No caminho de volta para nossas casas, tentamos

dialogar com Jerome para saber mais detalhes da dinâmica da entrevista, porém, não tivemos muito sucesso.

Depois de alguns dias, quando encontramos novamente com Rony, Edson e Jerome em frente à quitinete improvisada onde moravam, perguntamos a eles sobre o resultado da entrevista, e Rony nos disse que ninguém ligara a Jerome, o que provavelmente indicava que ele não fora selecionado. Assim como Suzanne e muitos outros haitianos, a experiência do desemprego era vivenciada por Jerome com um amargo sentimento de angústia. Embora naquele momento não tivesse recursos e repertório na língua portuguesa para se expressar, o seu semblante nos indicava a sua preocupação com o fato de continuar sem trabalho. Possivelmente, seu sentimento se aproximava muito daquele que Suzanne e outros haitianos e haitianas que conhecemos expressaram. Nesse sentido, não nos parece exagero reconhecer que esses sujeitos procuram as escolas e colégios públicos para aprender e/ou melhorar seu domínio da língua portuguesa também com a expectativa de conseguirem enfrentar a situação do desemprego e o sentimento de angústia que os aflige.

Quando organizamos os primeiros encontros do que viria a ser o projeto de alfabetização para imigrantes, nossa expectativa era contribuir especificamente com essa demanda de aprendizado de trabalhadores haitianos como Jerome. Contudo, conforme o projeto se desenvolvia, logo percebemos que as expectativas que aproximaram os imigrantes que participaram do projeto mostravam-se muito mais amplas, embora, evidentemente, também estivessem atravessadas por questões ligadas ao trabalho. A seguir, discutimos algumas dessas expectativas a partir da trajetória do curso de alfabetização e dos materiais que produzimos a partir dele.

3.3 Educação e sociabilidade: o projeto de alfabetização para imigrantes

O projeto de alfabetização que desenvolvemos no decorrer desta pesquisa surgiu como uma forma de dialogarmos com essa dimensão da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Após termos acompanhado Jerome na entrevista de emprego no frigorífico em maio de 2021, compartilhamos essa experiência de pesquisa de campo com os colegas da turma de doutorado que cursavam a disciplina *Seminários de tese – trabalho e movimentos sociais*, ofertada pelo Prof. Antônio de Pádua Bosi, e, posteriormente, com o grupo de pesquisa sobre trabalhadores e imigração da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. Em diálogo com as professoras e pesquisadoras Aparecida Darc de

Souza e Joselene Ieda Lopes de Carvalho, avaliávamos, naquele momento, que poderíamos contribuir de modo muito pontual com a situação de Jerome, instrumentalizando-o minimamente com noções básicas da língua portuguesa para que ele voltasse a fazer a entrevista de emprego na Coopavel.

Do ponto de vista pedagógico, a organização dos nossos encontros se inspirava diretamente no diálogo com Paulo Freire (1996, 2005) e as experiências desenvolvidas por ele com a alfabetização de adultos trabalhadores. Nossa proposta era a de que o aprendizado da língua portuguesa pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos estivesse sempre mediado pelas experiências vividas por eles em seus cotidianos, seja a partir do universo das relações de trabalho, das dinâmicas migratórias nas quais se inseriam ou mesmo das vivências que mantinham em seus espaços de lazer e de sociabilidade. É relevante sublinhar que, quando iniciamos nossos encontros no segundo semestre de 2021, os objetivos eram bastante pontuais: contribuir com um grupo pequeno de haitianos que passariam por uma entrevista de emprego e, junto a isso, estabelecer um diálogo que nos permitisse, como pesquisadores, conhecer um pouco mais sobre esses imigrantes. Tendo em vista esse horizonte, nesse primeiro momento, nossa atividade não foi formalizada como um projeto de extensão universitária, pois o entendíamos muito mais como parte de nossas atividades de pesquisa e de investigação de campo.

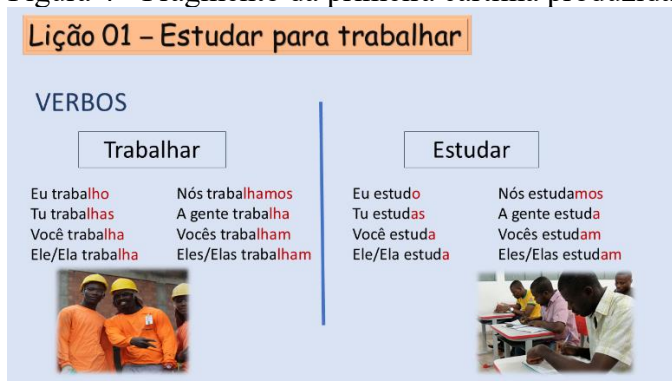
Portanto, para conduzir nossos primeiros encontros, elaboramos uma primeira cartilha de estudos que partia de situações cotidianas na vida de um trabalhador imigrante, por exemplo, apresentar-se, dizer de onde vem e o que está fazendo no Brasil, para a partir dessas situações, discutirmos noções básicas da língua portuguesa. As Figuras 3, 4 e 5 são fragmentos dessa cartilha que produzimos e utilizamos nos primeiros encontros com o grupo de haitianos e que abordavam justamente as dimensões do trabalho e do estudo a partir da condição de um trabalhador imigrante.

Figura 3 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: apresentar-se em língua portuguesa



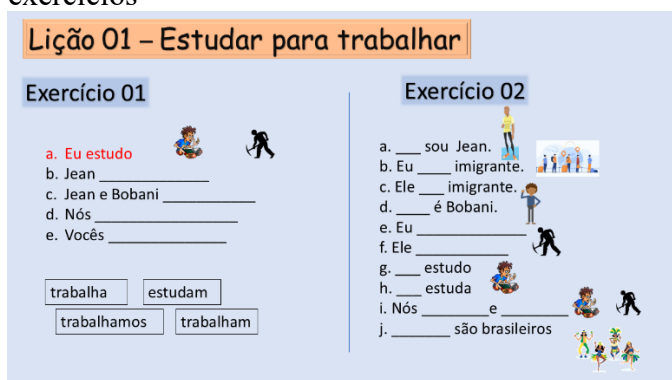
Fonte: acervo do autor (2021).

Figura 4 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: verbos



Fonte: acervo do autor (2021).

Figura 5 - Fragmento da primeira cartilha produzida para o projeto de alfabetização: exercícios



Fonte: acervo do autor (2021).

Como um grupo de pesquisadores interessados em interrogar a experiência de trabalhadores emigrantes/imigrantes no Oeste do Paraná, essa atividade obviamente se apresentava a nós como uma oportunidade interessante de dialogar com esses sujeitos. Além de Jerome, conversamos com Emmanuel, Rony e Leon, os haitianos com quem tínhamos contato mais próximo, para sabermos se desejavam participar. Além do mais, como nosso

diálogo com Jerome naquele momento era bastante precário, visto que nós não tínhamos domínio algum do kreyòl e ele pouco compreendia a língua portuguesa, a presença de Emmanuel e Rony também seria muito importante para que pudéssemos dialogar com a parte do grupo que tivesse maiores dificuldades com o português.

A dinâmica de nossos encontros foi estabelecida em diálogo com os imigrantes que se interessaram no projeto. Em nossa casa, em Cascavel – PR, tínhamos a nossa disposição o espaço de uma edícula, equipada com uma mesa grande, cadeiras e sofás que poderiam confortavelmente acolher um grupo de 15 a 20 pessoas. Também dispúnhamos de um televisor, um projetor multimídia e uma caixa de som pequena que havíamos adquirido para utilizarmos em nossas atividades de docente na rede pública estadual. É relevante lembrar ainda que, em junho de 2021, ainda estávamos em um momento de grande apreensão em relação ao controle da pandemia da covid-19. O Brasil estava no meio do processo de garantir a vacinação de sua população e, por isso, também era vital que usássemos máscaras e mantivéssemos um espaçamento entre nós. Assim, o espaço da edícula de nossa casa se mostrava razoavelmente adequado para recebermos o grupo que iniciamos o projeto.

Como todos nós trabalhávamos, professores/pesquisadores, haitianos e haitianas que se interessaram pela atividade, era inviável encontrar um horário durante a semana. Nós tínhamos nossas atividades laborais de docência nas instituições em que trabalhávamos e os haitianos e haitianas, por sua vez, tinham uma rotina apurada no frigorífico, alguns trabalhando no turno do dia e outros no turno da noite. Os sábados pela manhã foram os dias que encontramos como possibilidade para que todos pudessem participar. Também combinamos que, eventualmente, quando os haitianos fossem convocados para trabalhar em algum sábado, suspenderíamos o encontro daquele dia e voltaríamos a nos reencontrar no final de semana seguinte.

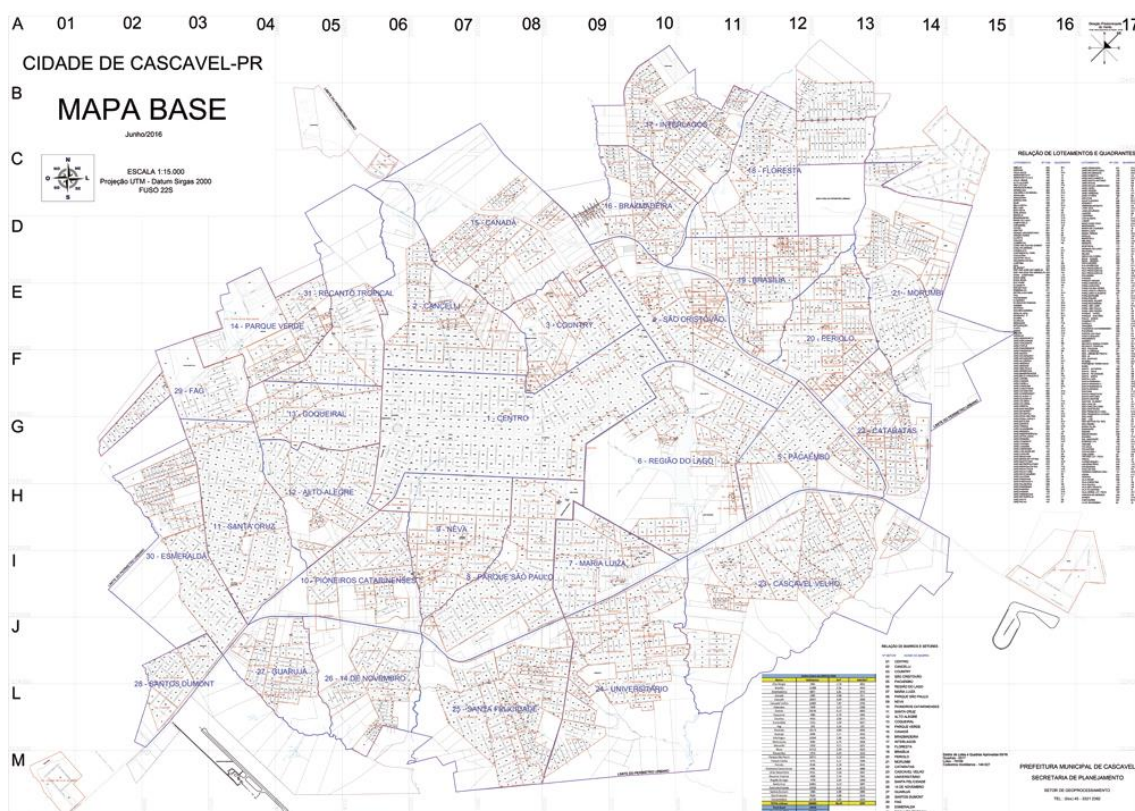
A partir do fim de junho de 2021, data em que organizamos nosso primeiro encontro com este pequeno grupo inicial de haitianos, passamos a nos reunir aos sábados sempre às 9h. Durante cerca de duas horas, apresentávamos e discutíamos com os haitianos o material que havíamos produzido para cada encontro. Em poucas semanas, nosso grupo de trabalho foi aumentando significativamente. A cada novo encontro, apareciam haitianos e haitianas novos que tinham ficado sabendo de nossa atividade e que gostariam de conhecer e participar. Nosso grupo, que em junho iniciara com seis imigrantes, no final de 2021, atingiu mais de 30 haitianos e haitianas que participavam com regularidade dos encontros.

Logo percebemos que os novos imigrantes haitianos que todos os sábados se incorporavam ao grupo não necessariamente se encontravam na mesma situação de Jerome, desempregados e procurando aprender um português muito instrumental para conseguir trabalho no frigorífico. A maior parte deles já se estava empregada, seja em algum dos frigoríficos da cidade, em uma das redes de supermercados ou até mesmo no setor de serviços.

Passamos a interrogar os novos participantes sobre como tinham ficado sabendo de nossa atividade, tanto pelo nosso interesse de mapear tal informação quanto pela necessidade de esclarecê-los de quais eram os objetivos dos nossos encontros, e, em particular, deixar claro àqueles que chegavam que nossa proposta não era substituir a educação formal oferecida na rede pública de ensino. Além do mais, também fazíamos questão de destacar que não emitíamos nenhum certificado de proficiência na língua portuguesa, pois, como explicamos mais adiante, em alguns casos, essa demanda por um certificado ou diploma que atestasse a proficiência poderia aparecer como um elemento mobilizador de novos participantes.

As respostas ao nosso questionamento eram diversas, porém, no geral, os haitianos nos contavam que tinham chegado até nós por meio de um amigo ou amiga que já participava dos encontros e que havia lhes contado sobre eles em uma conversa no espaço do trabalho ou ao fim de um culto nas igrejas em que frequentavam. Além disso, nesse primeiro momento, observamos que todos os haitianos e haitianas que passavam a frequentar os encontros na edícula de nossa casa residiam nos bairros Alto Alegre, Coqueiral e Santa Cruz, localizados na região Oeste da cidade de Cascavel – PR, como se nota no mapa a seguir.

Figura 6 - Mapa Base da Cidade de Cascavel – PR

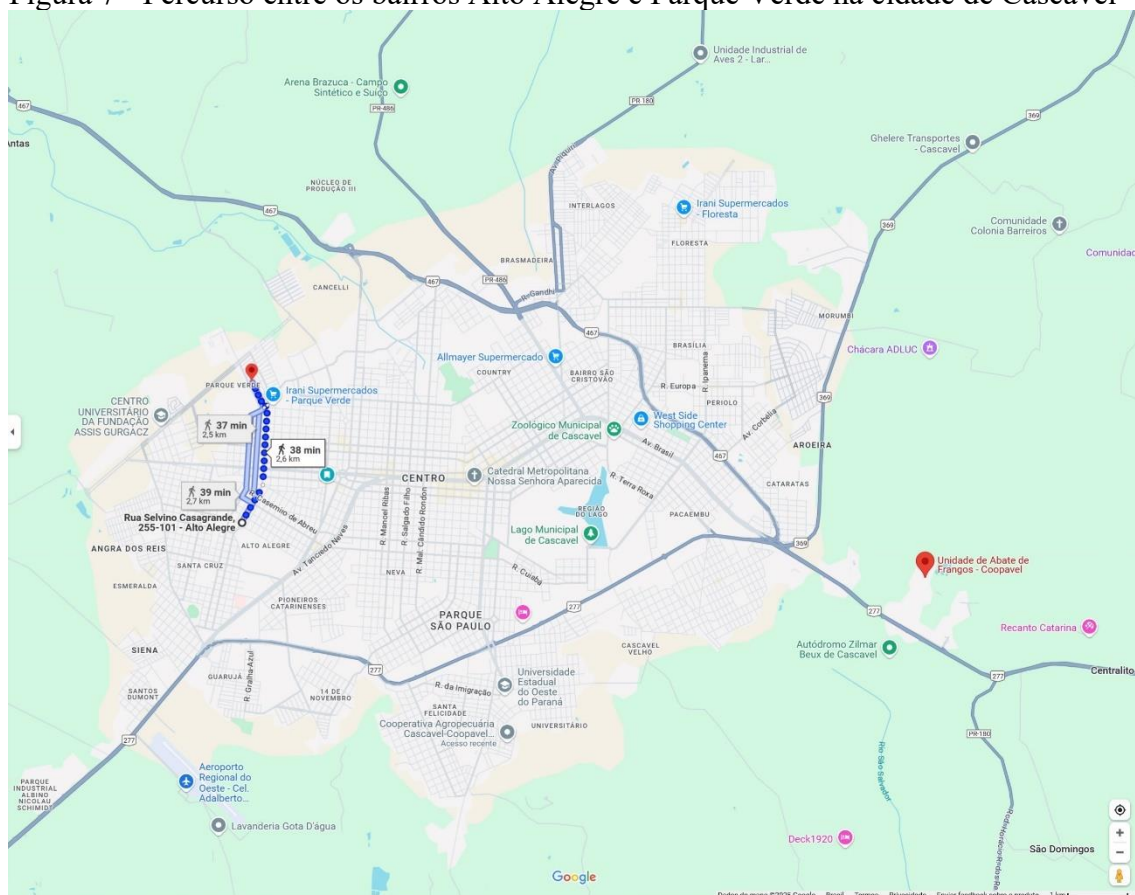


Fonte: Cascavel (2013)⁵.

Na época em que os encontros aconteciam em nossa casa, durante o segundo semestre de 2021, estabelecemos uma dinâmica de darmos carona para alguns dos imigrantes que moravam mais afastados de nós. Inicialmente, buscávamos e levávamos Emmanuel e Leon, que moravam no bairro Alto Alegre, um dos bairros da cidade onde residem muitos imigrantes. Embora também esteja localizado na região Oeste da cidade, apenas a caminhada de ida entre o bairro Alto Alegre e o bairro Parque Verde representa um percurso de algo em torno de 2,6 quilômetros e pode levar mais de 35 minutos. Ir e voltar caminhando, portanto, ocuparia mais de uma hora da manhã dos haitianos, sem mencionar o desgaste físico de percorrer mais de 5km expostos às intempéries do tempo. De carro, o trajeto para nos deslocarmos de nossa casa até a casa de Emmanuel e depois voltarmos podia ser feito em cerca de 10 minutos, como observado na imagem a seguir.

⁵ Para uma melhor visualização, também é possível acessar os mapas da cidade no site da prefeitura, disponível em: <https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/mapas>. Acesso em: 9 jun. 2025.

Figura 7 - Percurso entre os bairros Alto Alegre e Parque Verde na cidade de Cascavel – PR



Fonte: Google Maps (2025).

Quando o público dos nossos encontros começou a crescer, a maioria dos haitianos e haitianas que participavam chegava até nossa casa caminhando ou então utilizando suas bicicletas. Costumavam vir em grupos de três ou quatro, geralmente organizados a partir da proximidade de suas casas. No entanto, também continuávamos a ajudar parte dos imigrantes buscando e levando-os de carro, em especial aqueles que sabíamos que tinham mais dificuldade de locomoção, como Gregory e Angeline, que, na época, estava gestante. Nos dias de chuva, chegávamos a fazer quatro ou cinco viagens para tentar garantir que todos que quisessem participar do encontro pudessem fazê-lo.

As Figuras 8 e 9 são registros fotográficos que fizemos dos primeiros encontros do projeto de alfabetização. Na dinâmica que conseguimos estabelecer nesse momento, os haitianos e haitianas se sentavam em volta da mesa de que dispúnhamos na edícula de nossa casa. Inicialmente, as cadeiras e os bancos davam conta de acomodar os participantes, porém, na medida em que o grupo cresceu, os sofás e as poltronas passaram a ser utilizados para que

todos pudessem acompanhar as aulas. Em alguns sábados, parte dos haitianos e haitianas ficavam em pé, escorados na bancada ou em algum pilar onde se sentissem mais confortáveis.

Figura 8 - Registro de encontro do projeto ocorrido em julho de 2021



Fonte: acervo do autor (2021).

Figura 9 - Registro de encontro do projeto ocorrido em setembro de 2021



Fonte: acervo do autor (2021).

Nesses primeiros encontros, as professoras Aparecida Darc de Souza e Joselene Lopes de Carvalho conduziam as discussões de modo remoto enquanto colaborávamos presencialmente, tirando dúvidas e ajudando na realização dos exercícios. Aqui, é interessante destacar que, na medida em que desenvolvíamos nossas propostas com o grupo de estudantes, muitas vezes percebíamos uma tendência deles em conversarem entre si em kreyòl sobre os temas que estávamos tratando. Nesse sentido, aqueles que já dominavam mais o português,

passavam a ter um papel muito importante de fazer a mediação conosco, traduzindo para o português o que os colegas que tinham mais dificuldade falavam em kreyòl, e vice-versa. Foi nesse contexto que sujeitos como Emmanuel, Patrick, Gregory e Angeline assumiram um papel de relevância no projeto, tanto como intermediários da comunicação quanto como organizadores da dinâmica.

A Figura 10 é um registro de um desses momentos, ocorrido em fins do mês de novembro de 2021, no qual, após termos finalizado a aula que havíamos preparado, os haitianos aproveitaram a oportunidade de estarem reunidos para discutir e organizar uma confraternização de final de ano. Gregory, que na foto aparece com o braço levantado como que a solicitar a palavra, foi quem ia nos colocando a parte do debate que se desenrolava. Nessa ocasião, a ideia discutida pelo grupo era que os próprios haitianos organizariam um almoço com pratos típicos do Haiti como forma de celebrar o semestre de estudos. Pensaram em datas, dividiram tarefas, enfim, planejaram os mínimos detalhes. Estabeleceram que cada um deles contribuiria com R\$50,00 para custear a confraternização. O valor poderia ser pago até o início de dezembro daquele ano, quando a maioria deles receberia o salário no frigorífico. Nós, docentes, logo nos propusemos a contribuir na divisão de despesas, mas o grupo imediatamente recusou. Por meio de Gregory e Emmanuel, avisaram-nos que seríamos os convidados homenageados, por isso, não precisaríamos contribuir financeiramente.

Figura 10 - Registro de encontro do projeto ocorrido em novembro de 2021



Fonte: acervo do autor (2021).

O que nos interessa destacar aqui, ao mencionarmos esse episódio da confraternização, são principalmente dois aspectos. O primeiro deles diz respeito à experiência de solidariedade e à capacidade de organização que esse grupo que participou do projeto de alfabetização durante o segundo semestre de 2021 construiu. Organizados em torno de figuras como Gregory e Emmanuel, os próprios haitianos e haitianas foram assumindo responsabilidades sobre uma série de aspectos dos nossos encontros, sobretudo no sentido de acolher os novos integrantes. Desse ponto de vista, os encontros aos sábados de manhã eram tanto uma oportunidade de aprendizado e aperfeiçoamento do domínio da língua portuguesa quanto um momento de socialização. E esse é o segundo aspecto que julgamos relevante de destacar. Para muitos dos haitianos e haitianas que vieram a se juntar ao projeto, os momentos compartilhados assumiam um sentido que pode nos evidenciar muito sobre as suas experiências como trabalhadores imigrantes em Cascavel – PR.

Clifford, que já apresentamos nos primeiros capítulos deste trabalho e que se incorporou ao nosso grupo logo em meados de agosto de 2021, contou-nos a forma peculiar como tomou contato conosco e com os encontros do grupo de português. A sua fala nos parece uma evidência interessante da dinâmica de expansão de nosso grupo inicial e de algumas das expectativas que os haitianos e haitianas que viviam em Cascavel – PR enxergavam em nossos encontros.

Guilherme: Eu queria te perguntar como é que você ficou sabendo do curso a primeira vez?

Clifford: Sim [risos]. Eu morar na rua Estanislau Cidral, no bairro Alto Alegre. E eu ver que você foi lá com Emmanuel, você levar Emmanuel com outro haitiano e você voltar e vem buscar outros haitianos, pra ir pra lá. E eu perguntar pra Emmanuel, porque cada vez eu vi ele ou dois saindo no dia de sábado com um caderno na mão. Aí eu pergunta pra ele onde que ele vai, ele falou pra mim “tem um curso”, aí eu falei “ah, não, eu quero ir nesse curso”. E um dia quando você vem buscar ele, eu pergunta pra você. “Oh professor, eu quero estudar também”. “Vamos, vamos, tem oportunidade pra você”. Aí eu fui lá estudar. E eu gostar de curso porque eu aprender pra falar a formar palavra, a antes eu não sabe formar palavra. Na escola a professora me ensinar como eu podia formar frase, pra juntar palavra pra fazer uma frase. Aí eu vi eu mais ou menos [risos].

Guilherme: Clifford, antes de você ir lá no curso de português, primeiro lá na minha casa e depois lá na região Sul, na Uniãoeste, você já tinha ido em alguma escola aqui no Brasil?

Clifford: Eu fui, eu fui lá na outra escola em [bairro] Santa Cruz. Eu tem dificuldade pra estudar, porque todo dia, todo dia. Às vezes eu ir na escola só três dias na semana. Porque quando eu chegar do trabalho, chegar em casa, dormir um pouco e cozinhar, é muito difícil. Pra cozinhar e depois pra ir na escola. Quando eu chegar, professor falar e eu ficar dormindo, professor

falar e eu ficar dormindo, aí eu falei “eu não vou aprender não. Se trabalhar pra depois vir na escola eu não vou aprender nada”. Depois eu parei.

Em grande medida, em sua fala, Clifford destacou dois elementos essenciais que pudemos perceber como dimensões compartilhadas na experiência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos em Cascavel – PR. Por um lado, a sua fala nos remete a alguns dos aspectos que discutimos ao falarmos da trajetória de Suzanne, no sentido da tensão que muitos imigrantes vivenciam ao se encontrarem desempregados no Brasil, particularmente em Cascavel – PR. Desde que chegara ao país, em fins de 2015, Clifford experimentou um período difícil de desemprego até finalmente conseguir ser admitido no frigorífico da Coopavel. Entre 2016 e meados de 2021, já havia se matriculado e frequentado turmas dos cursos para jovens e adultos na rede pública da cidade, no entanto, assim como Suzanne, não conseguiu dar continuidade a essa formação porque não demorou a sentir que seu tempo e suas energias eram escassos para conciliar seu trabalho e o estudo em um curso regular na escola pública, mesmo que fosse em uma turma de EJA, ofertadas geralmente no período noturno.

As palavras de Clifford podem ser consideradas como um indicativo de que parte do interesse que nosso curso despertou nos imigrantes haitianos tivesse relação com a possibilidade desses sujeitos retomarem o contato com o aprendizado da língua portuguesa, visto que nossos encontros aconteciam aos sábados e, como registramos anteriormente, sempre mantínhamos um diálogo a fim de evitarmos encontros nos finais de semana que a maioria dos participantes estivesse trabalhando. Apesar de sempre enfatizarmos aos novos haitianos e haitianas que a nossa proposta não era substituir o ensino formal e que, inclusive, nesse primeiro semestre de funcionamento de nosso curso, entre julho e dezembro de 2021, não oferecíamos nenhum tipo de certificação, para Clifford e os demais haitianos que tomavam conhecimento das atividades que conduzíamos, a oportunidade ainda assim era vista como atrativa. E, nesse ponto, a fala de Clifford nos indica que a atratividade podia estar relacionada ao estudo da língua, mas também à sociabilidade que os encontros significavam.

Quando nos conhecemos, a família de Clifford ainda não havia deixado o Haiti. Assim como tantos outros rapazes e moças haitianos que vivem em Cascavel – PR, em alguns casos dividindo quitinetes superlotadas, o cotidiano de imigrantes como Clifford é muitas vezes marcado pela solidão e até pelo sentimento de isolamento em um ambiente que pode, não raramente, ser hostil das mais diversas maneiras.

Os bairros na região Oeste, como o Alto Alegre, onde Clifford, Emmanuel, Tony, Rony, Felix, Gregory, Angeline e tantos outros haitianos e haitianas moravam, são aqueles que concentram a maior parte da população haitiana que atualmente reside em Cascavel – PR⁶. Quando circulamos nesses bairros, vemos com bastante frequência homens, mulheres e crianças haitianos caminhando pelas ruas. No geral, costumam andar em vestes bastante coloridas, roupas que estampam logomarcas famosas ou então camisas de times de basquete da liga estadunidense, a NBA. Alguns trançam os cabelos e, principalmente as meninas, costumam colocar acessórios coloridos para adornar os diferentes tipos de trançados que fazem. Durante a semana, é mais frequente vê-los nos pontos de ônibus em que aguardam as conduções que os levarão aos frigoríficos ou indo e voltando dos supermercados próximos, onde muitos deles também trabalham. No centro da cidade, algumas vezes os encontramos, por exemplo, nas agências bancárias tentando resolver com maior ou menor sucesso alguma pendência ou enviar remessas ao Haiti. No geral, durante a semana, é sempre em torno das demandas do trabalho ou de algum afazer doméstico que os vemos. Além disso, dormem e tentam descansar como podem para se refazer para o dia seguinte. A exceção seriam as crianças, que, em seus uniformes escolares, caminham rindo e brincando em grupos com outras crianças, geralmente haitianas ou filhas de haitianos.

Nos finais de semana, observamos em circulação aqueles que frequentam as igrejas evangélicas em vestes mais formais, indo ou voltando de um culto. Vez ou outra, encontramos grupos de jovens haitianos sentados nas calçadas em frente às quitinetes em que moram. Alguns conversam por vídeo conferência com os parentes e amigos, outros ouvem músicas em volume alto. Para quem olha essas cenas de fora e sem compreender o kreyòl, pode parecer uma grande bagunça, mas não o é.

Em uma das vezes em que caminhávamos com Emmanuel e passamos por grupos de jovens haitianos que escutavam música, ele nos informou que um dos ritmos mais comuns escutados pelos haitianos é o *konpa*, gênero musical de dança popular na cultura haitiana. Trata-se de um ritmo sincopado com poucas notas musicais e que serve como expressão cultural que incentiva a dança romântica próxima (MCalister, 2012). Como um dos gêneros musicais populares entre os haitianos, o *konpa* não raras vezes é uma das formas pelas quais

⁶ Depois da região Oeste, em menor número, mas ainda com uma presença bastante perceptível, há muitas famílias haitianas na região Sul, próximo ao *campus* da Unioeste. É possível também encontrar os que habitam nos bairros da região Norte, como o Floresta, Interlagos e Brasmadeira.

esses sujeitos expressam a sua identidade cultural, anseios e esperanças no contexto da migração (Cela *et al.*, 2022). Junto com a música *folk* e o *rap*, o *konpa* é o meio musical a partir do qual os haitianos e haitianas contam as suas experiências, tanto nos países para os quais migram quanto no próprio Haiti, refletindo as suas lutas e aspirações (Cela *et al.*, 2022).

Para muitos dos haitianos que tivemos contato em Cascavel – PR, apesar do aparente barulho dessas rodas nas calçadas e da convivência que estabelecem em quitinetes superlotadas de outros haitianos, a condição de imigrante é uma experiência de solidão e de saudades. A curiosidade de Clifford ao observar a movimentação de alguns haitianos se organizando para participar dos encontros em nossa casa, ou seja, de uma atividade que não fosse a de ir e voltar do trabalho ou a de algum afazer cotidiano qualquer, pode nos evidenciar tanto o seu interesse por uma oportunidade de estudar o português quanto, por contraste, uma experiência de solidão compartilhada e a vontade de amenizá-la das formas como for possível.

A fala de Guy também pode ser lida e interpretada a partir dessa chave. Ele começou a participar dos encontros já no segundo semestre de 2021, recém-chegado ao Brasil. Contou-nos que ficou sabendo do curso por meio de Patrick, que lhe contara que um grupo de haitianos e haitianas estavam se reunindo para aprender português. Depois que começou a frequentar os encontros, primeiro quando ainda ocorriam na edícula de nossa casa e, depois, quando as aulas passaram a acontecer nas dependências da Unioeste, *campus* de Cascavel – PR, em várias oportunidades, Guy compartilhou conosco elementos importantes de sua experiência de trabalhador haitiano no Brasil.

Como mencionamos no primeiro capítulo, quando tratamos de sua trajetória no Haiti, uma de suas grandes expectativas com relação ao Brasil era poder cursar a graduação em Psicologia. Nesse sentido, não nos parece exagero imaginar que, quando soube dos encontros que realizávamos, Guy possa ter enxergado neles uma possibilidade de, aprimorando seu contato com a língua portuguesa, pavimentar uma forma de acesso ao ensino superior em nosso país. No entanto, quando o entrevistamos, já em 2023, e o questionamos sobre como se deu a sua aproximação com o projeto de alfabetização que conduzíamos, o que Guy avaliou como relevante de ser mencionado foi a dinâmica dos encontros como um espaço de socialização. Assim, o que a fala de Guy nos evidencia é que, para haitianos como ele, Clifford e outros, as expectativas que esses sujeitos passaram a projetar nos encontros do projeto de alfabetização muitas vezes conciliavam aspectos distintos, porém, não antagônicos, por exemplo, a oportunidade de estudarem e o desejo de socialização.

Guilherme: Eu queria te perguntar mais uma coisa sobre o curso de português. Por que é que você começou a participar do curso de português?

Guy: Ah, sim, sim. Eu gosta de conversar, quero conversar mais. É muito bom porque aqui eu não tem, a comunidade haitiana não tem, não cria algo mais, por exemplo, ao final de semana para conversar. Só ficar em casa, vou trabalhar. É assim. Porque quando eu estava lá no Haiti às vezes eu saia, e aqui eu não sai, só ficar em casa, falar com amigos. Não é bom assim. Quando a gente tá conversando com outra pessoa é muito bom, haitiano e brasileiro também. Curso português ajudar muito a gente. Tem umas coisas eu vejo agora, primeiras vezes eu não pensava com isso, mas agora eu penso com isso. Se a gente precisa, se eu preciso aprender uma língua, se você não quer ver verbo, é muita dificuldade. Verbo tem muita importância. E eu tenho muita dificuldade pra verificar verbo [risos], meu português tá errado [risos], é difícil [risos].

Guilherme: Mas você fala bem, Guy, Muito bem. É óbvio que, assim, ainda tem coisas para aprender, todos temos, mas você fala muito bem. Você consegue se comunicar bem em português.

Guy: Mas eu acho que ele tá errado [risos]. Às vezes, eu entendo muito bem, mas minha explicação tá errado [risos]. Tem às vezes que eu entendo, só que quando eu vou fazer explicação pra você, eu tem dificuldade pra responder você. Eu tem alguns amigos do trabalho, quando ele ou ela fala com eu, eu entende, responder que é difícil. [risos].

Quando interpretamos esse trecho da entrevista de Guy a partir de sua trajetória, é possível dimensionar o sentimento de solidão vivido por jovens como ele. Uma emoção que se expressa das mais diversas maneiras: no ambiente de trabalho precário e degradante das agroindústrias, nos quais muitos deles trabalham e são superexplorados porque são vistos como tendo menos direitos que os trabalhadores nacionais; na vivência do isolamento nos bairros em que moram, nos quais tendem a conviver em grupos bastante fechados entre os amigos e amigas haitianos mais próximos ou com os quais dividem as quitinetes; no cotidiano atravessado pela saudade e pela ausência daqueles que ficaram, que só muito brevemente é atenuada pelas videochamadas com os entes queridos; e não menos importante, na dificuldade que muitos deles encontram em poderem comunicar toda essa experiência.

Participar dos encontros do curso de alfabetização é, claro, uma possibilidade de melhorar os domínios da língua portuguesa com vistas a conseguir um trabalho ou trocar um emprego tido como ruim por outro entendido como melhor. Todavia, para esses sujeitos, aperfeiçoar a capacidade de se comunicar em português pode ter o sentido de conseguir atender a um desejo de comunicar e de falar sobre si e sobre a experiência compartilhada na qual se inserem. A participação no grupo de alfabetização pode ser lida como uma forma de tentar romper a solidão e o isolamento na qual se veem lançados em muitos momentos a partir

de sua condição de imigrante. Em grande medida, falas como a de Guy nos indicam que as expectativas e projeções que os haitianos e haitianas que contatamos em Cascavel – PR construíram sobre o projeto de alfabetização podem envolver dimensões que, ao seu modo, falam-nos de aspectos relevantes de suas experiências como trabalhadores imigrantes, como a solidão e o desejo de rompê-la, de comunicá-la a outros.

Nessa perspectiva, a forma como se deu o crescimento do grupo inicial que participou de nosso projeto de alfabetização a partir de meados de 2021 pode ter relação direta com a experiência de solidariedade e de organização que os encontros construíram. Tanto o crescimento desse grupo inicial forjou uma experiência de organização e de solidariedade em um contexto de solidão e isolamento quanto, em sentido inverso, a capacidade de organização e o espírito de coletividade impulsionaram o crescimento do grupo.

Nos semestres seguintes, a partir de janeiro de 2022, essa expectativa de sociabilidade com relação ao projeto de alfabetização continuou como um elemento presente a mobilizar os haitianos e as haitianas. Contudo, na medida em que o projeto se ampliou e passou a incorporar e dialogar com um público de imigrantes maior e mais amplo, também pudemos perceber que os novos sujeitos que se aproximavam do projeto traziam consigo outras expectativas. Junto com a demanda de um domínio melhor da língua portuguesa como forma de conseguir trabalhar e do desejo por socialização, somaram-se necessidades diferentes que, quando consideradas historicamente, podem nos indicar perspectivas relevantes da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que conhecemos, como exploramos a seguir.

3.4 Expectativas em conflito: solidariedade e individualismo

Quando o ano de 2021 se encaminhava para a sua conclusão, já avaliávamos que não teríamos condições de manter os encontros do projeto na edícula de nossa casa no semestre seguinte. Passamos a procurar alternativas junto às escolas municipais e aos colégios estaduais da região Oeste de Cascavel – PR, porém, nenhum deles conseguia nos garantir acesso aos seus espaços porque essas instituições não dispunham de funcionários que trabalhassem aos sábados para abrir e fechar as salas de aula. A solução que encontramos para a nossa limitação de espaço foi demandarmos a utilização do espaço físico das salas de aula da Unioeste, *campus* de Cascavel – PR.

Colocamos essa possibilidade para discussão com os haitianos e haitianas que vinham participando do projeto de alfabetização até então, e ela foi acolhida com bastante empolgação pelo grupo, apesar dos desafios que tal mudança implicava. Para o grupo, a continuidade dos nossos encontros na Unioeste a partir de 2022 era vista como uma possibilidade de acolher novos imigrantes que constantemente procuravam Gregory, Emmanuel e Patrick perguntando se os encontros continuariam e como poderiam participar. Além disso, para nós, docentes/pesquisadores, a mudança para a Unioeste também seria uma oportunidade de formalizarmos nosso projeto como uma atividade de extensão universitária, o que também nos permitiria certificar os haitianos e haitianas que dele participassem.

Nesse processo de mudança de local e de ampliação do projeto, a capacidade de organização do grupo que já compunha o projeto, expressa principalmente na liderança de Gregory, Patrick e Emmanuel, foi de grande valia para que pudéssemos lidar com os desafios envolvidos. Entre o final de 2021 e os dois primeiros meses de 2022, os próprios haitianos divulgaram e mapearam outros imigrantes que poderiam se interessar nos encontros, explicando que se trataria de um curso de extensão com encontros aos sábados e com duração de cerca de quatro meses. Ao final desse período, com a ajuda das figuras que despontavam como lideranças, listamos quase uma centena de interessados, contando aqueles e aquelas que já participavam desde 2021. Pedagogicamente, logo avaliamos que seria interessante dividirmos o grupo em turmas distintas de acordo com o nível de proficiência dos estudantes.

No entanto, o maior desafio enfrentado nesse momento de mudança seria garantir que aqueles membros que já participavam do projeto pudessem continuar participando dos encontros na Unioeste. O *campus* fica localizado na região Sul, no bairro Universitário, e a maioria dos trabalhadores haitianos que participavam do projeto até então, como já dissemos, moravam nos bairros da região Oeste da cidade. Viabilizar um transporte entre esses bairros e a universidade era uma situação importante para a continuidade à participação desse grupo nos encontros.

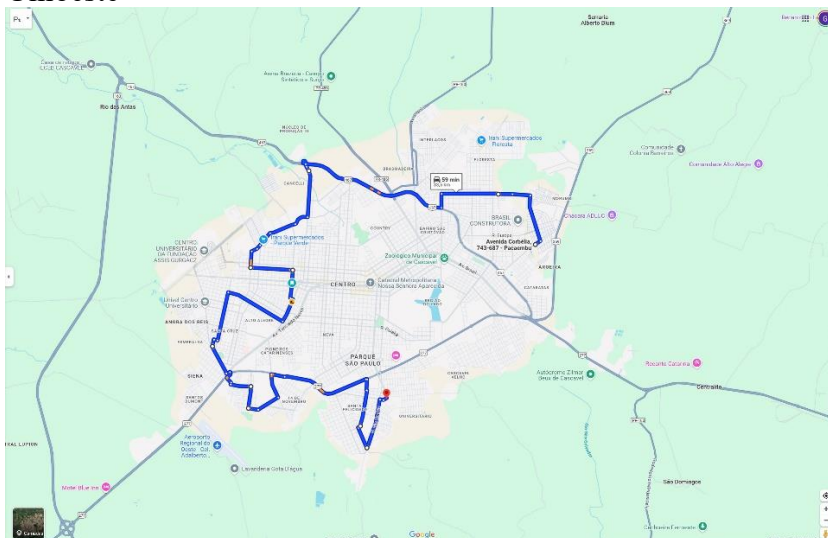
O transporte público poderia ser uma opção, porém, era preciso considerar que, para uma boa parte dos haitianos e haitianas, a dinâmica do trabalho dificultaria a sua utilização e, ao fim, inviabilizaria que participassem do projeto na Unioeste. Aqueles e aquelas que trabalhavam no turno da noite nos frigoríficos costumavam deixar o trabalho na madrugada das sextas-feiras para os sábados por volta das 4h da manhã, o que significava dizer que chegavam em suas casas próximo às 5h. Caso precisassem utilizar o transporte público para chegarem à Unioeste às 9h, horário em que os encontros começariam, esses trabalhadores

teriam que deixar as suas casas no máximo às 7h30. Ao todo, precisariam utilizar duas conduções. A primeira, do bairro onde moravam (Alto Alegre, Coqueiral, Santa Cruz etc.) até o terminal Oeste. Ali, aguardariam a segunda condução, entre os terminais Oeste e Sul. Desse último terminal é possível ir andando em poucos minutos até a Unioeste. Em síntese, esse tempo no transporte público era entendido pelos haitianos como um momento precioso de descanso. Além do mais, havia também a situação do retorno dos encontros, visto que outros tantos participantes do grupo trabalhavam nos supermercados e frigoríficos aos sábados à tarde e, por isso, precisavam regressar o mais rápido possível às suas casas para se alimentar e se organizar para o trabalho. Como o transporte público tem a sua frota reduzida nos finais de semana, esse retorno ficaria mais complicado.

A solução construída foi fretar um ônibus privado que garantisse a ida e a volta dos haitianos. Essa solução foi discutida com o grupo e consensuada como a melhor alternativa naquele momento. Sob a liderança de Gregory, o argumento que soldava essa alternativa era a solidariedade e o companheirismo da coletividade do grupo que participaria do projeto em garantir que todos tivessem condições de participar dos encontros do projeto de alfabetização, inclusive aqueles que moravam mais distantes.

Com a ajuda de Emmanuel, Gregory e Patrick, mapeamos os endereços de todos que participariam do curso, tanto daqueles que integravam o projeto desde o seu início quanto daqueles que ingressariam nele a partir de março de 2022. Se o grupo que participava desde o início se concentrava nos bairros da região Oeste, os haitianos que Gregory, Emmanuel e Patrick haviam listado como novos alunos tinham residência em locais mais diversos. Muitos também moravam na região Oeste, contudo, uma parte significativa deles já vivia nos bairros da região Sul (onde fica localizada a Unioeste) e outra pequena parte na região Norte. Depois de realizarmos esse mapeamento dos endereços, traçamos uma rota que o ônibus fretado realizaria para levar e buscar os haitianos de suas casas até a Unioeste (Figura 11).

Figura 11 - Rota do ônibus fretado que buscava e levava os haitianos e haitianas até a Unioeste



Fonte: Google Maps (2025).

A fim de custear o fretamento do ônibus quando fosse necessário, ficou estabelecido que todos e todas contribuiriam com R\$50,00 por mês. É importante enfatizarmos que a contribuição financeira não era uma condição para que os haitianos pudessem participar dos encontros. Como um projeto de extensão de uma universidade pública e gratuita, não havia como pré-requisito a cobrança de taxa ou algo do tipo. A contribuição era uma forma de auto-organização pensada pelos haitianos e haitianas que participavam do projeto, ou pelo menos por uma parte significativa do grupo, que entendia como possível e pertinente o exercício da solidariedade como forma de garantir que todos frequentassem os encontros. A quantia arrecada ficaria sob os cuidados de Gregory, que guardaria os registros das despesas.

Logo no início do primeiro semestre de 2022, organizamos um primeiro encontro para que os haitianos e haitianas pudessem conhecer o espaço da Unioeste. No primeiro sábado de fevereiro de 2022, mesmo sob chuva torrencial, a dinâmica do ônibus se mostrou bastante efetiva, possibilitando que 42 haitianos e haitianas que moravam nas regiões Norte e Oeste de Cascavel chegassem até a universidade, na região Sul. As Figuras 12 e 13 são registros dessa ocasião.

Figura 12 - Registro do dia 5 de fevereiro de 2022, primeiro encontro do projeto na Unioeste



Fonte: acervo do autor (2022).

Figura 13 - Haitianos reunidos na Unioeste para o primeiro encontro de 2022



Fonte: acervo do autor (2022).

A Figura 12 é um registro relevante desse processo. Tiramos essa foto quando o ônibus estava próximo da universidade, portanto, quando todos os imigrantes que precisavam ser embarcados já estavam a bordo. Naquela manhã chuvosa, quando nos posicionamos para fazer o registro fotográfico, alguns aproveitavam o tempo da viagem para cochilar um pouco, cansados da rotina de trabalhos da semana. Aqueles que estavam despertos, contudo, olhavam atentamente o caminho que fazíamos. Quando levantamos de nosso acento no ônibus e fizemos esse registro fotográfico, uma parte dos que estavam acordados foi captada nos encarando, talvez ansiosa por alguma instrução ou orientação de nossa parte, na qualidade de docentes que éramos. Outros, como Jerome, não se distraíam do caminho nem com a nossa movimentação para registrar o momento, seus olhos mantinham-se observadores e curiosos. Para muitos haitianos e haitianas desse grupo, essa foi a primeira vez que entraram no *campus* da Unioeste em Cascavel - PR.

Quando chegamos ao nosso destino, levamos os imigrantes às salas de aula em que ministrariamos as aulas do projeto. Ali, tivemos uma conversa rápida para expormos como se daria o funcionamento das aulas. Encerrada essa conversa inicial, mesmo com a chuva constante, os haitianos fizeram questão de caminhar pelo *campus*. Abrigando-se da chuva mais intensa embaixo dos toldos que cobrem as passarelas que cortam os blocos, os haitianos e haitianas caminhavam e conversavam em kreyòl, apontavam para algum elemento que lhes chamava atenção. Acompanhando a caminhada, aproveitávamos o passeio para indicar cada um dos blocos, onde ficava a biblioteca, os auditórios, os diferentes conjuntos de salas de aula etc. Quando encontramos um espaço coberto próximo aos campos de futebol, registramos a Figura 13.

O que nos parece significativo ressaltar nesse processo é que, com a ampliação de nosso projeto e mudança para a Unioeste, o interesse dos haitianos e haitianas no projeto como expressão de um desejo de socialização não deixou de estar presente. Pelo contrário, nos meses seguintes, nós, docentes, sempre que tínhamos a oportunidade, pensávamos em dinâmicas que nos permitissem levar os estudantes para outros espaços, fora das salas de aula. Houve situações em que fomos com eles até o supermercado próximo para que pudessem praticar o português, por exemplo, fazendo pedidos na panificadora do estabelecimento. Em outras ocasiões, fizemos uma caminhada nas redondezas do *campus* observando os estabelecimentos que encontrávamos e, na medida do possível, os haitianos estabeleciam diálogos com os comerciantes. Enfim, em todos esses momentos, podíamos perceber que essas dinâmicas despertavam bastante o interesse dos sujeitos que participavam do projeto.

Ao mesmo tempo, na medida em que, a partir do primeiro semestre de 2022, a ampliação do projeto mobilizou um número maior de imigrantes, pudemos observar como os novos integrantes que se aproximavam do curso de alfabetização faziam-no com interesses diversos e, da mesma forma, projetavam diferentes expectativas e anseios com relação ao projeto. Uma primeira expectativa que logo pudemos constatar a partir do momento que os encontros foram formalizados como projeto de extensão universitária foi o interesse na certificação que agora seria possível. Para parte importante dos haitianos e haitianas que passaram a frequentar o curso, principalmente aqueles que já moravam no Brasil há mais tempo, um dos horizontes que muitos deles almejavam era solicitar a naturalização brasileira.

Darlene, que já apresentamos ao longo do segundo capítulo, começou a frequentar os encontros na Unioeste já em meados de 2022. Passara cerca de três anos em Manaus - AM antes de chegar a Cascavel - PR, em 2021. Nessa trajetória, ela conseguiu construir um

domínio da língua portuguesa que, desde o início, nos pareceu bastante sólido. Dito de outra forma, Darlene não tinha maiores dificuldades para se comunicar em português. O que a aproximou do projeto de extensão que desenvolvíamos estava muito mais ligado à sua intenção de poder se naturalizar brasileira. A esse respeito, Darlene nos falou com bastante clareza acerca da importância que o certificado do curso de alfabetização assumia para ela.

Guilherme: E, Darlene, eu queria saber de você como é que você ficou sabendo do curso de português?

Darlene: Foi pelo Gregory mesmo.

Guilherme: Eu lembro que você já sabia falar um pouco de português quando você foi nos encontros do projeto. Mas o que é que você acha que foi importante no curso, para você e para os outros haitianos que frequentavam as aulas?

Darlene: Sim, sim. É, na verdade, eu fui por causa de certificado. Porque pra fazer naturalização tem que ter certificado, pra provar que você fala português, sabe? Daí, se você não tem, não vai conseguir. É por isso.

Guilherme: E deixa eu te perguntar, você conseguiu fazer o seu processo de naturalização?

Darlene: Vou conseguir. Esse ano. Porque eu tenho alguns papeis pra eu tirar lá no meu país mesmo. Daí tá um pouco difícil. Mas vou fazer esse ano, se Deus quiser. É um antecedentes criminais que falta.

É mister destacarmos que, de nossa parte, essa expectativa dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos de conseguirem se naturalizar não era vista como um problema. No entanto, sempre enfatizávamos que nosso curso era um projeto de extensão universitária e, como tal, para que pudéssemos certificar os trabalhadores haitianos, era preciso que eles cumprissem a frequência mínima de 75% nos encontros e que atendessem aos critérios mínimos de aproveitamento que havíamos estabelecido. Nesse sentido, conforme informa o próprio site do governo brasileiro, entre os requisitos que os haitianos precisam atender para solicitar o pedido de naturalização, estão: o (i) tempo mínimo de quatro anos vivendo no Brasil com o visto de residência definitivo; (ii) a ausência de condenações penais no Brasil e no Haiti; e, por fim, (iii) a capacidade de comunicação em português (Brasil, 2025). Quanto a esse último critério, a Portaria n.º 623/2020, que dispõe sobre os procedimentos de naturalização para os imigrantes, em seu artigo 5.º, entre outras possibilidades, estabelece que será aceito como documento comprobatório da capacidade de se comunicar em língua portuguesa a “[...] conclusão, com aproveitamento satisfatório, de curso de língua portuguesa direcionado a imigrantes realizado em instituição de educação superior credenciada pelo Ministério da Educação” (Brasil, 2020, art. 5.º).

Esse tipo de expectativa mais pragmática, conseguir um certificado como parte do processo para a solicitação da naturalização, se mostrou bastante comum. Não apenas os haitianos e haitianas que tomaram contato com o projeto de alfabetização a partir de 2022, quando ele foi formalizado como curso de extensão universitária, mas também aqueles que frequentaram desde o seu início, ainda em meados de 2021 na edícula de nossa casa, reconheciam que os certificados que obtiveram no período que estavam inseridos no projeto poderiam ser de alguma valia caso viessem a solicitar a naturalização.

Tony, que frequentou os encontros praticamente desde que começaram, em julho de 2021, também compartilhou conosco esse horizonte quando conversamos em janeiro de 2025. Desse ponto de vista, a sua fala nos indica que, para os haitianos e haitianas, as expectativas que os mobilizavam aos encontros do projeto de alfabetização podiam ser diversas e, por vezes, até contraditórias entre si.

Guilherme: E, Tony, tem um outro ponto que eu queria conversar com vocês. Rony também, se quiser participar. Eu queria perguntar, como que você ficou sabendo do curso de português a primeira vez?

Tony: Ah, pessoa que me falou ser o Gregory, para mim vir aqui primeira vez.

Guilherme: E por que você resolveu vir?

Tony: Aprender português é bom. Eu quando cheguei no curso, eu lembro que Rony não sabe falar muito português, agora ele fala português. Fala tudo. Faz até piada em português.

Rony: [risos].

Tony: É verdade. Antes ele não sabe falar português, tem que eu falar português. É pra isso, sabe?, aprender o português mesmo. Ele sair do Haiti e vir aqui Brasil, não sabe nada, falar kreyòl, agora ele tá falando português. É, ajuda nós. Depois também porque ganhou, como vai dizer, tem mais documento, se você precisa pra fazer um documento, o passaporte na Polícia Federal, ou fazer o, como ser o nome desse aqui?, naturalização, tem dois documentos pra fazer isso aqui, tem o primeiro e o segundo [referência aos certificados pela participação nas duas turmas do projeto de alfabetização que Tony frequentou].

Pelo que pudemos mapear, para os imigrantes haitianos, a naturalização podia ser encarada a partir de diversas perspectivas. Primeiramente, conseguir a naturalização significava, em grande medida, consolidar as suas permanências em território brasileiro, e, embora não tenha sido explicitamente mencionada por nenhum dos haitianos ou haitianas que tivemos contato, também permitiria àqueles e àquelas que a obtivessem o acesso a direitos políticos no Brasil. Na experiência de parte importante dos haitianos e haitianas que emigraram/imigraram – que, como consideramos no segundo capítulo, não raras vezes podia

ser permeada pela tensão de se encontrar na situação de imigrante sem documentos —, conseguir a naturalização brasileira sem dúvidas pode ser encarada como uma garantia significativa.

Além disso, uma vez que conseguissem concluir o processo de naturalização no Brasil, essa documentação poderia ser mobilizada para acelerar e facilitar a vinda de familiares do Haiti para o Brasil, possibilitando, por exemplo, uma relação de menor dependência dos *rakutès* e demais atravessadores. Darlene, que mencionamos anteriormente, narrou-nos que a sua expectativa com a naturalização era a de que essa documentação lhe ajudasse a trazer a sua filha em segurança até o Brasil. Mesmo os que nos disseram ter pretensões de se organizar para futuramente migrar para países como Estados Unidos, Canadá ou França, enxergavam a possibilidade de se naturalizarem brasileiros como um elemento que poderia os ajudar a acessarem os países do Norte Global.

Nesse contexto, portanto, o projeto de alfabetização que desenvolvíamos sem dúvidas podia ser para muitos dos haitianos e haitianas que se vincularam a ele um meio de comprovarem a sua “capacidade de comunicação em português”. Como já enfatizamos várias vezes, essa expectativa mais pragmática acerca do projeto não implica de modo algum que os mesmos trabalhadores haitianos e haitianas que estavam interessados no certificado de conclusão do curso de alfabetização não pudessem conciliar tal interesse com outras perspectivas. Assim, o que gostaríamos de enfatizar é que essa expectativa mais pragmática com relação ao projeto de alfabetização também pode nos evidenciar dimensões importantes da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que conhecemos.

Ao longo do desenvolvimento do projeto de alfabetização, houve ao menos duas situações que nos parecem relevantes de serem mencionadas. A primeira diz respeito à confecção de um crachá para identificação dos haitianos e haitianas que participavam do curso na Unioeste. A segunda situação, por sua vez, envolveu um debate acalorado entre os haitianos e as haitianas acerca da continuidade do transporte fretado que os buscava e levava de suas casas até o *campus* da universidade.

Quando o curso de português passou a ser realizado na Unioeste a partir de 2022, logo nos primeiros meses, os próprios haitianos e haitianas, liderados pela figura de Gregory e Emmanuel, tomaram a iniciativa de produzir um crachá que os identificasse como participantes do projeto de extensão, o que foi discutido em sala de aula ao final de um dos primeiros encontros. Gregory e Emmanuel já haviam solicitado um orçamento com uma gráfica de crachás local e levaram essa informação para a apreciação dos demais. A ideia era a

de que, se todos aqueles e aquelas que participavam do projeto concordassem, o próprio grupo se comprometeria em contribuir com o custeio dos crachás. Nessa ocasião, todos os integrantes se interessaram pela confecção dos crachás e não houve nenhuma oposição quanto à ideia do custeio coletivo. Como a ideia foi amplamente aceita, o valor necessário para a produção dos crachás foi rapidamente arrecadado e em poucas semanas passamos a ver os imigrantes que participavam do projeto todos identificados.

A organização e a confecção dos crachás pelos próprios haitianos assumiam nesse contexto sentidos simbólicos e práticos. Como objeto de identificação dos participantes do projeto de alfabetização, emblematizava também um esforço coletivo e reforçava uma ideia de pertencimento ao grupo de estudos. Junto a isso, uma vez que, além das informações pessoais dos estudantes haitianos, continham o nome do projeto de alfabetização para imigrantes e o logo da universidade, os crachás podiam ser mobilizados como objetos de distinção em situações pontuais.

É importante destacar que nenhum crachá foi confeccionado para imigrantes que de fato não estivessem matriculados e frequentando os encontros do projeto de alfabetização, logo, não continham nenhuma informação inverídica. O ponto que nos parece interessante é que, embora não fosse um documento oficial de identificação, ao serem utilizados pelos haitianos e haitianas nos seus cotidianos como uma comprovação de que eram estudantes, também o faziam com a expectativa de que tal condição de estudante pudesse lhes garantir alguma vantagem, por exemplo, em uma entrevista de emprego. Em certo sentido, os crachás podem ser encarados como representativos das diferentes expectativas que aproximavam os imigrantes do projeto de extensão que desenvolvíamos, tanto aquelas coletivas de organização e sociabilidade quanto as pragmáticas que poderiam significar vantagens mais ou menos práticas.

A segunda situação em que avaliamos que essas expectativas pragmáticas também se manifestaram de modo bastante evidente se deu em torno da organização e do custeio coletivo do ônibus fretado que levava os imigrantes que moravam distantes da Unioeste até os encontros. Como dissemos anteriormente, o acordo inicialmente estabelecido entre os estudantes que participaram dos primeiros encontros do projeto, quando ele passou a ser desenvolvido na universidade, era o de que todos contribuiriam para que o veículo fosse contratado semanalmente pelos próprios haitianos. Nesse trato, ficara pactuado que, no início de cada mês, depois que tivessem recebido seus salários, os participantes do projeto repassariam o valor de R\$50,00 aos cuidados de Gregory, que, no processo de

desenvolvimento do projeto, assumira papel de liderança e, justamente por isso, foi indicado como responsável pela organização do transporte. Nessa função de liderança que o coletivo lhe confiara, Gregory desempenhava uma série de atividades para viabilizar o transporte a todos os participantes do projeto de alfabetização: era ele, por exemplo, quem entrava em contato com o proprietário do ônibus fretado, fazia-lhe os pagamentos semanais e guardava os recibos; além disso, ele conversava com os haitianos e haitianas que nos procuravam para participarem do projeto.

Essa dinâmica de solidariedade que havia se mostrado capaz de garantir transporte a todos que quisessem participar do curso, morassem longe ou próximos do *campus* da Unioeste, e que funcionara de modo bastante interessante no primeiro semestre de 2022, passou a ser contestada no segundo semestre daquele ano. Para nós, docentes, essa situação chegou ao nosso conhecimento quando um servidor da universidade entrou em contato conosco porque havia recebido uma denúncia de que alguém de nosso projeto estaria supostamente cobrando “mensalidades” dos imigrantes que quisessem participar de nosso curso de extensão. O autor da denúncia havia encaminhado como provas conversas que tivera com Gregory em um aplicativo de mensagens por celular nas quais se falava da contribuição que os haitianos e haitianas coletivamente haviam estabelecido para custear o frete do ônibus. Depois de entendermos do que se tratava, esclarecemos a situação à universidade, enfatizando que nosso projeto nunca havia cobrado e continuava a não cobrar nenhuma taxa de inscrição ou mensalidade de seus participantes, e que a contribuição financeira ao qual Gregory fazia referência se tratava de uma dimensão da auto-organização dos próprios estudantes.

Contudo, se a denúncia à administração da universidade pôde ser elucidada rapidamente como um mal-entendido, a situação como um todo logo nos evidenciou que o entendimento do grupo de imigrantes haitianos que estava vinculado ao projeto de alfabetização com relação à garantia do transporte a todos havia mudado. No próprio grupo de mensagens instantâneas no celular que mantínhamos com haitianos e haitianas para organizarmos o cotidiano do projeto passaram a fervilhar mensagens escritas em krèyol. Quando traduzíamos as mensagens com auxílio de ferramentas *on-line* disponibilizadas na internet, deparávamo-nos com um debate intenso e, em muitos momentos, pouco respeitoso acerca da divisão dos custos com o transporte entre todos. Nessa situação, recorremos à nossa posição de autoridade como docentes e organizadores do projeto de extensão e propusemos ao grupo que conversássemos pessoalmente no próximo encontro, de modo que as situações que

precisassem ser discutidas assim o seriam, porém, presencialmente e com a garantia de um debate minimamente amplo e democrático.

Assim, logo no primeiro sábado de agosto de 2022, após lecionarmos as aulas que havíamos nos planejado, reunimos todos os haitianos e haitianas das três turmas em uma única sala para que pudéssemos discutir o que estava acontecendo. Como não havia lugares para que os imigrantes das três turmas pudessem se acomodar sentados, uma parte dos imigrantes se posicionou em pé nos fundos e nas laterais da sala. O clima geral dessa conversa, que acabou por se tornar uma assembleia dos participantes do projeto, era visivelmente tenso. As Figuras 14 e 15, a seguir, são registros desse dia.

Figura 14 - Registro do encontro realizado no dia 6 de agosto de 2022



Fonte: acervo do autor (2022).

Figura 15 - Registro do encontro realizado no dia 6 de agosto de 2022



Fonte: acervo do autor (2022).

Como docentes e organizadores do projeto, aproveitamos a oportunidade para historicizar alguns aspectos aos haitianos e haitianas presentes, principalmente àqueles e àquelas que haviam se juntado ao grupo mais recentemente. Enfatizamos a todos que o projeto do curso de português para imigrantes havia surgido em 2021, ainda na edícula de nossa casa, como resultado de uma experiência de construção coletiva e solidariedade. Na mesma direção, expusemos a eles e elas que o projeto que encabeçávamos e do qual eles eram partícipes não tinha qualquer cobrança de taxa ou mensalidade, ao contrário, se constituía em uma ação extensionista vinculada à proposta de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Uma vez registrado que nenhum estudante precisava pagar para poder participar do projeto, enfatizamos nossa posição sobre a organização do transporte, destacando que aquela estratégia havia sido construída em diálogo estreito com a experiência de solidariedade que havia nos conduzido até aquele momento. Ainda assim, se o entendimento do grupo eventualmente tivesse mudado, isso poderia ser perfeitamente rediscutido, mas que era fundamental que tal processo fosse feito com organização e respeito aos sujeitos envolvidos.

Como Gregory, legitimado pela confiança que o grupo depositava nele, vinha assumindo o papel de organizar o aluguel do ônibus, porém, agora, passava a ser questionado nessa função sob acusações de que estaria utilizando os recursos arrecadados para fins pessoais, era sensato que lhe fosse garantido o direito de se defender. Gregory, então, expôs na lousa da sala de aula os valores que eram arrecadados mensalmente e o valor que representava o aluguel do ônibus quando somados os quatro ou cinco sábados que um mês poderia ter. A ideia era, com isso, indicar que todo o valor sob a sua guarda fora utilizado para fim ao qual havia sido arrecadado.

Em sua fala nesse dia, Gregory expressou a sua frustração com relação à maneira como fora questionado e, avaliando que não tinha mais condições e nem disposição de permanecer no papel de organizador do transporte, informou ao grupo que, dali em diante, não mais ficaria responsável por qualquer função que envolvesse a arrecadação de valores para custear o transporte.

A conversa prosseguiu em um intenso debate. Como muitos dos haitianos e haitianas presentes falavam em krèyol, nós, docentes, precisávamos de alguém que se dispusesse a nos traduzir as falas. Gregory e Emmanuel eram quem costumeiramente faziam esse trabalho de comunicação, contudo, em meio àquela situação na qual se sentiam injustamente expostos e

colocados sob suspeita, nenhum dos dois se prontificou a desempenhar esse papel de tradução durante a reunião, o que foi feito por Bernard, outro estudante haitiano.

A situação na qual nos encontrávamos, como já mencionamos, devia-se ao fato de que havia entre os que estavam ali reunidos dois grupos com entendimentos distintos acerca da questão do aluguel do ônibus. Um dos grupos defendia a importância do ônibus como uma forma de garantir a participação de todos nos encontros aos sábados e reivindicavam a ideia de que a contribuição financeira de todos, dos que utilizavam o ônibus e daqueles que eventualmente não quisessem utilizar, era legítima para garantir a continuidade daquele grupo que chegara até ali estabelecendo práticas de solidariedade. Em oposição a esse primeiro grupo, outra parte dos haitianos e haitianas, em especial aqueles que haviam começado a participar dos encontros no último ciclo, iniciado em junho de 2022, discordava do entendimento de contribuírem mensalmente para o aluguel do ônibus. Edouard e Pascal, trabalhadores/estudantes haitianos que naquela situação falaram em nome desse segundo grupo, argumentavam que eles moravam nas proximidades da Unioeste e que iam e voltavam dos encontros caminhando. Sendo assim, entendiam que não tinham dever de contribuir com aqueles que utilizavam o serviço de transporte fretado.

Depois de quase 30 minutos de falas em defesa de ambas as posições, foi proposto que o grupo colocasse o tema em votação: aqueles e aquelas favoráveis a que todos contribuíssem para o aluguel do ônibus obtiveram uma apertada maioria, com 39 votos; a outra parte, cuja defesa era de que a contribuição com o transporte não fosse estendida a todos, contabilizou 35 votos. Nesse caso, com uma diferença tão pequena de votos, nós, como docentes, avaliamos que não era possível estabelecer um consenso de que todos deveriam contribuir com o ônibus. Como solução intermediária, propusemos que, daquela data até o final do ano de 2022, nós, professores, assumiríamos a organização do transporte. Continuaríamos a contar com o ônibus, porém, os estudantes que fossem utilizá-lo trariam o valor de R\$10,00 todos os sábados em que houvesse encontros para que, ao final de cada aula, contabilizássemos a quantia arrecadada e já realizássemos o pagamento ao proprietário do veículo. Caso o valor não fosse suficiente, complementaríamos a diferença. Essa seria uma solução de crise, para que pudéssemos garantir que todos os imigrantes que participavam daquelas turmas concluíssem o semestre. Como ficou evidente que a questão do aluguel do ônibus não era mais um consenso, a partir do ano seguinte, 2023, os participantes do projeto passariam a se deslocar até a universidade utilizando o transporte público municipal.

Para o grupo, o saldo de todo esse episódio foi a fragmentação daquela experiência de solidariedade que havia acompanhado o desenvolvimento do projeto desde o seu início, em 2021. Além do mais, após toda essa situação, sentimos que as figuras que tinham se constituído em lideranças do grupo passaram a adotar uma postura de maior afastamento das tarefas de organização que até então costumavam se envolver, pois, evidentemente, sentiram-se injustamente colocados sob suspeita.

O que gostaríamos de pontuar é que, quando olhamos em conjunto os eventos do transporte e da confecção dos crachás, verificamos dimensões contraditórias que atravessam a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Quando se tratava da confecção dos crachás, um item aparentemente supérfluo, mas que poderia ser mobilizado para se alcançar vantagens pontuais, o grupo não teve dificuldade para rapidamente estabelecer um consenso quanto ao custeio coletivo deles. No entanto, com relação à organização coletiva para garantir o acesso e a permanência de todos nos encontros do projeto de alfabetização por meio da contribuição financeira para o aluguel do ônibus, criou-se rapidamente um conflito que, ao fim, implodiu a própria organização coletiva do projeto que desenvolvíamos. O interesse pragmático de uma parte considerável do grupo de ter em mãos os próprios certificados de conclusão do curso de português conflitava-se com a própria experiência de organização e solidariedade que tornaram possível o projeto.

Ao fim, essas expectativas mais pragmáticas com relação ao projeto de extensão, como aquela pelos certificados, também nos denotam como esses trabalhadores e essas trabalhadoras podem ser fechados uns com os outros e, ao mesmo tempo, competitivos entre si.

Esse tipo de expectativa nos parece importante para dimensionar as experiências desses sujeitos. Reconhecê-las como parte das projeções que mobilizavam os haitianos e haitianas aos encontros do projeto não implica dizer que elas fossem as únicas. Antes disso, o que a presença delas nos mostra é que, como sujeitos históricos, as experiências que forjam a partir de suas trajetórias, de suas vivências e da forma como as significam são carregadas de contradições. Desse ponto de vista, as expectativas construídas no tocante ao projeto de alfabetização também expressam esse universo de aspirações contraditórias, nas quais encontramos tanto esforços de organização coletiva e sociabilidade quanto posturas individualistas e competitivas.

Ao longo do projeto de alfabetização, essas expectativas diversas e contraditórias também se expressaram nos próprios materiais que produzimos com os trabalhadores haitianos, como abordamos a seguir.

3.5 Expectativas em movimento

Os materiais que produzimos com os haitianos e haitianas são fontes históricas interessantes para mapearmos a diversidade de projeções que esses sujeitos teceram sobre o projeto de alfabetização. Dentro da dinâmica dos nossos encontros, conforme desenvolvíamos os conteúdos a serem trabalhados com eles, frequentemente propúnhamos que respondessem a questões como parte do processo de ensino-aprendizagem. Além do mais, como já acenamos, todos os conteúdos e as atividades que organizávamos para o projeto partiam do pressuposto de que tal material deveria nos permitir dialogar com a realidade de nosso público. Portanto, colocado sob essa perspectiva, esse material se constitui, ao mesmo tempo, como parte dos instrumentos a partir dos quais avaliávamos nosso trabalho e o aprendizado dos imigrantes que participavam do curso, assim como pode ser pensado como evidência da experiência desses sujeitos.

A expectativa por conseguir um trabalho ou um emprego melhor não deixou de ser um elemento que mobilizava os trabalhadores e trabalhadoras haitianos aos nossos encontros quando o projeto foi levado para a Uniãoeste. Delouis, Noel e Maxary, que frequentavam a turma que classificávamos como iniciante, e que, portanto, abarcava aqueles e aquelas que tinham menor domínio da língua portuguesa, frequentemente registraram em suas respostas esse vínculo forte entre emigração/imigração, trabalho e, muitas vezes, como forma de acessar um emprego, o estudo da língua da sociedade de imigração. Nas atividades que propusemos às turmas para que falassem dos motivos de suas vindas ao Brasil, a expectativa do trabalho foi de modo amplo o mais frequente. “Eu preciso trabalhar”. Trata-se de uma resposta bastante objetiva a uma questão igualmente objetiva que indagava aos estudantes haitianos da turma de iniciantes “Por que você mora no Brasil?”. Obviamente, precisamos contextualizá-la como uma resposta que expressa um repertório da língua portuguesa que estava começando a se construir. Também é possível que, mesmo sendo uma questão pessoal, os haitianos e as haitianas tenham copiado entre si a resposta que avaliavam como correta, principalmente aqueles que sentiam mais dificuldades de comunicação em português. Ainda assim, não deixa de ser um indício de que, ao menos uma parte das expectativas que atraíam esses sujeitos aos

encontros de nosso projeto era a esperança de que essa atividade lhes possibilitasse algum ganho em suas trajetórias de trabalho.

Por outro lado, as respostas menos frequentes dos haitianos e haitianas à questão do porquê moravam no Brasil também podem nos ser igualmente significativas de suas aspirações e sonhos. Francia e Adrien, discentes da turma de nível iniciante, recorrendo ao repertório da língua portuguesa de que dispunham naquele momento, justificaram as suas trajetórias como imigrantes haitianos no Brasil a partir do vínculo que mantêm com seus entes queridos que ficaram no Haiti. Outros, como Onel, que chegara ao Brasil em 2015, ao discorrerem sobre os motivos que os mantinham aqui, responderam enfatizando o estudo.

Aqui, mais do que o aspecto quantitativo, parece-nos relevante pensar esses materiais dos encontros do projeto de alfabetização a partir de sua dimensão qualitativa. Assim, se nas turmas iniciais do projeto, as respostas que os haitianos registraram tendiam a ser curtas e diretas, nas outras duas turmas, constatamos uma desenvoltura maior que permitia, em muitos casos, a formulação de respostas mais refinadas. Nesse sentido, esse conjunto de materiais produzidos é expressivo de sentimentos e de percepções compartilhadas na experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos que participaram do projeto.

Herve, que passou a frequentar os encontros na Unioeste, a partir de 2022, nascera em Ganthier, onde morava com a família até migrar para o Brasil, em 2020. Em uma de suas atividades produzidas durante o curso de português, expressou o motivo de ter escolhido vir para o Brasil da seguinte maneira: “Eu escolhi vir para o Brasil porque meu país tem muito problema de insegurança. Eu acho o Brasil para uma vida boa”. Herve estudou em escola pública no Haiti, em Porto Príncipe. “Minha escola era no [em] ⁷ Port-au-Prince [Porto Príncipe], longe de minha casa”. Formou-se no ensino básico e, conforme escreveu, “eu gostava de estudar linguagem viva e matemática”. Após a educação elementar, conseguiu cursar o ensino superior. “Meu curso de formação era a Pedagogia”. Em outra oportunidade, quando escreveu sobre as profissões que desempenhava no Haiti e no Brasil, registrou que, “No Haiti, eu trabalhei como professor e como gerente na prefeitura. Meu emprego atual é etiquetador, na Coopavel”.

⁷ Quando citarmos as atividades produzidas pelos haitianos e haitianas o faremos sempre preservando a grafia que esses sujeitos utilizaram, em seus erros e acertos com relação às normas da língua portuguesa. No entanto, a fim de facilitar a leitura, quando houver algum erro de grafia mais evidente, colocamos entre colchetes e em itálico a palavra escrita da forma padrão. Quando o sentido da frase não for tão evidente e, portanto, não ficar claro qual era a palavra que queriam utilizar, acrescentaremos um ponto de interrogação a fim de indicar que pode haver outras possibilidades de leitura.

A trajetória de Herve é bastante comum entre os haitianos e haitianas que conhecemos no projeto de alfabetização. Assim como Herve, muitos desses trabalhadores trazem consigo do Haiti trajetórias e formações profissionais diversas. Nos frigoríficos e outras agroindústrias do Oeste paranaense que têm empregado e explorado a força de trabalho dos imigrantes, essas trajetórias parecem não ter muito valor, pelo menos para o capital que organiza essa linha de produção e que tem se interessado muito mais pela capacidade física de seus operários de suportar ritmos intensos de trabalho.

Esse desinteresse pelas vivências dos imigrantes é, como dissemos, o ponto de vista do capital. Na visão dos trabalhadores haitianos, contudo, os seus percursos profissionais têm muito valor e muitas vezes é a partir deles que procuram horizontes que lhes permitam outras ocupações menos precárias e degradadas. Em certa medida, o que mobilizava uma parte daqueles haitianos e haitianas que participaram do projeto de alfabetização dialogava justamente com esse tipo de aspiração de poder retomar a sua formação profissional no Brasil.

Herve, por exemplo, quando discorreu sobre se gostava ou não de seu trabalho no Brasil e o porquê, respondeu que sim, gostava: “Eu gosto meu trabalho. Porque eu trabalho na minha profissão. Eu trabalho no computador para fazer e tirar etiqueta na máquina. Eu gosto muito este trabalho”. É preciso, porém, contextualizar a sua resposta diante das degradantes condições de trabalho que os postos dentro do frigorífico podem significar. Em um ambiente como esse, há toda uma hierarquia construída pelos trabalhadores acerca daquelas que são as piores ocupações no frigorífico (Grando, 2017). Os critérios para tal definição costumam se relacionar ao ritmo e à velocidade do trabalho, ao perigo na execução dos movimentos, ao frio ou mesmo ao calor excessivo, entre outros aspectos. Nessa escala, a sala de cortes tende a ser vista como expressão da ocupação mais precária. Na outra ponta, as ocupações no setor da expedição frequentemente são consideradas as menos desgastantes. A percepção positiva que Herve registrou do trabalho de etiquetador não pode ser tomada ingenuamente. Ele não quer permanecer nessa ocupação o resto de sua vida, como nos evidenciou em outra atividade, quando pedimos aos haitianos e haitianas que escrevessem se gostariam de ter outra profissão e, em caso afirmativo, qual seria ela. Herve respondeu: “Sim. Eu gostaria exercer a profissão de pedagogia. Eu gostaria trabalhar como professor aqui no Brasil”.

Maurice, trabalhador haitiano que vive no Brasil desde 2017 e que começou a participar do projeto de alfabetização em 2022, também registrou em suas atividades durante o curso elementos importantes de sua percepção acerca da experiência de trabalhador haitiano vivendo no Brasil. Na época em que participou do projeto, já havia conseguido trazer sua

esposa e os dois filhos de Ganthier, a sua cidade natal no Haiti. Maurice registrou que suas profissões no Haiti eram “alfaiate, pedreiro”. Na época em que participou do curso de português na Unioeste, contudo, trabalhava no frigorífico da Coopavel. Quando lhe perguntamos qual profissão gostaria de exercer no Brasil, assim como Herve, Maurice parece ter tomado como referência as ocupações que experimentara no Haiti. Escreveu ele: “costureiro ou pedreiro”.

A vinda de Maurice ao Brasil junto com a família foi atravessada por muitos dos elementos que discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, especialmente a dificuldade em conseguir emprego e o contexto crescente de violência. “Para mim eu venho aqui Brasil primeiramente eu gosto de viajar muito, outra coisa sou pedreiro gosto trabalhar, tudo *[todo]* dia lá faltando serviço eu aprendi aqui tem muitas construção *[construções]*”. Em outra atividade, quando indagamos a ele o porquê da escolha de vir para o Brasil e o que achava desse país, Maurice respondeu: “eu gosto escolhi vir no Brasil porque ele dar muito *[muita]* oportunidade viver bem fácil. Eu acho Brasil é um país que gosta muito imigrante. Ele vai crescer mais”.

Em uma primeira leitura, as respostas de Maurice, mesmo contextualizadas como exercícios de aprendizado e aperfeiçoamento de um segundo idioma, podem ser tomadas como uma evidência da relação íntima entre trabalho e imigração, no sentido de que sua vinda para o Brasil parece se justificar em grande medida pela expectativa de que encontraria emprego aqui. No entanto, em uma leitura mais atenta, as suas respostas revelam dimensões muito mais complexas. Em outras atividades que produzimos com a sua turma, a sua avaliação positiva do Brasil apareceu completamente mitigada. Quando questionamos se ele gostava de seu trabalho e o porquê, Maurice escreveu: “Eu gostava porque aquela data foi somente lá *[frigorífico da Coopavel]* que eu encontrava *[encontrei]* serviço. Eu não gosto mais porque os chefes não respeitam *[respeitam]* os funcionários”. Na sequência, ele reafirma que gostaria de ter outra profissão, “sim, eu gostaria de ter *[ser]* mex *[mestre?]* de obras”.

Nesse ponto, a mudança de perspectiva de Maurice acerca de seu trabalho e, em especial, de suas condições de trabalho no Brasil é muito expressiva da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos. Os trabalhos precários e degradantes que lhes são oferecidos nas agroindústrias do Oeste paranaense estão longe de atenderem às suas expectativas. No primeiro momento de suas chegadas ao Brasil, tais empregos podem ser encarados como aceitáveis muito mais pela necessidade de alguma estabilidade financeira que precisam para se manterem e colaborarem com as suas redes de apoio. Todavia, a condição de

exploração cotidiana nos frigoríficos e em outras agroindústrias da região não lhes passa nem um pouco despercebida. Pelo contrário, a exploração e a precarização das condições de trabalho que vivenciam diariamente nas linhas de produção do Oeste paranaense são ainda mais potencializadas pelas diferentes manifestações de preconceito com as quais precisam lidar.

A esse respeito, podemos retomar a fala de Suzanne como um diálogo que nos evidencia essa dimensão da experiência dos haitianos e haitianas em Cascavel – PR. Como discutimos no início deste capítulo, depois de um ano e meio desempregada, frequentando turmas de EJA nos colégios estaduais próximos à sua casa, na região Sul da cidade, em 2020, Suzanne conseguiu um emprego na sala de cortes do frigorífico da Coopavel após passar pela entrevista. Desde essa data até o momento em que a entrevistamos, em dezembro de 2024, Suzanne estava próxima de completar cinco anos desossando carne de frango. Durante a entrevista que gravamos com ela, em determinado ponto da conversa, a questionamos sobre seu trabalho no frigorífico. A sua fala pode nos ajudar a dimensionar alguns dos elementos aos quais Maurice e outros haitianos e haitianas que participaram do projeto de alfabetização se referiam quando registravam em suas atividades a percepção de que, em seus trabalhos, “os chefes não respeitam os funcionários”.

Guilherme: E como que foi começar a trabalhar na Coopavel? Você gostou?

Suzanne: Ah, primeira vez gosto, mas agora não.

Guilherme: Mas por que a primeira vez gostou e agora não?

Suzanne: Antes, sim. Porque antes não tem mais trabalho, e tem encarregado que conversar bem com pessoa. Mas agora é ruim, eu quero sair. Outubro vai fazer cinco anos que eu trabalho Coopavel. O primeiro encarregado que tinha lá é um homem que chama Dorneles. É um personagem. Ele era bem tranquilo, ele é bem tranquilo com pessoa. Se tá atrasado, ele chama você, “você tá atrasado”. Fala assim, “você não pode fazer isso de novo”. “Tudo bem”, eu responder. Falar com pessoa bem, conversar com você bem. Por exemplo, se eu tenho horas, eu conversar com ele, “ó, Dorneles, eu tenho dor de cabeça ou dor de barriga, eu quero ir lá a minha casa e ir na hospital na consulta”, ele falar “vai, e vai pagar horas depois”. Mas agora não. Não é o encarregado, é o supervisor que vem agora que dá problema com todo o pessoal. Ó, ele dá muito problema, ele não deixa pessoa sair, fazer, por exemplo, ter intervalo. Se tem pessoa que tá atrasado na esteira [de frangos], ele não manda ter intervalo. Ele não pergunta o porquê, só fala as coisas errado. Os haitianos também reclamam dele porque, assim, por exemplo, tem pessoa que faz exame de férias em novembro, em dezembro não pegar férias, porque tem que deixar um mês passar. Mas quando chegar janeiro, a pessoa que marcou férias pra ela em janeiro, ele [supervisor] fala que não. Ele fala que não, que ele cancelar tudo as férias da pessoa. Não sei o porquê. Mas tem pessoa que precisa, que vai descansar, né. Que fazer um ano de trabalho e quer descansar. Mas eu não

sei. Eu saí de férias agora [dezembro de 2024], eu voltar trabalhar só em janeiro. Mas dezembro que vem, se Deus quiser eu ainda tá lá na Coopavel, ele não vai me fazer isso. Eu não, eu não. Eu não vai aceitar isso na mão dele. Não. Vou dizer, “ó, dezembro chegando, eu preciso minhas férias em dezembro. Se supervisor me responder “ó, não, Suzanne, não dá [para tirar] férias em dezembro”, eu vá perguntar por quê. “Por quê? Em cada dezembro eu pegar de férias!” Ele não vai me deixar sem.

Guilherme: E tem mais pessoas que reclamam?

Suzanne: Tem que reclamar. Tem haitiano e tem venezuelano que reclamam.

Guilherme: E os brasileiros, reclamam dele?

Suzanne: Eu não sei se brasileiro reclama. Você sabe, brasileiro não gosta reclamar.

Guilherme: Brasileiro não gosta de reclamar?

Suzanne: Ah, eu acho.

Guilherme: Por quê?

Suzanne: [risos] Eu não sei se é porque tá com medo, não sei o porquê brasileiro. Porque eu não vi brasileiro que tá reclamando. É venezuelano e haitiano. Eu não sei o porquê brasileiro. Tem brasileiro que reclama, mas eu não vi brasileiro tá reclamando. Mas tem que reclamar.

Como não poderia deixar de ser, foi a partir de seu tempo presente que Suzanne organizou a sua narrativa para expressar a sua percepção acerca das relações de trabalho em que estava inserida. Para ela, conseguir um emprego no frigorífico em 2020, quando se encontrava desempregada há 18 meses, certamente podia ser algo vivido com uma sensação de alívio. No entanto, passado esse primeiro momento, as árduas condições do trabalho nos frigoríficos se impõem rapidamente na experiência dos trabalhadores. Suzanne fez questão de nos enfatizar isso diversas vezes ao longo da conversa que gravamos com ela. “Eu trabalho cinco anos já, eu ficar bem cansada já. Ficar bem cansada. Eu preciso vir descansar”.

Como abordamos no segundo capítulo, a historiografia que tem se debruçado sobre as condições de trabalho na indústria frigorífica da região Oeste do Paraná já destacou fartamente como essa cadeia produtiva tem se notabilizado pela intensificação do trabalho e pelo adoecimento dos trabalhadores (Heck, 2013; Bosi, 2014; Pereira, 2014; Grando, 2017; Fano, 2018; Carvalho, 2019). Nesse contexto, o desrespeito à legislação trabalhista brasileira e às normas regulamentadoras específicas da indústria frigorífica nacional não é uma novidade, como mostra, por exemplo, o documentário “Carne e Osso” (2011). A fala de Suzanne demonstra como esses elementos de degradação do trabalho nos frigoríficos são vivenciados de modo específico pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos a partir de sua condição de imigrantes.

Durante a realização de nossa pesquisa, não foram poucas as vezes em que ouvimos ou lemos relatos de situações de desrespeito aos direitos dos trabalhadores como os que Suzanne relatou no trecho a pouco transcrito. Delourdes Iasmin, outra jovem haitiana que participou do projeto de alfabetização em 2022 e que morava no bairro Universitário, próximo à Unioeste, registrou em suas atividades uma visão bastante negativa de sua atual ocupação em um dos frigoríficos de Cascavel – PR. “Eu não gosto. Porque não tem respeito, tem preconceito no meu lugar”. Emile e Max, haitianos com 36 e 52 anos, respectivamente, que foram nossos alunos em uma das turmas de EJA nas quais lecionamos em 2021, expunham com bastante frequência durante nossos encontros situações parecidas, nas quais algum encarregado do frigorífico negava aos trabalhadores e trabalhadoras haitianos o direito ao intervalo de 20 minutos a cada período de 1 hora e 40 minutos de trabalho. Outra situação que relatavam constantemente nos debates que travávamos em sala era a pressão para que executassem tarefas que estavam além daquelas para as quais eram contratados. Assim como Suzanne, Emile e Max sentiam que esse tipo de tratamento era algo muito mais comum na relação da gerência com os imigrantes haitianos do que com os trabalhadores brasileiros, por isso, vivenciavam tais abusos como expressões de preconceito.

Desse ponto de vista, se essa percepção de que as relações de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras haitianos nas agroindústrias do Oeste paranaense são marcadas pelo preconceito é compartilhada entre eles, o que nos chama a atenção na fala de Suzanne é o que ela pode nos evidenciar acerca de como essas situações são elaboradas dentro da experiência desses trabalhadores. Quase meia década em uma ocupação que todos os dias lhe exige sequências intermináveis dos mesmos movimentos, oferecendo-lhe em troca um salário não muito vistoso, muitas dores nos punhos e ombros e, não menos desgastante, o enfrentamento cotidiano do preconceito. Ao nos narrar a situação de desrespeito do supervisor que nega ou altera unilateralmente as férias programadas pelos haitianos, é interessante observar que, embora não tenha sido vivida diretamente por ela, Suzanne não deixa encarar a situação como um desrespeito a ela própria e ao direito ao descanso dos trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto conversávamos, os sentimentos de Suzanne ao nos relatar o saldo de superexploração de seus quase cinco de trabalho na industrialização de carne oscilavam entre o cansaço, a frustração e, não menos importante, o sentimento de raiva.

Nessa direção, as emoções que atravessam a fala de Suzanne dialogam com as percepções e as avaliações que os haitianos e haitianas registraram nas atividades que realizaram ao longo do projeto de alfabetização. Para haitianos como Suzanne, Maurice e

tantos outros, na medida em que a condição de trabalhadores imigrantes se estende no tempo, os sonhos e as expectativas que passam a compor a sua experiência extrapolam em muito o horizonte dos trabalhos degradados que lhes oferece o capital que organiza as linhas de produção das agroindústrias, se é que algum dia couberam em tal horizonte.

Na entrevista que gravamos com ela em dezembro de 2024, em grande medida, Suzanne nos expressou o estranhamento às péssimas condições de trabalho que vivenciava ao afirmar a importância e o direito de reclamar diante dos abusos de um supervisor tido por injusto e preconceituoso e que, naquele contexto, emblematicava toda a gerência do frigorífico. Para ela, o projeto de alfabetização também era encarado como uma rota de fuga do frigorífico. Contou-nos que havia se matriculado recentemente em um curso básico de informática e que estava gostando da área. Afirmou ainda que os encontros do projeto de alfabetização que frequentara foram muito importantes para que conseguisse compreender um pouco mais da língua portuguesa e acompanhar as aulas do curso de informática. Assim como Suzanne, outros haitianos e haitianas que também participaram do projeto de alfabetização nos indicaram em suas atividades que a expectativa de poderem continuar estudando era algo que os mobilizava a estar nos encontros com projeto aos sábados pela manhã.

Nas atividades que produziam, as suas expectativas apareciam de modo contraditório em muitos momentos, mas, nem por isso, são menos expressivas da experiência desses trabalhadores. Serge, que participou do curso de alfabetização na Unioeste em 2022, nascera na comuna de Petit-Goâve e escreveu que “eu escolheu [*escolhi*] vir para o Brasil porque tem segurança”. Em seu teste de proficiência, ao responder a uma das questões em que pedíamos aos estudantes que escrevessem um pouco sobre as suas mudanças para o Brasil, ele registrou o seguinte: “Eu tenho 3 anos aqui no Brasil, eu deixei Haiti em outubro [*outubro*] de 2019, eu vim aqui porque não [*tem*] segurança no Haiti e gosto muito do Brasil. Brasil é um país que tem respeito para [*com os*] imigrantes”. Diferentemente da maioria dos haitianos e haitianas que frequentava os encontros, Serge não estava empregado em algum dos frigoríficos locais, embora já tivesse passado por um deles quando chegou ao Brasil. Na época em que o tivemos o primeiro contato nos encontros do projeto de alfabetização, Serge trabalhava em uma indústria metalúrgica. “Eu trabalho 10 horas por dia, mas as [*às*] vezes o chefe pedir [*pede*] para ficar mais que 10 horas”.

Não temos mais informações sobre as condições de trabalho nessa indústria metalúrgica. Obviamente, trata-se de um trabalho manual que também pode ser bastante desgastante fisicamente e implicar uma série de riscos à saúde dos operários. A própria

resposta de Serge, em alguma medida, pode ser lida como uma evidência de que, entre um pedido e outro de seu patrão para que ele fizesse horas extras, as longas jornadas podiam ser recorrentes. Ainda assim, não nos parece exagero supor que Serge avaliasse seu emprego em comparação com os postos de trabalho nos frigoríficos ou outras indústrias nas quais os haitianos mais frequentemente estavam empregados. Quando pedimos aos haitianos e às haitianas que escrevessem sobre se gostavam ou não de seus empregos, Serge possivelmente tenha recorrido a esse tipo de comparação para elaborar a sua resposta. “Sim, eu gosto do meu trabalho porque tem um pouco de respeito para imigrantes”. A sua avaliação do próprio emprego pode ter sido positiva, porém, parece expressar também uma leitura mais cuidadosa acerca do respeito com que os trabalhadores e trabalhadoras haitianos são tratados. Por fim, em outra resposta que nos parece muito interessante, Serge discorreu rapidamente sobre a sua expectativa profissional no Brasil. Escreveu ele: “Sim, eu gostaria de ter alguma outra profissão, é Direito. Gostaria de exercer Direito porque eu gosto demais e, depois, já fiz 2 anos no Haiti. Quero defender o direito dos imigrantes”.

Parece-nos possível sustentar que, para formular a sua atividade, Serge mobilizou, no mínimo, uma percepção compartilhada entre os próprios haitianos e haitianas acerca das situações de abusos e de desrespeitos que vivenciam cotidianamente. Nesse sentido, a expectativa de Serge e de outros em continuar estudando articula horizontes pessoais e coletivos. Do ponto de vista pessoal, a continuidade de uma trajetória de estudos formais no Brasil pode ser encarada por esses sujeitos não apenas como uma rota de fuga dos empregos nas agroindústrias, mas também como um caminho em direção às suas próprias aspirações profissionais, que, como vimos, podem ser bastante diversas. Contudo, como a própria fala de Serge nos indica, essas aspirações profissionais são constituídas historicamente a partir da experiência desses trabalhadores e dos embates e interesses que travam em seus cotidianos. Sob essa ótica, a continuidade dos estudos também pode aspirar à construção de uma intervenção sobre as questões que atravessam a experiência coletiva dos imigrantes haitianos.

Tanto as respostas produzidas por Serge durante as aulas do curso de alfabetização quanto as entrevistas que produzimos com Suzanne e outros, revelam-nos como a exploração cotidiana vivenciada pelos haitianos e haitianas no Oeste paranaense pode ser articulada a sentimentos e projeções. Em certo sentido, Suzanne nos expressou essa experiência de exploração a partir do sentimento de raiva e de antagonismos com um dos gerentes do frigorífico. Serge, por sua vez, parece projetar no estudo uma forma de encontrar meios para garantir o respeito aos direitos dos trabalhadores haitianos diante da exploração do trabalho.

O que tanto as entrevistas quanto as atividades produzidas pelos imigrantes ao longo do projeto nos permitem dimensionar são os haitianos e haitianas como sujeitos de sua própria história e não apenas como vítimas. Obviamente que, como enfatizava Marx (2011), não a fazem da forma como querem, mas sim em condições historicamente determinadas. Os sentimentos que constroem diante da vivência da solidão e da exploração constituem dimensões importantes da experiência desses trabalhadores. Além do mais, é também a partir dessas emoções que avaliam e reavaliam criticamente o seu presente e a condição de imigrante em que se encontram.

A esse respeito e a título de conclusão, podemos recorrer à trajetória de Toussaint, um jovem haitiano de 28 anos que participou do projeto de alfabetização desde seu início, em 2021. Ele registrou uma resposta que nos parece interessante como evidência da experiência dos imigrantes haitianos em Cascavel – PR. Como estudante de nosso projeto, Toussaint compunha a turma que avaliávamos como a que tinha o maior domínio sobre a língua portuguesa. Em resposta a uma questão que incentivava os estudantes a escrever um pouco sobre como foram as suas vindas ao Brasil, ele registrou: “Para me [*mim*] o Brasil, minha vida é mudança porque, eu trabalho bem, eu acho curso de português gratuito. Mais [*mas*] eu não vejo minha família que vive na [*em*] outro país, mais [*mas*] eu me sinto bem aqui o [*no*] Brasil”.

Toussaint já vivia no Brasil há quatro anos quando nos conhecemos, em 2021. Morava no bairro Alto Alegre, na região Oeste da cidade. Quando íamos ao supermercado próximo de nossa casa, também na região Oeste, encontrávamos Toussaint trabalhando no açougue do estabelecimento. Depois, em nossas conversas durante os primeiros encontros do projeto, ele nos contou que tinha dois empregos. Durante às manhãs e ao começo da tarde, trabalhava no supermercado; a partir das 17h até às 2h da madrugada, desossava carne de frango em um dos frigoríficos locais. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de gravar uma entrevista com ele, pois, no final de 2022, Toussaint precisou voltar ao Haiti. Por intermédio de Emmanuel, soubemos que seu retorno apressado ao país natal se deveu ao fato de o pai ter adoecido seriamente e Toussaint fazer questão de estar com a família nesse momento delicado.

“[...] Minha vida é mudança [...]”. Quando lemos a resposta de Toussaint nesse contexto, ela nos descortina um horizonte complexo a partir do qual os haitianos e haitianas avaliam a sua experiência como trabalhadores imigrantes. Movimentar-se é uma dinâmica que atravessa e reorganiza a vida de sujeitos como Toussaint e tantos outros haitianos e haitianas. Parece-nos relevante notar que, em sua resposta, Toussaint, em certo sentido, nos indica como

as dimensões de uma vida em mudança não somente dizem respeito ao deslocamento físico e geográfico, mas, nessa condição de trabalhador imigrante, colocam-se em movimento também as próprias expectativas, sonhos e aspirações.

CONCLUSÃO

O exercício de investigação que conduzimos ao longo desta tese se debruçou sobre a experiência histórica dos trabalhadores haitianos e haitianas na cidade de Cascavel – PR nos últimos 15 anos, 2010 a 2025. Nesse sentido, entendemos que a compreensão histórica dessa experiência implica um esforço de articulação de dimensões e de sentidos diversos que atravessam as trajetórias desses homens e mulheres. Ao longo do trabalho de campo, nos encontros do curso de português para imigrantes, nas entrevistas gravadas, nas visitas a suas casas e espaços de sociabilidade, tivemos a oportunidade de escutar homens e mulheres que não chegaram ao Brasil como páginas em branco, mas como sujeitos históricos que articulam cotidianamente a experiência da migração com suas memórias, desejos, frustrações e lutas.

Nesse contexto, a experiência de emigrar/imigrar para a classe trabalhadora haitiana tem dimensões anteriores ao momento de sua chegada ao Brasil. As falas dos haitianos e haitianas que tivemos contato nos permitiram problematizar a emigração/imigração como um processo complexo na formação histórica haitiana. Uma formação histórica na qual os interesses do capital imperialista se fazem sentir na condição estrutural de pobreza e de violência, que, tentando impor ao povo haitiano o papel de força de trabalho barata a ser mobilizada para outras regiões, pressionam a trajetória de muitos homens e mulheres haitianos a se deslocarem de seu país natal. Contudo, diante desses interesses das classes dominantes e de suas frações locais, muitas vezes articuladas com as gangues que disputam espaço no Haiti, a classe trabalhadora haitiana também traz em sua experiência uma série de vivências que contrastam a dinâmica de exploração e de violência com elementos de solidariedade e de organização. As feiras e os mercados populares, o comércio informal exercido por mulheres como as *madan sara* e as *madanm machanm manje*, a agricultura de subsistência, os circuitos de solidariedade entre familiares e vizinhos, tudo isso compõe um mosaico de práticas que nos indicam elementos de uma experiência de classe. Essas práticas constituem formas concretas de viver e de sobreviver da classe trabalhadora haitiana, mas também de organizar e disputar sentidos.

A condição de trabalhadores em movimento, inseridos em dinâmicas de migração que podem atravessar diferentes países, por sua vez, não anula essas experiências anteriores, ao contrário, as reinscreve no tempo presente. Ao discutirmos as trajetórias de alguns dos haitianos e haitianas que conhecemos em países como a República Dominicana e o Chile, pudemos evidenciar como eles se percebem diante das condições de exploração e de precariedade em que se encontram. Nessa dinâmica, avaliam e reavaliam constantemente a

sua condição de trabalhadores emigrantes/imigrantes, muitas vezes à luz das expectativas e compromissos que os mantêm conectados com suas famílias e redes de apoio no Haiti. Na experiência desses sujeitos, os vínculos que assumem com aqueles e aquelas que ficam são elementos importantes tanto para entendermos os motivos que os levam a se deslocarem quanto para dimensionarmos as estratégias que constroem para lidar com as dificuldades e a violência que atravessam as migrações.

Em Cascavel - PR, observamos que os trabalhadores e trabalhadoras haitianos são mobilizados como força de trabalho para a indústria frigorífica, para a construção civil e para as redes de supermercados. O capital que organiza esses setores aposta na possibilidade de explorar esses sujeitos, tensionando as dificuldades e o estranhamento deles com a língua e até com as legislações trabalhistas brasileiras. Contudo, se a trajetória dos haitianos e haitianas que contatamos em Cascavel – PR é permeada pelos interesses do capital em explorá-los em ocupações precárias e degradadas, a experiência desses sujeitos também nos evidencia dimensões relevantes desse processo histórico. Como sujeitos históricos que são, aspiram a muito mais do que apenas um trabalho mal remunerado e em condições que frequentemente levam ao adoecimento. Em vista disso, constroem redes de apoio mútuo, envolvem-se no cotidiano de igrejas, articulam-se e se engajam em projetos de formação e educação.

Desse ponto de vista, a trajetória do projeto de alfabetização que desenvolvemos nos demonstrou uma diversidade de aspirações e de expectativas que os haitianos e as haitianas constroem a partir de suas trajetórias. Se essas perspectivas podem ser contrastantes e até conflitantes em alguns casos, opondo, por exemplo, construções coletivas e interesses pragmáticos individualistas, isso não deixa de ser uma dimensão significativa da experiência desses trabalhadores. Por outro lado, mesmo que marcadas por contradições e limites, tais expectativas nos descortinam uma leitura crítica acerca de suas condições de trabalho e moradia no Oeste paranaense, da dinâmica de solidão e carência na qual muitas vezes se inserem, e, diante disso, elementos que podem ser capazes de construir dinâmicas de organização, solidariedade e resistência.

Do ponto de vista da produção de uma História Social do Trabalho e dos Trabalhadores, a trajetória dessa pesquisa nos indicou que investigar a experiência dos imigrantes haitianos no Oeste paranaense nos coloca diante de múltiplas temporalidades e espacialidades. Os deslocamentos dos trabalhadores e das trabalhadoras haitianos não se encerram nas fronteiras nacionais: eles carregam consigo as marcas de um mundo desigual,

estruturado pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, pela exploração do trabalho e por diversas dimensões de violência, assim como mobilizam afetos, saberes e resistências. Portanto, essa é uma história de movimento, de travessia, de luta. Por fim, reconhecendo esse processo histórico como em aberto, esperamos que nosso trabalho tenha contribuído como um convite à reflexão acerca da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras haitianos.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M.; BLIMPO, M.; EVANS, D. K.; YARROW, N. **Why do students learn so little?: seeking answers inside Haiti's classrooms**. Washington: World Bank, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/22064>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- ASPILAIRE, R. **Économie informelle en Haïti, marché du travail et pauvreté: analyses quantitatives**. Orientador: Philippe Adair. 2017. 212f. Tese (Doutorado em Economies et Finances) – Université Paris-Est, Paris, 2017.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Imigração haitiana em São Paulo. In: BAENINGER, R. *et al.* (orgs.) **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 253-266.
- BOSI, A. P. Um ensaio sobre industrialização, desenvolvimento econômico e trabalho degradado no Oeste do Paraná. In: BOSI, A. P. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente**. Cascavel: Edunioeste, 2011. p. 79-120.
- BOSI, A. P. Corpos feridos, trajetórias interrompidas pela agroindústria brasileira: duas leituras a partir de Bertold Brecht e Upton Sinclair”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 571-592, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/fnQxkxP7C4SYBxr7kY4zMtn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- BOSI, A. P. Trabalho e Imigração: Os haitianos empregados nos frigoríficos do Oeste do Paraná. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14445>. Acesso em: 4 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Governo Federal. **Naturalização Ordinária**. Brasília: MJSP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao/naturalizacao-ordinaria>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- CALEGARI, J. **Codemò: escravos sem grilhões: vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- CARNE e Osso. Direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Roteiro: Caio Cavechini. 2011. (105 min.), son., colorido. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=imKw_sbfa0. Acesso em: 3 maio 2025.
- CARVALHO, J. I. S. L. “Para além das fronteiras físicas: apontamentos acerca da imigração haitiana para o Oeste do Paraná”. **Contraponto**, Teresina, v. 8, n. 2, p.47-61, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/9946>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- CARVALHO, J. I. S. L. **Trabalho e Imigração: trabalhadores haitianos em Cascavel (2012-2020)**. Orientador: Rinaldo José Varussa. 2020. 200f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.
- CASCADEL (Município). Secretaria de Planejamento e Gestão. **Mapa de Zoneamento 2013**. Cascavel: Seplag, 2013. Disponível em:

<https://cascavel.atende.net/cidadao/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&file=keavl1cudxft0zmf10uiq1qcs4oyyhscwhjlfprt&sistema=WPO&classe=UploadMídia>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Resumo Executivo**. Relatório Anual 2018. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CELA, T. *et al.* Migration, Memory and Longing in Haitian Songs. **Zanj: the Journal of Critical Global South Studies**, Londres, v. 5, n. 12, p. 193-227, jun. 2022. Disponível em: <https://scispace.com/pdf/migration-memory-and-longing-in-haitian-songs-2bkq9tdg.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONSTANT, M. **La Professionalization des Enseignants de l'éducation de Base: les Recrutments sans Formation Inicial**. Port-au-Prince: L' Harmattan, 2007.

CORTÉN, A.; VILAS, C.; ACOSTA, M.; DUARTE, I. Haití: estructura agraria y migración de trabajadores a los centrales azucareros dominicanos. *In*: CORTÉN, A.; VILAS, C.; ACOSTA, M.; DUARTE, I. (orgs.). **Azúcar y política en la República Dominicana**. Santo Domingo: Ediciones de Talle, 1976. p. 87-114.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. Orientador: Valdir Aparecido de Souza. 2014. 155f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Roraima, Porto Velho, 2014.

COTINGUIBA, M.; COTINGUIBA, G. C. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transacional no Brasil. *In*: BAENINGER, R. *et al.* (orgs.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 13-44.

DALMASO, F. Família. *In*: NEIBURG, F. (org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019. p. 53-80.

DESROSIERS, I. **Haiti**: da desigualdade social às desigualdades socioespaciais na metrópole de Porto Príncipe. Orientador: Francisco Capuano Scarlato. 2020. 160f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ENTENDA o Acordo de Montana, consenso popular que estabelece bases para transição no Haiti. **Brasil de Fato**, 15 de março de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/15/entenda-o-acordo-de-montana-consenso-popular-que-estabelece-bases-para-transicao-no-haiti>. Acesso em: 12 fev. 2025.

EVANGELISTA, F. Comércio. *In*: NEIBURG, F. (org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019. p. 101-130.

FANO, L. B. **Migrar, morar e trabalhar**: histórias de vida em uma vila operária de Toledo-PR (1970-1990). Orientadora: Aparecida Darc de Souza. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

FASS, S. Housing the ultra-poor: theory and practice in Haiti. **Journal of the American Planning Association**, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 193-205, 1987. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944368708976652>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERNANDES, D.; FARIA, A. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista brasileira de Estudos Populares**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/jQH7THPDpCKwtJFDcRd6Yxd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FINKLER, A. L. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. 2007. 95f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOVERNO brasileiro deve desenvolver nova cooperação com o Haiti, diz liderança haitiana. **Brasil de Fato**, 14 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/14/governo-brasileiro-deve-desenvolver-nova-cooperacao-com-o-haiti-diz-lideranca-haitiana>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 311-339.

GRANDO, G. D. **Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015)**. Orientador: Antônio de Pádua Bosi. 2017. 96f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

HÁ DEZ dias, Haiti vive novo ciclo de protestos pela renúncia do presidente. **Brasil de Fato**, 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/20/ha-dez-dias-haiti-vive-novo-ciclo-de-protestos-pela-renuncia-do-presidente>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI diz não à intervenção estrangeira militar. **MST**, 5 de setembro de 2023a. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/09/05/haiti-diz-nao-a-intervencao-estrangeira-militar/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI é vítima de caos orquestrado que o impede de definir seu próprio rumo, diz dirigente político. **Brasil de Fato**, 5 de outubro de 2023b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/05/haiti-e-vitima-de-caos-orquestrado-que-o-impede-de-definir-seu-proprio-rumo-diz-dirigente-politico>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI tem novo dia de protestos violentos contra presidente após morte de jornalista. **G1**, 11 de outubro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/11/haiti-tem-novo-dia-de-protestos-violentos-contra-presidente-apos-morte-de-jornalista.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI tem novo governo após meses de instabilidade e violência. **Jornal Nacional**, 25 de abril de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/25/haiti-tem-novo-governo-apos-meses-de-instabilidade-e-violencia.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI. Presidente Jovenel Moïse é assassinado em sua casa, confirma primeiro-ministro interino. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 7 de julho de 2021a. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/580848>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HAITI: uma interminável crise política e humanitária. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 18 de fevereiro de 2021b. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606837-haiti-uma-interminavel-crise-politica-e-humanitaria>. Acesso em: 12 fev. 2025.

HECK, F. M. **Dinâmica territorial do capital e a expansão das indústrias alimentícias no Oeste Paranaense**: relações de trabalho precárias e ilegalidades frente à legislação trabalhista em Marechal Cândido Rondon/PR. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

HECK, F. M. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. Orientador: Antonio Thomaz Júnior. 2013. 217f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaini L’ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2010.

JOINT, L. A. Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2(56), p. 181-191, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/h56vszTjwSTxX4LvRvZLXRq/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2024.

JOOS, V. **Urban dwellings, Haitian citizenships**: housing, memory, and daily life in Haiti. *Critical Caribbean Studies*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2022.

JOSEPH, H. Diáspora. In: NEIBURG, F. (org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2019. p. 229-258.

JOSEPH, H. **Diáspora**: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Orientador: Federico Guillermo Neiburg. 2015. 430f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: VARUSSA, R. J. (org.) **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: Edunioeste, 2009.

LATORTUE, P. R. Haitian migration to Santo Domingo. **Estudios Sociales**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 43-59, dez. 1984. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12179414/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

LEGRAND, C. C. Informal resistance on a Dominican sugar plantation during the Trujillo Dictatorship. **Hispanic American Historical Review**, Duke, n. 75, v. 4, p. 555-596, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2518036>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LENIN, W. I. U. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: LENIN, W. I. U. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MADRIAGA-PARRA, L.; GISSI-BARBIERI, N. Migración haitiana de tránsito: la ruta migratoria por santiago de chile y la aspiración de llegar hacia el norte global. **Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, v. 58, n. 1, p. 155-178, jan. 2025. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-54072025000100155. Acesso em: 29 mar. 2025.

MARTÍNEZ, S. From Hidden Hand to Heavy Hand: sugar, the state, and migrant labor in haiti and the dominican republic. **Latin American Research Review**, Cambridge, v. 1, n. 34, p. 57-84, jun. 1999.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1 e 2. Livro 1. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O 18 Brumário**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MCALISTER, E. Listening for Geographies: music as sonic compass pointing toward african and christian diasporic horizons in the caribbean. **Black Music Research Journal**, Chicago, v. 32, n. 2, p. 25-50, set. 2012. Disponível em: https://digitalcollections.wesleyan.edu/_flysystem/fedora/2023-03/28728-Original%20File.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

MEYER, C. A. The Road to a More Diversified Agricultural Export Sector in the Dominican Republic. **Gmu Working Paper in Economics**, Fairfax, v. 32, n. 19, p. 1-17, out. 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3470841#paper-citations-widget. Acesso em: 5 mar. 2025.

MICHEL, G.; KENDALL, M. D. Charcoal production through distillation of wood, perhaps the key to the deforestation of Haiti. **Journal of Haitian Studies**, Santa Barbara, v. 19, n. 1, p. 282-287, 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/259/article/538013>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PEREIRA, F. G. **Trabalhadores de frigorífico: trabalho, lazer e moradia (1960-1980)**. Orientador: Antonio de Pádua Bosi. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

PEREIRA, F. G. **Migrações internacionais: um estudo sobre trabalhadores imigrantes em Francisco Beltrão-PR (2009-2020)**. Orientador: Antonio de Pádua Bosi. 2022. 239 f. Tese

(Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

PIERRE, J. F. **Agricultura Familiar Em Petite Rivière de Bayonnais, Haiti**. Orientadora: Nedda Garcia Rosa Mizuguchi. 2018. 55f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

PLANT, R. **Sugar and modern slavery: a tale of two countries**. New Jersey: Zed Books, 1987.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997. Disponível em: <https://share.google/wKkDm9uaFPZgB1WVs>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PRASHAD, Vijay. Haiti: novos protestos respondem à crise infinita. **Outras Mídias**, 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/haiti-novos-protestos-respondem-a-crise-infinita/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRESIDENTE do Haiti assassinado: entenda crise que culminou na morte de Jovenel Moïse. **BBC News Brasil**, 7 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57752302>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRIMEIRO-MINISTRO do Haiti, Ariel Henry, renuncia ao cargo. **G1**, 12 de março de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/12/primeiro-ministro-do-haiti-ariel-henry-renuncia-ao-cargo.gh.html>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PROTESTOS contra a corrupção no Haiti deixam seis mortos e dezenas de feridos. **Brasil de Fato**, 19 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/19/protestos-contr-a-corrupcao-no-haiti-deixam-seis-mortos-e-dezenas-de-feridos>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RAMÍREZ, C. I. R.; CORREA, M. I. O.; CASTRO-RIOS, A.; SEVERINO-GONZÁLEZ, P. Calidad de vida y condición laboral migrante: entre el trabajo formal e informal en la región del maule, chile. **Revista Hojas y Hablas**, Bogotá, v. 19, n. 1, p. 81-98, jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.unimonserate.edu.co/hojasyhablas/article/view/228/222>. Acesso em: 25 mar. 2025.

RAMIREZ, J. Theories of Haitian Mobility and their Relationship to the Dominican Sugar Industry. **Caribbean Quilt**, Toronto, v. 3, n. 1, p. 43-50, abr. 2015. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/cquilt/article/view/22593/18426>. Acesso em: 6 fev. 2025.

RICHARDSON, J. Making education a right: in Haiti, the poorest nation in our hemisphere, work is under way to make education available to more of its children living in abject poverty. **Kappan Online**, 1 de maio de 2014. Disponível em: <https://kappanonline.org/global-voices-haiti-making-education-right-richardson/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti**. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. 2014. 389f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SHELLER, M. Citizenship and the Making of Caribbean Freedom. **Nacla Report On The Americas**, v. 38, n. 4, p. 30-34, maio 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.2005.11724498>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SITUAÇÃO no Haiti é comparável à de países em guerra, diz ONU. **G1**, 25 de abril de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/25/situacao-no-haiti-e-comparavel-a-de-paises-em-guerra-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

STEFONI, C.; LEIVA, S.; BONHOMME, M. Migración internacional y precariedad laboral: el caso de la industria de la construcción en Chile. **Remhu: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 25, n. 49, p. 95-112, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/SPHhJFfFg5RrFStySFsDzs/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 25 mar. 2025.

TARTER, A. *et al.* **Charcoal in Haiti**: a national assessment of charcoal production and consumption trends. New York: World Bank, 2018. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/zh/697221548446232632/pdf/134058-CharcoalHaitiWeb.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Coleção Oficinas da História. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONHATI, T.; CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; OLIVEIRA, A. T. Os imigrantes haitianos no Brasil: a empregabilidade dos haitianos no mercado de trabalho brasileiro. In: TONHATI, T.; CAVALCANTI, L.; BOTEAGA, T.; OLIVEIRA, A. T. (orgs.). **A imigração haitiana no Brasil**: características sócio-demográficas e laborais na região Sul e no Distrito Federal. Brasília, DF: OBMigra, 2019. p. 40-63.

VARUSSA, R. J. Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho: oeste do paraná, décadas de 1990 e 2000. In: GOMES, . de C.; SILVA, F. T. da. **A Justiça do Trabalho e sua história**. Campinas: Edunicamp, 2013.

VARUSSA, R. J. **Eu trabalhava com dor**: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

WILSON, B. K. "When there is no money, that is when I vomit blood": the domino effect and the unfettered lethal exploitation of black labor on dominican sugar plantations. **Global**

Health, [s. l.], v. 23, n. 19, p. 1-13, ago. 2023. Disponível em:
<https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12992-023-00963-4#citeas>. Acesso em: 5 fev. 2025.